UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

WLAMYRA R. DE ALBUQUERQUE
WALTER FRAGA FILHO

UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil

Fundação Cultural Palmares
Ubiratan Castro de Araújo (Presidente)

Universidade Federal da Bahia-UFBA

Reitor da UFBA
Naomar Almeida

Diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO
Jocélio Teles dos Santos

Coordenador e consultor
João José Reis

Revisão
Mariângela de Mattos Nogueira

Editoração
Bete Capinan

Capa
Nildão e Renato da Silveira

Tratamento de imagens
Zeo Antonelli

A345 Albuquerque, Wlamyra R. de

Uma história do negro no Brasil / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

320p.

ISBN: 85-88070-022

1. Negros - História - Brasil. 2 Escravidão - Brasil. 3. África - História. 4. Brasil - Civilização - Influências africanas. 5. Discriminação racial - Brasil. I. Albuquerque, Wlamira. II. Fraga Filho, Walter. III. Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. IV. Fundação Cultural Palmares.

CDD - 305.896081

Wlamyra R. de Albuquerque
Walter Fraga Filho

UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

Centro de Estudos Afro-Orientais
Fundação Cultural Palmares
2006

historia.pmd 3 11/5/2006, 10:08

Apresentação

A Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os currículos escolares. Este advento criou a imperiosa necessidade de produção de material didático específico, adaptado aos vários graus e às diversas faixas etárias da população escolar brasileira.

Considerando o atendimento à demanda de projetos educacionais empreendidos pelas associações culturais e pelos grupos organizados do Movimento Negro, notadamente os cursos de pré-vestibular, os cursos profissionalizantes e os cursos noturnos em geral, a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, adotou como prioridade a produção de suportes pedagógicos apropriados aos jovens e adultos, público alvo destes projetos. Para tanto foi estabelecido um convênio com a Universidade Federal da Bahia, através do Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO, para a realização de concursos nacionais para a elaboração de dois vídeos documentários e de três livros, um dos quais é este volume que apresentamos.

O resultado exitoso deste projeto deveu-se à participação de todos os especialistas que integraram as comissões julgadoras, ao empenho administrativo da Profa. Mestra Martha Rosa Queirós,

Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares e do Prof. Dr. Jocélio Telles, Diretor do CEAO-UFBA. Agradecemos especialmente à liderança acadêmica do Prof. Dr. João José Reis e da Profa. Dra. Florentina Souza.

Para assegurar o acesso de todos educadores aos resultados deste projeto, desde já estão franqueados os respectivos direitos de reprodução a todos os sistemas públicos de ensino e a todos empreendimentos educacionais comunitários.

Acreditamos que o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileiras representará um passo fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre todos os brasileiros, na medida em que todos aprenderão a valorizar a herança cultural africana e o protagonismo histórico dos africanos e de seus descendentes no Brasil.

Ubiratan Castro de Araújo
Presidente
Fundação Cultural Palmares

Sumário

Introdução 9

Capítulo I
História da África e a escravidão africana 11

Capítulo II
África e africanos no tráfico atlântico 37

Capítulo III
Escravos e escravidão no Brasil 63

Capítulo IV
Família, terreiros e irmandades 93

Capítulo V
Fugas, quilombos e revoltas escravas 115

Capítulo VI
Negros escravos, libertos e livres 143

Capítulo VII
O fim da escravidão e o pós-abolição 171

Capítulo VIII
Lutas sociais nas primeiras décadas do século XX 201

Capítulo IX
Cultura negra e cultura nacional:
samba, carnaval, capoeira e candomblé. 223

Capítulo X
Desigualdades raciais e luta anti-racista 253

Capítulo XI
O Movimento Negro no Brasil contemporâneo 279

Considerações finais 307

Crédito dos textos, ilustrações e mapas 315

Introdução

Escrever um livro sobre a história do negro no Brasil para estudantes do ensino médio implica em vários desafios. O maior desafio é condensar em algumas páginas uma história que extrapola as fronteiras nacionais, incluindo a África e outras regiões das Américas. Como o leitor irá notar, tratar da história do negro no Brasil implica em: 1) visitar o passado das sociedades africanas antes dos europeus ali chegarem; 2) considerar o contato entre povos e culturas diferentes que se encontraram no território que veio a ser o Brasil; e 3) discutir a experiência de africanos e seus descendentes no Brasil desde o século XV até os dias atuais.

Por não ser possível dar conta de tudo, a organização dos capítulos e mesmo a discussão dos temas resultaram de algumas escolhas. Desde já alertamos que nem todos os temas, episódios, personagens relevantes para a história do negro no Brasil foram debatidos, narrados ou identificados nas páginas a seguir. Há acontecimentos, personagens e lugares desse passado que sequer mencionamos. Estamos, portanto, cientes de que contaremos aqui apenas uma versão possível da história do negro brasileiro. Mas esperamos ter deixado claro que, nestas páginas, os negros ocupam o centro da cena, o que não é comum nos livros de história convencionais. Que fique claro: os negros não fizeram sozinhos a história de nosso país, mas neste livro essa história é contada da perspectiva do negro.

Às vezes tivemos que abordar assuntos complexos, que ainda estão confinados a grupos restritos de pesquisadores, entre os quais nós mesmos. As pesquisas históricas estão a todo tempo revelando novos documentos e exigindo novo olhar sobre assuntos já consagrados, como o tráfico, o trabalho ou as rebeliões, mas também discutindo outros temas, como a família e a religião escravas. Por isso, traduzir numa linguagem accessível para um público mais amplo debates feitos por especialistas também foi um grande desafio e nós esperamos ter conseguido isso.

Apesar de este livro dever muito a outros pesquisadores da história do negro, seus autores assumem inteiramente as escolhas temáticas e interpretações aqui apresentadas. Mesmo porque não será absurdo se aos olhos mais apurados dos especialistas da área for localizada alguma imprecisão, lacuna ou omissão inevitáveis em trabalhos de síntese como este. A variedade e especificidade dos temas aqui analisados expõem o livro a tal risco.

Um dos objetivos deste livro é contribuir para a divulgação da caminhada dos negros através da história do Brasil. Como nunca antes, vivemos uma época em que a preocupação com as desigualdades raciais tem provocado a busca de soluções, em especial a adoção de políticas públicas visando o combate ao racismo e a conquista da justiça social. Este livro faz parte desse esforço, pois consideramos que a história aqui contada educa a sociedade brasileira no sentido de abraçar a causa da igualdade de oportunidade para todos.

Mas o nosso principal objetivo é colaborar para que os negros sejam reconhecidos como grandes atores da história deste país. Esperamos que ao final do texto o leitor ou a leitora, independente da cor de sua pele, se reconheça como parte dessa longa, turbulenta, sofrida e criativa trajetória. Desejamos uma boa viagem pelos caminhos dessa nova história do Brasil.

Capítulo I
HISTÓRIA DA ÁFRICA
E A ESCRAVIDÃO AFRICANA

A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida de cativo no Brasil. Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno.

Quando, no século XV, os europeus desembarcaram na África eles se deram conta de que estavam diante de modos de vida bem distintos dos seus. Entre os africanos a organização social e econômica girava em torno de vínculos de parentesco em famílias extensas, da coabitação de vários povos num mesmo território, da exploração tributária de um povo por outro. A vinculação por parentesco a um grupo era uma das mais recorrentes formas de se definir a identidade de alguém. Isto quer dizer que o lugar social das pessoas era dado pelo seu grau de parentesco em relação ao patriarca ou à matriarca da linhagem familiar. Nessas sociedades a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma fé religiosa.

Na África havia impérios poderosos como o Mali, reinos bem consolidados como o Kongo (que não deve ser confundido

historia.pmd 13 11/5/2006, 10:08

com o atual país Congo), mas também pequenas aldeias agrupadas por laços de descendência ou linhagem. Ainda havia os grupos nômades de comerciantes, agricultores e pastores que se deslocavam sempre que as condições climáticas ou as oportunidades de negócios assim os obrigassem. Mesmo porque o continente africano caracterizava-se pela desproporção entre o enorme território e o pequeno contingente populacional. Entretanto, a expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro.

Escravidão doméstica

Nesses confrontos era comum que os vitoriosos fizessem alguns escravos dentre os membros de um vilarejo vencido em luta armada. Era a chamada escravidão doméstica, que consistia em aprisionar alguém para utilizar sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala, familiar. Se a terra era abundante, mas rareava mão-de-obra, esse tipo de escravidão servia para aumentar o número de pessoas a serem empregadas no sustento de uma família ou grupo. Afinal, a terra de nada valia sem que se tivesse gente empregada no cultivo de alimentos. Os escravos eram poucos por unidade familiar, mas a posse deles assegurava poder e prestígio para seus senhores, já que representavam a capacidade de auto-sustentação da linhagem. Não por acaso, nesse tipo de cativeiro se preferia mulheres e crianças. A fertilidade das mulheres garantia a ampliação do grupo. Daí que era legítimo as escravas se tornarem concubinas e terem filhos com os seus senhores.

Seguindo a mesma lógica, a incorporação dos escravos na família se dava de modo gradativo: os filhos de cativos, quando nascidos na casa do senhor, não podiam ser vendidos e seus descendentes iam, de geração em geração, perdendo a condição servil e sendo assimilados à linhagem. Assim o grupo podia crescer com o nascimento de escravos, fortalecendo as relações de parentesco e aumentando o número de subordinados ao senhor. A integração dos cativos também explica a predileção pela escraviza-

historia.pmd 14 11/5/2006, 10:08

ção de crianças, visto que elas mais facilmente assimilavam regras e constituíam vínculos com a família do seu senhor.

Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas, o cativeiro era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia para o pagamento de dívidas. Nesta situação, caso seus parentes saldassem o débito, extinguia-se o cativeiro. Tais formas de aquisição de cativos foram mais ou menos comuns em diferentes períodos e lugares da África. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais freqüentes quando o tráfico de escravos tomou grandes proporções.

Em algumas sociedades, a exemplo do povo Sena de Moçambique, a escravidão também era uma estratégia de sobrevivência quando a fome e a seca se faziam desastrosas. A venda ou troca de um indivíduo da comunidade podia garantir a sobrevivência do grupo, inclusive de quem era escravizado. A troca de alguém por comida era uma forma de evitar a extinção do grupo. Certamente estamos falando de um recurso extremo, porque ser escravo naquelas sociedades tão fortemente estruturadas por laços de parentesco significava ser exilado, torna-se um estrangeiro, muitas vezes tendo que professar outra fé, se comunicar em outro idioma, estar alheio às suas tradições. Sentenciar alguém à escravidão era acima de tudo desenraizá-lo e desonrá-lo.

Desde que os árabes ocuparam o Egito e o norte da África, entre o fim do século VII e metade do século VIII, a escravidão doméstica, de pequena escala, passou a conviver com o comércio mais intenso de escravos. A escravidão africana foi transformada significativamente com a ofensiva dos muçulmanos. Os árabes organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial de grande escala na África. Não se tratava mais de alguns poucos cativos, mas de centenas deles a serem trocados e vendidos, tanto dentro da própria África quanto no mundo árabe e, posteriormente, no tráfico transatlântico para as Américas, inclusive para o Brasil.

historia.pmd 15 11/5/2006, 10:08

A escravidão islâmica

Com a expansão islâmica a história da África ganhou novos rumos. Desde os fins do século VIII, os árabes, partindo da região do Golfo Pérsico e da Arábia, disseminaram o islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente, das armas. Eram as guerras santas, as *jihad*, destinadas a islamizar populações, converter líderes políticos e escravizar os "infiéis", ou seja, quem se recusasse a professar a fé em Alá. Um dos primeiros povos a se converter ao islamismo, na África do Norte, foi o povo berbere. As cáfilas, como ficaram conhecidas as grandes caravanas que percorriam o Saara, eram formadas principalmente por berberes islamizados. Foi assim, seguindo a trilha desses comerciantes, que o islamismo ganhou adeptos na região sudanesa, na savana africana ao sul do deserto do Saara.

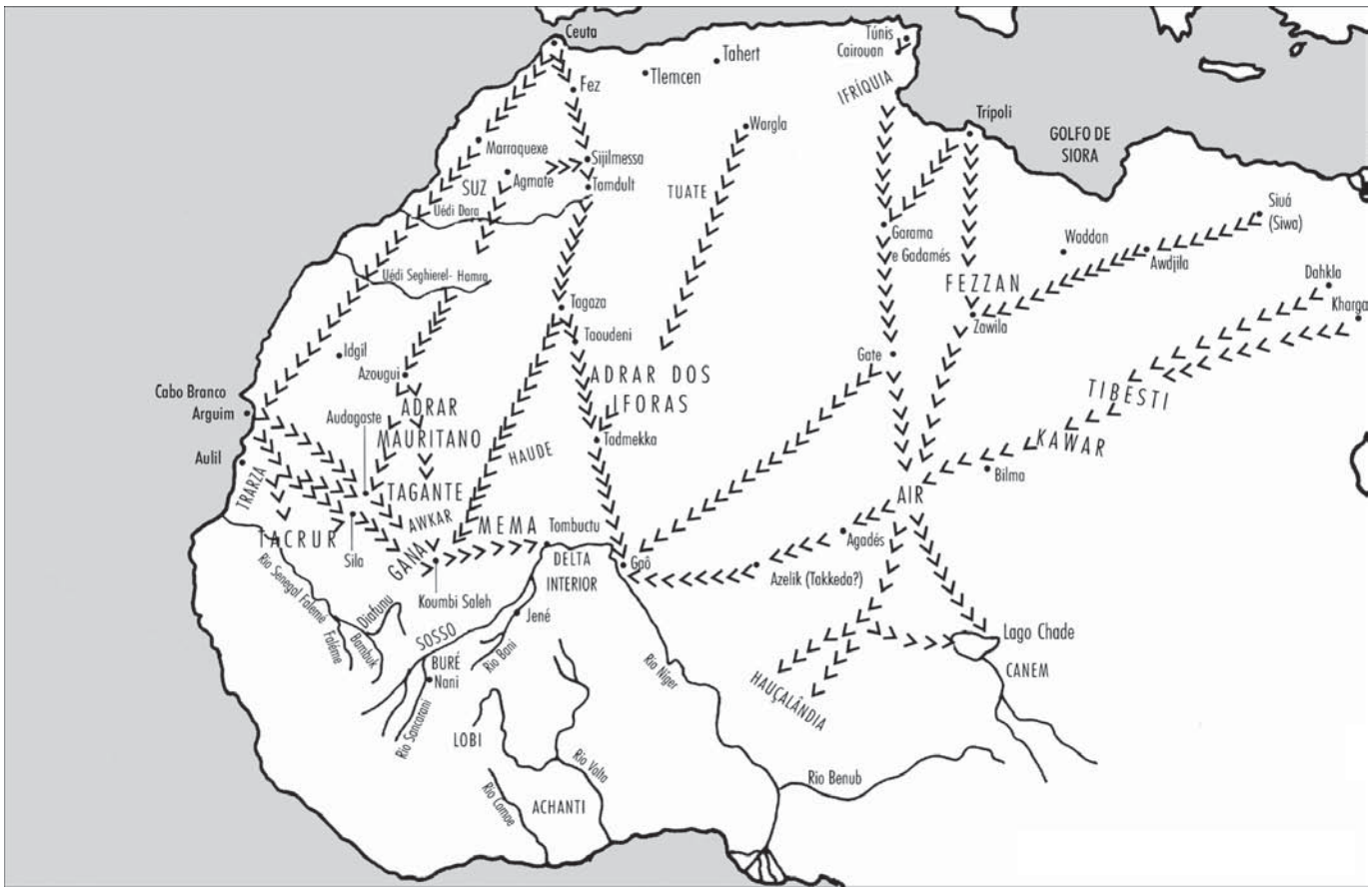
A adoção do camelo como principal meio de transporte foi decisiva na expansão do islamismo na África, porque possibilitou aos berberes percorrer grandes distâncias e suportar as duras condições da vida no deserto. As caravanas pareciam cidades em marcha. Guias, soldados, mercadores e centenas de camelos e escravos percorriam as trilhas à mercê da pouca água disponível nos poços, do clima ameno dos oásis e da resistência dos animais.

Transitar no deserto era, além de exaustivo, uma peripécia perigosa: corria-se o risco de enfrentar tempestades de areia, de se perder entre dunas ou de sofrer ataques de assaltantes. Eram longas viagens por rotas que, no século IX, ligavam Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia e o Egito às margens dos rios Senegal e Níger, ao sul da Mauritânia e ao lago Chade. Já na metade daquele século os escravos eram os principais produtos dos caravaneiros do Saara, que por ali transportaram cerca de 300 mil pessoas.

As cáfilas rumavam do Norte da África para as savanas sudanesas carregadas de espadas, tecidos, cavalos, cobre, contas de vidro e pedra, conchas, perfumes e, principalmente, sal. No retorno, depois de meses, traziam ouro, peles, marfim e, cada vez mais, escravos. Calcula-se que, entre 650 e 1800, esse tráfico transaariano de escravos vitimou cerca de 7 milhões de pessoas, sendo que 20 por cento delas morreram no deserto.

Um terço do território do continente africano é ocupado pelo deserto do Saara. São 8,6 milhões de km2. O Saara estende-se do litoral atlântico da África ao Mar Vermelho. Nessa parte árida, porém, se localiza uma das regiões mais férteis do globo: a faixa de terra banhada pelo rio Nilo.

historia.pmd 16 11/5/2006, 10:08



Rotas comerciais através do deserto de Saara.

Durante a viagem, os caravaneiros muçulmanos acampavam nas fronteiras das cidades ou aldeias sudanesas e não deixavam de cumprir os seus rituais religiosos. Rezavam cinco vezes ao dia, mas também adivinhavam chuva, confeccionavam amuletos, previam o futuro, administravam remédios aos doentes locais e, é claro, faziam negócios. Tudo sempre de acordo com os preceitos islâmicos. Nessa interação, o Islã dos mercadores ia encontrando ora uma maior receptividade, ora a firme resistência das populações sudanesas adeptas de crenças tradicionais. Em muitos lugares a fé em Alá e o culto aos ancestrais conviveram, noutros a conversão ficou restrita ao soberano e à aristocracia, enquanto as pessoas comuns continuavam a professar as crenças herdadas dos antepassados. Mas também se viu a conversão de populações inteiras, fosse para escapar do risco do cativeiro, já que apenas os infiéis podiam ser escravizados, fosse por sincera convicção religiosa.

O Corão não condenava o cativeiro. Para os seguidores do profeta Maomé, a escravização era uma espécie de missão religiosa. O infiel, ao ser escravizado, "ganhava" a oportunidade da conversão e, depois de devidamente instruído nos preceitos islâmicos, tinha direito a voltar a ser livre. Entretanto, não bastava se converter para ter direito a alforria. Havia razões bem mais comerciais e bem menos altruístas a justificar o crescimento do número de escravos no mundo muçulmano. Primeiro, porque uma vez escravizado o indivíduo nem sempre dispunha de tempo e condições para ser educado de acordo com as leis islâmicas, e segundo, porque o trabalhador escravo era fundamental para a viabilidade do comércio dos mercadores muçulmanos.

A intensificação do comércio de longa distância exigia o aumento do número de cativos. Além de produto de troca, o escravo era o carregador nas exaustivas viagens. Estava a seu encargo o transporte das barras de sal, dos fardos de tecidos, dos cestos de tâmaras, das armas, dos objetos de cobre. Na outra ponta das rotas comerciais a procura por escravos só aumentava. Quanto mais escravos eram capturados outros tantos eram necessários para preencher várias ocupações no mundo árabe. Podiam ser concubinas, agricultores, artesãos, funcionários encarregados da burocracia, domésticas, tecelões, ceramistas. Mas era principalmen-

historia.pmd 18 11/5/2006, 10:08

te como soldados que os cativos passavam a ser indispensáveis. A conquista de territórios e o domínio de líderes locais dispostos a interpretar à sua maneira a lei islâmica, requeriam mais e mais soldados. Assim, à medida que aumentavam os territórios submetidos aos muçulmanos, crescia a necessidade de controlá-los, bem como de realizar novas conquistas.

Todo o mundo árabe foi se revelando um bom mercado para os cativos trazidos não só da África, mas também da Índia, China, Sudeste da Ásia e Europa Ocidental. Viam-se, por isso, pessoas capturadas em diversos lugares nos mercados de escravos do mundo muçulmano. Mas foi a África negra quem mais abasteceu os mercados de escravos, principalmente depois da ocupação do Egito e do Norte da África pelos árabes. Ainda no século IX, o califado de Bagdá chegou a contar com 45 mil escravos negros trazidos pelos comerciantes berberes. A partir do século X, o número de escravos provenientes da África subsaariana excedia em muito o de turcos e eslavos. E essa tendência só se acentuou ao longo do tempo, tanto que no século XVIII aproximadamente 715 mil pessoas foram capturadas na África negra e escravizadas no Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. Esse tráfico voraz de gente de cor preta explica a presença de negros nas populações árabes.

Desse modo, a escravidão doméstica africana foi dando lugar à escravização em larga escala. A partir do século XV, com a presença européia na costa da África, esse processo ganhou dimensão intercontinental e fez da África a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações européias de então se envolveram no tráfico e disputaram acirradamente sua fatia nesse lucrativo negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente, portugueses lançaram-se na conquista dos mercados africanos.

A escravidão cristã

A procura por especiarias e ouro guiava os navegadores portugueses. Das riquezas africanas eles tinham notícias desde 1415, quando conquistaram Ceuta, importante centro comercial no extremo

historia.pmd 19 11/5/2006, 10:08

norte da África. Contava-se que no interior do continente havia cidades de ouro e rios que transbordavam pedras preciosas. Desde então, os barcos lusitanos tomaram a direção dos ventos que pudessem levá-los à costa africana, onde chegaram em meados do século XV.

E foi grande o assombro dos africanos que viviam em Arguim — região do atual Senegal ao sul do Cabo Branco —, ao notarem que barcos enormes e estranhos se aproximavam da costa. Embora já estivessem acostumados com a presença estrangeira dos árabes, a visão dos europeus e de embarcação tão grande deve ter-lhes causado estranheza. Havia homens brancos na África, mas não como aqueles; existiam grandes barcos usados para o transporte de pessoas e mercadorias, mas nenhum com as dimensões das caravelas.

Os portugueses, desde que principiaram as grandes navegações, compreenderam a importância de ter intérpretes na tripulação. Os tripulantes mauritanos, os marujos mouros, malaios e indianos eram tão necessários numa viagem quanto os conhecedores da direção dos ventos, das correntes marinhas, da posição das estrelas e do litoral africano. É certo que os primeiros encontros entre portugueses e africanos não foram amistosos. Flechas envenenadas de um lado e mosquetes de outro fizeram algumas baixas, entretanto, coube aos tradutores dos portugueses estabelecer contatos amistosos com a gente da terra. E, ali, nas proximidades do rio Senegal tratava-se de gente e terras que faziam parte do império jalofo.

Logo, os europeus mostraram interesse em conseguir ouro, já os reis jalofos queriam os produtos que costumavam adquirir com os caravaneiros do deserto: armas, tecidos, manufaturas do Marrocos e do Egito, contas de vidro de Veneza e, sobretudo, bons cavalos já equipados para a montaria, fundamentais para vencer guerras e ostentar poder e riqueza. Os portugueses não conseguiram o ouro tão desejado, mas zarparam abastecidos de escravos, como faziam os mercadores do Saara. Realizados os primeiros negócios, a curiosidade acerca do destino dos cativos embarcados tomou conta dos africanos.

historia.pmd 20 11/5/2006, 10:08

As principais regiões africanas envolvidas no tráfico transatlântico de escravos

Já sabemos que o comércio de escravos na África existia antes da chegada dos europeus. Ali mesmo nas proximidades do rio Senegal, os reis jalofos há muito participavam do comércio transaariano fornecendo escravos, ouro, malagueta, plumas e peles de animais. Mas então as coisas mudaram de rumo. O embarque dos cativos, naquele barco assombrosamente grande, trouxe inquietação aos africanos. Havia, por exemplo, uma crença entre os africanos de que os europeus eram ferozes canibais, capazes de devorar a carne negra e guardar o sangue para tingir tecidos ou preparar vinho.

Desconfiados de que os europeus podiam prejudicar seus negócios, nada lhes foi facilitado. Nenhum chefe político franqueou-lhes o acesso às zonas auríferas no interior da África, nem os comerciantes os introduziram nas rotas transaarianas. Mas os europeus persistiram. Arguim foi escolhida para servir de entreposto comercial. Lá, construíram a primeira feitoria portuguesa fortificada na África em 1445, para onde pretendiam desviar o comércio transaariano.

A persistência portuguesa foi bem recompensada. Aos poucos, foram sendo vencidas desconfianças, combinados preços satisfatórios, e foram crescendo os negócios com os africanos que viviam nas proximidades do rio Gâmbia, gente do poderoso Império do Mali. Tanto que, por volta de 1460, tinham com eles boas relações comerciais. Mas o principal objetivo dos portugueses, que era se apropriar do comércio transaariano, ainda não havia sido alcançado. Tão pouco tiveram acesso às minas de ouro, como sonhavam.

Mali e Songai

No século XVI dois grandiosos impérios rivalizavam no Norte da África ocidental, Mali e o Songai. O império Mali reunia, já no século XIII, vários povos que deviam obediência e tributos ao mansa, também conhecido como makinke (senhor da terra e da chuva) dos mandingas. O domínio mali se estendia do deserto à savana africana, e do litoral atlântico ao interior do continente o que lhe garantia controlar a extração de ouro e os portos caravaneiros. Com a decadência do império Mali dos mandingas, o Songai foi se estruturando como o último grande Estado mercantil do Sudão ocidental. Assim como os mandingas, os songais consolidaram seu poder estreitando os vínculos com o centro religioso muçulmano, Meca. A estrutura administrativa do reino de Songai era bastante complexa: o território era dividido em quatro vice-reinos, havia um sistema regular de arrecadação de impostos, prevalecia o sistema de pesos e medidas árabe e um exército que chegou a contar com cerca de cinqüenta mil escravos. O sucesso do comércio dos portugueses no litoral contribuiu para a decadência do império songai, mais voltado para o comércio transaariano.

A Costa do Ouro

Ao longo dos séculos XVI e XVII, novas perspectivas de negócios surgiram para os portugueses com o comércio de cabotagem realizado entre portos não muito distantes, na região conhecida como Costa do Ouro. Para que mercadorias valiosas, como noz de cola (semente com propriedades medicinais, que mastigada refresca a boca, reduz o cansaço, a fome e a sede), obtivessem bons preços era preciso percorrer longas distâncias. Entre o produtor e

historia.pmd 22 11/5/2006, 10:08

Castelo de São Jorge da Mina

o consumidor final havia uma série de intermediários, o que encarecia os produtos, embora garantisse a vitalidade do comércio interno africano. Os portugueses se deram conta do funcionamento dessa rede e do valor do escravo como moeda de troca. Passaram então a comprar africanos para vender a outros africanos, beneficiando-se da velocidade das caravelas no transporte ao longo da costa.

Ao sucesso comercial dos portugueses passou a corresponder o infortúnio do continente africano. No litoral, a venda de escravos passou a determinar a prosperidade e a força militar de uns e a miséria de outros grupos africanos. O comércio com os europeus reforçou o poder de chefes dispostos a guerrear contra povos inimigos com o único intuito de fazê-los cativos. A presença portuguesa redimensionou a vida de populações litorâneas que, até então, não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma atividade corriqueira, sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo. O leitor deve estar lembrado que antes dessa investida comercial lusitana os grandes negócios da economia africana aconteciam no interior e no norte da África, dependiam da resistência dos camelos e da habilidade dos caravaneiros do Saara.

Para os portugueses, com a prosperidade dos negócios, era urgente o estabelecimento de mais feitorias no litoral africano, fortalezas muradas e protegidas com canhões que desencorajassem a aproximação de outros europeus e abrigassem mercadorias, inclusive escravos. O castelo de São Jorge da Mina foi a mais importante delas. Em 1482, onde hoje é a República de Gana, foi erguida a sólida construção feita de pedra e cal, do mesmo modo que as edificações européias. A imponência do forte deixava evidente que os portugueses tinham planos ambiciosos, que pretendiam permanecer por muito tempo na região, e os fantes (ou fantis) e acãs (ou akans) — moradores locais —, temerosos, tentaram inviabilizar ou pelo menos adiar a construção. Dificultaram a concessão da terra, cobraram altos tributos, restringiram o acesso a água potável e, ainda, atacaram os homens ocupados com a obra.

Apesar dos contratempos, ao final de oito anos a fortaleza estava pronta, tendo dois fossos, altas torres e potentes canhões

historia.pmd 24 11/5/2006, 10:08

prontos para atacar invasores e abrigar com segurança até mil cativos. Mas a fortaleza não se mostrou tão segura. Em 1637, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomou de assalto, visando controlar o comércio negreiro da região para abastecer Pernambuco, sob o seu domínio desde 1630. Naquela época, a economia pernambucana, baseada nos engenhos de açúcar, era grande consumidora de escravos africanos.

Enquanto dominaram o castelo, os portugueses atraíram para a vizinhança outros astutos negociantes, os mandingas, que compravam dos lusitanos escravos e tudo mais que pudessem revender aos caravaneiros do deserto. Formava-se, assim, uma rede comercial que incluía os portugueses, mas também ampliava os lucros dos comerciantes africanos. Por outro lado, a fortaleza facilitava o deslocamento dos moradores do forte ao longo do litoral, através da navegação de cabotagem, o que propiciava a negociação direta com os reinos mais ao sul.

Os europeus levavam sal para uns, arroz, tecidos de lã e panos de algodão para outros e, em contrapartida, recebiam ouro e escravos, que, por sua vez, eram trocados por outros produtos, a exemplo da pimenta. Estima-se que, entre 1500 e 1535, os portugueses levaram para o castelo de São Jorge entre dez e doze mil escravos. Muitos deles foram entregues pelos mandingas, e muitos outros adquiridos no Golfo do Benim, onde as caravelas portuguesas passaram a navegar com mais freqüência a partir do final do século XV. Em 1479, por exemplo, numa só viagem quatrocentos cativos vindo do Golfo do Benim foram trocados por ouro no castelo de São Jorge.

A Costa dos Escravos

Antes de os portugueses começarem a comercializar no Golfo do Benim não havia grandes reinos africanos em regiões florestais. A exuberante floresta tropical dificultava a penetração comercial nessas terras. O reino do Benim foi uma exceção. Nos últimos anos do século XV, uma expedição portuguesa foi à capital do reino e lá se deparou com uma grande cidade com ruas largas e compridas e muitas casas. Mas, não há dúvidas de que a expansão

historia.pmd 25 11/5/2006, 10:08

desse reino foi acelerada com a sua incorporação ao comércio negreiro nos séculos XVI e XVII.

No Benim o controle comercial era do rei que comprava e vendia sal, peixe seco, noz de cola, couros, tecidos e cobre. Cientes de que o monopólio sobre o comércio garantia ao rei do Benim uma considerável força política, os portugueses tentaram convertê-lo ao catolicismo. Era uma forma de aproximar aquele reino africano do lusitano. Mas, ao rei do Benim não interessava ter compromissos exclusivamente com Portugal, já que outros europeus também cobiçavam integrar-se ao esquema comercial do lugar. Franceses, ingleses e holandeses também lhes propuseram acordos mercantis. A atitude do rei do Benim deixa claro que os termos desses acordos comerciais não dependiam apenas da habilidade dos europeus, também estavam a mercê dos interesses dos diferentes povos africanos.

Por isso, não se pode entender a prosperidade do tráfico de escravos sem levar em consideração a combinação de interesses entre europeus e africanos. É bem verdade que as nações européias tentaram manter o controle sobre as regiões produtoras de escravos, mas o tráfico africano era um negócio complexo e envolvia a participação e cooperação de uma cadeia extensa de participantes especializados, que incluía chefes políticos, grandes e pequenos comerciantes africanos. Há estimativas de que 75 por cento das pessoas vendidas nas Américas foram vítimas de guerras entre povos africanos.

A avidez por escravos reorganizou de tal maneira o mapa político africano que alguns reinos experimentaram o apogeu nos séculos XVII e XVIII graças ao tráfico negreiro. Foi o caso dos reinos de Daomé, Sadra, Achanti e Oió. Até o século XVI, Oió era apenas uma cidade-estado iorubana que tinha na agricultura e na tecelagem as suas principais atividades. Dedicava-se especialmente à fabricação de tecidos, os famosos panos-da-costa que viriam a ser tão apreciados pelos negros na Bahia. Mas as atividades agrícolas e artesanais perderam importância diante do tráfico. No final do século XVI, as cidades iorubanas participavam tão ativamente desse comércio que a região do golfo de Benim passou a ser conhecida como Costa dos Escravos.

Formou-se ali um mercado bastante competitivo. Entre os vendedores de escravos, principalmente os iorubás e daomeanos

Por falarem variações do mesmo idioma, adorarem a alguns deuses em comum, compartilharem a mesma origem mítica e ocuparem o mesmo território (entre o sudoeste da Nigéria e o sudeste da república de Benim) vários reinos, a exemplo de Queto, Egba, Oió e Ijexá, passaram a ser denominados pelos missionários europeus de iorubás. Até o século XIX, o termo só se referia ao povo de Oió. Oió subjugou vários outros reinos iorubanos, além de vizinhos como o Daomé, Nupe e Borgu. O poderoso reino de Oió entrou em colapso a partir do final do século XVIII, devido a conflitos internos e externos. A sua capital foi parcialmente destruída e abandonada por volta de 1830.

historia.pmd 26 11/5/2006, 10:08

Esculturas em bronze do Benim

competiam pelas mercadorias européias. Entre os compradores, a concorrência não era menos acirrada. Nos portos da Costa dos Escravos, ingleses, holandeses, franceses, portugueses e brasileiros abarrotavam os navios de gente destinada a ser "exportada" para as Américas. De fato, nenhuma grande nação européia ficou fora deste que era o negócio internacional mais rentável da época. Os africanos escravizados, moradores de pequenas aldeias cada vez mais distantes do litoral, eram vítimas de assaltos e guerras.

Presas pelo pescoço umas às outras, essas pessoas eram levadas para os mercados onde aguardavam os compradores, às vezes por meses. Eram então trocadas, no século XVIII, principalmente pelo fumo de rolo produzido na Bahia, produto muito procurado naquela região e que garantia a primazia dos brasileiros. Mas o sucesso comercial não impediu que o reino iorubá corresse risco. Com a expansão do reino vizinho, o Daomé, vários territórios subordinados a Oió passaram a ser saqueados e a ter os seus habitantes escravizados. Desse modo, de implacáveis caçadores de escravos, os iorubás foram transformados eles mesmos em cativos, principalmente a partir do final do século XVIII.

O reino do Daomé foi fortemente centralizado e se desenvolveu a partir de 1700 com o próprio tráfico atlântico. Como era imprescindível a um reino tão intimamente dependente do comércio de escravos, ali se concentrava um poderoso exército armado de mosquetes, encarregado de ampliar as fronteiras e capturar escravos, inclusive, no final do século XVIII, entre as populações sob o domínio do reino de Oió. O tráfico era tão fundamental para o reino de Daomé que em 1750, 1795 e 1805 foram enviados embaixadores daomeanos à Bahia com a incumbência de firmar acordos de monopólio comercial para o envio de cativos. Como veremos no próximo capítulo, os negócios entre as elites do Daomé e os proprietários baianos garantiram a regularidade do tráfico de escravos para o Brasil. Nesta mesma época, os portugueses já negociavam com os povos da África centro–ocidental, e com eles estabeleceram vínculos políticos e religiosos mais estreitos e negócios bem lucrativos, como veremos a seguir.

historia.pmd 28 11/5/2006, 10:08

Kongo – Angola

Era 1483, quando o navegador Diogo Cão, procurando conhecer melhor a costa africana, chegou à foz do rio Zaire, onde estava estabelecido o poderoso reino do Kongo. Rapidamente se espalhou entre os habitantes locais a notícia de que barcos enormes, que mais pareciam pássaros gigantescos, estavam nas proximidades do reino. A novidade vinda do mar trouxe inquietação. Na região do Kongo-Angola pensava-se que os europeus vinham de outro mundo, que eram seres sobrenaturais. Acreditava-se que entre o mundo dos vivos e dos mortos havia uma linha divisória, a Calunga. Daí que quando alguém morria o seu espírito atravessava a fronteira entre a vida e a morte navegando numa zona transitória que seria o oceano. Para eles, os homens brancos que desembarcaram com Diogo Cão podiam ser espíritos de antepassados voltando para casa.

A recepção aos portugueses foi calorosa. O mani-sônio (ou mani Nsoyo), governante da província litorânea do reino, os acolheu festivamente. Os navegantes também se mostraram entusiasmados e curiosos. Queriam conhecer o rei, para quem traziam presentes. Com tal fim foram enviados alguns mensageiros à cidade real, Mbanza Kongo. O rei, o manicongo, deve ter ficado bastante surpreendido com a presença daqueles brancos que diziam ter cruzado o oceano. Talvez por isso, ao invés de mandá-los de volta a seus navios, os manteve em seu palácio.

Assim, os mensageiros tiveram a oportunidade de saber que o reino do Kongo era uma estrutura político-administrativa bem complexa e centralizada. A autoridade máxima era o manicongo, escolhido por um conselho de nobres que ocupavam os cargos de secretários reais, administradores provinciais, coletores de impostos, juízes e oficiais militares. Já a economia estava assentada na atividade agrícola e pastoril, embora houvesse grandes mercados regionais para o comércio de sal e produtos de ferro, nos quais a moeda usada era um tipo de concha da região da ilha de Luanda, cuja coleta era monopólio real.

Ao perceber que os mensageiros enviados ao rei tardavam a voltar, Diogo Cão resolveu tomar quatro reféns e levá-los diante

historia.pmd 29 11/5/2006, 10:08

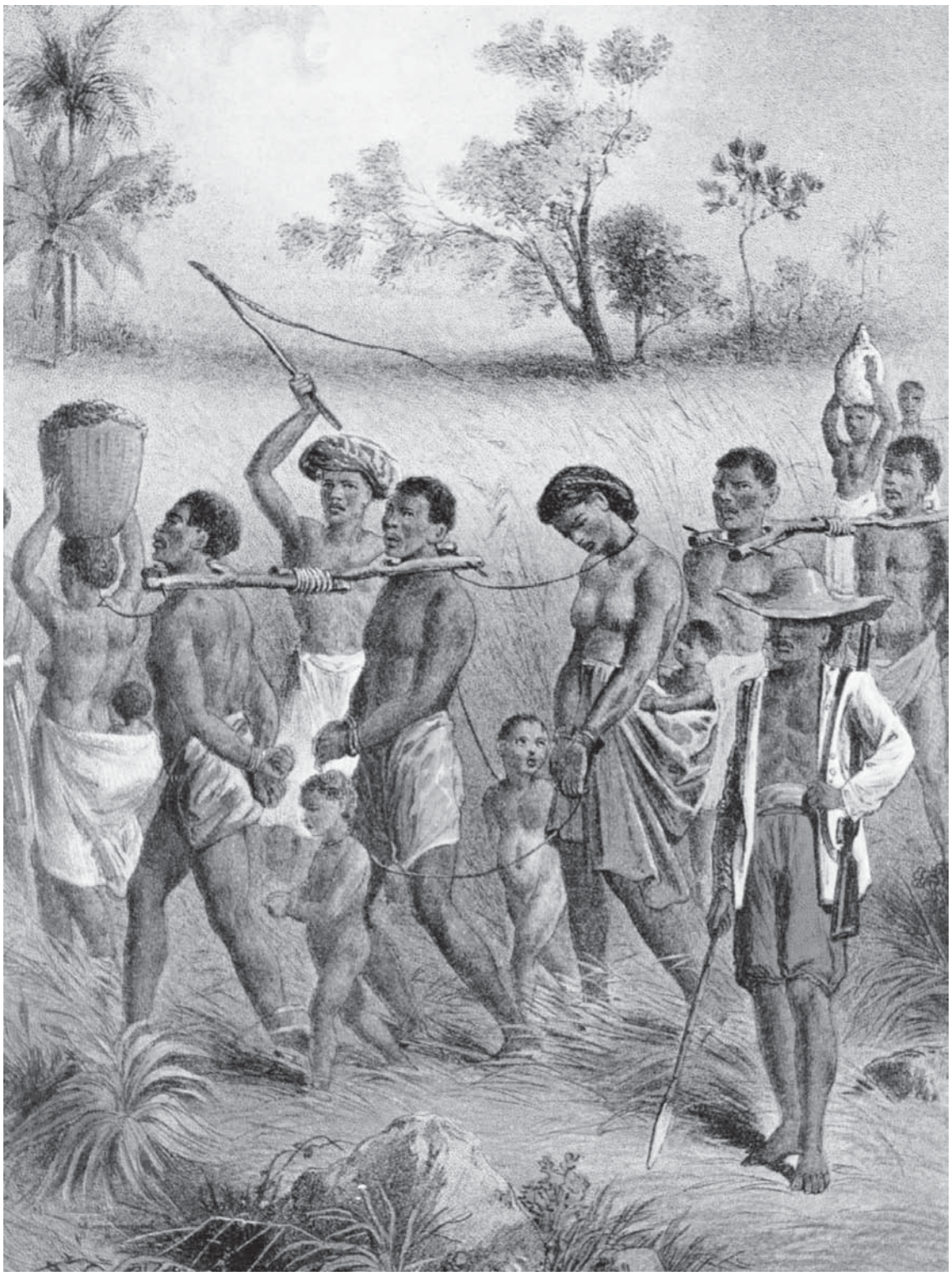
do rei de Portugal, com a promessa de trazê-los de volta depois de algumas luas. Assim foi feito. Quando retornaram para o Kongo os quatro africanos estavam vestidos como europeus e falando português. Se os mensageiros que ficaram na cidade real do Kongo tinham muito para contar a Diogo Cão, não eram poucas as novidades que os raptados relataram ao manicongo. Haviam visto muitos outros barcos enormes, armas e riquezas que podiam assegurar o poderio de quem as possuísse.

Ambicioso, o manicongo Nzinga avaliou que era fundamental firmar acordos com aqueles viajantes e, em 1489, enviou numa das caravelas de Diogo Cão vários presentes e uma embaixada ao rei português, d. João II. O objetivo dos embaixadores era claro: solicitar autorização para que rapazes do reino africano pudessem ser educados na Europa, conseguir que padres católicos fossem enviados ao Kongo, assim como mestres no ofício da carpintaria, pedraria e agricultura. O rei português não tardou a atender aos pedidos. Uma aliança com outro soberano tão poderoso e disposto a se converter ao catolicismo parecia a oportunidade ideal para fincar os pés naquela região da África.

Por sua vez, o rei do Kongo visava apropriar-se dos conhecimentos, técnicas e até hábitos e costumes europeus que pudessem fortalecer ainda mais o seu reino. O manicongo, uma de suas esposas e um filho foram batizados numa igreja de pedra e cal que mandou erguer em 1491. Daquele dia em diante ao rei do Kongo foi dado o nome de d. João I, a sua mulher, Leonor, e ao seu filho, Afonso. É certo que houve quem se negasse a aderir ao catolicismo, dentre eles, um outro filho do rei, Mpanzu a Kitima, mas este foi vencido por Afonso na disputa pela sucessão do trono. Vitória facilitada pela ajuda militar portuguesa na forma de cavalos e armas.

Além de propagar o catolicismo, d. Afonso sempre se mostrava interessado em aproximar o Kongo de Portugal também por meio dos costumes, língua, ensino e conhecimento tecnológico. Contudo, ao fim de décadas de negociação, os portugueses não tinham honrado o compromisso de ensinar aos congueses como se construir grandes barcos a vela, tão pouco moinhos e veículos de roda. As novidades ficaram restritas ao

historia.pmd 30 11/5/2006, 10:08



Captura de escravos na África, segundo imaginada por artista norteamericano.

cultivo do milho, da mandioca, batata-doce e amendoim vindos da América. Em contrapartida, além do auxílio militar, sempre que necessário d. Afonso contou com os portugueses para incrementar o comércio do cobre, trocado por mercadorias européias que, por sua vez, eram repartidas entre os chefes de distritos do reino. Esses chefes faziam o mesmo com os líderes das aldeias, que por sua vez também dividiam com os cabeças de grupos familiares. Desse modo estava assegurada uma rede de lealdade capaz de sustentar o poder do rei, que governou entre 1506 e 1543.

Mas, aos poucos, o controle dos negócios foi escapando das mãos reais. Burlando a sua vigilância, administradores provinciais começaram a negociar com os portugueses sem qualquer intermediação. Ironicamente, quanto mais as elites do Kongo desejavam os produtos europeus, como queria d. Afonso, mais risco corria o seu reinado. Nas últimas décadas do século XVI, começava a ruir um dos mais estáveis reinados da África centro-ocidental. Já a demanda por produtos europeus crescia de tal modo que cobre e peles já não eram suficientes para saldar as dívidas com os comerciantes portugueses.

Até então a escravidão no Kongo era do tipo doméstico, embora nas cidades fosse comum que um número significativo de prisioneiros de guerra estivesse a serviço da nobreza. Mas, aos poucos, os cativos passaram a ser usados como meio de conversão da moeda local para a portuguesa, sem o intermédio da nobreza e do rei. No decorrer do século XVII, mais e mais escravos foram envolvidos nas transações entre chefes políticos e mercadores africanos com os portugueses, que os aceitavam de bom grado. Multiplicaram-se na região as guerras com o único fim de capturar mais pessoas a serem embarcadas nos navios portugueses.

Ao mesmo tempo, os portugueses intensificavam o comércio de escravos com Ndongo (Angola), vizinhos e vassalos do Kongo, sem a intermediação de d. Afonso. Eles imaginavam que encontrariam, naquelas terras, minas de prata. A pretensão colonialista já era evidente em 1575, quando as terras diante da ilha de Luanda foram consideradas uma capitania portuguesa. Logo os moradores do lugar entenderam que, ao construírem casas, igreja e fortificações, os portugueses visavam se fixar na região, e reagi-

historia.pmd 32 11/5/2006, 10:08

ram. A cada investida portuguesa para o interior do continente correspondiam ataques de hábeis chefes políticos, a exemplo da rainha Jinga (ou Nzinga). No mais, ainda existiam outros inimigos bem poderosos: as febres, a escassez de comida, os insetos, a estiagem e a frustração diante da inexistência de prata e ouro nas proximidades.

Os portugueses concluiriam, então, que a empreitada conquistadora não valia a pena e resolveram concentrar suas forças no comércio de escravos, atividade que seguramente lhes rendia muito lucro e menos trabalho, pois eram os próprios moradores de Luanda que se lançavam à caça de cativos. Luanda rapidamente se tornou uma grande feira de comércio de gente. Angola, desde fins do século XVI até a primeira metade do século XVIII, foi o maior fornecedor de escravos para as Américas portuguesa e espanhola. Entre 1575 e 1591 foram embarcados da região de Angola mais de 52 mil africanos para o Brasil.

Jinga ou Nzinga Mbandi (1581-1663) foi a rainha que durante treze anos lutou contra os portugueses em Angola. Em 1621, a rainha Jinga de Mutamba, seguida por uma vistosa comitiva, propôs uma aliança aos portugueses. Em troca da paz aceitou certas condições, inclusive a conversão ao catolicismo. Ela foi batizada com o nome de Dona Ana de Souza, na igreja matriz de Luanda, em 1622, mas não aceitou pagar tributos como exigiam os lusitanos. No ano seguinte, empreendeu outra guerra contra os portugueses e mandou uma embaixada ao Papa Alexandre VII pedindo o reconhecimento do seu reino. Esquecendo o padroado, o papa enviou-lhe uma carta com orientações para que seu reino fosse cristão, junto com vários missionários capuchinhos italianos. Mas a rainha foi derrotada à frente de suas tropas, e suas duas irmãs, as princesas Cambe e Funge, foram levadas para Luanda e batizadas com os nomes de Bárbara e Engrácia. Quando, em 1641, os holandeses saíram do norte do Brasil e ocuparam Luanda, Jinga aliou-se a eles contra os portugueses. Mas em 1648, Salvador Correa de Sá retomou Luanda dos holandeses, com uma armada saída do Rio de Janeiro. A rainha Jinga morreu em 17 de dezembro de 1663, quando teria cerca de 80 anos. A memória dos cortejos e lutas das suas tropas continua presente nos congados brasileiros.

A África Oriental

A busca dos portugueses por riquezas e rotas comerciais fazia com que eles rondassem incessantemente toda a costa africana. Sem dúvida, foi na África ocidental que a presença portuguesa foi mais evidente. Mas eles também se aventuraram, no século XV, na costa africana banhada pelo oceano Índico, onde se impressionaram com a semelhança daqueles portos, ruas e casas com as que existiam em Portugal e Espanha. Eles se deslumbraram diante das construções com vários andares e terraços, que lhes eram tão familiares. No porto de Mombaça, o movimento incessante dos barcos transportando ouro, prata, pérolas, seda, vidros, especiarias os deixaria ainda mais fascinados.

Sofala, Moçambique, Zanzibar e outras cidades-estado estavam na fronteira do mundo islâmico. Eram cidades integradas às redes comerciais do oceano Índico, controladas pelos muçulmanos que, apesar do encantamento dos portugueses, não viam os recém-chegados com bons olhos. A presença de estranhos não era bem vinda, e disso os portugueses logo souberam, haja vista a hostilidade com que foram recebidos. Entretanto, no século XVI,

historia.pmd 33 11/5/2006, 10:08

algumas dezenas de portugueses já haviam se embrenhado no interior da região combatendo os mouros, resistindo a doenças, negociando com os reis africanos, pregando a fé cristã e instalando feitorias, onde era considerável o número de escravos empregados na lavoura e na criação de animais.

Mas era o ouro, a prata e o marfim que mais os incentivavam a permanecer num território dominado por muçulmanos. Foram muitos os embates entre portugueses e mouros pelo controle dos principais centros comerciais — Quiloa, Mombaça, Massapa, Melinde e Moçambique. Essas disputas desestabilizaram redes comerciais milenares. A cobrança de tributos, os saques, incêndios e as rebeliões contra os lusitanos, além das investidas dos holandeses e ingleses, ameaçavam a prosperidade da atividade mercantil.

Os portugueses tentaram manter a hegemonia na região construindo fortificações. Ergueram uma na ilha de Moçambique, que era a capital dos estabelecimentos portugueses na África Oriental, e em 1593 foi edificada em Mombaça a maior delas, a fortaleza de Jesus. Esta fortaleza sofreu ataques de grupos muçulmanos, foi cenário para revolta de escravos e abrigou aliados políticos, e embora tivesse sido mantida sob o controle dos portugueses, isto não lhes garantiu as riquezas que almejavam: ouro e prata em grande quantidade. Como se via na parte ocidental da África, foi com escravos que os aventureiros portugueses, holandeses e ingleses conseguiram acumular fortuna.

A saga dos africanos seguia seu curso: por um lado, eles buscavam integrar-se com lucro no circuito comercial atlântico, por outro, viviam a trágica experiência da escravização em massa. Não há dúvidas de que os comerciantes africanos eram os elos mais fracos nesse circuito, pois viviam permanentemente na dependência do grande traficante europeu ou brasileiro. Os negócios do tráfico movimentaram a economia numa dimensão global, mas as suas conseqüências foram brutais para as sociedades africanas.

Além dos incalculáveis sofrimentos causados pela separação forçada de indivíduos de suas comunidades e famílias, aquele comércio promoveu o esvaziamento demográfico de muitas regiões da África. Ao privar as comunidades de indivíduos adultos, o trá-

historia.pmd 34 11/5/2006, 10:08

fico transplantava às Américas algo muito necessário na África: o trabalho do africano. No mais, a presença dos europeus no continente africano representou tanto a integração da África negra ao grande circuito comercial do Atlântico, quanto determinou os rumos das sociedades do Novo Mundo, que incluía a região que veio a se tornar o Brasil.

EXERCÍCIOS:

1. Comente a seguinte afirmativa: a escravidão doméstica consistia em aprisionar alguém para utilizar a sua força de trabalho na agricultura de pequena escala.
2. Analise de que maneira a expansão islâmica redimensionou a escravidão na África.
3. Comente as relações comercias entre portugueses e africanos do reino do Kongo.

Bibliografia:

COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o limbambo – a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

REIS, João José. "Notas sobre a escravidão na África pré-colonial". *Estudos Afro-asiáticos,* nº 14 (1987), pp. 5-21.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Marina de Mello e. "Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão corada ao movimento Antoniano, séculos XV-XVIII". *Tempo,* nº 6 (dez de 1998), pp. 95-118.

historia.pmd 35 11/5/2006, 10:08

Capítulo II
ÁFRICA E AFRICANOS NO TRÁFICO ATLÂNTICO

A África do tráfico brasileiro

Os números não são precisos, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África.

A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais européias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo. A colônia portuguesa (o Brasil) dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra. A migração transatlântica forçada foi a principal fonte de renovação da população cativa no Brasil, especialmente nas áreas ligadas à agricultura de exportação, como cana-de-açúcar. Submetida a péssimas condições de vida e maus-tratos, a população escrava não se reproduzia na mesma proporção da população livre. Era alto o índice de mortalidade infantil e baixíssima a expectativa de vida. Além dos que morriam, o tráfico repunha os que

historia.pmd 39 11/5/2006, 10:08

saíam do sistema através da alforria ou da fuga para os quilombos. Assim, havia demanda constante de escravos africanos, algo que se intensificava nos períodos de crescimento econômico.

Mas antes de investir maciçamente no tráfico africano, os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de "negro da terra", distinguindo-o assim do "negro da guiné", como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas "guerras justas", comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão.

Por volta da segunda metade do século XVI, a oferta de escravos indígenas começou a declinar e os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-los. Diversos fatores levaram à substituição do índio pelo africano. As epidemias dizimaram grande número dos que trabalhavam nos engenhos ou que viviam em aldeamentos organizados pelos jesuítas. A fuga dos índios para o interior do território provocou aumento dos custos de captura e transporte de cativos até aos engenhos e fazendas do litoral.

Além do mais, o apresamento não atendia ao interesse da Coroa portuguesa de ligar o Brasil ao comércio europeu e africano. O apresamento de indígenas era uma atividade exclusiva dos colonos, dele ficava de fora o grande comerciante sediado em Portugal ou aquele que atuava no tráfico africano. Para completar, nenhuma comunidade indígena se firmou como fornecedora regular de cativos, o que dificultou a formação de redes comerciais que pudessem atender à demanda crescente de mão-de-obra.

Mesmo assim, a escravidão indígena perdurou por muito tempo em várias regiões da colônia. Sem poder importar africanos em grande número, os colonos paulistas durante muito tempo se contentariam com a escravidão indígena. Foi o apresamento de índios que os empurrou para os sertões inexplorados e inóspitos. No Pará e no Maranhão o escravo indígena foi largamente utilizado até os

historia.pmd 40 11/5/2006, 10:08

últimos anos do século XVIII, quando o tráfico africano passou a suprir regularmente as duas capitânias. No território que corresponde ao atual estado do Amazonas, onde se desenvolveu uma economia baseada na coleta de plantas nativas, as chamadas "drogas do sertão" (cacau, salsaparrilha, baunilha, etc.), a utilização do trabalho escravo indígena se estendeu até o século XIX.

A preferência pelos africanos fez com que os portugueses se voltassem para o tráfico na África. Na segunda metade do século XVI, com o aumento da procura por escravos no Brasil, o tráfico passou a condição de grande negócio e fonte de vultosos lucros nas duas margens do Atlântico. A partir de então, o tráfico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades ultramarinas iniciadas com os "descobrimentos" para se transformar no negócio mais lucrativo do Atlântico Sul.

No decorrer do tempo, traficantes com bases comerciais em Portugal foram gradativamente perdendo espaço para traficantes radicados no Brasil. No século XVIII, o comércio para Benguela e Luanda já era feito diretamente do Brasil, sem a intermediação exclusiva de comerciantes portugueses. Por isso mesmo, os traficantes constituíram parte importante dos grupos dominantes da colônia, ocupando postos políticos estratégicos para a manutenção e ampliação do comércio de gente.

Até a sua proibição, em 1850, o tráfico transatlântico fez grandes fortunas no Brasil. Nas cidades portuárias, os traficantes graúdos exibiam riqueza e poder morando em residências luxuosas, fazendo parte de irmandades religiosas e ocupando cargos públicos nas câmaras municipais. Participando dos governos das cidades e das províncias, eles eram também considerados os "homens bons" da elite.

Na idéia dos europeus, o tráfico era justificado como instrumento da missão evangelizadora dos infiéis africanos. O padre Antonio Vieira considerava o tráfico um "grande milagre" de Nossa Senhora do Rosário, pois retirados da África pagã, os negros teriam chances de salvação da alma no Brasil católico. No século XVIII, o conceito de civilização complementará a justificativa religiosa do tráfico atlântico ao introduzir a idéia de que se tratava de uma cruzada contra as supostas barbárie e selvageria africanas.

No século XIX, Joaquim Pereira Marinho foi um dos mais destacados traficantes baianos. Ele recebeu da corte títulos de barão, visconde e conde, foi membro fundador do Banco da Bahia e fez parte da poderosa irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Outro grande traficante, Antônio Pedrozo de Albuquerque, possuía muitas casas, ouro, prata, engenhos e escravos. Alguns traficantes brasileiros se estabeleceram na África. O mais famoso deles foi o baiano Francisco Félix de Souza, que residiu na cidade de Uidá, na atual República do Benim.

historia.pmd 41 11/5/2006, 10:08

Neste sermão, proferido em 1633 perante escravos de um engenho do Recôncavo baiano, o padre Antônio Vieira justifica o tráfico africano:

> Começando, pois, pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazidos a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salveis. Fez Deus tanto caso de vós, e disto mesmo que vos digo, que mil anos antes de vir ao mundo, o mandou escrever nos seus livros, que são as Escrituras Sagradas.

O povoamento do Brasil através do tráfico

Através do tráfico africano os portugueses puderam colonizar o território que mais tarde passaria a se chamar Brasil. Sem a participação dos africanos dificilmente os portugueses conseguiriam ocupar as terras descobertas no processo de expansão marítima. No século XVI, não havia população suficiente em Portugal para levar à frente a ocupação da colônia. Foi através da importação maciça de africanos que os lusitanos conseguiram defender o território da cobiça de outras potencias coloniais, que também tinham planos para ocupar e explorar as riquezas tropicais aqui encontradas.

Foram os africanos e seus descendentes, juntamente com os indígenas escravizados, que desbravaram matas, ergueram cidades e portos, atravessaram rios, abriram estradas que conduziam aos locais mais remotos do território. Na marcha para o interior, guerrearam com povos indígenas que se opunham ao avanço colonizador ou se associaram aos nativos quando fugiam para a mata para formar quilombos. Eram também os escravos que conduziam tropas e carretos que tornaram possível o intercâmbio entre o interior e as cidades litorâneas.

Desde meados do século XVI grande número de africanos desembarcou em cidades litorâneas como Salvador, São Vicente (São Paulo), Rio de Janeiro, Recife. A partir desses primeiros núcleos de povoamento, a ocupação avançou para o interior, seguin-

historia.pmd 42 11/5/2006, 10:08

do direções diversas. Para onde fossem, os colonizadores levavam escravos africanos.

Na primeira metade do século XVIII, quando colonizadores avançaram para o Mato Grosso em busca de ouro, além de instrumentos de mineração levaram também escravos africanos. A vila de Cuiabá rapidamente acumulou densa população escrava. Em 1726, a vila ganhou seu pelourinho, símbolo do poder municipal e o local onde publicamente se castigavam escravos. Ali o trabalho escravo tornou-se tão importante que um dos impostos cobrados pela Coroa portuguesa, a capitação, baseava-se na quantidade de escravos que possuíam os mineiros.

Já na região amazônica, a constituição de um tráfico negreiro regular só se tornou possível em meados do século XVIII com a criação de uma companhia de comércio que detinha a exclusividade do fornecimento de escravos. Na época, cerca de dezoito embarcações transportavam africanos para os portos de São Luís e Belém. Grande parte dos cativos era destinada às lavouras de cacau, o principal produto de exportação da região.

Levados pela busca do ouro, pela criação de gado e pela exploração das "drogas do sertão", os colonizadores reproduziram nos novos núcleos de povoamento o mesmo modelo escravista praticado nas regiões litorâneas. Foi na condição de escravos que africanos e seus descendentes chegaram aos locais mais remotos da colônia. Mas, apesar da escravidão, os africanos foram atores culturais importantes e influenciaram profundamente as formas de viver e de sentir das populações com que passaram a interagir no Novo Mundo.

Os europeus os trouxeram para trabalhar e servir nas grandes plantações e nas cidades, mas eles e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar as minas e produzir riquezas materiais. Os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram um elemento ativo, criador, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana. A mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza. Enfim, podemos afirmar que o tráfico fora feito para escravizar africanos, mas terminou também africanizando o Brasil.

historia.pmd 43 11/5/2006, 10:08

Portos negreiros

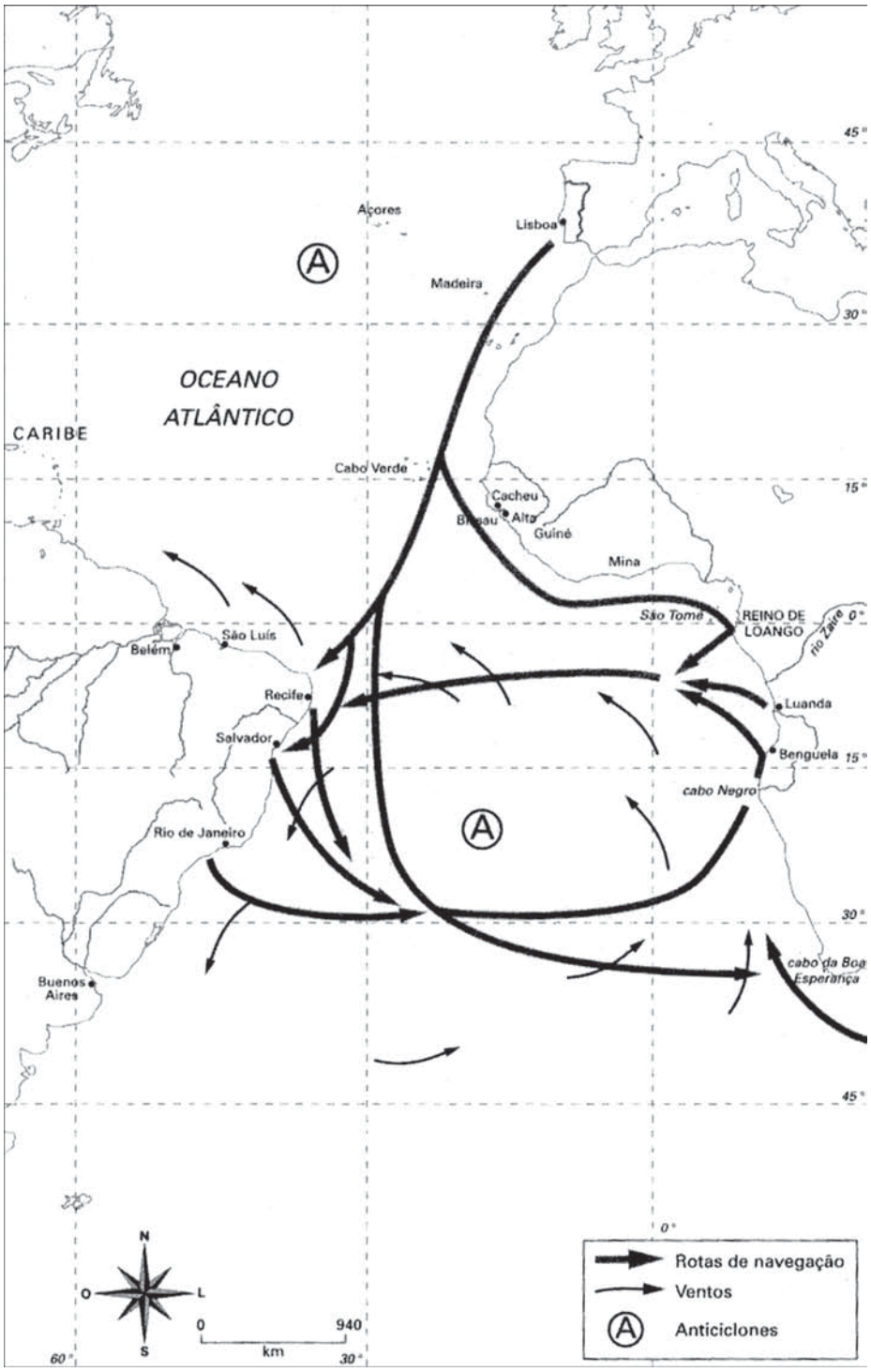
O tráfico transatlântico promoveu o povoamento do Brasil por gente vinda de diversas regiões do continente africano. A metrópole portuguesa adotou a política de misturar escravos de diferentes regiões e etnias para impedir a concentração de negros da mesma origem na colônia, os quais, solidários na cultura e falando a mesma língua, podiam se rebelar mais facilmente. Essa política nem sempre era seguida à risca, pois a depender das relações comerciais na África, os traficantes tendiam a transportar escravos que em sua maioria vinham duma mesma região.

Foi por isso que, no século XVI, a maioria dos escravos trazidos para o Brasil vinha da região da Senegâmbia, denominada Guiné pelos portugueses. Dali os portugueses deportaram membros de vários povos, como os manjacas, balantas, bijagos, mandigas, jalofos, entre outros. Mas, no decorrer daquele século até a primeira metade do século XVIII, os chefes políticos e mercadores do território presentemente ocupado por Angola forneceram a maior parte dos escravos utilizados em todas as regiões do Brasil. A célebre frase do padre Antônio Vieira, "quem diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil diz Angola", ilustra muito bem as ligações da mais rica colônia portuguesa na América com aquela região da África. Luanda, Benguela e Cabinda eram os principais portos de embarque.

A região de Angola foi a principal área exportadora de pessoas para as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul. Mas cativos de outras regiões africanas também vieram aí parar. Depois de 1815, quando os ingleses intensificaram seus esforços para acabar com o tráfico transatlântico, os traficantes do Rio de Janeiro concentraram suas operações na costa oriental, na região que abrange o que são hoje o sul da Tanzânia, o norte de Moçambique, Malauí e o nordeste de Zâmbia. Os escravos da costa oriental da África eram aqui conhecidos como "moçambiques".

Já os traficantes envolvidos no comércio baiano, responsáveis pelo suprimento de escravos para várias regiões nordestinas, a partir de meados do século XVIII e até o fim do tráfico em 1850, se concentraram sobretudo no comércio com a região do

historia.pmd 44 11/5/2006, 10:08



Rotas de navegação no Atlântico Sul.

Golfo do Benim (sudoeste da atual Nigéria). Através do Golfo do Benim, os traficantes baianos importaram escravos aqui denominados dagomés, jejes, haussás, bornus, tapas e nagôs, entre outros. Estes grupos eram embarcados principalmente nos portos de Jaquin, Ajudá, Popo e Apá, e mais tarde Onim (Lagos). No Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul os escravos originários daquela região eram chamados de *minas*.

O fato de ter vindo de uma mesma região, falar a mesma língua e pertencer a uma mesma nação foi fundamental para a sobrevivência dos africanos no Brasil. Desse modo, eles puderam reconstruir redes de amizade, famílias e comunidades. Mas isso não impediu que africanos de etnias diferentes se relacionassem e criassem novas alianças. O enfrentamento das adversidades da escravidão muitas vezes favoreceu a união de grupos étnicos divididos na África por antigas rivalidades. A multiplicidade de povos e etnias para aqui transportadas por força do tráfico fez do Brasil um espaço privilegiado de convergência de tradições africanas diversas que ainda hoje continuam, umas mais que outras, a moldar e colorir culturalmente o país.

A travessia atlântica

O escravo apresado no interior africano era obrigado a percorrer longas distâncias até alcançar os portos de embarque no litoral. Muitos não resistiam à longa caminhada, às doenças e aos maus-tratos. Nos portos eram alojados em grandes barracões ou em cercados. Ali permaneciam muitos dias e até meses à espera de que as cargas humanas dos navios fossem completadas e os cativos partissem para um mundo completamente desconhecido. Nesse período de espera, era grande o número de mortes, pois os cativos eram alojados em construções muitas vezes precárias, insalubres, mal ventiladas e pequenas. Em alguns períodos, cerca de 40 por cento dos negros escravizados em Angola pereciam ainda em solo africano. Mas os prepostos africanos do tráfico sabiam que os cativos não deviam permanecer durante muito tempo nos portos de embarque. Além das perdas por doenças, temiam que a concentração de escravos nos barracões facilitassem revoltas.

historia.pmd 46 11/5/2006, 10:08

Marcas étnicas africanas, segundo o viajante alemão Johann M. Rugendas.

O africano Mahommah G. Baquaqua viveu a experiência do tráfico e a relatou em um livro publicado em 1854:

"Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira do mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim.Uma espécie de festa foi realizada em terra firme naquele dia. Aqueles que remaram os barcos foram fartamente regalados com uísque e, aos escravos, serviam arroz e outras coisas gostosas em abundância. Não estava ciente de que esta seria minha última festa na África. Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse. Isso era tudo quanto eu achava que tinha o direito de saber."

Completado o número de escravos a serem transportados, os africanos eram conduzidos aos navios negreiros, também chamados de *tumbeiros*. Antes de entrar nas embarcações, eles eram marcados a ferro quente no peito ou nas costas com os sinais que identificavam a que traficante pertenciam, uma vez que em cada barco viajavam escravizados pertencentes a diferentes donos. No interior das embarcações, por segurança, os cativos eram postos a ferros até que não se avistasse mais a costa africana. As condições das embarcações eram precárias porque, para garantir alta rentabilidade, os capitães só zarpavam da África com número máximo de passageiros. O número de cativos embarcados em cada navio dependia da capacidade de suas instalações. Nos séculos XVI e XVII, uma caravela portuguesa era capaz de transportar cerca de 500 cativos e um pequeno bergantim podia transportar até 200. No século XIX, os traficantes utilizaram os navios a vapor, o que reduziu o tempo das viagens. Nos últimos anos do tráfico, a média de escravos transportados por navio era de 350.

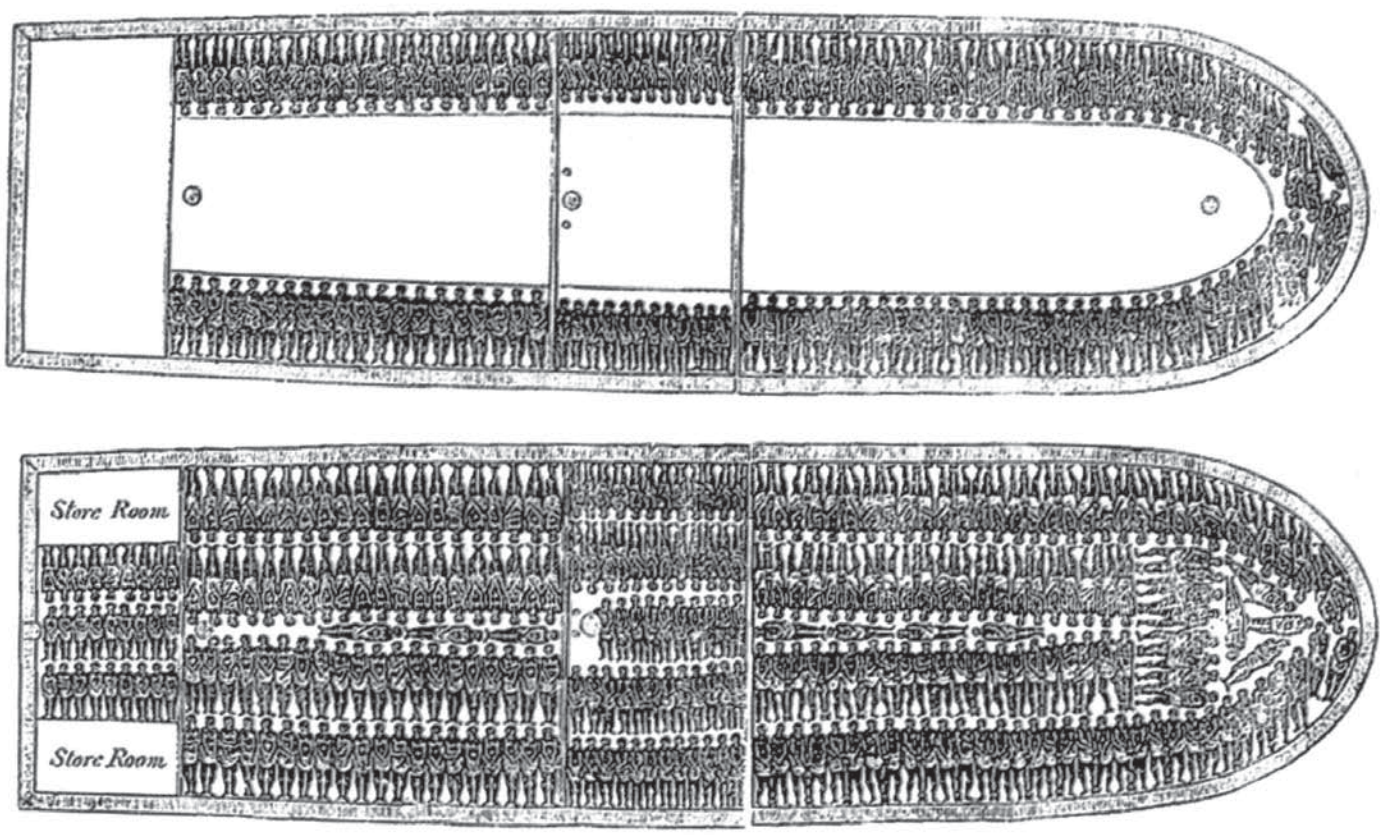
Os comerciantes tinham interesse em alojar o maior número possível de escravos nos navios, e essa prática tornava a viagem insuportável. Muitas vezes aumentar o número de cativos implicava em diminuir a quantidade de víveres disponível para cada um. Geralmente os escravos eram alimentados uma vez por dia. Em 1642, um holandês que atuava no tráfico em Luanda informou que os mercadores portugueses costumavam alimentar os escravos com azeite e milho cozido. A pouca ingestão de água durante a viagem geralmente provocava desinterias e desidratação. Além da fome e da sede, havia o sofrimento por ter deixado para trás seus entes queridos, com pouca chance de voltar a revê-los.

Relato de Mahommah G. Baquaqua sobre o interior de um navio negreiro:

"Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga.Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto."

No século XVII, a travessia de Angola para Pernambuco durava em média trinta e cinco dias, quarenta até a Bahia e cinqüenta até o Rio de Janeiro. No século seguinte, o uso de embarcações menores e mais velozes diminuiu a duração das viagens. A travessia de Angola para o Rio de Janeiro podia agora durar trinta e cinco a quarenta dias, números que se mantiveram no século XIX. Se os ventos não fossem favoráveis essas viagens podiam se estender por mais dias. Nesse caso, o drama dos cativos se agravava diante da falta de víveres suficientes e da propagação de molés-

historia.pmd 48 11/5/2006, 10:08



Disposição dos escravos no interior de um navio negreiro.

tias. Mesmo que rápida, a travessia era infinitamente penosa para os cativos.

A Coroa portuguesa tentou por diversas vezes regulamentar a atividade dos negreiros, coibindo a superlotação, garantindo o tratamento médico a bordo e comodidades mínimas para o transporte dos cativos. Mas, muitas vezes, a taxa de mortalidade durante a travessia do Atlântico era extremamente elevada. Por exemplo, a galera São José Indiano, aportada em outubro de 1811, no Rio de Janeiro, oriunda de Cabinda, perdeu 121 de seus 667 escravos, mais o capelão e três marinheiros. Estimativas mais recentes calculam entre 15 a 20 por cento de mortos durante uma viagem normal, mas não era incomum haver 40 a 50 por cento de perdas.

Pode-se imputar as mortes a bordo a fatores como escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças para eles desconhecidas e para as quais ainda não haviam criado defesas suficientes. Ao colocar em contato povos de diversas regiões da África e mais tripulações brasileiras e européias, os navios negreiros funcionavam como verdadeiros misturadores de enfermidades típicas de cada continente. Em caso de contagio de febre amarela, tifo ou varíola era grande o número de mortes não apenas entre os cativos, mas também entre a tripulação. Havia ainda a morte provocada por suicídio e não foram poucos os cativos que puseram fim à existência precipitando-se no mar. Mesmo considerando o alto índice de mortalidade, o tráfico era um negócio bastante lucrativo.

Sobreviveram poucos relatos sobre os horrores vividos pelos africanos no interior dos tumbeiros. Em dezembro de 1649, frei Sorrento, capuchinho italiano, à bordo de um negreiro contendo mais de novecentos escravos, escreveu: "aquele barco [...] pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno". No início do século XX, o escritor paraibano José Lins do Rego recordou uma ex-escrava chamada Galdina, que viera da Costa da África ainda criança e contava os horrores e traumas vividos a bordo de um navio negreiro. Contava vovó Galdina:

historia.pmd 50 11/5/2006, 10:08

> Ah! Como doía nas costas o chicote do homem que mandava nos negros. De manhã se subia para ver o sol. Todos estavam nus e fedia o buraco onde tinham que dormir. Mas de noite ouvia um rumor de bater de asas. Asas brancas que voavam para cima dela. Era o vôo das almas que não podiam voar para o céu. Todas as noites elas vinham bater pelas janelas do barco. Elas só podiam voar para o céu, saindo da terra. Os corpos dos que eram lançados na profundeza do mar não davam almas nem para o céu nem para o inferno [...]. De noite ainda vejo os pássaros grandes em cima do telhado do quarto. As almas ainda não me abandonaram.

O relato da ex-escrava reproduzido pelo romancista mostra que o trauma da travessia atlântica estava relacionado também à preocupação com o destino das almas dos que morriam. Como vimos no capítulo anterior, para muitos povos provenientes da região congo-angola, o lugar próprio para os espíritos era junto com os vivos, seus descendentes. A morte no mar e no interior dos tumbeiros impedia que os espíritos retornassem para perto de seu povo e aldeia de origem. Assim, os sobreviventes pareciam estar fadados a serem acompanhados pelas almas penadas dos que morreram no mar, longe da terra dos ancestrais.

Ao longo da angustiante travessia, os cativos estabeleciam laços de amizade entre si. Chamavam-se "malungos" uns aos outros, uma amizade que gerava profunda solidariedade e verdadeiras obrigações de ajuda mútua. Em 1836, um africano forro organizou o retorno à África de 200 escravos alforriados baianos. Sessenta deles fizeram parte do carregamento do navio Emília, proveniente de Onim, que os desembarcara junto com o organizador do retorno na Bahia em 1821.

Desconfiança, medo e hostilidade reinavam a bordo dos navios negreiros. A viagem era cercada de muitos cuidados. Para afastar os riscos de motins, os mais inquietos eram acorrentados nos porões. Relatos de motins a bordo dos negreiros são raros, mas o risco de ocorrerem não era algo descartado pelos que atuavam naquele ramo de negócio. Em 1823, cativos transportados num negreiro que seguia para a Bahia se rebelaram em alto mar sob a liderança de um negro ladino, isto é, um que falava português. Mortos

historia.pmd 51 11/5/2006, 10:08

e dominados os tripulantes, os rebeldes alcançaram a costa baiana através da perícia de escravos marinheiros.

Os escravos novos eram geralmente do sexo masculino, entre 10 e 30 anos de idade, a maioria na faixa dos 20. A mão-de-obra dos homens jovens era mais valorizada no mercado brasileiro. Os senhores preferiam comprar homens em idade de produzir, e os africanos que controlavam o mercado do tráfico na África deliberadamente reduziam a oferta de mulheres e de crianças com menos de 10 anos aos traficantes brasileiros. Mulheres e crianças eram mais valorizadas no mercado interno africano. A maioria dos estudos sobre o tráfico mostra que havia desequilíbrio constante de pelo menos dois homens para cada mulher.

A preponderância masculina nos navios negreiros teve como conseqüência o desequilíbrio entre o número de homens e mulheres na população escrava da colônia. Havia escassez de mulheres nas regiões de grandes plantações de cana e de café, algo que perdurou até o final da escravidão. No século XIX, em regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, para dez escravos, seis ou sete eram homens. Nos grandes centros urbanos, havia dois escravos para uma escrava. Esse fenômeno teve efeito inverso nas áreas que exportavam escravos. Em Angola, por exemplo, durante a época do tráfico, o numero de mulheres superava o de homens.

A chegada dos sobreviventes ao Brasil

Após a longa travessia oceânica, os africanos desembarcavam nos portos do Brasil. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os grandes portos importadores e redistribuidores de escravos para diversas regiões da colônia. No século XVII, Salvador e Recife se firmaram como os grandes centros distribuidores dos africanos que desembarcavam na colônia. Daqueles centros, os africanos seguiam para o norte, para o Maranhão, Pará, Rio Amazonas e para o Mato Grosso. No final do século XVII e começos do XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais, o Rio de Janeiro passou a dominar a distribuição do grande volume de escravos destinados às minas. Mas também de Salvador muitos escravos seguiam a pé até a região mineira.

historia.pmd 52 11/5/2006, 10:08

No século XVIII, Belém e São Luís tornaram-se centros importantes de venda de africanos para toda a região amazônica. Muitos dos africanos desembarcados em Belém eram trazidos diretamente da África, mas, no início do século XIX, muitos outros vinham do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. De Belém os cativos marchavam por terra ou eram conduzidos por barcos para as regiões mais interiores da Amazônia.

Após o desembarque, as autoridades alfandegárias contavam-nos por sexo e anotavam o número de "crias" (assim eram chamadas as crianças escravas) que acompanhavam as mães. Depois de pagarem impostos sobre os escravos acima de três anos de idade, os traficantes levavam os africanos em grupo para o local do leilão. Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados perto da alfândega. Mas a maioria dos cativos seguia para os armazéns situados geralmente próximos às áreas portuárias daqueles centros urbanos. No Rio de Janeiro, a área portuária conhecida como Valongo concentrava dezenas de sobrados que funcionavam como depósitos onde eram alojados os africanos recém-chegados. Ali havia armazéns que alojavam trezentos a quatrocentos cativos.

Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em conseqüência de vermes e da desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns.

No Valongo permaneciam por vários dias ou semanas recuperando-se da viagem e à espera de comprador. Muitos não resistiam e morriam nesse período de espera. Era alta a taxa de mortalidade nos primeiros meses que se seguiam ao desembarque, uma vez que os africanos chegavam bastante debilitados e não possuíam defesas para muitas moléstias existentes no Novo Mundo. A mortalidade era tão alta no Valongo que um cemitério foi ali perto construído para sepultamento de africanos recém-importados.

Os que sobreviviam tinham que enfrentar a preparação para a venda, inspeção e compra. Ao chegar ao mercado, eram banha-

Relato de Mahommah G. Baquaqua sobre seu desembarque numa praia deserta perto de Recife em torno de 1845:

"Quando desembarquei, senti-me grato à Providência por ter me permitido respirar ar puro novamente, pensamento este que absorvia quase todos os outros. Pouco me importava, então, de ser um escravo, havia me safado do navio e era apenas nisso que eu pensava. Alguns escravos a bordo sabiam falar português. Haviam vivido no litoral com famílias portuguesas e faziam o papel de interpretes. Não eram colocados no porão como nós, mas desciam ocasionalmente para nos dizer uma coisa ou outra. Estes escravos nunca sabiam que seriam despachados até o momento em que eram colocados a bordo do navio. Permaneci nesse mercado de escravos apenas um dia ou dois, antes de ser vendido a outro traficante na cidade que, por sua vez, me revendeu a um homem do interior, que era padeiro e residia num lugar não muito distante de Pernambuco. Quando um navio negreiro aporta, a notícia espalha-se como um rastilho de pólvora. Acorrem, então, todos os interessados na chegada da embarcação com sua carga de mercadoria viva, selecionando do estoque aqueles mais adequados aos seus propósitos, e comprando os escravos na mesmíssima maneira como se compra gado ou cavalos num mercado. Mas, se num carregamento não houver o tipo de escravo adequado às necessidades e desejos dos compradores, encomenda-se ao Capitão, especificando os tipos exigidos, que serão trazidos na próxima vez em que o navio vier ao porto. Há uma grande quantidade de pessoas que fazem um verdadeiro negócio dessa compra e venda de carne humana e que só fazem isso para se manter, dependendo inteiramente desse tipo de tráfico."

historia.pmd 53 11/5/2006, 10:08

dos e limpos. Negros da mesma nação raspavam cabelos e barbas uns dos outros. Para esconder doenças da pele e fazê-los parecer mais jovens, os negociantes às vezes passavam óleo sobre a pele. Tendo em vista que os africanos chegavam magros, os comerciantes aumentavam a quantidade de alimentação engordante para recuperarem logo peso e parecerem sadios. Uma vez que muitos acreditavam que os europeus praticavam o canibalismo, pode-se imaginar o terror dos recém-chegados quando eram forçados a comer mais e mais.

Além de alimentar os africanos, tratar de suas enfermidades e vaciná-los, os comerciantes tentavam melhorar a saúde mental deles para evitar o suicídio. A doença mais temida era o escorbuto, conhecida também como o mal-de-luanda, provocada pela deficiência profunda de vitamina C. Além de obrigarem os cativos a consumirem frutas, os comerciantes os forçavam a dançar, porque associavam a letargia mental que acompanha o escorbuto e outras doenças nutricionais à saudade de casa. Para convencer os compradores de que os escravos não estavam deprimidos, com o famoso banzo, os negociantes davam-lhes estimulantes (gengibre e tabaco) para animá-los.

Casas comerciais e negociantes licenciados em escravos novos, que traficavam grande quantidade de africanos, exibiam-nos nas portas de casas ou armazéns. Assim que estavam prontos para venda, os negociantes colocavam anúncios nos jornais informando ao público que um novo "carregamento" estava disponível. No dia marcado, os feitores organizavam suas mercadorias humanas para expor aos compradores — em geral, por idade, sexo e nacionalidade. Quando organizados por idade, os mais velhos, entre trinta e quarenta anos, sentavam-se na fileira de trás; os mais qualificados, entre quinze e vinte anos, ocupavam os assentos do meio; mulheres e crianças ficavam nos assentos mais baixos ou no chão.

Uma vez escolhido o escravo ou escrava, vendedor e comprador discutiam preços e condições de venda. Caso não tivesse doenças, o homem adulto normalmente era vendido por preço mais alto do que mulheres e crianças menores de dez anos. Os fazendeiros que compravam todo um "lote" de escravos muitas vezes empenhavam colheitas futuras de café ou açúcar para pagá-los.

historia.pmd 54 11/5/2006, 10:08

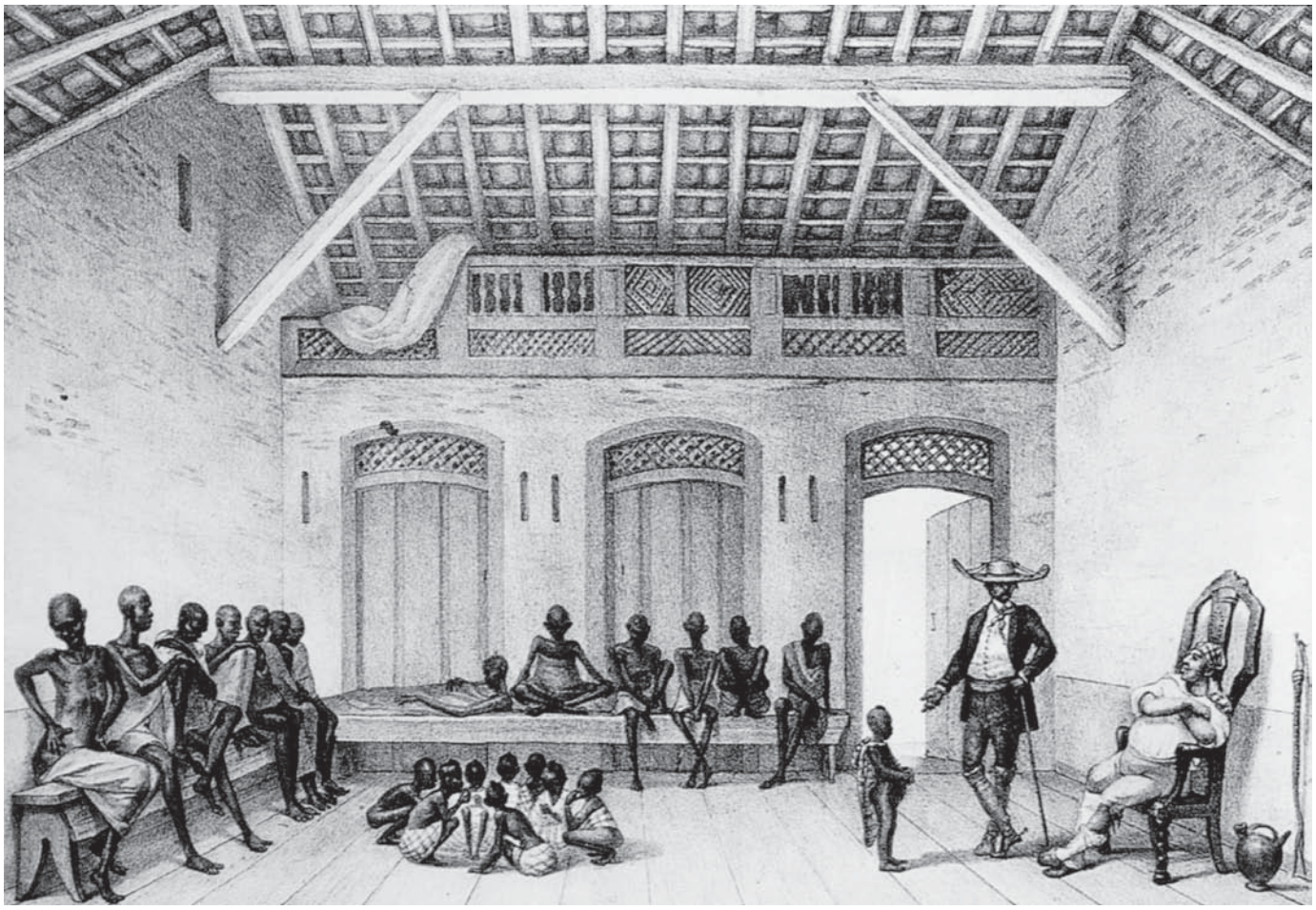
Desembarque de escravos africanos no Rio de Janeiro.

O mercado de escravos no Brasil era regido por determinados códigos, leis e acordos tácitos entre vendedores e compradores. Tendo em vista que muitos africanos morriam logo após chegar, muitos compradores preferiam adquiri-los, sob condição, por um período determinado até que se decidisse pela compra definitiva. Se dentro de quinze dias o escravo novo morresse, ou se o comprador descobrisse alguma deformidade, doença crônica ou conduta indesejável, havia a opção legal de devolvê-lo e receber um outro.

A maior parte dos recém-chegados era destinada a compradores do interior do Brasil. Eram comprados por intermediários ou agentes de fazendeiros, conduzidos às regiões interioranas, enfrentando muitas vezes outra jornada longa, que podia durar dias e até semanas por via terrestre ou marítima. Do Rio de Janeiro, por exemplo, os africanos eram redistribuídos para as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Do Rio Grande podiam ser contrabandeados para o Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai. Da cidade da Bahia, os escravos também seguiam direções diversas. Pela Estrada Real, que ligava a Bahia a Minas, Mato Grosso e Goiás, marchavam imensos comboios de escravos conduzidos por tropeiros.

Além das grandes casas comerciais, pequenos e médios comerciantes operavam com a venda de escravos no Brasil. Essa negociação ficava a cargo de comerciantes especializados na venda de escravos pelo interior. Na verdade, essa última etapa do circuito do tráfico, o elo final da longa cadeia iniciada nas florestas e savanas africanas, ficava nas mãos de centenas de pequenos traficantes. Além dos comerciantes que compravam numerosos escravos e os remetia para fazendeiros fora da cidade, os tropeiros e mascates compravam pequenos lotes e os revendiam nas vilas e fazendas do interior.

historia.pmd 56 11/5/2006, 10:08



Interior de um armazém onde africanos novos eram expostos à venda.

Fim do tráfico transatlântico

Desde o início do século XIX, o tráfico africano de escravos vinha sofrendo forte pressão para ser abolido. Externamente, a Inglaterra era o país que tinha posição mais agressiva contra o tráfico, isto depois de ter-se beneficiado enormemente dele. A Inglaterra foi, de fato, a segunda potência traficante no Atlântico, perdendo apenas para Portugal/Brasil em número de escravos transportados em seus navios. Mas, em 1807, pressionado por um forte movimento abolicionista dentro de suas fronteiras, o parlamento inglês decretou o fim do tráfico para suas colônias na América e, em 1833, aboliu também a escravidão. Como potência mais poderosa da época, a Inglaterra pretendia impor a mesma decisão sobre os demais países. O Brasil foi o grande alvo dos ingleses, não apenas por ser o maior importador de escravos, mas principalmente por ser forte concorrente da exportação de açúcar das colônias inglesas do Caribe.

Em 1810, o governo inglês obteve do príncipe regente português, d. João VI, então estabelecido no Brasil, a promessa de restringir o tráfico em seus domínios. Em 1815, no Congresso de Viena, o governo inglês conseguiu aprovar uma proposta que proibia o tráfico ao norte da linha do Equador. Essa medida causou grande impacto no comércio de escravos do Brasil, visto que grande parte dos traficantes, principalmente os sediados na Bahia, atuavam no norte da África, no Golfo do Benim. Em 1817, d. João VI concedeu à marinha britânica o direito de visita e busca em navios suspeitos de comércio ilícito de escravos. Em 1826, em troca do reconhecimento da independência, o governo inglês exigiu do governo brasileiro o compromisso de extinguir o tráfico em três anos. Em 7 de novembro de 1831, o parlamento brasileiro aprovou uma lei proibindo a importação de africanos.

Mas a pressão pela abolição do tráfico não partiu apenas dos ingleses. Diversos setores da sociedade brasileira se manifestaram contrários à continuação do comércio de gente. Desde o início do século XIX, políticos brasileiros, como José Bonifácio, já vinham manifestando publicamente sua posição favorável à abolição do tráfico. Jornais da época, vez por outra, traziam artigos condenando os horrores daquele negócio. Muitos que defendiam a abolição do

historia.pmd 58 11/5/2006, 10:08

tráfico o faziam pelo medo de que a crescente importação de africanos levasse a uma africanização do país. Para estes era preciso injetar sangue europeu na população do Brasil. Além disso, havia o receio de que o tráfico criasse condições favoráveis à eclosão de grandes revoltas escravas, como a que ocorrera no Haiti na década de 1790, uma verdadeira revolução que destruiu o sistema escravista naquela colônia francesa. Mas havia também quem defendesse a abolição do tráfico tomado pelo sentimento de condenação à escravidão e aos horrores daquele comércio.

O fato é que a lei de 1831 não foi rigorosamente implementada pelas autoridades brasileiras. Como se dizia na época foi uma lei "para inglês ver", originando daí a expressão popular que indica coisa de fachada apenas. O comércio de gente continuou abertamente no Brasil. Por sinal, a entrada de africanos aumentou significativamente entre 1830 e 1840, estimulada pelo crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste. Estima-se que, nos últimos vinte anos de tráfico ilegal, cerca de um milhão de escravos desembarcou no Brasil. No cálculo dos traficantes e dos senhores de escravos era preciso abastecer os mercados locais antes que a lei começasse a pegar.

Depois de 1831, os africanos novos eram desembarcados à noite nas praias e obrigados a marchas forçadas até os armazéns ou barracões clandestinos distantes do centro das cidades. As condições de desembarque se tornaram mais complicadas, pois não havia tempo nem lugar para os cativos descansarem e se recuperarem da longa jornada. Suspeita-se que essas condições tenha aumentado a taxa de mortalidade após o desembarque.

Na África, a vigilância da marinha britânica provocou mudanças significativas na forma como as operações comerciais eram realizadas. A mais visível foi o abandono das fortalezas que serviram durante séculos como entrepostos comerciais e portos de embarque utilizados por traficantes europeus e brasileiros. Na região do Golfo de Benim, o embarque de escravos passou a ser feito em pequenos portos espalhados pelo litoral. Para fugir à perseguição da marinha inglesa, os traficantes passaram a utilizar embarcações menores, mais rápidas e com capacidade de transportar em torno de cem pessoas.

historia.pmd 59 11/5/2006, 10:08

Em 1845, o parlamento britânico tomou uma decisão drástica, aprovando uma lei que permitia o apresamento e confisco de qualquer navio suspeito de transportar escravos, mesmo navegando em águas territoriais brasileiras. Este ato ficou conhecido como *Bill Aberdeen* em homenagem a seu autor, o ministro inglês do exterior lorde George Aberdeen. Munido desta lei, a marinha britânica passou a atuar de forma agressiva, apreendendo ou afundando navios brasileiros que atuavam no tráfico. Na época, as relações diplomáticas entre os dois países ficaram seriamente estremecidas, mas o tráfico continuou por mais cinco anos.

Finalmente, em 4 de setembro de 1850, os deputados brasileiros aprovaram a Lei Eusébio de Queirós, nome de seu propositor, proibindo definitivamente o tráfico negreiro por prever punição mais rigorosa para quem dele participasse. Foi uma decisão levada pelas pressões da marinha britânica e pelo medo de sublevações escravas. A entrada de grande número de africanos nos últimos vinte anos de tráfico ilegal despertou nas elites brasileiras o temor de que se repetissem as revoltas escravas que sacudiram o país na década de 1830.

A abolição do tráfico teve várias conseqüências. Desde então não havia como renovar a população escrava. Logicamente, o número de africanos tendeu a diminuir enquanto o número de crioulos (negros nascidos no Brasil) tendeu a crescer na população cativa. O preço dos cativos aumentou rapidamente depois de 1850 e isso teve como conseqüência a concentração dos escravos em mãos de um número cada vez mais reduzido de proprietários. Os menos afortunados vendiam seus escravos para os mais ricos.

A demanda crescente por mão-de-obra nas fazendas de café do Sudeste incrementou a transferência de escravos da cidade para o campo. A partir de 1850, o tráfico interno intensificou-se, em especial a transferência de escravos das regiões nordestinas para as plantações de café do sudeste brasileiro. Entre 1871 e 1881 mais de 7 mil cativos foram exportados da província do Ceará para o Sul. Depois da proibição definitiva do tráfico, calcula-se que mais de 200 mil escravos foram deslocados para o Sudeste brasileiro. No auge do tráfico interprovincial, entre 1873 e 1881, estima-se que 90 mil negros entraram na região Sudeste. Muitos

historia.pmd 60 11/5/2006, 10:08

deles eram levados para os portos de Santos e do Rio de Janeiro e dali para as fazendas de café.

E não foi apenas o Nordeste que exportou escravos. Estima-se que de Minas Gerais saíram cerca de 10 mil cativos. Grande parte do contingente deportado para o Sudeste era composta de homens. Mas havia grande número de mulheres destinadas a serviços diversos, inclusive prostituição. Homens ou mulheres, a maioria estava apta a trabalhar, pois suas idades variavam entre 10 e 40 anos.

Os homens e mulheres vendidos no tráfico interprovincial foram submetidos a uma outra forma de desenraizamento, algo semelhante ao drama experimentado por seus pais e avós africanos durante o tráfico transatlântico. Violentamente separados de suas famílias e comunidades, eles foram obrigados a se ajustar a novos senhores e a exigências de trabalho que desconheciam em suas regiões de origem. O ajuste à nova experiência foi conflituoso e tenso. Muitos observadores notaram que os escravos importados das províncias do Norte eram os mais rebeldes da região Sudeste. Em 1854, fazendeiros de café do Vale do Paraíba do Sul, São Paulo, chegaram a formar uma comissão para estudar medidas que prevenissem uma eventual insurreição de escravos "vindos do Norte". A indisciplina dos escravos vindos das províncias do Norte (que neste caso incluía o Nordeste) certamente aprofundou as tensões que em breve tempo poriam fim ao escravismo no Brasil.

Seja no tráfico atlântico, seja no circuito do tráfico interno, os africanos e seus descendentes tiveram de lutar para sobreviver contra a morte precoce, adaptar-se a senhores desconhecidos e a costumes estranhos, e tentar fugir de seu infortúnio. Porém não fariam isso sozinhos, pois conseguiriam novas lealdades, formariam novas famílias e comunidades para ajudá-los a sobreviver e resistir. Mas as memórias de suas terras natais e de suas famílias permaneceriam com eles nos tempos difíceis que teriam pela frente. É disso que trataremos no próximo capítulo.

historia.pmd 61 11/5/2006, 10:08

EXERCÍCIOS:

1. Comente sobre o impacto do tráfico atlântico nas sociedades africanas.
2. Identifique os principais portos de desembarque de escravos no Brasil.
3. Como se organizava a venda de africanos nos mercados escravistas brasileiros?

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAQUAQUA, Mahommah G. "Biografia de Mahommad G. Baquaqua". *Revista Brasileira de História,* nº 16 (agosto/1988), pp. 269-284.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: séculos XII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Videos/filmes:

Amistad (1997). Direção Steven Spielberg. 148 minutos.

historia.pmd 62 11/5/2006, 10:08

Capítulo III

ESCRAVOS E ESCRAVIDÃO NO BRASIL

De africano a escravo

Depois da longa travessia atlântica e do desembarque em algum porto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a proibição, os africanos logo percebiam que sobreviver era o grande desafio que tinham pela frente. Dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Significava, sobretudo, ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações.

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiras que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras.

historia.pmd 65 11/5/2006, 10:08

Impressões de um viajante alemão, Robert Ave-Lallemant, admirado com a grande população negra nas ruas de Salvador:

"Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros."

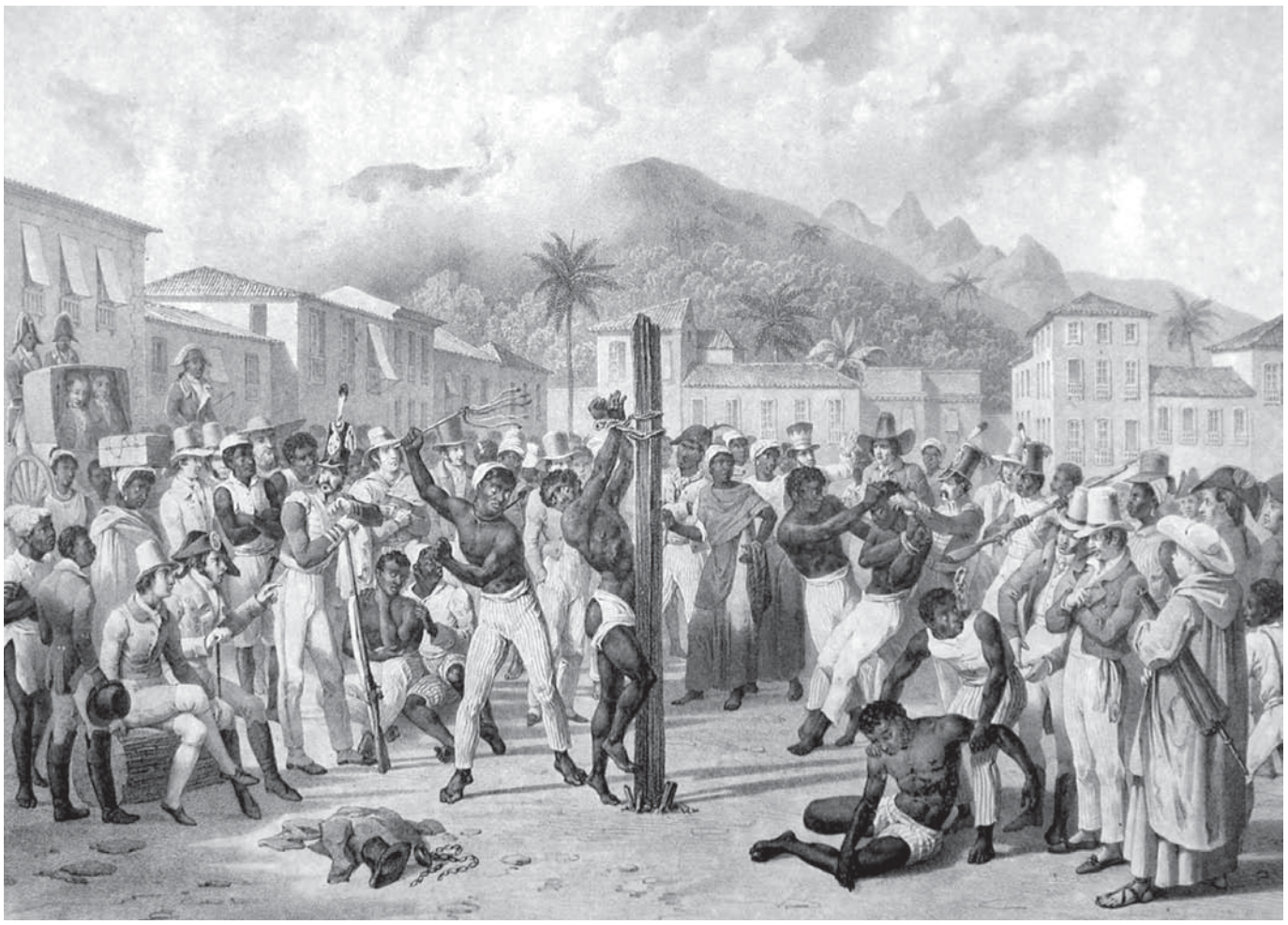
Por isso, o número de cativos foi sempre representativo no conjunto da população brasileira, sobretudo nas regiões que exportavam gêneros tropicais. No início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas. Em algumas partes do Brasil, o número de escravos chegou a superar o número de pessoas livres. Em 1872, no município de Campinas, São Paulo, então grande produtor de café, a população escrava era de 13.685 pessoas, enquanto a livre era de 8.281 pessoas. Até meados daquele século, quando foi abolido o tráfico, a maior parte dos escravos era nascida na África. Para se ter uma idéia, os africanos representavam 63 por cento da população escrava de Salvador. No Rio de Janeiro, os nascidos na África constituíam cerca de 70 por cento.

Possuir escravos não era privilégio apenas dos grandes senhores de engenho, fazendeiros de café ou de pessoas ricas das cidades. Até a primeira metade do século XIX, a propriedade escrava estava bastante disseminada entre as diversas camadas da sociedade, inclusive pobres e remediados. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e pequenos lavradores investiam em escravos. Até ex-escravos possuíam escravos. Nas cidades, a maioria dos cativos pertencia a pequenos escravistas, gente que no máximo possuía um ou dois escravos. Por isso, não eram apenas os grandes senhores que tinham interesse na manutenção da escravidão.

A convergência de interesses entre grandes e pequenos escravistas foi fundamental para garantir a sobrevivência da escravidão no Brasil por mais de três séculos. Em 1822, quando o país tornou-se independente de Portugal, o grande esforço das elites nativas foi promover a modernização das instituições sem acabar com a escravidão. A primeira constituição do Brasil, promulgada em 1824, em alguns aspectos considerada uma das mais modernas e liberais das Américas, manteve intacto o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos. Defender os princípios do liberalismo segundo os quais todos os homens eram livres e iguais, e ao mesmo tempo manter a escravidão, foi o grande dilema vivido pelo país durante todo o século XIX.

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, for-

historia.pmd 66 11/5/2006, 10:08



Castigo de escravos em pelourinho, Rio de Janeiro, década de 1820.

jou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador.

Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como "inferiores" aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial.

A relação entre senhores e escravos era fundamentada na dominação pessoal e estava determinada principalmente pela coação. Assim, os castigos físicos e as punições eram aspectos essenciais da escravidão. Os cativos tinham pouquíssimos recursos contra os castigos recebidos. A menos que a punição resultasse em morte e alguém se dispusesse a delatar às autoridades, pouco ou nada podia ser feito. Apesar da legislação colonial permitir que escravos e livres denunciassem senhores cruéis às autoridades civis ou eclesiásticas, pouquíssimos senhores responderam perante os juízes por acusações de crueldade contra escravos. A maioria dos acusados terminou perdoada ou absolvida por juízes que, em geral, pertenciam à mesma classe dos senhores.

Autores leigos e religiosos que escreveram sobre a escravidão no Brasil colonial condenaram o tratamento cruel dispensado aos escravos, mas nenhum deles chegou a condenar a legalidade dos castigos. O jesuíta italiano Jorge Benci, que viveu na Bahia em princípios do século XVIII, instruía os senhores a tratarem humanamente seus cativos, alimentando, vestindo, fazendo-os trabalhar, mas também punindo-os com "caridade cristã".

Entretanto, os senhores logo perceberam que não dava para manter a escravidão apenas com violência física. O castigo

historia.pmd 68 11/5/2006, 10:08

injustificado podia resultar em fugas e ameaças à vida do senhor, seus auxiliares e familiares. O escravo não era um ser passivo cuja obediência podia ser mantida exclusivamente através do chicote. Em suas lutas cotidianas, os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram. Em todos os lugares em que existiu escravidão, os senhores buscaram temperar a política de domínio com incentivos ao trabalho. Nos engenhos do Nordeste, nas minas e nas fazendas de café do Sudeste brasileiro, os senhores adotaram uma ideologia paternalista que consistia em colocar o escravo sob "proteção" familiar. Aos senhores, é claro, cabia o arbítrio de castigar e perdoar faltas porventura cometidas. Humildade, obediência e fidelidade eram as expectativas dos senhores em relação a seus cativos.

Por isso, em terra de branco, a sobrevivência significou abrir caminhos para tornar a vida mais suportável. E isso significava esforço cotidiano para modificar e mesmo subverter as condições de domínio escravista. Através de diversas e criativas maneiras, os escravos buscaram tirar proveito da ideologia paternalista dos senhores ludibriando suas vontades e caprichos e, às vezes, invertendo a direção que eles pretendiam imprimir às suas vidas. Como veremos ao longo deste livro, além das fugas e revoltas, os escravos desenvolveram formas sutis de resistência cotidiana, e foi assim que interferiram no seu próprio destino e modificaram o mundo à sua volta.

Era preciso fugir à condição de "peça" produtiva imposta pelo escravismo e criar espaços próprios para amar, constituir famílias, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos e os que passaram a venerar no Novo Mundo. E, além disso, era preciso criar possibilidades de cair fora da escravidão por meio da fuga, revolta ou alforria. Para sobreviver e modificar sua sorte no mundo da escravidão, os escravos tiveram de recorrer às lembranças do que haviam vivido na África e às experiências acumuladas ao longo da vida no cativeiro.

Para começarmos a entender as experiências do povo negro sob a escravidão no Brasil, vejamos suas condições de vida.

historia.pmd 69 11/5/2006, 10:08

Condições de vida

As condições de vida dos homens e mulheres que viveram sob o cativeiro são fundamentais para compreendermos as bases da sociedade escravista e como os escravos buscaram superar a dominação. Comecemos pelos escravos da grande lavoura, setor que em geral concentrava a maior parte da população escrava.

O número de escravos necessários para operar um engenho variava muito de acordo com o tamanho da propriedade e com os altos e baixos da exportação de açúcar. No século XIX, a maioria dos engenhos baianos possuía entre sessenta e oitenta escravos, mas havia propriedades operando com mais de duzentos cativos. A maioria dos escravos dos engenhos de açúcar do Nordeste passava a maior parte do tempo nos canaviais. Era um trabalho árduo e contínuo, que começava logo ao amanhecer e terminava no fim da tarde.

Normalmente, os cativos levantavam-se por volta das cinco horas da manhã e ao toque do sino do feitor se reuniam no terreiro para receberem as ordens do dia. Em alguns engenhos, e sobretudo nos pertencentes a ordens religiosas, os escravos eram obrigados a fazer uma oração matinal antes de seguir para o trabalho no canavial. Em geral trabalhavam em turmas que reuniam dez ou quinze cativos. A labuta era às vezes embalada por cantos para manter o ritmo do grupo. Às nove horas os cativos paravam para uma pequena refeição e três ou quatro horas depois almoçavam ali mesmo no campo. Depois disso, continuavam trabalhando até o anoitecer.

Preparar o campo, abrir sulcos para o plantio e depois afastar as ervas daninhas do canavial, a chamada limpa, eram tarefas penosas, especialmente em solo pesado como eram os destinados ao cultivo da cana. A limpa era feita de sol a sol e muitas vezes os escravos eram obrigados a realizá-la depois de terem cumprido outras tarefas. A colheita era feita por homens, mulheres e crianças. Os homens cortavam cana e retiravam as folhas, as mulheres e crianças reuniam as canas em feixes para serem transportadas. O corte da cana era feito na base de cotas, cada escravo era obrigado a cortar certa quantidade de cana. Após completar sua tarefa, o escravo estava livre para usar o tempo como quisesse.

historia.pmd 70 11/5/2006, 10:08

Escravos no canavial.

Sermão em que o padre Antônio Vieira equipara a vida dos escravos nos engenhos ao martírio de Cristo, proferido em 1633 em um engenho baiano:

"Não se pudera nem melhor nem mais altamente descrever que coisa é ser escravo em um engenho do Brasil. Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à Cruz e Paixão de Cristo que o vosso em um destes engenhos. Bem aventurados vós, se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e, com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança, aproveitar o santificado trabalho.

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o Senhor padeceu na cruz e em toda a sua paixão. A cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram fel. A Paixão de Cristo foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio."

Padre Antônio Vieira justifica o trabalho infernal nos engenhos como forma de salvação das almas dos escravos, em 1633:

"E que coisa há na confusão deste mundo mais semelhante ao inferno que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar doce inferno. E, verdadeiramente, quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes; as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma, pelas duas bocas ou ventas por onde respiram o incêndio; os etíopes ou ciclopes banhados em suor, tão negros como robustos, que sominstram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forcados com que revolvem e atiçam; as caldeiras, ou lagos ferventes, com os cachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, já exalando nuvens de vapores mais de calor que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar; o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da corda mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo, sem momento de tréguas nem de descanso; quem vir, enfim, toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvio, que é uma semelhança de inferno. Mas, se entre todo esse ruído, as vozes que se ouvirem forem as do Rosário, orando e meditando os mistérios dolorosos, todo esse inferno se converterá em paraíso, o ruído em harmonia celestial, e os homens, posto que pretos, em anjos."

Meninos de 10 ou 12 anos trabalhavam também como condutores de carros de boi, transportando cana do canavial para a casa de moenda do engenho. Para concluir as tarefas com mais rapidez os pais levavam os filhos mais crescidos para ajudá-los na lavoura. As crianças menores também não estavam isentas de trabalho. Tarefas domésticas realizadas nas casas dos senhores, cultivo de alimento e a caça de animais silvestres podiam ocupá-las durante todo o dia.

Nos engenhos o índice de mortalidade era alto e o de nascimentos baixo, por isso havia necessidade permanente de adquirir novos escravos para substituir os que morriam ou envelheciam. No século XIX, cerca de 6 por cento dos escravos e escravas dos engenhos padeciam de "cansaço", possivelmente uma doença relacionada ao desgaste ou exaustão que os impedia de trabalhar. No engenho Sergipe do Conde, no Recôncavo baiano, entre 1622 e 1653, cerca de cinco escravos eram comprados por ano para manter o grupo de aproximadamente setenta cativos.

O trabalho na lavoura era extremamente penoso para as mulheres, especialmente se estivessem em período de gestação ou amamentando. As altas taxas de aborto e mortalidade infantil nos engenhos estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente nas épocas de colheita, quando se intensificavam as atividades.

Com o início da safra, a carga de trabalho aumentava, a labuta era contínua e por vezes se estendia até à noite. A moenda não podia parar, pois a cana colhida tinha que ser logo processada para não estragar. Nesse período, a moenda ficava em funcionamento ininterrupto de dezoito a vinte horas. Esse ritmo intenso de trabalho ia de agosto a maio, quando chegavam as chuvas de inverno, impossibilitando as atividades nos canaviais. Na moagem, certas tarefas eram exercidas quase sempre por mulheres. Algumas eram encarregadas de trazer as canas para serem moídas e outras para recolherem o bagaço. Duas ou três escravas eram ocupadas em enfiar as canas nas moendas. O serviço na moenda exigia muito cuidado, pois o mínimo descuido podia custar a perda de uma mão ou braço esmagado pelos possantes cilindros que prensavam a cana para fazer o suco.

historia.pmd 72 11/5/2006, 10:08

Trabalho escravo vigiado pelo senhor do alto da casa-grande.

Todas as etapas de produção do açúcar eram acompanhadas por supervisores e feitores. Nos canaviais, os escravos de cada "partido" de cana trabalhavam sob a supervisão de um feitor de partido ou de serviço, que muitas vezes era escravo ou negro livre. Em algumas propriedades, mulheres exerciam a função de feitoras, possivelmente supervisionando outras mulheres. O feitor de partido estava submetido ao feitor-mor ou administrador, e era este que normalmente cuidava da disciplina dos escravos. Na casa de engenho, o feitor da moenda cuidava da moagem e era responsável por garantir que a cana fosse prensada adequadamente, e que a máquina fosse parada em caso de acidente. Na casa das caldeiras, o mestre de açúcar dirigia as operações de beneficiamento do caldo de modo a garantir a boa qualidade do produto. Muitos escravos aprenderam e aperfeiçoaram técnicas de fabrico e se tornaram mestres de açúcar famosos. Isso mostra que o escravismo não se beneficiou apenas das mãos e dos braços dos cativos, explorou também sua inteligência e criatividade.

Mas os trabalhos na lavoura e no engenho não representavam a totalidade do que era exigido dos cativos. Os escravos eram também obrigados a construir e reparar cercas, cavar fossos, consertar estradas e pontes, prover a casa-grande de lenha, reparar os barcos e os carros de boi, pastorear o gado, cuidar do pomar e das criações dos senhores. Além disso, tinham que providenciar parte do seu próprio alimento caçando, pescando ou cuidando da própria roça.

A produção no engenho podia ser facilmente sabotada. Bastava espremer um limão em uma caldeira de melado para impedir a sua cristalização em açúcar. Daí que, trabalhadores negligentes e rebeldes não eram selecionados para as tarefas mais especializadas. Para conseguir a colaboração dos escravos era preciso recorrer a incentivos. Os senhores costumavam pagar os escravos especializados com pequenas quantidades de açúcar, aguardente, melaço, roupa ou mesmo em dinheiro.

Os senhores gratificavam em dinheiro e concediam privilégios a escravos que exerciam funções de supervisão, especialmente os feitores de serviço. Essa era uma forma de hierarquizar a mão-de-obra e obter a colaboração de membros da senzala. Po-

historia.pmd 74 11/5/2006, 10:08

rém, isso não garantia colaboração irrestrita. Feitores e mestres de açúcar freqüentemente escondiam as pequenas transgressões e assim impediam represálias senhoriais sobre parceiros de senzala que cometiam furtos ou se afastavam do trabalho por alguma razão. Não podemos esquecer que escravos especializados, feitores e domésticos muitas vezes se transformavam em líderes altivos de revoltas.

Nas fazendas de café do sudeste brasileiro, os escravos trabalhavam de quinze a dezoito horas diárias sob as vistas do feitor. Logo ao amanhecer apresentavam-se em fila para receber as tarefas do dia. Os carros de boi os levavam para as plantações mais distantes. Assim como os escravos dos engenhos, embalavam o ritmo do trabalho nos cafezais com cantigas. Às nove ou dez horas os cativos paravam para as refeições, que geralmente consistia de feijão, angu, farinha de mandioca e algum pedaço de carne seca ou charque. Às quatro horas da tarde paravam novamente para mais uma refeição e voltavam a trabalhar até o pôr-do-sol, quando retornavam à sede da fazenda. Mas o trabalho não cessava ainda. Era preciso preparar a farinha de mandioca, o fubá que deveriam comer no dia seguinte. Por volta das dez horas os cativos finalmente recolhiam-se às senzalas.

Nas regiões de mineração a escravidão constituía a principal forma de organização do trabalho. Em meados do século XVIII, no auge da exploração aurífera, os escravos representavam cerca de 30 por cento da população das Minas Gerais. Tanto ali como nas áreas de mineração do Mato Grosso e de Goiás, o escravo estava ligado às tarefas contínuas de construção de açudes, tanques e represas de córregos para facilitar a exploração do ouro. Nessas regiões os senhores possuíam dez ou vinte escravos empregados na garimpagem dos rios. Mas na década de 1860, uma mineradora inglesa, a Companhia de Mineração de São João Del Rei, chegou a empregar 1.700 cativos, a maioria alugada de outros senhores.

As condições de trabalho nas minas eram extremamente desgastantes. O escravo garimpeiro ficava muito tempo com parte do corpo mergulhada na água dos rios e córregos. O escravo quase que não tinha tempo para si mesmo. Suspeita-se que o es-

historia.pmd 75 11/5/2006, 10:08

cravo das minas vivia menos do que seus parceiros dos engenhos e fazendas de café. Para evitar a morte prematura de seus cativos, os senhores mineiros freqüentemente contratavam enfermeiros ou enfermeiras negros para cuidar dos que labutavam no garimpo. Para muitas doenças recorria-se às ervas típicas da medicina africana ou indígena.

Na mineração os cativos ficavam sob a supervisão constante do "vigia de canoas", que era geralmente branco ou mulato. Os cativos eram obrigados a trabalhar curvados, de frente para o capataz, para que não ocultassem ouro ou diamante encontrado durante o peneiramento do cascalho. Ao término de cada tarefa eram revistados. Mesmo assim, os escravos desenvolveram formas sutis de ocultar algum achado precioso para comprar a tão sonhada alforria. A alforria freqüentemente era também comprada com o trabalho árduo de prospecção, autorizada ou não pelo senhor, nas áreas abandonadas por outros garimpeiros.

No Rio Grande do Sul os escravos foram largamente utilizados na criação e pastoreio de gado e na produção de charque. No século XVIII, com o aumento das exportações do charque gaúcho para outras regiões do Brasil, o número de escravos assumiu grandes proporções. No século XIX, as charqueadas reuniam em média sessenta cativos; algumas chegavam a ter mais de cem. Ali, o abate do gado, o corte e o armazenamento das carnes e do couro exigiam trabalho intenso e prolongado. Nos períodos de maior atividade, entre outubro e maio, os cativos chegavam a trabalhar dezesseis horas seguidas sob vigilância dos capatazes, como eram chamados os feitores gaúchos. O trabalho normalmente se estendia à noite e os senhores costumavam fornecer aguardente aos cativos para estimulá-los.

Nas charqueadas, minas e engenhos, os escravos elaboraram formas diversas de resistência cotidiana à obrigação de trabalhar por muitas horas seguidas. Diante da sobrecarga de trabalho, eles simulavam doenças ou realizavam pequenas fugas. Em 1933, no interior da Bahia, um ex-escravo de engenho recordou que muitas vezes fugia para evitar trabalho excessivo, pois "era o único meio da gente descansar". Essas fugas serviam também para visitar parentes em propriedades próximas.

historia.pmd 76 11/5/2006, 10:08

Escravos numa fazenda de café.

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se rebelaram (por volta de 1789):

"Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber. Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas. Faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.(...) A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada feixe.(...) Os atuais feitores não os queremos, faça a eleição de outros com a nossa aprovação.(...) Os marinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhe dá, hão de ter gibão de baeta, e todo vestuário necessário. O canavial do Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues. Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença."

Sabe-se que nos engenhos e fazendas de café os cativos aumentavam o ritmo de trabalho na presença de senhores e feitores, mas assim que estes se afastavam procuravam fazer pequenas pausas para descansar. Nos cafezais do Sudeste, os escravos costumavam entoar cânticos improvisados, chamados de *jongos*, que serviam para ritmar o trabalho e, quando preciso, alertar os companheiros da aproximação dos senhores e feitores. Aliás, nas lavouras de cana e café os conflitos entre os escravos e seus senhores muitas vezes estavam relacionados à redução da jornada de trabalho. Em 1789, escravos do engenho Santana, em Ilhéus, Bahia, se rebelaram e redigiram um documento contendo várias reivindicações, e numa delas exigiam a redução do tempo de trabalho na lavoura de cana e o direito ao lazer.

Vestir, morar e comer

Tanto nos engenhos como nas fazendas de café, charqueadas e nas minas, as condições de moradia eram bastante precárias. Como sabemos, a morada dos escravos era chamada senzala, palavra de origem quimbundo que significa residência de serviçais em propriedade agrícola, ou morada separada da casa principal. No século XIX existiam nas grandes propriedades rurais dois modelos de senzalas. A primeira, estilo barracão, consistia de uma única construção retangular e alongada, internamente repartida em vários cubículos. Eram projetadas e construídas pelos senhores e quase sempre localizadas ao lado ou atrás das casas-grandes, a residência senhorial, de forma a manter a escravaria ao alcance da vista. Geralmente existia um barracão para homens e outro para mulheres, mas havia também compartimentos em que eram alojados casais com filhos. Estas senzalas eram trancadas à noite pelos feitores, uma medida em geral insuficiente para impedir as fugas, mas importante para estabelecer a disciplina, porque determinava o horário de recolher-se à noite e de começar a trabalhar ao amanhecer.

O segundo modelo era formado por barracos separados, construídos com paredes de barro batido e cobertas de sapê ou telhas de cerâmica. Eram construídas pelos próprios cativos. Nessas habitações eles tinham a oportunidade de organizar o espaço

historia.pmd 78 11/5/2006, 10:08

e dotá-lo de elementos culturais aprendidos na África. Os escravos deviam valorizar bastante a construção do próprio barraco, porque lá era possível dispor de maior privacidade e liberdade para sua vida doméstica. Ali era possível cozinhar a própria comida e alimentar-se longe da vista do senhor.

Nos engenhos do Nordeste coexistiam os dois modelos de habitação, mas era mais comum as cabanas dispostas em filas e localizadas a certa distância da casa-grande. Nos engenhos da Paraíba, o espaço entre uma fileira e outra de senzalas era chamado de "rua", uma forma de demarcar e distinguir o mundo das senzalas e o mundo da casa-grande. No interior das senzalas havia uns poucos objetos de uso pessoal, um baú para guardar as roupas, camas rudimentares ou esteiras para dormir, às vezes alguns tamboretes, panelas e pratos de barro e fogão a lenha.

Nas regiões de mineração, os escravos moravam em choupanas chamadas de ranchos. Eram habitações simples que podiam ser facilmente desmontadas e transportadas para outros locais, conforme a necessidade de deslocamento da exploração mineradora.

Para terem acesso a bens que normalmente não lhes chegariam às mãos pela obrigação ou generosidade dos senhores, os escravos envolviam-se em várias atividades suplementares ao trabalho na grande propriedade. Para conseguir dinheiro trabalhavam nos dias de folga para seus senhores ou outros empregadores. Outra fonte de ganho era a manufatura de objetos para a venda: cortar e costurar roupa, trançar cestos de cipó e palha, fazer panelas e utensílios de barro que eram vendidos na feira.

Nas regiões de mineração, os escravos aproveitavam as horas e dias vagos para procurar refugos de ouro ou diamante em locais já explorados pelos garimpeiros. Por volta de 1850, na cidade de Cuiabá, quando a extração de ouro já se encontrava em declínio, escravos e livres pobres podiam ser vistos catando pedaços minúsculos de ouro em meio ao cascalho que se espalhava pelas ruas, principalmente depois de chuvas torrenciais.

Como em outras regiões escravistas das Américas, alguns escravos brasileiros desenvolveram atividades independentes e alternativas à grande lavoura. Sabe-se de escravos que tinham cria-

historia.pmd 79 11/5/2006, 10:08

ção de animais, especialmente bois, porcos, galinhas, para consumo próprio e para a venda. Muitos desses animais eram criados nos pastos e terrenos dos senhores ou em outras propriedades sob o sistema de meia. Vamos a um exemplo, entre dezenas de outros. Ao ser ferido acidentalmente por arma de fogo em uma roça de cana, o escravo Daniel, africano, trabalhador na lavoura do engenho São Pedro, na vila de São Francisco, no Recôncavo baiano, confessou que estava retornando de uma visita que fez a outro engenho para tratar de uns porcos que criava "em sociedade" com uma mulher chamada Virgínia. Para não comparecer ao serviço do senhor, ele disse que fingiu doença.

Nas fazendas de café do Rio de Janeiro e São Paulo, muitos escravos se apropriavam furtivamente de uma parte do café que produziam. Os vendeiros de beira de estrada eram muitas vezes receptadores de galinhas, porcos e café desviados das fazendas. O produto do furto podia ser utilizado na compra de roupas e outros bens que lhes faltavam.

As vestimentas dos escravos eram extremamente precárias. Os senhores de engenho costumavam distribuir roupas prontas e tecidos duas vezes ao ano, no início e no fim do período de corte e moagem da cana. No século XVIII, fornecia-se um par de camisas e calças para os homens e saias de algodão cru para as mulheres. No século XIX, nas plantações de café do Sudeste, os escravos recebiam em geral três camisas, três pares de calça e os respectivos casacos, um chapéu e dois cobertores por ano. As mulheres recebiam saias e xales de algodão grosseiro.

Em Minas Gerais o trabalho de exploração do ouro e do diamante exigia pouca roupa. Como passava a maior parte do dia com as pernas mergulhadas na água, o escravo mineiro geralmente vestia calção curto e usava o costumeiro chapéu. Do ponto de vista do senhor, o pouco vestuário favorecia o controle, pois dificultava a ocultação de ouro ou alguma pedra preciosa. Os escravos que exerciam funções de supervisão usavam camisas. Mas os senhores mineiros costumavam premiar com camisas e calças os que encontravam alguma pedra preciosa. Para complementar o vestuário, os escravos podiam lançar mão das quantias acumuladas nos trabalhos extras que realizavam para os senhores. No sé-

historia.pmd 80 11/5/2006, 10:08

culo XIX vendedores ambulantes e mascates freqüentavam as áreas rurais vendendo casacos de chita, calções de cetim, veludo, panos da costa e outros tecidos que eram apreciados pela escravaria dos engenhos e minas.

As gravuras e os comentários de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX mostram que o vestuário refletia as diferentes ocupações e a hierarquia interna da senzala. Os escravos artesãos e domésticos possuíam vestimentas melhores e mais diversificadas do que os escravos da lavoura.

Além de vestir e cuidar dos que adoeciam, os senhores deviam alimentar seus cativos. Mas nem sempre cumpriam satisfatoriamente seus "deveres" e, muitas vezes, a falta de alimentos ou a sua péssima qualidade podia desencadear reações violentas dos cativos. Em 1871, na cidade de Campinas, província de São Paulo, o escravo Gregório, acusado de assassinar o senhor, denunciou que este "só dava uma muda de roupa por ano; que só dava almoço e jantar, isto em pouca quantidade; que não lhe permitia plantar e nem criar e que proibindo-os ultimamente de trabalhar para vizinhos lhes remunerava muito mal o trabalho dos domingos".

Todos os observadores da escravidão foram unânimes em denunciar a má qualidade da alimentação fornecida aos escravos. Foi a precária alimentação uma das causas principais da curta expectativa de vida dos cativos e das camadas mais pobres da população livre. Ao longo do período colonial e imperial, diversas leis e decretos foram criados para obrigar os senhores a fornecer alimentação suficiente ou reservar parte de suas terras ao cultivo de gêneros de subsistência, em particular a mandioca. Com freqüência, os momentos de crescimento das exportações de açúcar ou café resultavam em carestia e escassez de alimentos. Nos engenhos de açúcar os senhores forneciam ração diária aos cativos, geralmente composta de farinha de mandioca, feijão, peixe ou carne seca. Durante a safra de cana os cativos recebiam aguardente e subprodutos do açúcar, que eram fontes de energia para estimular o trabalho.

Em alguns engenhos os escravos dependiam exclusivamente da ração fornecida pelos senhores. Em outros permitia-se que os escravos preparassem o próprio alimento em suas senzalas. Mas,

historia.pmd 81 11/5/2006, 10:08

comumente, os engenhos combinavam as duas formas. A ração quase sempre era parca e os escravos eram obrigados a suplementá-la com alimentos produzidos por eles próprios.

A parca alimentação podia ser complementada com caça e pesca, freqüentemente praticadas nas horas vagas. Nas regiões de mineração os senhores mandavam os escravos caçarem a fim de diminuírem gastos. Os povos da África Central conheciam uma grande variedade de armadilhas usadas na caça e sem dúvidas algumas delas foram adaptadas às condições de vida no Brasil.

O acesso a uma roça era outro meio de ampliarem as fontes de sustento. Em muitas propriedades permitia-se aos escravos cultivarem suas próprias roças e disporem dos produtos como bem entendessem. Nas minas muitos senhores permitiam aos escravos cultivar hortas e criar porcos e aves domésticas nos dias em que não estavam no garimpo. O cultivo de roças aliviava parcialmente os mineiros dos gastos com comida e isso era importante numa região em que a maior parte dos alimentos vinha de fora.

Do ponto de vista dos senhores, a concessão de espaços para cultivo era uma forma de obter a cooperação dos escravos. Mas para estes era a oportunidade de diversificar os alimentos que levavam para a senzala e, quando possível, acumular algum dinheiro com a venda do excedente da produção. Com esse dinheiro era possível começar a pensar na própria alforria e na dos filhos. A roça também servia como forma de mobilização da comunidade em torno do direito ao acesso à terra.

Importante observar que, ao ampliar as fontes de sustento, os escravos abriram a possibilidade de melhorar a qualidade da comida e conferir-lhe um sentido cultural próprio, preparando-as com receitas relembradas da África.

Sobreviver nas cidades

Embora a economia escravista estivesse baseada principalmente na agricultura, os centros urbanos tiveram papel de destaque na utilização de mão-de-obra escrava. Os escravos desempenharam papel fundamental no dia-a-dia das cidades. Os chamados "escravos de ganho" ocupavam-se do transporte de pessoas e mercado-

historia.pmd 82 11/5/2006, 10:08

rias nas ruas e portos. No século XIX, na cidade de Cuiabá, província de Mato Grosso, onde era problemático o abastecimento de água, grande parte dos escravos de ganho se ocupava em transportar água das fontes públicas para as cozinhas e banheiros dos sobrados. Esse cenário repetia-se nas grandes cidades – Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Vila Rica – durante a maior parte do século XIX.

Além dos carregadores, havia os pedreiros, pintores, carpinteiros, estivadores, marinheiros, canoeiros, cocheiros, carroceiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, bordadeiras, parteiras, enfermeiras e uma infinidade de outros profissionais especializados, sem os quais as cidades não funcionariam. Nas grandes cidades essas atividades eram exercidas majoritariamente por negros e pardos, escravos e libertos, pois eram geralmente rejeitadas pela população branca. Na sociedade escravista o trabalho que exigisse algum esforço físico era considerado aviltante. No final do século XIX, este quadro modificou-se nas cidades do Sudeste, quando os imigrantes europeus, principalmente portugueses, já disputavam com os escravos e libertos aquelas ocupações, inclusive a de transporte de cargas.

Nos sobrados urbanos encontravam-se as domésticas, cozinheiras, amas secas, amas-de-leite que limpavam, arrumavam, lavavam, engomavam e passavam roupa, cozinhavam, amamentavam e cuidavam das crianças. As escravas domésticas se encarregavam também de inúmeros afazeres fora das casas dos senhores. O serviço começava cedo, antes que os senhores acordassem, pois era preciso abastecer a casa de água potável, muitas vezes carregada das fontes públicas. Se pertencessem a senhores com dificuldade financeira, eram obrigadas a trabalhar em outras casas como alugadas.

As escravas eram utilizadas também no serviço de vendagem de doces, mingaus, bolos, caldo de cana, caruru e outras receitas africanas. As quitandeiras e ganhadeiras enchiam as ruas com suas maneiras características de cativar os fregueses. Elas muitas vezes levavam para as ruas os filhos pequenos presos às costas ou, quando mais crescidos, mantinham-nos próximos aos locais em que trabalhavam. Havia ainda, nas cidades portuárias e mineradoras, a exploração do trabalho feminino nos prostíbulos.

historia.pmd 83 11/5/2006, 10:08

Parte da escravaria das cidades trabalhava em grandes e pequenas fábricas. No século XIX províncias como Minas Gerais, por exemplo, sediaram inúmeras fábricas de diferentes ramos que utilizavam o trabalhador cativo. Em Cuiabá, província de Mato Grosso, escravos trabalhavam em fábricas de pólvora. Na cidade do Rio de Janeiro muitos cativos eram empregados na fabricação de tecidos, sabão, chapéus e outros artigos de consumo. Em 1836, a fábrica de ferro São João de Ipanema, sediada em São Paulo, chegou a empregar 141 escravos.

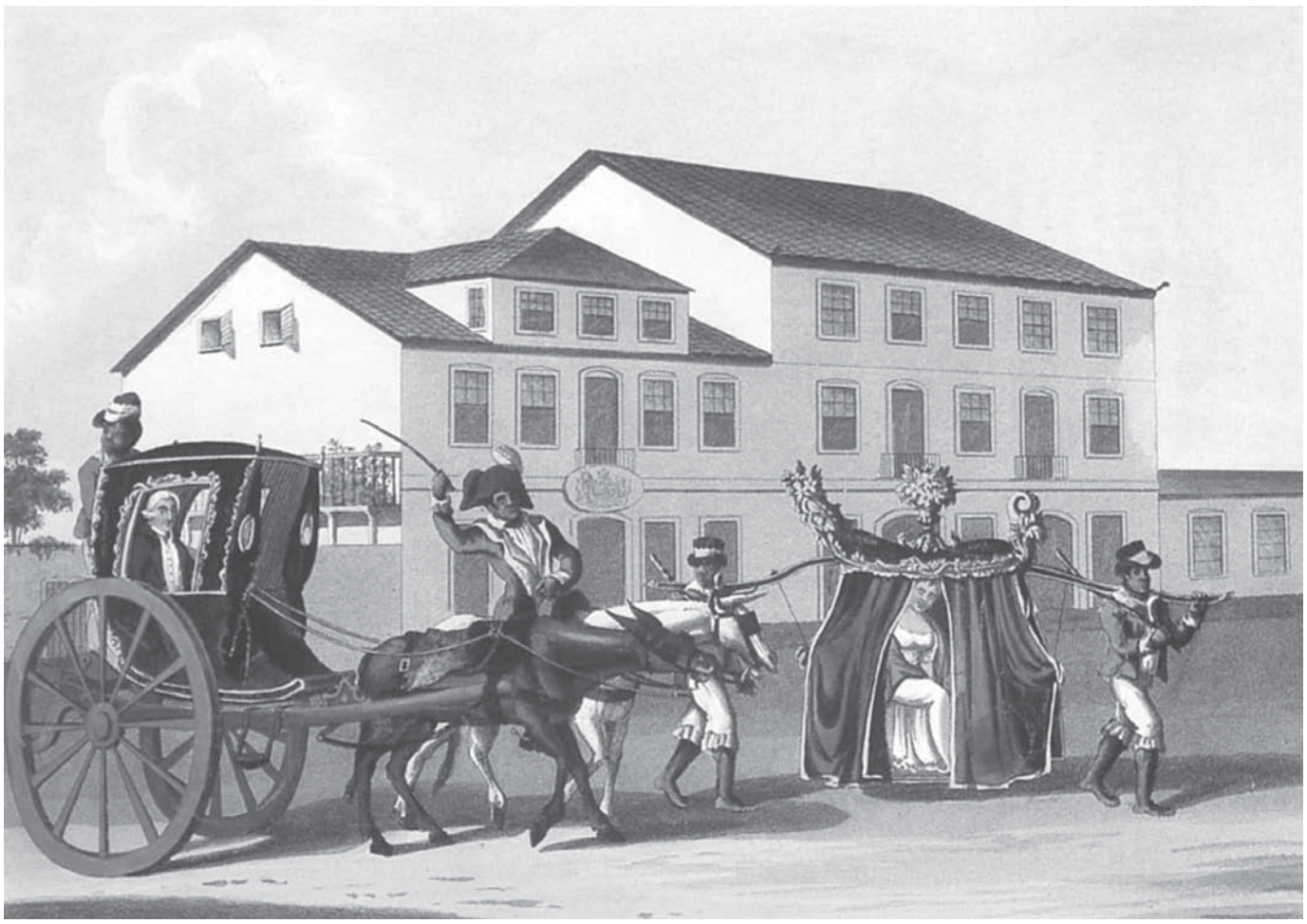
É importante observar que nas cidades os escravos e escravas normalmente pulavam de uma ocupação para outra por interesse próprio ou por imposição dos senhores. Assim, uma escrava doméstica podia, nas horas vagas, se transformar numa vendedora de doces nas ruas. No mundo urbano a utilização da mão-de-obra escrava era muito flexível e dinâmica.

A escravidão nas cidades diferia em aspectos importantes daquela do mundo rural. O número médio de escravos por senhores era bem menor, por exemplo. Até a primeira metade do século XIX, principalmente, a propriedade escrava estava difundida entre as mais diversas categorias sociais.

O escravo urbano passava a maior parte do tempo longe das vistas dos senhores, trabalhando nas ruas, portos e construções. Desfrutava de uma liberdade de movimento bem maior do que seu parceiro do campo. Os escravos de ganho faziam alguns serviços nas casas dos senhores e iam para as ruas em busca de trabalho. Alugavam seu tempo a um e a outro, e ao final do dia ou da semana deviam entregar uma determinada soma a seu senhor ou senhora. O que passava disso os escravos embolsavam. O senhor podia também alugar o serviço de seu escravo a terceiros por um período de tempo – eram os negros de aluguel.

Os escravos de ganho e aluguel, que exerciam seus serviços na rua, muitas vezes moravam fora da casa do senhor. Geralmente habitavam os sótãos ou os subsolos dos sobrados, chamados lojas. Eram espécie de senzalas urbanas. Muitos residiam em grandes sobrados localizados nos centros das cidades, espaços abandonados pelas elites, sublocando pequenos cubículos, dividindo-os com parceiros de trabalho, com libertos ou com suas mulheres. Essas habi-

historia.pmd 84 11/5/2006, 10:08



Carregadores de cadeiras e condutores de carruagens.

tações conhecidas como *cortiços* reuniam pessoas de condições diversas, escravos, libertos e livres. Ao longo do século XIX estes locais eram vigiados permanentemente pelas autoridades policias.

A princípio poder-se-ia pensar que, longe das vistas dos senhores, os escravos seriam menos vigiados e controlados. Contudo, escravos e escravas das cidades viviam permanentemente sob as vistas dos policiais e dos vizinhos. Cotidianamente chegavam ao conhecimento da polícia denúncias de festas, batuques, bebedeiras, cantigas e "vozerias" nas casas habitadas por escravos e escravas.

Não por acaso, organizar e aprimorar a atuação das forças policiais foi nas cidades a grande preocupação dos governantes brasileiros durante a Colônia e o Império. A legislação foi farta em alvarás, cartas régias, código criminal, leis municipais (posturas) e provinciais estabelecendo os limites de liberdade dos escravos urbanos, definindo os espaços onde podiam circular, exercer seus ofícios, divertir-se, jogar capoeira, freqüentar tabernas e fazer batuques.

Aos escravos eram proibidos o uso de armas e a circulação pelas ruas das cidades durante a noite. A presença deles nas ruas durante a noite era estritamente controlada pela polícia. Temia-se que camuflados pela escuridão poderiam cometer crimes, fugas e preparar revoltas. O escravo que vagasse à noite sem autorização de seus senhores podia ser preso como suspeito de fugido. Em 1829, a câmara municipal da cidade de Vitória, província do Espírito Santo, determinou: "todo escravo que for encontrado na cidade sem bilhete do senhor será conduzido à cadeia e no dia seguinte castigado no Pelourinho com cinqüenta açoites; se for mulher, receberá quatro dúzias de palmatoadas e, se reincidente, será até seis dúzias".

Em todos os centros urbanos do país, depois do toque de recolher, às oito horas, os cativos só podiam circular pelas ruas com licenças escritas pelos senhores ou por autoridades policiais. As patrulhas e rondas policiais vigiavam também os locais de culto afro-brasileiro, freqüentemente prendendo seus membros e destruindo ou apreendendo objetos e instrumentos rituais. As leis coloniais e imperiais previam que os divertimentos da população negra, fosse ela escrava ou liberta, deveriam ser vigiados de perto pela polícia. Vez por outra, os vereadores aprovavam posturas proibindo batuques, maracatus e "ajuntamentos" de negros. Em 1831,

historia.pmd 86 11/5/2006, 10:08

Escravos trabalhando em obras públicas.

a câmara de Recife, província de Pernambuco, proibiu "vozerias, alaridos e gritos pelas ruas", restrição que atingia os africanos em suas manifestações religiosas. Proibiu também que os carregadores andassem pelas ruas cantando "desde o recolher até o sol nascer", algo severo e que buscava coibir o costume de ritmar o trabalho com cantos.

A despeito das proibições e das medidas de controle, os escravos iam e vinham pelas ruas durante a noite e não deixaram de participar de festas, de juntarem-se para batucar ou jogar capoeira, freqüentar as tabernas e casas de jogos. Por medo e preconceito, a elite evitava circular pelas ruas e isso permitia aos escravos ocuparem determinados pontos das cidades sem serem importunados. Os escravos eram os grandes conhecedores das cidades, sabiam de seus segredos e recantos.

Embora fossem essenciais para o funcionamento da cidade e para a comodidade dos seus habitantes, os escravos eram temidos e vigiados permanentemente. Os muitos que circulavam pelas ruas levantavam suspeita de que a qualquer momento pudessem se rebelar. Aliás, suspeita não de todo infundada, já que os escravos urbanos protagonizaram as mais organizadas rebeliões do período imperial. Mas a suspeita freqüentemente se transformava em paranóia, algo que tornava os negros – fossem escravos, libertos ou livres – alvo de medidas abusivas de controle policial.

Nas cidades os senhores podiam recorrer ao poder público para castigar os escravos desobedientes ou que não cumpriam suas obrigações. Durante a colônia o castigo era aplicado publicamente, em local determinado pela municipalidade. Este local era chamado de *pelourinho*. Mas, em torno de meados do século XIX, quando a escravidão passou a ser condenada abertamente por alguns setores da sociedade, o castigo veio a ser aplicado em locais fechados e que não despertassem a atenção das pessoas. Para punir os cativos desobedientes ou que fugiam, os senhores pagavam uma taxa à polícia para executar o castigo no interior das cadeias públicas, geralmente açoites e palmatoadas.

historia.pmd 88 11/5/2006, 10:09

Solidariedades no mundo do trabalho

Tanto nas grandes propriedades rurais, quanto nas minas e cidades, os escravos buscaram fazer do trabalho um momento especial para forjar laços de solidariedade. Para o africano novo, o trabalho era o primeiro canal de entrada na comunidade escrava. Dos mais velhos aprenderia os rudimentos da língua do branco e inteirava-se da vida escrava e das estratégias para sobreviver. Entre os companheiros buscariam alguma cumplicidade quando precisassem fugir das vistas dos senhores e feitores para descansar, visitar parentes em outras localidades, divertir-se ou cumprir alguma obrigação religiosa. Era com os companheiros de trabalho que freqüentemente contavam quando faziam escolhas mais arrojadas, como fugir para um quilombo ou rebelar.

Nas cidades os escravos de ganho se reuniam em torno dos "cantos" de trabalho. O canto era como se denominava em Salvador o grupo de trabalho reunido em determinado local. Organizações semelhantes existiram em outras cidades movimentadas pelo trabalho escravo, como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Geralmente os negros se reuniam em largos, praças ou esquinas próximas à zona portuária, estradas ou ferrovias. Os cantos chegavam a reunir dezenas de escravos da mesma etnia ou nação. Com o tempo, o exclusivismo étnico dos cantos foi diminuindo e várias etnias africanas, além de negros e mestiços brasileiros, passaram a trabalhar lado a lado. Isso foi muito comum no final do século XIX. Cada canto estava sob a liderança de um chefe, chamado capitão do canto, que era escolhido pelos próprios membros do grupo.

Enquanto aguardavam a clientela para realizar algum serviço, os ganhadores, sentados em tamboretes ou na calçada, trançavam pequenos cestos, esteiras e chapéus, faziam gaiolas e pulseiras. Por vezes os barbeiros ambulantes vinham fazer-lhes a barba, as negras lhes vendiam mingau de milho e de tapioca. Aos forros juntavam-se sempre os escravos do mesmo ofício e as amizades assim forjadas no trabalho eram sólidas, duradouras e estiveram na origem de inúmeras sociedades religiosas que promoviam a alforria e amparavam os mais idosos e doentes.

Em Salvador existiam as "juntas", que eram associações criadas com o fim de formar uma poupança em dinheiro para em-

historia.pmd 89 11/5/2006, 10:09

préstimo aos que se encontravam em dificuldade financeira ou precisassem comprar carta de alforria. Estas organizações foram fundamentais também para que muitos destes trabalhadores não caíssem na mendicância quando perdiam as forças para trabalhar. A junta era presidida por um líder que cuidava de guardar e anotar as quantias depositadas e retiradas. Os membros se reuniam, geralmente aos domingos, para retirar e depositar dinheiro e discutir negócios. Muitos africanos utilizaram essas associações para retornar à África. No século XIX os negros de ganho que trabalhavam na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, inclusive carregadores de café, também se reuniam em torno de associações com o fim de promoverem a liberdade de seus membros.

Além da identidade étnica, o que muitas vezes unia os escravos era o fato de compartilharem os mesmos locais de trabalho e pertencerem ao mesmo senhor. Assim, as lavadeiras congregavam-se em torno das fontes e rios. As fontes públicas que abasteciam as casas nas grandes e pequenas cidades eram locais de encontro de escravos domésticos, lavadeiras, aguadeiros e ganhadores. Carregadores e estivadores formavam grupos de trabalho que se reuniam nas áreas portuárias. No Rio de Janeiro os escravos da Alfândega dividiam-se em grupo de cinco ou seis para puxar, empurrar e transportar cargas pesadas. Os escravos que trabalhavam em grupo cuidavam uns dos outros e se ajudavam mutuamente para cumprir as exigências dos senhores ou dos clientes. Era nesses locais que ocorriam os contatos, circulavam as notícias, conversava-se sobre os caprichos e birras dos senhores, e se discutia principalmente sobre a escravidão no Brasil.

As comunidades negras dividiam-se, assim, em diversos grupos, que em alguns casos hostis em relação aos outros. A administração pública muitas vezes acirrou essas rivalidades, tentando impedir a criação de uma frente comum contra a sociedade escravista. Entretanto, o mundo das ruas e do trabalho criava possibilidades imensas de alianças entre escravos de origens e profissões diversas.

Como veremos no capítulo V, essas alianças contaram muito quando os escravos fugiam para os quilombos ou se rebelaram contra a dominação escravista. Mas, antes disso, discutiremos as vivências escravas no interior das famílias e das comunidades religiosas.

historia.pmd 90 11/5/2006, 10:09

EXERCÍCIOS:

1. Discuta a importância da mão-de-obra escrava para o sucesso da indústria açucareira no Brasil.
2. Fale sobre o cotidiano dos escravos empregados nas fazendas de café.
3. Comente sobre as condições de vida dos escravos nas cidades.
4. Qual a importância das redes de solidariedade na vida dos escravos?

Bibliografia:

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BEZERRA NETO, José Maria. *Escravidão negra no Grão-Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olyimpio, 1987.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

historia.pmd 91 11/5/2006, 10:09

Capítulo IV

FAMÍLIA, TERREIROS E IRMANDADES

Da família à comunidade

As comunidades negras no Brasil foram formadas em meio à desagregação familiar resultante do tráfico e às adversidades da vida escrava. A condição escrava dificultou a formação e consolidação de famílias e comunidades, já que amigos e parentes podiam ser separados pela venda para proprietários diferentes. Para sobrevier sob o cativeiro, os escravos e escravas buscaram acionar relações sociais aprendidas na África e as aqui inventadas. Os vínculos formados a partir do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião foram fundamentais para a sobrevivência e para a recriação de valores e referências culturais.

Num primeiro momento, o escravo recém-vindo da África era submetido a um treinamento conduzido por senhores e feitores. Estes ensinavam os rudimentos da língua portuguesa, principalmente os que fossem necessários para compreender as ordens do senhor e do feitor. Senhores e feitores ensinavam também tarefas, impunham disciplina e formas de deferência. Na cartilha senhorial, antes de tudo, era preciso definir e deixar claro quem mandava e quem obedecia. O senhor desejava também que o cativo compreendesse os rudimentos da religião católica, sobretudo aprendesse a rezar. A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis.

Nos grandes engenhos, fazendas de café, nas minas e cidades, a escravaria geralmente era formada por africanos de etnias diversas,

historia.pmd 95 11/5/2006, 10:09

além de escravos crioulos. O africano recém-chegado, aqui chamado de *boçal*, defrontava-se com um ambiente em que coexistiam diversos povos, alguns que se desconheciam, outros divididos por rivalidades religiosas e étnicas. Muitas vezes as rivalidades na África se reproduziram no Brasil, outras vezes elas diminuíram sob o peso da escravidão. Havia ainda divisões entre africanos e crioulos e entre estes e os pardos ou mulatos. Essas divisões contavam muito na vida do cativo, na sua aceitação pelo grupo e na escolha de parceiros ou parceiras para relações afetivas. Muitas vezes essas divisões se manifestavam nos momentos em que os escravos decidiam se rebelar, como veremos no próximo capítulo.

Já deu para perceber que a identidade étnica era importante fator de agregação dos africanos. Em geral, formadas em torno de línguas comuns ou assemelhadas, essas identidades foram em grande parte construídas no Brasil. E eram muitas: angola, congo, monjolo, cabinda, quiloa, mina, jeje, nagô, haussá etc. Cada grupo era uma "nação".

Havia um senso de lealdade entre escravos pertencentes a uma mesma etnia ou nação. Na Bahia, *parente* era a palavra utilizada pelos africanos para definir os que pertenciam à mesma etnia. Por exemplo, o nagô se dizia parente de outro nagô, jeje de jeje, angola de angola e assim por diante. Os africanos utilizavam também o termo *patrício* para identificarem outros africanos vindos da mesma região da África. Esses patrícios costumavam se ajudar mutuamente formando extensas redes de solidariedade. Nos testamentos deixados por africanos libertos muito frequentemente aparecem referências a dinheiro emprestado e favores prestados a outros africanos que estavam em dificuldade financeira, doentes ou precisando de recursos para a compra da alforria.

Mas os africanos perceberam que para sobreviver no cativeiro foi também preciso estabelecer alianças com pessoas de diferentes lugares da África. No capítulo anterior vimos que, no final do século XIX, os cantos de trabalho podiam reunir africanos de nações diversas. Mas era possível, sobretudo nesse período, também encontrar africanos compartilhando o mesmo local de trabalho com crioulos e mulatos. Nas irmandades religiosas negras se encontravam escravos de etnias diversas cultuando o mesmo santo ou santa.

historia.pmd 96 11/5/2006, 10:09

É importante assinalar que os laços comunitários foram formados nas senzalas em meio a uma diversidade de grupos étnicos. Foram formados também pela necessidade de encontrar saídas e alternativas à vida escrava. No seio dessas comunidades, os escravos puderam preservar grande parte da cultura africana e transmiti-la aos filhos e netos. Para entrar no mundo das senzalas é preciso estudar as famílias, os grupos religiosos e de amizade.

A família escrava

É evidente que a vida sob cativeiro criava sérios entraves à formação de famílias. A tendência do tráfico de importar mais homens do que mulheres dificultou a formação de casais. Ou seja, havia muito homem para pouca mulher nas senzalas. A condição escrava dificultou também a consolidação de famílias e comunidades, já que amigos e parentes podiam ser separados pela venda ou decisão dos senhores de alocá-los em propriedades diferentes e distantes.

A despeito dos obstáculos criados pela escravidão, os cativos buscavam manter relações conjugais estáveis, além de construir redes de parentesco extensas para além dos laços consangüíneos. Os estudos mais recentes sobre família escrava no Brasil têm demonstrado que, nas grandes plantações de café e cana, parte considerável dos cativos conseguiu criar e manter relações familiares ao longo do tempo.

No interesse de garantir condições mínimas de segurança para si e para sua propriedade, houve senhores que preferiam garantir alguma estabilidade familiar aos seus cativos. Na visão desses senhores, o escravo preso às responsabilidades familiares tinha menos predisposição para fugir ou rebelar-se. Essa estabilidade, porém, podia ser abalada por motivo de venda, morte do senhor, doação e transferência de algum membro da família para outra propriedade. Ou seja, o escravo podia se rebelar em protesto contra a separação de parentes, ou fugir em família para evitar a venda, ou ainda fugir para se reunir a parentes já vendidos. Podiam se rebelar, sobretudo, contra os que abusavam dos seus filhos e filhas.

Sem dúvida, constituir família era um projeto de vida do escravo. Para o africano desenraizado pelo tráfico, a recriação de

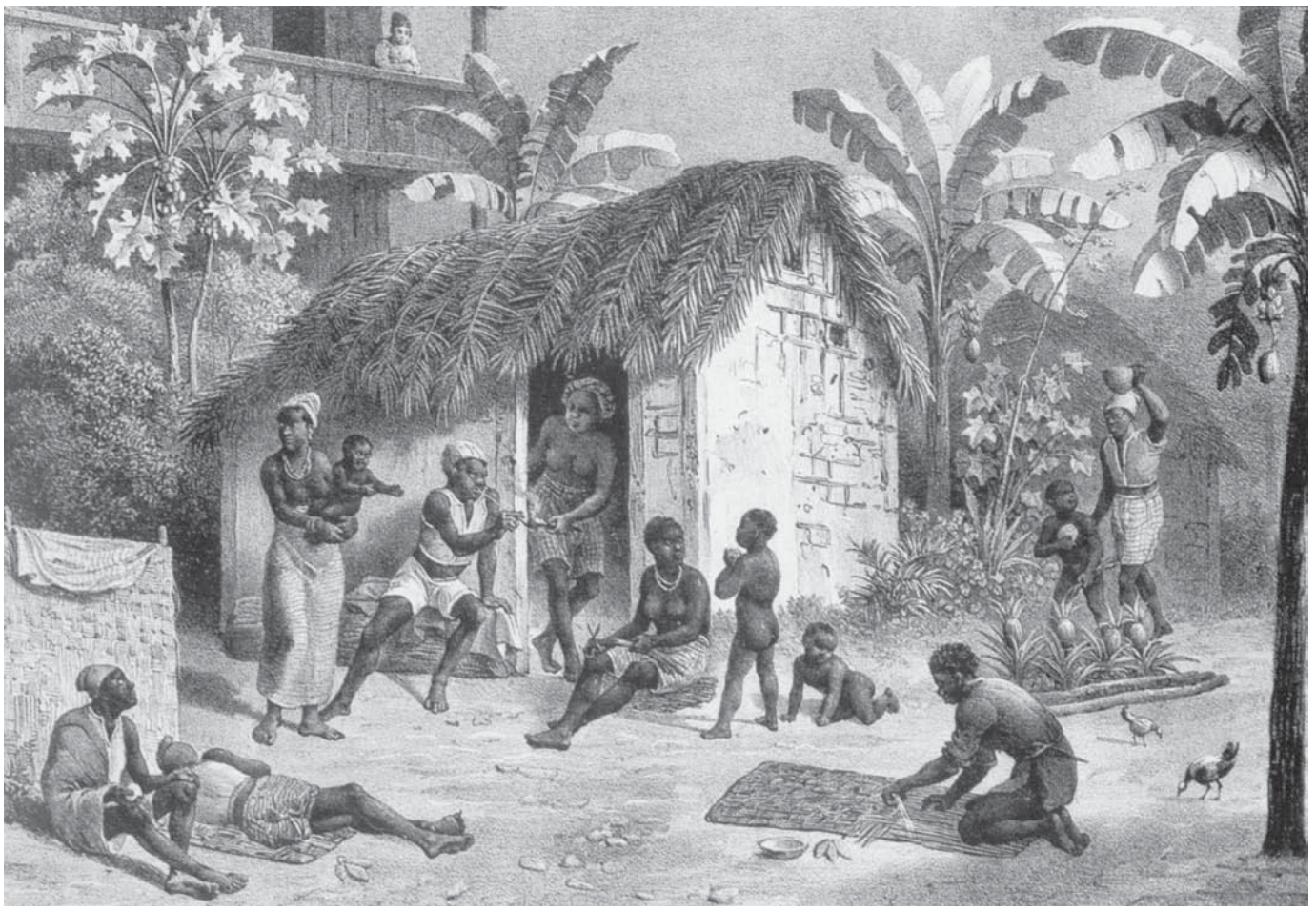
historia.pmd 97 11/5/2006, 10:09

laços familiares no Brasil foi fundamental para enfrentar a dor da separação dos parentes deixados na África. No interior da família constituída aqui muitas vezes era possível recuperar valores, formas de convivência doméstica e crenças vivenciadas na África. A formação de laços familiares foi importante também para a manutenção dos espaços de moradia, acesso a uma parcela de terra para cultivo e para reagir às práticas de domínio senhorial. Assim, a atuação em família ampliava as possibilidades de sobrevivência dos cativos e permitia a elaboração de projetos de liberdade. Muitos senhores de fato só permitiam que suas terras fossem usadas como roças em regime familiar. Sem dúvida, a família foi fonte importante de recursos para enfrentar e transformar as condições da vida escrava.

O primeiro recenseamento oficial da população brasileira, que data de 1872, mostrou que somente 10 por cento dos escravos brasileiros eram oficialmente casados. Ocorre que a maioria das famílias escravas formou-se à margem do consentimento da Igreja, que era a instituição responsável pela oficialização dos casamentos. Aliás, mesmo os homens e mulheres livres pobres não se casavam, se juntavam. Além de caro, o casamento na Igreja não oferecia nenhuma garantia ao casal escravo de que a família não seria dividida caso os senhores decidissem se desfazer dos pais ou dos filhos separadamente.

Os senhores buscaram interferir na vida familiar dos escravos definindo quem casaria com quem, determinando a época do casamento e a separação das famílias por venda ou transferência para outras propriedades. A escolha dos parceiros pelos senhores seguia o modelo patriarcal português, em que os pais escolhiam o cônjuge dos filhos e dependentes. Os senhores, por exemplo, tinham interesse em que os casamentos entre escravos ocorressem nos limites das suas propriedades para evitar que os parentes se ausentassem de seus domínios. Tal política limitava drasticamente as oportunidades de união, especialmente em propriedades menores, onde havia poucos parceiros disponíveis. Mas os próprios escravos buscaram limitar a interferência senhorial sobre suas escolhas afetivas. Embora os senhores desejassem limitar ao máximo o contato dos seus cativos com os dos vizinhos, essa política

historia.pmd 98 11/5/2006, 10:09



Família escrava em senzala tipo choupana, construída próxima à casa-grande.

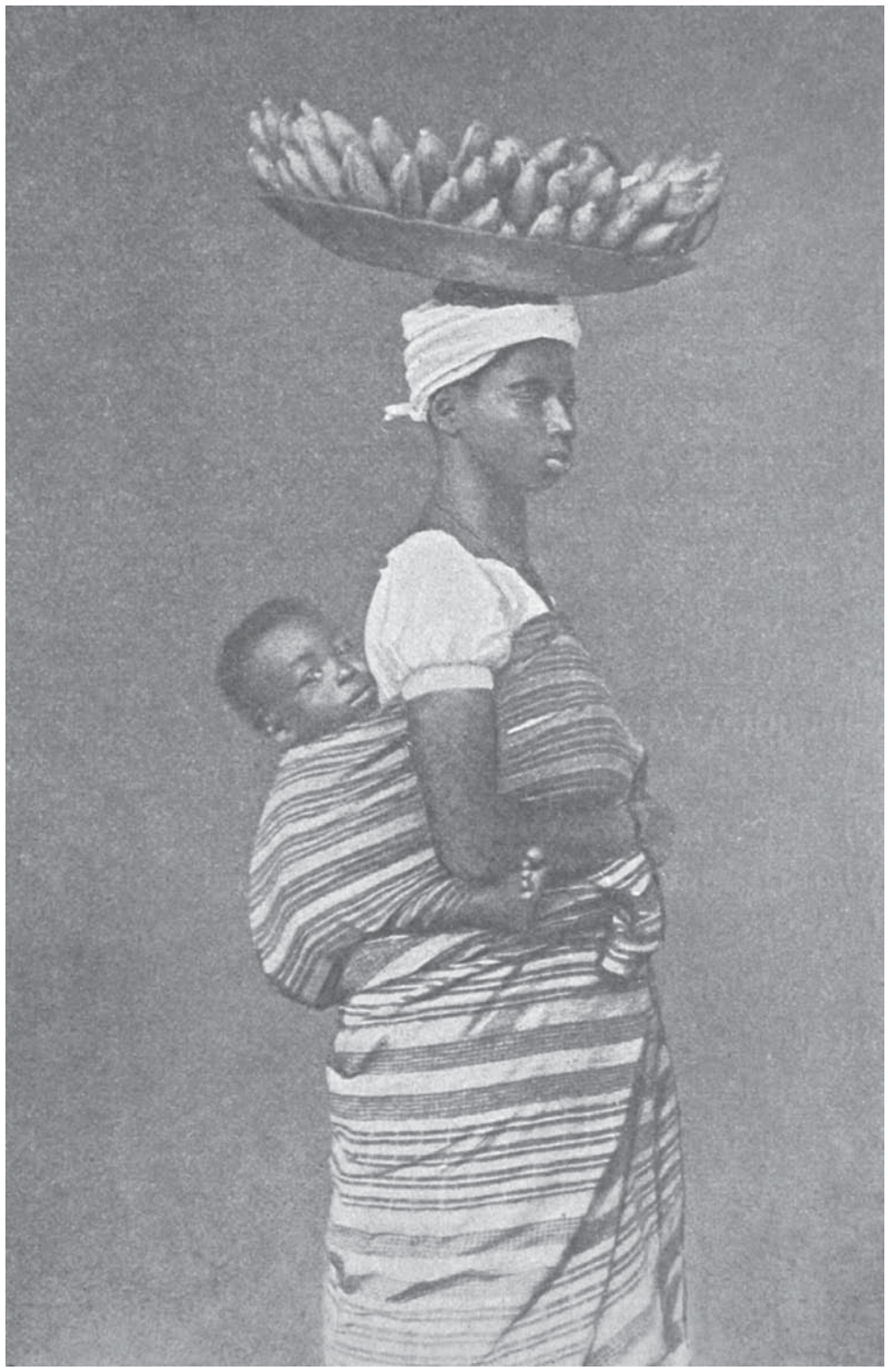
de confinamento era o tempo todo desafiada. A vida no campo oferecia oportunidades de escravos e escravas de propriedades diferentes se amarem e constituírem famílias, embora a convivência desses casais fosse difícil.

Na perspectiva dos escravos e escravas, afinidades culturais e étnicas contavam bastante nas suas escolhas afetivas. No século XIX, nos engenhos baianos, havia uma tendência entre os escravos ao casamento endogâmico, ou seja, dentro do próprio grupo étnico. Assim, nagô casava com nagô, angola com angola e assim por diante. Possivelmente a endogamia refletisse o desejo de refazer laços culturais comuns, a partir de normas e hábitos já conhecidos. Entretanto, essa endogamia não era absoluta e os africanos e africanas também casavam-se com indivíduos de regiões diversas da África e com os nascidos no Brasil. Em todas as regiões do Brasil havia grande quantidade de casamentos mistos envolvendo africanos com crioulas ou africanas com crioulos. Lembrando de novo que crioulo era como, na época, se chamava o preto nascido no Brasil.

Diante dos efeitos desagregadores da vida escrava, os cativos criaram parentescos simbólicos, aqueles que vão além dos laços conjugais e consangüíneos. Incorporaram ao âmbito da família parentes de consideração e parceiros de trabalho, padrinhos e madrinhas, afilhados e afilhadas, compadres e comadres. Ao ser batizado na igreja, o escravo passava a ter um padrinho e uma madrinha que assumiam responsabilidades quase idênticas às dos pais. Principalmente, o padrinho tinha a obrigação de dar assistência ao afilhado, ajuda espiritual e material. Se fosse livre e de alguma posse, o padrinho tinha obrigação moral de pagar pela alforria do afilhado.

Os testamentos deixados pelos forros mostram a incessante preocupação com os afilhados e especialmente com os que estavam sob a escravidão. Não era incomum deixarem alguma quantia em dinheiro como legado para comprarem a alforria. O compadrio também representava para o escravo um instrumento de defesa nos confrontos cotidianos com os senhores. Um escravo fugido que resolvia voltar ao domínio do senhor, geralmente recorria a um "padrinho" para interceder a seu favor. Esse "padrinho", no entanto, nem sempre era aquele de batismo. Um ho-

historia.pmd 100 11/5/2006, 10:09



Maternidade e trabalho escravo.

mem livre que intermediasse o retorno do escravo à senzala poupando-o de algum castigo era considerado "padrinho".

Escravos e escravas freqüentemente escolhiam pessoas livres e libertas para apadrinharem seus filhos. Os senhores, porém, raramente apadrinhavam seus próprios escravos, possivelmente porque o compadrio criava embaraços morais ou de consciência caso se precisasse colocar o cativo à venda. Além do que, como já dissemos, o padrinho tinha obrigação moral de alforriar o afilhado. Então o senhor em geral só virava padrinho de seu escravo quando disposto a alforriá-lo. E de fato, muitos foram os escravizados que ganharam dos senhores suas alforrias na pia batismal.

Mas era mais comum pais e mães cativos procurarem (ou só acharem) padrinhos entre seus parceiros de senzala. A despeito da tentativa dos senhores de circunscreverem seus cativos nos limites das suas propriedades, impedindo o casamento ou batizado fora de suas terras, eles freqüentemente tomavam para padrinhos e madrinhas de seus filhos escravos de propriedades vizinhas. Assim expandiam os laços das comunidades de senzalas para além dos limites prescritos pelos senhores.

Além do compadrio, a "família-de-santo", criada nos candomblés, ampliaria os limites do parentesco escravo. Era uma espécie de recriação da família ampliada existente na África. Além disso, os laços familiares criados em torno do culto dos ancestrais representaram a possibilidade de recompor simbolicamente laços de parentesco desfeitos no tráfico ou no curso da vida escrava. Ao juntar no mesmo culto escravos, libertos e livres, a família-de-santo terminou criando redes sociais que não eram regidas pelas divisões e hierarquias vigentes no mundo da escravidão. As casas de culto eram regidas por outras normas e noções de obediência e disciplina, de proteção e assistência, de gratificações e sanções, de tensões e conflitos.

Sem dúvida a família cativa constituiu um dos pilares sobre os quais se formaram as comunidades de senzala. Por mais que parecesse reforçar o domínio escravista através da obediência a uma rotina cotidiana, a família oferecia ao escravo maior poder de negociação com os senhores e, principalmente, mais vontade de reação a atos arbitrários de castigo, venda e desrespeito a direitos adquiridos.

historia.pmd 102 11/5/2006, 10:09

Na segunda metade do século XIX, a luta dos escravos e escravas para criarem os filhos e manterem a integridade de suas famílias foi reconhecida parcialmente pela legislação brasileira. Em 15 de setembro de 1869, o congresso aprovou lei proibindo que, nas vendas de escravos, fossem separados dos pais os filhos menores de quinze anos. Em 1871, a Lei do Ventre Livre, além de libertar os filhos das escravas nascidos a partir de sua promulgação, buscou garantir a "integridade da família" cativa estabelecendo que os filhos menores de oito anos acompanhariam as mães que fossem libertas.

Terreiros e irmandades

No Brasil coexistiram tradições religiosas africanas diversas. Isto porque o tráfico vitimou povos de origens e culturas religiosas diversas. Em todo o Brasil, no período colonial (até o século XVIII), o termo mais comum para nomear as práticas religiosas de origem africana parece ter sido *calundu*, uma expressão angolana que vem da palavra *kilundu*, que significa divindade em língua umbundo. A mais antiga referência escrita ao termo *candomblé* é do início do século XIX, na Bahia. E candomblé vem também de um termo oriundo da região de Angola, que significa culto ou oração. Sabe-se que tanto nas cidades como nas áreas rurais, as religiões africanas (ou afro-brasileiras) foram importante fator de agregação dos escravos e libertos.

Antes de 1850, as tradições religiosas africanas mais importantes do sudeste brasileiro, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram originárias da região centro-ocidental da África, sobretudo o território da atual Angola. A grande importação de escravos originários daquela região marcou profundamente a cultura religiosa desta parte do país. Na religião angolana o culto dos ancestrais era fundamental, mas também importante era a devoção a entidades espirituais chamadas inquices.

Da mesma forma, o grande fluxo de africanos da África Ocidental influenciou fortemente o culto de origem africana na Bahia e no Maranhão. Os povos reunidos no antigo reino do Daomé (atual República do Benim), conhecidos como jejes na

historia.pmd 103 11/5/2006, 10:09

Bahia e minas no Maranhão, cultuavam deuses a que chamavam de voduns. Já os povos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia, cultuavam os orixás. Tal como as diversas tradições angolanas, aquelas conhecidas como jeje e nagô tinham muito em comum e se fundiram em diversos aspectos. Organizado em torno de um "terreiro", verdadeira comunidade religiosa, com suas construções, locais de orações, hierarquia, o candomblé jeje-nagô disseminou-se nas cidades e nas áreas rurais do Nordeste, sobretudo na Bahia. Mas ele se encontra também presente em outras regiões de norte a sul do país.

Mas não havia exclusividade de uma ou outra tradição religiosa africana em nenhum local do Brasil. Apesar da pretensão ao purismo em alguns grupos, a religiosidade africana aqui praticada abrigava deuses e crenças de diversas regiões. Aqui nasceram e se desenvolveram estruturas religiosas novas. Por exemplo, nos terreiros de candomblé nagô juntavam-se deuses cultuados separadamente em regiões distintas da África – Oxossi, do reino de Ketu, Xangô de Oió, Oxum de Oxogbô e assim por diante. Por isso que se diz que a religiosidade africana foi reinventada no Brasil.

Havia líderes religiosos que curavam, adivinhavam e ganhavam respeitabilidade dentro e fora da comunidade de escravos por serem capazes de lidar com o sobrenatural e de neutralizar o mal, inclusive o mal dos senhores cruéis, além de tornar os escravos invulneráveis às doenças, fazê-los bem sucedidos nas fugas e outras ações em busca da liberdade. A maioria dos escravos recorria aos curandeiros ou curandeiras negras para se tratar de alguma enfermidade. Práticas de cura africanas e também européias, como a sangria por meio de sanguessugas, eram bastante praticadas por negros barbeiros nas ruas das cidades coloniais brasileiras. Não era difícil encontrar-se em alguma esquina ou praça um curandeiro negro em atividade. Além de extraírem dentes e prescreverem receitas para várias enfermidades, esses curandeiros davam conselhos e vendiam amuletos que protegiam o corpo da doença e da inveja.

Uma característica importante das religiões dos africanos foi a sua capacidade de atrair outros setores da sociedade, inclusive pessoas livres e brancas. Estas últimas foram durante muito tempo atraídas como clientes em busca de soluções para seus pro-

Juca Rosa ou Pai Quibombo foi um líder religioso carioca que tinha entre os freqüentadores da sua casa políticos e ricos comerciantes. Em 1870, Juca foi acusado de seduzir senhoras brancas e casadas, além de enganar clientes para arrancar dinheiro. A sua relação com figuras importantes da política e mulheres brancas era escandalizada nos jornais da época, mas estava longe de ser incomum. Tais relações faziam parte do jogo político que envolvia negros e brancos.

historia.pmd 104 11/5/2006, 10:09

blemas terrenos de afeto, saúde, dinheiro e poder. Ao longo da segunda metade do século XIX, brancos e mestiços começaram a fazer parte da própria estrutura organizacional, como era o caso dos ogãs honoríficos nos candomblés baianos, um meio encontrado pelas comunidades religiosas de adquirir respeitabilidade e proteger-se da repressão policial. Também no Rio de Janeiro fenômeno semelhante se desenvolveu. Na década de 1870, o famoso pai-de-santo Juca Rosa era apoiado por gente fina da elite carioca, que se utilizava de seus serviços espirituais.

Para o Brasil vieram também africanos iniciados em religiões que surgiram na África depois da chegada de povos árabes e europeus. Uma delas era o islamismo, introduzido por populações do norte do continente africano ao longo do multissecular comércio com os árabes. Os muçulmanos constituíam uma proporção pequena da população no Rio de Janeiro, mas eram numerosos na cidade de Salvador e na região açucareira do Recôncavo baiano.

Práticas muçulmanas foram identificadas também em Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os muçulmanos mantinham em suas casas cópias de rezas e do Alcorão escritas em árabe. Entre os povos africanos trazidos para o Brasil os mais islamizados eram os fulanis, haussás, bornos e nupes (estes chamados de tapas entre nós). Também entre os iorubás havia um grande número de muçulmanos, embora a grande maioria fosse devota de orixás. Adeptos de uma religião militante, os muçulmanos organizaram na Bahia algumas rebeliões escravas, sendo a de 1835 a mais conhecida. Por isso, ao longo do século XIX, foi o grupo religioso mais perseguido pelas forças policiais.

Além dos islamizados, muitos africanos já chegavam ao Brasil como católicos devido à pregação de missionários que se instalaram na África desde a segunda metade do século XV. Estes escravos vinham sobretudo das regiões do Congo e Angola, onde era maior a penetração católica, inclusive devido à conversão de grande parte de seus reis e líderes locais, como já foi dito no capítulo I. Quando não eram batizados na África, antes de embarcarem nos navios negreiros, os escravos eram batizados em grandes grupos logo que desciam em algum porto do Brasil. Mas podiam também ser batizados individualmente, pois há registros paroquiais que assim indicam.

historia.pmd 105 11/5/2006, 10:09

Em algumas propriedades rurais os senhores contratavam padres ou leigos para iniciarem os novos africanos na doutrina cristã. Mas estes atos de imposição do catolicismo, em geral, não surtiram os efeitos desejados pelos padres e senhores. A adesão dos africanos era apenas superficial, no máximo decoravam algumas orações para se verem livres da cantilena dos padres. A adoção do catolicismo, principalmente o culto aos santos e santas, se dará por outras vias e por escolhas feitas pelos escravos a partir da experiência com sua própria religião.

O culto a determinados santos e santas tinha íntima relação com concepções religiosas existentes na África. Isto explica, por exemplo, a popularidade de Santo Antônio entre a população negra, escrava e liberta, no Rio de Janeiro e outras cidades, no século XIX. O culto dos negros a esse santo, conhecido especialmente por sua capacidade de curar doenças, encontrar objetos perdidos e promover casamentos muito se assemelha a concepções religiosas de povos da África Central, que acreditavam que para alcançar a felicidade e combater os espíritos malignos era preciso recorrer ao auxílio de um feiticeiro.

Iniciado no catolicismo na África ou no Brasil, o escravo africano ou crioulo dotou a religião dos portugueses de ingredientes de tradições religiosas africanas, especialmente música e dança. Era um catolicismo cheio de festas, de muita comida e bebida, de intimidades com santos, tal qual a relação dos africanos com seus orixás, voduns e outras divindades. As promessas de santos, pagas com missas, tinham função semelhante às oferendas que acompanhavam pedidos feitos aos deuses e outras entidades espirituais africanas. Para homenagear santos de sua devoção os negros organizavam grandes festas nas suas irmandades. Daí porque muitos escravos africanos se aproximaram do catolicismo sem que fossem forçados pelos senhores.

As autoridades da Igreja Católica reconheciam a participação dos escravos na religião através das irmandades. A presença de negros nas irmandades católicas não era uma novidade. No século XVI, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário instalada no Mosteiro de São Domingos, em Lisboa, aceitava africanos convertidos ao catolicismo. As irmandades negras apareceram no Brasil

historia.pmd 106 11/5/2006, 10:09

Festa do Rosário em Minas Gerais.

em fins do século XVII, quando o número de escravos já era grande. A estrutura hierárquica dessas irmandades negras era semelhante à das brancas. A diretoria, renovada anualmente, compunha-se de juízes e juízas, de um procurador encarregado de inquirir sobre a moral dos associados, um tesoureiro e um secretário.

As irmandades negras reuniam pessoas de condições diversas, homens e mulheres livres, forros e escravos. Muitas reuniam indivíduos da mesma origem étnica e excluíam os negros nascidos no Brasil. Mas havia irmandades que agregavam africanos de etnias diferentes, ou africanos e crioulos. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a irmandade de São Benedito dos Homens Pretos reunia negros angolas e crioulos. Da mesma forma, em Salvador, a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, fundada em 1685 provavelmente por negros angolanos, também admitia crioulos. Outras confrarias reuniam mulatos e crioulos.

Em muitas irmandades a diretoria escolhia o "rei" e a "rainha" do ano, que eram coroados no dia em que se celebrava o santo patrono. A irmandade do Rosário do Recife, no final do século XVIII, organizava a eleição dos "governadores" de cada nação africana, além de um rei que presidia os mesmos. Nas irmandades mineiras os reis faziam parte da diretoria, o que não ocorria, por exemplo, nas irmandades baianas. Da mesma forma, na Bahia, em geral, os escravos não podiam fazer parte das mesas diretoras, ao contrário de Minas Gerais. Os santos mais populares eram Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia. O Rosário era em todo o Brasil a devoção favorita dos angolanos.

As festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros eram grandiosas e costumavam reunir centenas de pessoas dentro e em volta das igrejas. As novenas e procissões aconteciam em meio a muita dança, batuques, fogos de artifício, comida e bebida. A organização das festas dos santos protetores ocupava os irmãos durante todo o ano. A festa era o momento de reunir todos os irmãos, reforçar os laços de solidariedade e de reunir fundos para a assistência dos irmãos necessitados. Mas também eram momentos de disputas no interior do grupo pela direção da irmandade.

Algumas confrarias negras eram tão prósperas que chegaram a ter igreja própria no centro das grandes cidades. Este o caso

historia.pmd 108 11/5/2006, 10:09

Cortejo fúnebre de negro na Bahia.

das irmandades do Santo Elesbão, Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito dos Homens Pretos, no Rio de Janeiro, do Rosário de Vila Rica, em Minas Gerais, e Rosário das Portas do Carmo, em Salvador. As mais pobres ocupavam um altar secundário num convento ou numa igreja paroquial, dividindo espaço com outras irmandades negras e brancas. Além do culto católico, o objetivo principal da irmandade era promover a ajuda mútua e socorrer os irmãos em dificuldades, principalmente os escravos e escravas incapacitados e abandonados pelos senhores. Entre as razões mais importantes para participar das irmandades estava a de garantir um funeral decente e enterro em local consagrado para si e para seus familiares. Freqüentemente os senhores, para demonstrar prestígio social, faziam doações significativas a essas irmandades e pagavam as taxas de filiação e anuidades de seus escravos.

Algumas irmandades negras emprestavam dinheiro para a compra da alforria de irmãs e irmãos escravos. Em Porto Alegre, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, além de zelarem pelo sepultamento digno dos irmãos e irmãs, e amparados nas dificuldades, patrocinavam também a "liberdade de filhos dos irmãos cativos". Essa ajuda muitas vezes consistia em colocar à disposição dos irmãos um cofre onde eram depositadas contribuições em dinheiro até completar a quantia necessária para a compra da alforria.

As irmandades eram espaço de reforço dos laços de solidariedade, ao mesmo tempo em que propiciavam a recriação de tradições da África. Nelas, além de aprender a doutrina cristã, os africanos tinham oportunidade de conviver com outros africanos que falavam a mesma língua e compartilhavam lembranças da terra natal. Nas celebrações das confrarias negras, o sagrado e o profano se entrelaçavam. Através destas festas, elementos da religiosidade africana se manifestavam no interior do catolicismo.

Muitos libertos que faziam testamento se diziam integrantes de várias irmandades e deixavam legados para elas. As mais citadas irmandades em Salvador eram as de São Benedito do Convento de São Francisco, Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, Bom Jesus das Necessidades e Redenção, Nossa Senhora do Rosário da Conceição da Praia, Nossa Senhora do Rosário de João Pereira, Nosso Senhor dos Martírios.

historia.pmd 110 11/5/2006, 10:09

Permitidas pelas autoridades eclesiásticas como meio de acomodação dos africanos, as irmandades foram importantes meios de afirmação cultural e solidariedade étnica. Do ponto de vista das classes dirigentes, isso foi interessante para manter as rivalidades étnicas entre os negros, prevenindo alianças perigosas. Mas, para os africanos e seus descendentes, foi também um instrumento importante na formação e solidificação das comunidades negras. Foram também espaços de alianças interétnicas, ou canal de mediação de diferenças étnicas no seio da comunidade negra.

As festas promovidas pelas irmandades negras eram cercadas de preocupações das autoridades policiais devido à grande concentração de cativos e libertos em volta das igrejas com seus folguedos e danças. Em 1856, a polícia da cidade de Recife dispersou o maracatu dos "pretinhos do Rosário" (irmandade) sob o pretexto de evitar desordens.

Muitos setores das elites toleravam os batuques religiosos e profanos, apesar de ilegal, por conveniência política, acreditando que assim fazendo os negros não se rebelariam. No início do século XVIII, para o bom controle dos escravos, o jesuíta Antonil recomendava aos senhores de engenho baianos que não reprimissem as manifestações festivas dos negros. O governador de Pernambuco, Conde de Pavolide, tinha a mesma concepção no final daquele século. No século seguinte, o conde dos Arcos, governador da Bahia entre 1810 e 1817, permitiu os batuques com o objetivo de diminuir as tensões entre escravos e senhores.

Africanos e afro-brasileiros não tinham liberdade para cultuar seus santos e deuses, mas muitas vezes tinham permissão para fazê-lo. E permissão não é liberdade. A Constituição do país, promulgada em 1824, definiu o catolicismo como religião oficial do Império, sendo outras religiões permitidas desde que não ostentassem templos. Mas as religiões afro-brasileiras não estavam incluídas nessa tolerância legal porque não eram consideradas religião e sim superstição, curandeirismo, feitiçaria. Por isso eram consideradas práticas ilegais e muitas vezes criminosas.

Reprimir ou tolerar dependia do momento e das circunstâncias. Por volta de 1820, no Rio de Janeiro e em outras cidades

Impressões da festa do Bonfim escritas pelo príncipe Maximiliano de Habsburgo, quando visitou a Bahia, em 1860:

"Na praça e em volta da igreja, havia um movimento confuso de feira. Negros nos mais coloridos e berrantes trajes de festa empurravam-se e corriam, com barulho e gritos estridentes. Carruagens de senhoras em romaria ou carregando gente curiosa da cidade procuravam dirigir-se para o terraço da igreja, através da maré humana, como barcos em ondas impetuosas. Caixas de vidro cheias de comestíveis pairavam, ousadamente, sobre a multidão. Pequenos grupos fornecedores de cachaça formavam as ilhas, no mar de pessoas. Um palanque, semelhante àquele erigido para o Imperador, na praça do Teatro, anunciava coisas maravilhosas para a tarde que se aproximava."

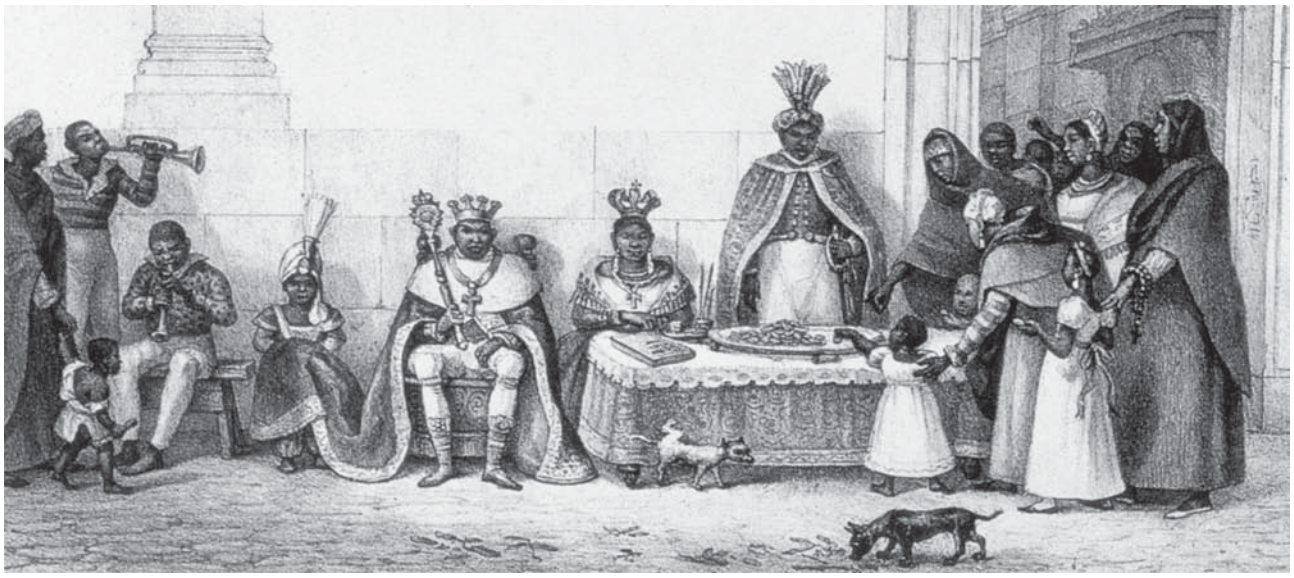
historia.pmd 111 11/5/2006, 10:09

do Império, as festas das irmandades negras e os batuques foram severamente reprimidos. A maioria das câmaras municipais aprovou leis proibindo "batuques, danças e tocatas de pretos". Em parte essa legislação terminou surtindo os efeitos desejados pelas elites imperiais, pois, até o final do século, a quantidade de pessoas e a pompa das procissões diminuíram sensivelmente. Depois da independência, as autoridades passaram a proibir danças e procissões organizadas pelas irmandades, como a do Rosário do Campo de Santana, no Rio de Janeiro. As autoridades justificavam essas proibições afirmando que as festas causavam bebedeiras e incomodavam a vizinhança. Na verdade, as autoridades temiam e tentaram impedir que as festas dessem lugar a desafios contra a ordem estabelecida.

Para fugir à repressão, africanos e crioulos buscavam praticar suas religiões em locais afastados dos centros urbanos, ou recorriam a outros artifícios para evitar as patrulhas policiais e a condenação da vizinhança. Havia muitas casas de culto que funcionavam discretamente nos centros das cidades. Assim, o que parecia ser um batuque inocente e festivo muitas vezes escondia o culto a alguma entidade espiritual. Os negros podiam também explorar as divergências entre as autoridades recorrendo às licenças de juízes de paz e subdelegados. Para sobreviver em tempos de repressão, as religiões afro-brasileiras buscaram alianças com pessoas mais privilegiadas.

Enfim, na labuta cotidiana, na família e nas irmandades, terreiros e grupos islâmicos os escravos africanos e seus descendentes estabeleceram vínculos que permitiram a recriação de valores e referências culturais vivenciadas na África. Inventaram também seus próprios meios para alcançar a liberdade. Os dois capítulos seguintes se ocuparão dessas questões.

historia.pmd 112 11/5/2006, 10:09



Coleta de donativos para a igreja do Rosário, Rio de Janeiro, século XIX.

EXERCÍCIOS:

1. Como as famílias escravas contribuíram para a formação das comunidades negras?
2. De que forma diferentes tradições religiosas africanas foram reconstruídas no Brasil?
3. Comente o seguinte enunciado: permitidas pelas autoridades civis e eclesiásticas como meio de acomodação dos africanos, as irmandades foram importantes meios de afirmação cultural.

Bibliografia:

FLORENTINO, Manolo e GOES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia – um estudo de relações intragrupais*. Salvador: Corrupio, 2003.

METCALF, Alida. "A vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba". *Estudos Econômicos*, nº 17 (1987), pp. 229-243.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvadir, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2001.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

historia.pmd 114 11/5/2006, 10:09

Capítulo V
FUGAS, QUILOMBOS
E REVOLTAS ESCRAVAS.

As sociedades escravistas nas Américas foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo tenha existido, senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência escrava. No Brasil, tal resistência assumiu diversas formas. A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos.

Os cativos fugiam por vários motivos e para muitos destinos. Castigo, trabalho excessivo, pouco tempo para o lazer, desagregação familiar, impossibilidade de ter a própria roça e, é óbvio, o simples desejo de liberdade eram as razões mais freqüentes que os levavam a escapar dos senhores. Por vezes os cativos se ausentavam apenas por tempo suficiente para pressionar o senhor a negociar melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, para convencê-lo a dispensar um malvado feitor, a manter na mesma fazenda uma família escrava, a cumprir acordos já firmados ou até para conseguir ser vendido a outro senhor.

Essas eram as chamadas fugas reivindicatórias, ausências temporárias do trabalho, das quais o fugitivo costumava retornar por conta própria depois de alguns dias. Ao fugir o escravo comprometia a produção e colocava em xeque a autoridade do senhor. Isso quer dizer que as fugas não só traziam prejuízos econômicos, como expunham os limites da dominação senhorial. Diante da

historia.pmd 117 11/5/2006, 10:09

possibilidade de não poder contar com a força de trabalho dos fugidos e com a autoridade ameaçada, os senhores eram, muitas vezes, levados a negociar, a ceder em alguns aspectos, embora a contragosto.

Mas o escravo que fugia nem sempre retornava ao cativeiro. Em todo lugar a liberdade era a principal aspiração de quem vivia a triste experiência de ser escravizado. Ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão. Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecer abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas. Os escravos podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos.

Quilombos

Quilombos, *palenques, maroons* são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambos. Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até as vésperas da abolição.

Ao se referir a quilombo é comum as pessoas imaginarem comunidades exclusivamente negras formadas por choupanas de palha escondidas no meio da floresta, no alto das montanhas, longe das cidades, fora do alcance dos senhores e onde se vivia apenas da própria lavoura, da caça, da pesca e do extrativismo. Mas não é bem essa a história de um grande número de quilombos no Brasil. Em todo o país foram muitos os negros rebeldes reunidos em pequenos grupos nos arredores de engenhos, fazendas, vilas e cidades, em lugares conhecidos por seus senhores e autoridades. Como veremos mais adiante, era exatamente por se localizarem perto de núcleos de povoamento que os quilombos inquietavam

historia.pmd 118 11/5/2006, 10:09

— O agente Borja, em seu armazem na rua do Collegio n. 46, fará leilão de diversos escravos de ambos os sexos, moços, e de meia idade, alguns dos quaes com differentes habilidades; achar-se-hão patentes no referido armazem, no dia do leilão, ao exame dos senhores pretendentes: terça-feira 7 do corrente, as 11 horas da manhãa.

Fugio no dia 4 de outubro de 1857, da chacara n. 5 da rua do Marahy, em S. Christovão no Rio de Janeiro um escravo do senador Alencar, de nome Luiz Telles, pardo escuro; tem de 40 annos para cima mal encarado e falta de dentes na frente, tem uma enruga na testa, andar apressado e passadas curtas, finge-se ás vezes doido, tem falla tremula. com vizos de estuporado; é muito ladino e astucioso, anda com cartas dizendo que vae com ellas apadrinhado apresentar-se a seu Sr; inculca-se pedestre algumas veses. Quem o apprehender, e fizer delle entrega aonde possa ser recolhido a cadeia para ser entregue a seo Sr. recebera 40$rs. de gratificação, alem das despesas; cerá tudo pago a quem nesta Tipographia o aprezentar com o competente documento.

— Fugio no dia 2 de julho, do engenho do abaixo assignado, um negro por nome José Calabar, idade 60 annos, alto, cabeça branca, a roda das orelhas pretos, meio cambito das pernas, levou um cavallo rodado, grande, novo, tem o beiço de baixo grande, ripado de novo. Este negro he bem conhecido por ter sido carniceiro nos arrabaldes do Recife, assim como já foi o Manguinho. Foi escravo do Sr. coronel Francisco José da Costa: roga-se a todas as autoridades policiaes e capitães de campo a apprehensão do dito escravo, e o levem a Albino José Ferreira da Cunha, na rua do Queimado, ou neste engenho das Matas.

Antonio de Paula Souza Leão.

Anúncios de fuga de escravo.

as autoridades e causavam tantos transtornos aos proprietários de terras e escravos. Além disso, um grande número de quilombos reunia não só escravos em fuga, mas também negros libertos, indígenas e brancos com problemas com a justiça.

Mas a predominância da idéia do quilombo como agrupamento exclusivamente negro, auto-sustentável e isolado nas matas brasileiras tem uma justificativa: Palmares. Palmares foi o mais duradouro e o maior quilombo da história do Brasil. Não sem razão, esse quilombo localizado na capitania de Pernambuco, em território que hoje pertence ao estado de Alagoas, é o mais famoso e tem servido como uma espécie de modelo para se pensar todas as outras comunidades quilombolas. Do mesmo modo, Zumbi foi feito símbolo de liderança negra no Brasil em detrimento de Ganga Zumba, outro rei de Palmares que também enfrentou o poder colonial. Mas vejamos agora até que ponto o que idealizamos sobre o grande quilombo corresponde às discussões mais recentes sobre o tema.

Palmares

Palmares foi uma comunidade quilombola que, no século XVII, ocupava a Serra da Barriga. Essa região se estendia do rio São Francisco, em Alagoas, até as vizinhanças do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Tratava-se de um terreno acidentado e de difícil acesso, coberto de espessa mata tropical que incluía a pindoba, um tipo de palmeira, daí o nome Palmares. Se a vegetação dificultava o deslocamento dos caçadores de escravos fugidos, chamados capitães-do-mato ou capitães-de-assalto, e a abundância de árvores frutíferas, caça, pesca e água potável facilitava a sobrevivência dos quilombolas, também exigia dos moradores habilidade para enfrentar os perigos e as dificuldades da vida na floresta. O mesmo ecossistema que os protegia também os ameaçava.

Derrubada a mata, o solo era fértil e úmido, próprio para o plantio de milho, mandioca, feijão, batata-doce e banana. A cana-de-açúcar também era ali cultivada para o fabrico de rapadura e aguardente. Experientes no trabalho agrícola, os negros mantinham plantações que lhes garantiam a subsistência a ponto de o

historia.pmd 120 11/5/2006, 10:09

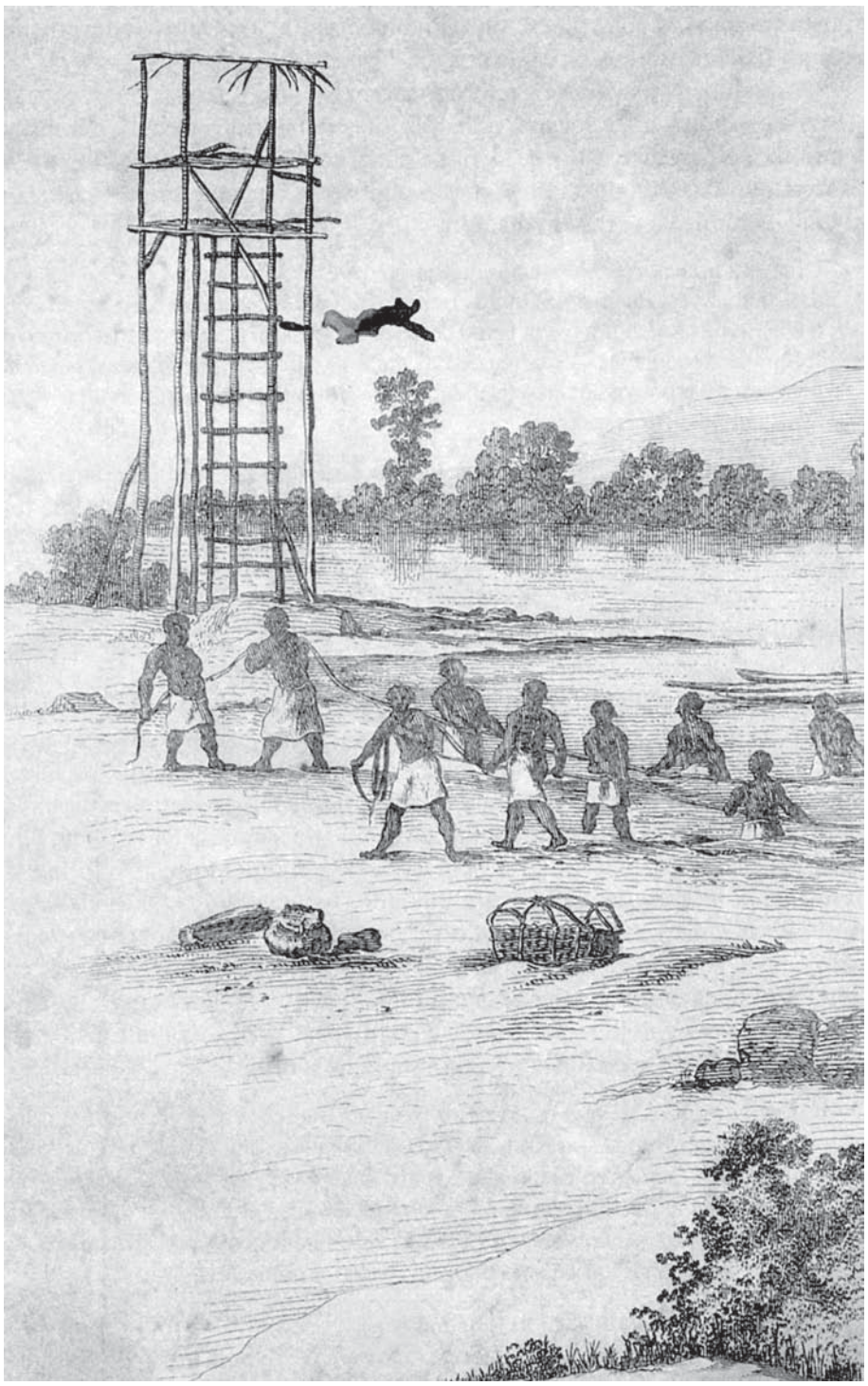


Imagem contemporânea de Palmares.

Uma das maiores ameaças aos quilombos no interior do país eram as expedições militares conhecidas por entradas ou bandeiras. Elas podiam ser organizadas pelo governo ou formadas por senhores empenhados em recuperar escravos fugidos ou em adquirir novos cativos. As bandeiras, geralmente, eram chefiadas por sertanistas, homens que conheciam bem o interior do país e eram hábeis no recrutamento de índios para as expedições. Dentre as muitas expedições desse tipo no período colonial, as mais famosas foram comandadas por Bartolomeu Bueno do Prado. Ele chefiou ataques contra quilombos no caminho entre Goías e São Paulo. Numa dessas expedições, Bartolomeu Bueno do Prado teria recolhido como troféu 3900 pares de orelhas.

próprio rei de Portugal, ao autorizar uma das expedições contra Palmares, recomendar que a data coincidisse com a época de colheita dos quilombolas, para permitir o abastecimento da tropa.

A estratégia de guerrilha dos palmarinos parecia infalível. Eles se posicionavam em emboscadas e estavam sempre em movimento numa área que conheciam bem, ao contrário dos seus perseguidores. Mas a forma de luta dos quilombolas apenas "parecia" infalível, porque a cada expedição seus caçadores também aprendiam a se deslocar na região, prevenir ataques de surpresa e armar cercos. Foi o que se viu com a entrada do capitão Fernão Carrilho, um sertanista que já havia dado cabo de dois quilombos em Sergipe.

A primeira ofensiva de Carrilho contra Palmares foi prevista para 1676, mas os senhores não conseguiram angariar verbas para financiá-la. Só no ano seguinte foi possível reunir recursos para que, partindo da vila de Porto Calvo, Carrilho atacasse um dos mocambos de Palmares, o Aqualtune. Surpreendidos, os quilombolas se retiraram para um novo agrupamento, em Subupira, colocando em ação a tática guerrilheira. Carrilho não desistiu e, habilmente, evitou lançar suas tropas em conjunto, preferindo pequenos ataques enquanto esperava por reforços. Depois de algum tempo a ele se juntaram mais 185 homens brancos e índios, que sitiaram o grande mocambo do Amaro. Existiam ali aproximadamente mil casas e entre os moradores estava o rei Ganga-Zumba. Ao fim da campanha, Carrilho aprisionou dois filhos do rei, Zambi e Acaiene, chefes de mocambos e dezenas de outros negros, que foram distribuídos entre os cabos da tropa. Entretanto, o quilombo ainda não estava vencido, pois o rei havia escapado ao cerco.

A vitória de Carrilho trouxe esperança para os senhores da região, mas os onerou demasiadamente. Acabar com Palmares exigia, além de perseverança, muito dinheiro. Era caro e perigoso organizar uma entrada. Exigia armas, munição, mantimentos, escravos para carregar a bagagem e remuneração para os combatentes. Desanimados com vitórias sempre parciais e com o custo das expedições, as autoridades coloniais resolveram propor uma trégua aos quilombolas de Palmares.

historia.pmd 122 11/5/2006, 10:09

O momento era propício para a suspensão dos conflitos, julgavam os senhores. Os quilombolas estavam enfraquecidos depois da ofensiva do capitão Carrilho. Ao receber a proposta de suspensão da guerra, o rei Ganga Zumba fez sua própria análise da situação. O chefe quilombola deve ter contabilizado as perdas já sofridas, às quais iriam se somar outras tantas em novos combates, e por isso decidiu tentar um acordo com o adversário. Para viabilizar a negociação, Ganga Zumba enviou uma embaixada a Recife, acompanhada de um alferes que tinha sido mandado pelas autoridades coloniais para propor a paz.

A chegada dos quilombolas a Recife, em 18 de junho de 1678, causou espanto e tumulto: afinal, os enviados do rei de Palmares estavam ali para uma audiência com o governador de Pernambuco, Aires de Souza e Castro. A proposta do governo previa a concessão de uma área para que os palmarinos pudessem viver em liberdade, plantando e negociando com os brancos. Em troca tinham que se desfazer de suas armas, armadilhas e deixar de acolher futuros escravos fugidos. Se houve branco que não viu esse acordo com bons olhos, não faltou quilombola para repudiá-lo. Zumbi foi um deles. Ele preferiu ignorar a trégua e continuar a receber cativos dispostos a viver longe dos seus senhores.

Assim que ficou ciente da rebeldia de Zumbi, o governo organizou a expedição de Gonçalo Moreira para destruir Palmares. O clima de tensão foi reanimado. Ganga Zumba foi morto por envenenamento e Zumbi assumiu a liderança dos palmarinos. O novo rei conseguiu escapar do ataque de Gonçalo Moreira, se escondendo no interior da mata, de onde planejava comandar novas ofensivas. Os fazendeiros agora propunham a rendição incondicional dos rebeldes. Rendição e não mais acordo. Palmares ainda resistiria por algum tempo, mas a sonhada liberdade estava cada vez mais difícil.

Dessa vez, para comandar as tropas foi contratado o paulista Domingos Jorge Velho, bandeirante experiente no combate aos índios no interior do país. Sua missão era destruir o grande quilombo. Em dezembro de 1692 a expedição de Jorge Velho chegou a Palmares. No início pareceu-lhe fácil destruir os mocambos e aprisionar os rebeldes. Grave engano. Os quilombolas respon-

Os acordos de paz entre poder colonial e autoridades quilombolas não foram excepcionais nas Américas. Na Colômbia, Cuba, Equador, Jamaica, México e Suriname foram firmados tratados nos quais, de modo geral, o poder colonial concedia a posse da terra a quilombolas em troca da garantia de que novos escravos fugidos não seriam aceitos nessas comunidades. No Suriname, ex-colônia holandesa, ainda hoje existe uma das maiores comunidades descendentes de quilombolas, os saramakas, que celebraram tratados de paz com os holandeses em 1762.

historia.pmd 123 11/5/2006, 10:09

deram prontamente aos ataques. O bandeirante sequer conseguiu transpor uma primeira cerca construída a alguns quilômetros do mocambo do Macaco, a capital palmarina. Cansados e famintos, os paulistas e alagoanos comandados por Jorge Velho tiveram que recuar. Em Porto Calvo ficaram por longos dez meses à espera de munição para que pudessem voltar à carga contra Palmares.

Àquela altura a tropa contava com pouco mais de seiscentos índios e quarenta e cinco brancos. Eram necessários reforços. Em janeiro de 1694, juntaram-se ao grupo Zenóbio Accioly de Vasconcelos, Sebastião Dias e Bernardo Vieira de Melo com peças de artilharia e cerca de três mil homens recrutados em toda Pernambuco e vilas alagoanas.

Ainda assim foi preciso um cerco de mais de vinte dias ao quilombo, que estava guarnecido por uma cerca tríplice de 5.434 metros de comprimento. Pouca serventia teve a artilharia dos assaltantes, sequer uma brecha se fazia notar com os tiros. Mas dominar os rebeldes acuados foi uma questão de tempo. Zumbi, a quem, em 1675, o Capitão Gonçalo Moreira chamou de "general-das-armas" do quilombo, resistiu junto a seus comandados até 5 de fevereiro de 1694. Naquela noite, ao perceber que estava sendo derrotado, ele e outros quilombolas tentaram sair sem serem percebidos da fortaleza de Macaco. Tarefa impossível para um grupo tão grande. Descobertos à beira de um penhasco, mais de quatrocentos homens e mulheres foram mortos ou aprisionados logo nas primeiras horas da madrugada. Outros tantos que permaneceram no mocambo também foram assassinatos, mas o rei não estava entre eles.

Haviam passado mais de 65 anos de combates, porém o mais importante quilombo brasileiro e o maior das Américas fora vencido. Zumbi permaneceu escondido na mata que tão bem conhecia. Mas no dia 20 de novembro de 1695 ele foi capturado ao lado de apenas vinte homens, que em pouco tempo foram trucidados. Para o rei quilombola foi reservada a decapitação. Sua cabeça foi espetada em um poste da praça principal do Recife, como exemplo para outros rebeldes.

O fim de Palmares foi comemorado com missas e festas pelos proprietários de escravos em Recife, Salvador e Rio de Ja-

Calcula-se que em meados do século XVII viviam em Palmares cerca de onze mil pessoas. A maior autoridade era o rei, Ganga Zumba, e depois Zumbi, que governava auxiliado por chefes distribuídos em diferentes mocambos. Os homens, que eram a maioria, se ocupavam da agricultura. Já a organização e supervisão dos trabalhos cabiam às mulheres. O excedente da produção era entregue pelas famílias aos chefes dos mocambos para que fosse armazenado para época de secas, pragas e ataques, ou negociado com os comerciantes das redondezas.

historia.pmd 124 11/5/2006, 10:09

neiro. Os senhores passaram a usar Palmares como argumento para a necessidade de políticas mais rígidas de controle sobre os negros. Os episódios na Serra da Barriga tiveram como conseqüência a criação do cargo de capitão-do-mato, ou de assalto, para comandar os ataques aos quilombos e perseguir escravos fugidos.

Palmares mudou a forma como o combate à fuga era organizado. Até então, contra as fugas individuais os senhores tomavam as suas próprias providências. Era cada qual cuidando de si e dos seus. Mas depois de Palmares todos estavam mais atentos, mais vigilantes. Se os fugitivos se juntassem pondo em perigo a ordem local, aliciando outros escravos, além dos capitães-do-mato, recorria-se de pronto às milícias e tropas da administração colonial. Pela mesma razão, tornaram-se mais freqüente as expedições bélicas para explorar os sertões em busca de quilombolas à custa da câmara e dos moradores locais. A repressão ficou mais refinada, mas nem por isso, como logo veremos, muitos outros quilombos deixaram de existir onde quer que existissem escravos.

E o quilombismo continuou

Assim que o ouro foi descoberto em Minas Gerais, no final do século XVII, um grande número de escravos passou a compor a população local. Durante a maior parte do século XVIII a população escrava jamais foi inferior a trinta por cento do conjunto dos habitantes. E, embora já em 1750 a atividade mineradora estivesse em franca decadência, a mão-de-obra escrava era largamente utilizada na agricultura, assim como na produção de açúcar, aguardente e rapadura. A região montanhosa de difícil acesso, o grande número de escravos e a liberdade de movimento que a atividade do garimpo lhes proporcionava favoreceram o grande número de quilombos em toda a área mineradora: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Ao longo de todo o século XVIII, os proprietários e senhores se queixavam de roubos, raptos e assassinatos promovidos por quilombolas em toda a região. Sabe-se que um quilombo em particular preocupava as autoridades coloniais, o quilombo do Ambrósio. Ele se estabeleceu na região do Alto São Francisco,

historia.pmd 125 11/5/2006, 10:09

uma zona de cerrado em Minas Gerais. Ali viviam mais de seiscentos cativos que se diziam obedientes apenas a seus próprios rei e rainha. Em 1746 foram enviados para combatê-lo quatrocentos homens comandados por Antônio João de Oliveira. A batalha durou sete horas, o quilombo foi arrasado e seus moradores capturados.

A mesma capacidade de recuperação vista em Palmares também aconteceu no Ambrósio. Casas, fossos e torres de vigilância foram reconstruídos pelos rebeldes que conseguiram escapar da tropa de Antônio Oliveira. Anos depois, em 1759, nova tropa composta por outros quatrocentos homens, em sua maioria índios bororós, foi organizada para a mesma missão. Desta vez os quilombolas amargaram a derrota. Depois que o quilombo foi finalmente destruído, o chefe da expedição, Bartolomeu Bueno do Prado, foi premiado com grande quantidade de terras. A concessão de terras era uma das maiores recompensas pela destruição de quilombos.

O quilombo do Ambrósio não era um esconderijo completamente isolado dos núcleos urbanos. Como não eram comumente as comunidades quilombolas de menor porte. Foram muito mais comuns, no Brasil colonial e imperial, os pequenos grupos de negros fugidos instalados em áreas próximas de onde viviam os seus senhores. A própria definição de quilombo vigente na colônia traz tal evidência: qualquer habitação com cinco ou mais negros fugidos assentados em local despovoado, o que incluía os arredores das fazendas, vilas e cidades. Outra definição de quilombo era a reunião de mais de quatro escravos que, vindos das matas, promovessem roubos e homicídios, assim como escravos que vivessem fortificados.

Vila Rica, atual Ouro Preto, capital da capitania de Minas Gerais, era cercada por esses pequenos quilombos, que traziam preocupação para os proprietários de escravos ocupados na mineração. Entre 1710 e1798, pelo menos 160 quilombos foram identificados em Minas Gerais. A geografia e as características da atividade mineradora contribuíam para tanto. A região montanhosa, íngreme, ainda pouco explorada e rica propiciava a reunião de grupos de quilombolas especialistas na cata de ouro, que podia render o suficiente para a compra da alforria. Por isso era possível que o

historia.pmd 126 11/5/2006, 10:09

Capitão-do-mato conduzindo um escravo fugido.

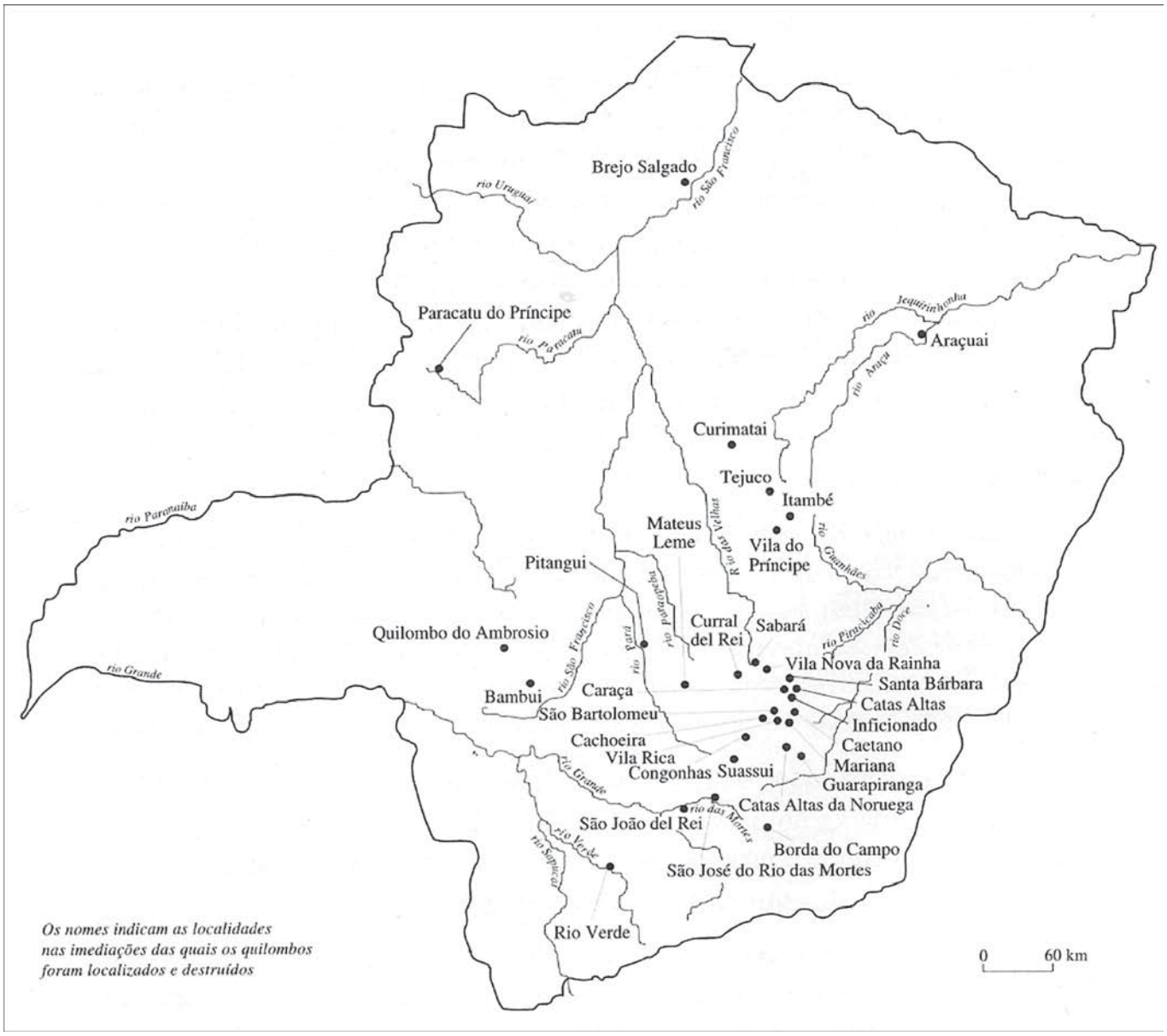
escravo permanecesse fugido apenas enquanto acumulava a soma necessária para a compra de sua própria alforria e de seus parentes. Depois, ele mesmo ou um intermediário propunha ao senhor um bom negócio pela sua liberdade.

Nesse sentido, nem sempre o negro que fugia tinha em vista negar a escravidão. Os mocambos também podiam ser lugares onde visitar velhos conhecidos ou parentes, se divertir, descansar, cantar, dançar e retornar à senzala na manhã seguinte ou depois de alguns dias. Nesse caso o quilombo também podia ser um lugar de passagem, abrigo temporário no qual a escravidão nem sempre era negada, embora fosse sempre desafiada.

O fato de reunir gente em trânsito não diminuía os riscos que os quilombos representavam para a ordem escravista. Nas áreas mineradoras, eles traziam instabilidade para uma região onde a grande circulação de riquezas exigia muita segurança. Organizados e refugiados nas montanhas, os quilombolas exploravam minas, cultivavam alimentos, mas também podiam ameaçar viajantes, controlar a entrada e saída de pessoas e mercadorias nas vilas e roubar comboios transportando ouro. Nas muitas vilas e cidades da região era possível se misturar à população negra escrava e liberta, constituindo alianças, fazendo negócios ou convencendo outros escravos a se aquilombarem.

Era o que se observava no lugar conhecido por Chapada dos Negros, em Goiás. Lá o rei quilombola se chamava Bateeiro, nome que deriva de batéia, a gamela de madeira usada na lavagem das areias auríferas ou do cascalho diamantífero. Sua liderança sobre cerca de seiscentos escravos fugidos estava de alguma maneira ligada à habilidade na extração e comércio de minérios. Com igual habilidade, os alimentos excedentes produzidos na Chapada dos Negros eram comercializados com os lavradores e os mascates que circulavam pelas vilas e cidades das redondezas levando mercadorias e notícias. Essa importante rede de relações garantia a sobrevivência do quilombo. Em várias ocasiões os quilombolas conseguiram se posicionar para o conflito, ou mesmo abandonar a região, porque contaram com informações precisas sobre o deslocamento de tropas. Para que um quilombo sobrevivesse era necessária a habilidade de seus habitantes em negociar o forneci-

historia.pmd 128 11/5/2006, 10:09



Principais quilombos mineiros no século XVIII

mento de alguns produtos e serviços específicos, inclusive informações sobre as ações dos perseguidores.

Só era possível aos quilombolas comercializar o que extraíam do garimpo nas montanhas se estabelecessem vínculos com gente escrava, liberta e, principalmente, livre. Em Goiás além de servir para a compra de cartas de alforria, o ouro era trocado com comerciantes por armas, munição, cachaça e tecidos. Se havia entre os livres quem tivesse interesse e empenho em combater os quilombos, também existia quem se favorecesse com a ação deles. Taberneiros, mascates e negros de ganho tinham boas relações com calhambolas — como também eram chamados os negros fugidos —, contanto que lhes oferecessem boas oportunidades de negócio. Era tal artifício que garantia aos quilombolas vender na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, a madeira por eles extraída nas florestas da região de Iguaçu.

Nos mocambos se refugiavam não só escravos, mas também índios em conflito com brancos ou com outros índios, brancos pobres, entre os quais quem queria escapar do recrutamento militar, como aconteceu na época das lutas pela independência na Bahia (1822-23), da revolução Farroupilha (1835-41) e da guerra contra o Paraguai (1864-70). Por conta desse "conluio", como se dizia na época, entre aquilombados e homens livres ou libertos previam-se duras penas para quem não denunciasse ou quem desse guarida a escravos fugidos. O governo proibiu, em 1764, que na região mineradora as negras de tabuleiro forras e escravas pudessem negociar em áreas onde fosse fácil o extravio de ouro. Vê-se, portanto, que as comunidades quilombolas não estavam isoladas da sociedade, ao contrário, interagiam com ela.

A existência de quilombolas livres, embora pareça estranha, não foi incomum. No sul da Bahia, em Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, foi descoberto, no começo do século XIX, o quilombo do Oitizeiro, onde conviviam escravos e gente livre. Tratava-se de um quilombo agrícola, protegido por grande manguezal, cuja principal atividade era a produção de farinha de mandioca. Tendo como esconderijo os sítios de uma pequena vila de lavradores, os quilombolas trabalhavam nas roças de mandioca lado a lado com pessoas livres e libertas, seus coiteiros. Coiteiro

historia.pmd 130 11/5/2006, 10:09

era como se denominava quem induzia escravos a fuga, os abrigava e fazia negócios com eles ou os tinha em seu serviço.

Ali no Oitizeiro, um grande número de moradores tinha quilombolas como meeiros ou empregados em suas plantações. Mas, pode-se perguntar qual a vantagem para um escravo fugir do seu senhor para ficar a serviço de outro? Provavelmente, havia um acordo: os escravos fugidos trabalhavam e eram recompensados com proteção, comida, alguma remuneração ou o acesso a um pedaço de terra, na qual podiam plantar a sua própria roça. Desse modo, aquilombar-se no sítio de um homem livre podia ser a oportunidade para ganhar algum dinheiro com a venda da farinha de mandioca. Em Palmares também se observou esse tipo de arranjo. Para Domingos Jorge Velho, certo desembargador Cristovão de Burgos devia ser indiciado pela Coroa portuguesa porque, sendo proprietário de terra nos arredores do quilombo, era "colono dos negros", ou seja, se utilizava da mão-de-obra dos palmarinos.

As relações entre quilombolas e grupos indígenas oscilavam entre o conflito e a cooperação. Eram as circunstâncias e os benefícios para uns e outros que davam o tom desse relacionamento. Em Goiás, por exemplo, os caiapós muitas vezes capturavam os quilombolas e os entregavam nas vilas em troca de ferramentas, tecidos e comida. Era, inclusive, muito comum que os índios fizessem parte das expedições de caça a negros fugidos. Os xavantes e caiapós de Goiás destruíram mais quilombos do que as expedições dos bandeirantes. Houve mesmo um tempo, no início do século XVIII, em que os xavantes consideravam todos os negros livres ou escravos como inimigos.

Cabe lembrar que foi uma força majoritariamente formada por índios que destruiu Palmares em 1694. Alguns grupos, como os Cariris, formavam batalhões regulares, com comandante, fardamento e armas, destinados a capturar quilombolas. Tal aliança com os brancos se explica pelo pagamento de recompensas, retribuição de favores e pela rivalidade que muitas vezes se estabelecia entre índios e quilombolas que disputavam áreas de caça e mineração, além de mulheres. Essa disputa por mulheres decorria do pequeno número delas nos quilombos, o que muitas vezes levava os quilombolas a raptá-las nas aldeias indígenas.

historia.pmd 131 11/5/2006, 10:09

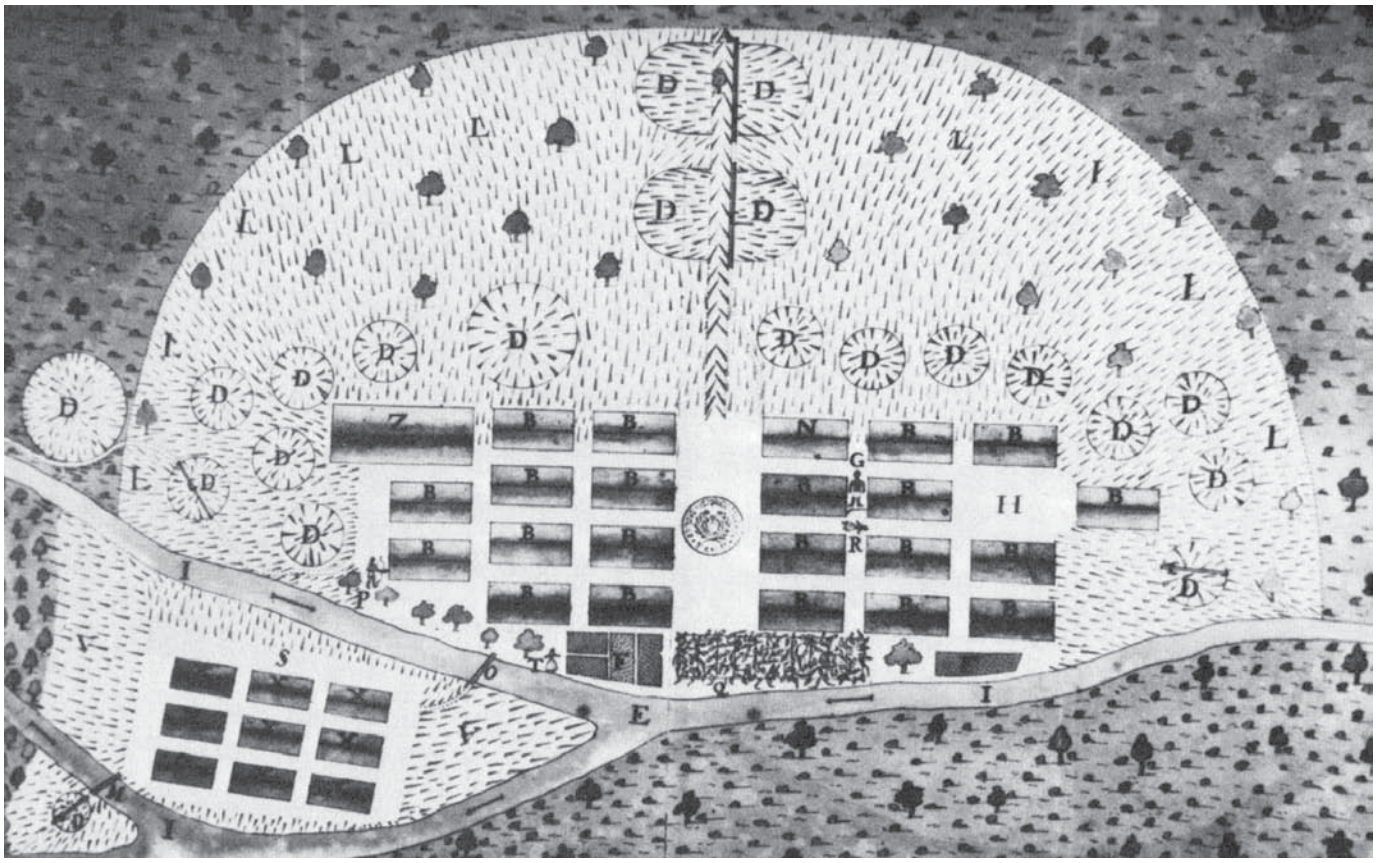
Em Mato Grosso, o quilombo do rio Manso, por volta de 1865, contava com duzentos e sessenta homens maiores de 16 anos e apenas vinte mulheres e treze crianças. Essa desproporção entre homens e mulheres também se observava nas senzalas, mas era ainda maior nos quilombos. E, se na região predominasse a atividade mineradora, a disparidade se fazia ainda mais aguda. Era o caso do Mato Grosso no século XVIII. E mesmo no quilombo de Iguaçu, no Rio de Janeiro, região de cultivo de cana-de-açúcar e outras atividades agrícolas, que também empregava a mão-de-obra feminina, foram encontrados onze homens e apenas uma mulher, a mulata Rosa, que usava roupas masculinas e participava dos ataques aos sítios das redondezas. Essa desigualdade numérica explica o rapto, pelos quilombolas, de mulheres em geral escravas, mas também indígenas.

Nem sempre os índios estiveram ao lado dos perseguidores dos quilombolas, muitas vezes estavam entre os moradores dos mocambos. Mesmo em Palmares havia tanto índio quilombola quanto entre as forças de assalto. No quilombo do Quariterê no Mato Grosso, no século XVIII, as alianças entre quilombolas e comunidades indígenas preocupavam as autoridades locais. Com a troca de conhecimentos sobre a vida nas matas, o uso de plantas venenosas, práticas curativas, estratégias de guerra e formas de cultivo, garantia-se a sobrevivência em regiões inóspitas e condições adversas.

O quilombo do Quariterê teve cerca de três décadas de existência, até por volta de 1795, quando concentrava mais de cem pessoas, entre negros e índios, que cultivavam grandes plantações de milho, feijão, mandioca, amendoim, batata, cará, frutas, fumo e algodão. Ao ser atacado pela bandeira de Francisco Pedro de Melo, a maioria dos moradores era de filhos de negros e índios nascidos ali. A longevidade desses quilombos mistos de índios e negros possibilitou a um grupo de quilombolas capturado em Curuá, no baixo Amazonas, alegar que nunca havia tido senhor por terem "nascido nas matas". Ao contrário de seus pais, eles nunca haviam conhecido os dissabores da escravidão.

Já o quilombo do Catucá, em Pernambuco, nasceu no contexto da independência nacional, foi duramente perseguido em 1827, mas se reestruturou na década de 1830, época de muitas revoltas e disputas políticas entre brancos e mestiços livres. Esses

historia.pmd 132 11/5/2006, 10:09



Quilombo Buraco do Tatu, Bahia, 1763

Um dos documentos mais importantes sobre quilombos no Brasil é a planta do quilombo Buraco do Tatu, na cidade de Salvador. O Buraco do Tatu já existia havia vinte anos, quando foi destruído por uma expedição militar, comandada por portugueses, em 2 de setembro de 1763. Ao relatório da tropa sobre o ataque e a destruição do quilombo foi acrescida uma planta, que descreve a organização física do Buraco do Tatu e retrata alguns quilombolas.

conflitos facilitavam o surgimento e o crescimento dos quilombos, porque o controle sobre os escravos ficava mais relaxado. Cientes disso, assim que as disputas políticas se acomodavam os senhores reforçavam a carga repressiva, na tentativa de reverter os avanços da rebeldia negra. Foi o que aconteceu com os quilombos de Iguaçu, no Rio de Janeiro.

Em Iguaçu, a maioria dos cativos estava empregada na produção de alimentos, extração de lenha e fabrico de tijolos. A região é de extensa planície, com riachos e pântanos que favoreciam a formação de mocambos. Em 1812, havia quilombolas que viviam ali desde o final do século XVIII. Eles eram acusados de atacar e piratear embarcações que navegavam nos rios Sarapuí e Iguaçu, o que fazia com que alguns mestres de embarcação pagassem pedágio em carne e farinha para navegar. A conivência de mercadores, escravos remadores e lavradores, além do difícil acesso às regiões onde os quilombolas se escondiam, dificultavam a ação da polícia.

As autoridades riograndenses estavam igualmente preocupadas com negros fugidos. Temiam as revoltas, principalmente em Pelotas, onde havia uma grande concentração de escravos nas charqueadas, as fazendas de produção de charque. O quilombola Manoel Padeiro, com o título de general, chefiou, em abril de 1835, cerca de doze a quinze fugitivos africanos e crioulos em vários assaltos a chácaras na serra dos Tapes. Na ocasião pareceu ainda mais grave o fato dele ter seqüestrado quatro mulheres, inclusive uma livre, Senhorinha Alves, filha de um pardo livre. Depois de uma exaustiva perseguição, Manoel Padeiro foi capturado e morto.

Enfim, os quilombos foram a forma mais típica de resistência escrava coletiva. Em várias regiões do Brasil ainda podem ser localizadas comunidades remanescentes de quilombos. Só a partir de 1995, quando ocorreu o primeiro encontro dessas comunidades, o governo brasileiro passou a identificá-las e iniciar a legalização da posse das terras ocupadas pelos descendentes dos quilombolas.

Embora menos freqüentes, as revoltas escravas também comprometeram seriamente a paz e a propriedade dos senhores e o poder das autoridades. Os cativos rebeldes puseram em perigo a ordem escravista, principalmente na Bahia, durante as três primeiras décadas do século XIX.

historia.pmd 134 11/5/2006, 10:09

Revoltas escravas

Durante a primeira metade do século XIX, os escravos da Bahia ficaram conhecidos em todo país pelas rebeliões que promoviam. Eles deixavam claro que não iriam se sujeitar sem luta. Naquele mesmo período a vitória negra em São Domingos, atual Haiti, deixou os senhores em desassossego. Não podia ser diferente, pois naquela ilha do Caribe uma revolução escrava, iniciada em 1791, marcou o fim da escravidão e a criação de um país independente. Temia-se que o desfecho haitiano enchesse de ânimo os escravos daqui. E esse não era um medo infundado, pois há registro de que no Brasil escravos e libertos sabiam sobre as ações dos rebeldes em São Domingos e os tinham como exemplo.

A Bahia era, na primeira metade do século XIX, o maior produtor de açúcar no Brasil. No Recôncavo baiano, como se designa a região que circunda a Baía de Todos os Santos, estavam os engenhos mais produtivos. Trata-se de uma região formada por mangues, baixios, tabuleiros, ilhotas e vales margeando o mar. São terras férteis e propícias para o cultivo da cana-de-açúcar. Toda a atividade dos engenhos era movida pelo trabalho escravo dos africanos e crioulos. A grande concentração de escravos tornou o Recôncavo baiano especialmente propenso a revoltas escravas. De fato, ali a rebeldia escrava deixava os senhores em sobressalto.

Em 1791, em meio à Revolução Francesa a abolição foi decretada nas colônias da França, inclusive no Haiti. Mas quando Napoleão Bonaparte assumiu o poder a escravidão foi restabelecida. Os ex-escravos haitianos não aceitaram a volta do cativeiro e, sob a liderança de Toussaint L' Ouverture, enfretaram as tropas napoleônicas. Os franceses controlaram os revoltosos e prenderam L' Ouverture. Mas sob a liderança de Jean Jacques Dessalines os haitianos resistiram e em 1804 assumiram o controle do país. Os franceses foram expulsos ou mortos, a independência foi proclamada e decretou-se de novo o fim da escravidão.

Alguns levantes, talvez a maioria deles, não passaram da fase da conspiração. Em 1807, por exemplo, Salvador foi palco de uma conspiração planejada para o dia 28 de maio, durante as comemorações de *Corpus Christi*. Naquela noite, depois da festa, os rebeldes pretendiam incendiar a Casa da Alfândega e uma igreja. Instaurada a confusão, os escravos empossariam seu próprio governador, convocariam outros negros, eliminariam os brancos por envenenamento e queimariam as imagens católicas numa grande fogueira no meio da praça. Em seguida, uma força rumaria para Pernambuco, onde também havia uma numerosa população escrava, e lá se juntaria a outros escravos para formar um reino independente no interior.

Os rebeldes eram africanos de origem haussá, que ocupam um território no norte da atual Nigéria, gente que fora escravizada em meio a uma jihad ou guerra santa muçulmana. Os amuletos

No território haussá, norte da atual Nigéria, foi deflagrada, em 1804, uma jihad pelo xeque de origem fulani, Usamam dan Fodio. Essa guerra santa produziu muitos prisioneiros que acabaram sendo vendidos para o tráfico atlântico.

historia.pmd 135 11/5/2006, 10:09

que usavam, a idéia de queimar a igreja e as imagens católicas são indicações de que a investida rebelde haussá combinava objetivos políticos e princípios religiosos, como na África. Isto não foi exclusivo dos rebeldes de 1807. Religião e solidariedade étnica foram elementos presentes em outras insurreições do período.

A lealdade de um escravo a seu senhor abortou a revolta cinco dias antes da data marcada. Os chefes da rebelião eram sete e foram quase todos presos pelos homens do governador, o conde da Ponte, durante uma reunião num casebre de um negro liberto. Eles traziam consigo algo em torno de quatrocentos arcos e flechas, facas, pistolas, espingarda e um tambor. Depois das investigações presididas pelo próprio conde da Ponte, foram identificados treze envolvidos. Para alguns coube a pena de açoites em praça pública, para outros o degredo para Angola, mas todos os escravos na Bahia também pagariam o preço pela revolta fracassada, pois foram proibidas festas africanas e restringida a circulação de libertos.

Uma nova rebelião escrava dois anos depois demonstrava que a política repressiva do conde da Ponte não fora tão eficiente. O plano previa fuga em massa, união entre escravos de Salvador e do Recôncavo, além de cerco à capital baiana. A primeira ação consistiu em organizar, em 4 de janeiro de1809, a fuga de um grupo de escravos residentes em Salvador para se juntar a um outro que já estava aquilombado desde 26 de dezembro de 1808. Dessa vez não houve delatores, apesar do grande número de envolvidos, mais de oitenta pessoas entre homens e mulheres. Entretanto, os rebeldes não conseguiram escapar do ataque de soldados e capitães-do-mato. A maioria foi presa, morta, marcada a ferro ou chicoteada publicamente, mas alguns continuaram a vagar pelo interior da capitania, roubando, matando e incendiando fazendas.

A regularidade das revoltas parecia demonstrar que o Brasil podia mesmo vir a ser o próximo Haiti das Américas. A ameaça rebelde na Bahia se repetiu em 1814, 1816, 1822, 1826, 1827, 1828, 1830 e 1835, período em que aconteceram cerca de trinta revoltas, a maioria delas promovida por escravos haussás e nagôs, estes últimos africanos iorubás. A mais séria delas aconteceu em 1835. Em janeiro daquele ano a capital foi surpreendida pela denúncia de que os malês – como eram conhecidos os nagôs muçulmanos

O conde da Ponte assumiu o governo da Bahia em 1805. Sob a sua administração foram executadas ações mais duras contra escravos rebeldes e várias medidas de controle da rotina dos escravos. Dentre elas o toque de recolher mais cedo para os escravos que estivessem nas ruas sem autorização de seus senhores e a proibição dos batuques.

O conde dos Arcos governou a capitania da Bahia entre 1810 e 1818. Nesse período a Bahia vivia um momento de prosperidade econômica, o que permitiu a realização, em Salvador, de obras importantes como o Passeio Público, a Casa do Comércio e a Biblioteca Pública. O conde dos Arcos, ao contrário do conde da Ponte, considerava os senhores baianos excessivamente rígidos com seus escravos. Esse governador julgava que o excesso de castigos, a restrição do tempo para o lazer e a alimentação de má qualidade só provocavam a rebeldia escrava.

O conde da Ponte e o conde dos Arcos representavam formas diferenciadas de governar uma sociedade escravista. Enquanto um julgava que maior controle sobre os escravos inibiria iniciativas rebeldes, o outro considerava que amenizando as duras condições do cativeiro a paz estaria garantida. Nem um nem outro acertou. A escravidão era suficiente para provocar a resistência escrava, embora não fosse a única razão para esta.

historia.pmd 136 11/5/2006, 10:09

- tramavam um grande levante. A organização dos rebeldes surpreendeu os brancos.

Os malês estavam se reunindo desde o ano anterior. Tinham instituído um líder, o africano Ahuna, e costuravam adesões junto aos cativos do Recôncavo. Como muçulmanos que eram muitos sabiam ler e escrever em árabe e sonhavam com uma Bahia governada por africanos. O plano era fazer a revolta num domingo de festa religiosa, dia de grande número de escravos nas ruas, isentos do controle dos seus senhores.

Mais uma vez o plano rebelde chegou ao conhecimento dos brancos por negros delatores. Pelo menos três libertos africanos — Domingos, Guilhermina e Sabina — se incumbiram de denunciar a trama às autoridades. Ciente dos acontecimentos, a polícia se armou e começou a busca por suspeitos. Pouco depois, cinqüenta a sessenta malês foram flagrados no subsolo de um sobrado no centro da cidade enquanto comiam e tramavam os últimos detalhes da rebelião. Ao perceberem que haviam sido descobertos, eles enfrentaram a patrulha e fugiram pelas ruas da cidade, às escuras, armados com facas e espadas.

A denúncia precipitou um plano de rebelião que ainda estava sendo preparado. Aos gritos, eles acordaram outros africanos, atacaram a cadeia pública onde estava preso um mestre muçulmano, Pacífico Licutan. Ali encontraram também soldados preparados para o confronto. Talvez os rebeldes julgassem que Alá não lhes faltaria deste lado do Atlântico, e para garantir a proteção divina, encheram os bolsos e penduraram nos pescoços amuletos com rezas e trechos do Alcorão escritos em árabe. Mas os malês foram derrotados. Na manhã seguinte contaram-se mais de setenta mortos espalhados pelas ruas de Salvador. Entre os partidários do governo foram nove: quatro pardos, um crioulo e quatro brancos.

A eficiência da polícia baiana em 1835 demonstrou que as sucessivas rebeliões escravas serviram como cursos intensivos de contra-inssureição. As forças policiais rapidamente vigiaram o porto, as ruas e chafarizes, reforçaram a guarda do palácio do governo, revistaram casas de africanos, inquiriram suspeitos e patrulharam as imediações da igreja do Bonfim, onde havia muita gente reunida festejando Nossa Senhora da Guia.

historia.pmd 137 11/5/2006, 10:09

Depois de uma investigação minuciosa, as autoridades tomaram conhecimento da sofisticada rede organizada pelos africanos malês na Bahia. Mais de quinhentas pessoas foram indiciadas e punidas com açoites, prisões, deportações, sendo quatro executadas por fuzilamento em praça pública. A revolta dos malês trouxe apreensão em todo o país. Além do medo de que a revolução no Haiti se repetisse no Brasil, agora tinha-se um exemplo bem mais próximo do quanto a paz dos brancos podia ser perturbada. Não foi à toa que na maioria das províncias, principalmente nas de maior população cativa, a exemplo do Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram adotadas medidas mais duras de controle da escravaria.

Em Minas Gerais, desde 1833 as autoridades e senhores estavam mais vigilantes em relação a rebeldia escrava. Eles estavam convencidos da necessidade de maior aparato policial e de leis que inibissem as repetidas e ousadas ações rebeldes. Uma dessas ações, ainda que pouco conhecida, foi a revolta de Carrancas, em 1833. Carrancas ficava a 286 km ao sul de Belo Horizonte e, entre 1833 e 1835, dos seus 4.053 habitantes, 61,5% eram escravos.

A rebelião teve início na fazenda Campo Alegre, propriedade de Gabriel Francisco Junqueira, importante político da região. Era o dia 13 de maio de 1833 e, como de costume, o filho do dono da fazenda, Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, foi supervisionar o trabalho dos escravos na roça, quando foi atacado e morto por três escravos, Ventura, Diogo e Julião. Logo em seguida, um grupo de oito rebeldes rumou para uma fazenda vizinha, a Bela Cruz, que pertencia à mesma família. Lá o grupo, acrescido de mais uns trinta escravos, matou todos os brancos. Em seguida, foi a vez da fazenda Bom Jardim, mas dessa vez os rebeldes foram surpreendidos pela resistência do proprietário que, tendo reunido todos os seus escravos na sala principal da casa-grande, revidou o ataque com sucesso.

A ousadia foi mesmo a marca dessa revolta. O objetivo dos rebeldes era matar todos os brancos da freguesia de Carrancas e tomar posse de suas propriedades. Os Junqueira deviam estar em pé de guerra com seus escravos, o que explicaria terem sido o principal alvo da fúria dos rebeldes, que mataram dez integrantes dessa família. Depois de controlados, os revoltosos receberam

historia.pmd 138 11/5/2006, 10:09

punição exemplar. Entre os envolvidos, dezessete foram condenados à pena de morte por enforcamento.

O escravo tropeiro Ventura Mina, que planejara os passos da revolta ao longo de aproximadamente um ano, foi morto no confronto. Ventura havia sido eleito "rei dos escravos", o que reafirma o seu papel de líder dos vinte e um africanos e nove crioulos indiciados pelas autoridades judiciárias. Mas outros escravos também foram muito importantes na organização da revolta, dentre eles os crioulos Roque e Jerônimo. Ambos eram tropeiros e viajavam com certa freqüência para a cidade do Rio de Janeiro, onde a crise política do período regencial animava a rebeldia escrava. Aquela era uma fase delicada da história do Brasil. A instabilidade política no país, durante o período regencial (1831- 1840), dividiu os brancos e debilitou o controle sobre os cativos, dando-lhes espaço para que recorressem a rebeliões armadas contra a escravidão.

A atenção redobrada à movimentação dos escravos, especialmente os africanos, e as críticas à continuidade do tráfico atlântico passaram a ser mais contundentes depois dessas revoltas. Mas a maior conseqüência delas foi a certeza de que a escravidão era incompatível com a harmonia social, e que ficar a mercê da lealdade de alguns negros delatores não era a melhor política de salvaguarda. Foi nesse contexto que a lei de 10 de junho de 1835 foi idealizada. A lei determinava que caberia a forca ao escravo que atentasse contra a vida do seu senhor, seus familiares e feitores. A lei era dura, inflexível e foi aplicada aos envolvidos na revolta de Manoel Congo, em Vassouras, Rio de Janeiro, em 1838.

Nesta revolta os escravos amotinados pareciam confirmar a desconfiança dos senhores acerca da predisposição dos quilombolas à sedição. O início do levante foi a fuga de escravos de diversas fazendas da região de Pati dos Alferes, entre os dias 6 e 10 de novembro de 1838, quando foi morto um capataz. Os quase duzentos fugitivos eram crioulos e africanos que se esconderam nas matas com alimentos, armas, munição e ferramentas de trabalho roubadas das fazendas. A liberdade, contudo, durou pouco. No dia 11 de novembro a Guarda Nacional e o Exército, comandado por Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, deram fim ao quilombo do ferreiro Manoel Congo que, como previa a lei de 1835, foi con-

historia.pmd 139 11/5/2006, 10:09

Trechos dos versos subversivos
do Divino Mestre:

Herdeira pela natureza
De digna estimação
Desta nobre cor morena
O primeiro foi Adão

...

Queiram a nação poderosa
De morenos e africanos
Defragou no Brasil
Dentro do pelo de cana

...

Homens sem humanidade
Lembra-te do futuro
Dá liberdade aos morenos
E temei a uma nuvem escura

...

Oh! grande é a cegueira
Desta gente Brasileira
Não olha para o Haiti
E para a América Inglesa

denado à forca. Embora só tivesse durado alguns dias, o feito dos cativos em Vassouras passou a fazer parte da memória local sobre a escravidão.

A relação entre instabilidade política e revoltas escravas ficou clara no Maranhão, com a exaltação dos escravos em meio à revolta conhecida como Balaiada (1838-1841). Assaltos, assassinatos de feitores e roubo de armas e munição faziam crer que estava sendo organizada uma insurreição capaz de reunir gente dos mocambos e das senzalas maranhenses naquele momento de crise política. Senhores e governantes tinham bons motivos para se assustar.

Em 1839, mais de dois mil negros liderados pelo liberto Cosme Bento das Chagas se estabeleceram numa fazenda às margens do rio Preto, cujo dono foi obrigado a conceder cartas de alforria aos seus duzentos escravos antes de ser morto. Em 1840, de novo Luís Alves de Lima e Silva foi enviado para a região com a missão de pôr fim àquela situação. Derrotado, Cosme, junto com mais duzentos quilombolas, tentou atravessar as fronteiras da província do Maranhão, mas foi capturado e executado em 1842. Em 1846 foi a vez das autoridades da província de Pernambuco desarticularem uma sociedade secreta de negros acusada de tramar uma insurreição escrava na cidade do Recife. O líder, chamado de Divino Mestre por cerca de trezentos seguidores, era o crioulo Agostinho José Pereira. A seita considerava que a Bíblia já anunciava o fim da escravidão, cobrava dízimos dos fiéis e dizia que os santos católicos eram apenas estátuas. Apesar da afronta que a crença do Divino Mestre representava para a Igreja católica, o que mais assustou as autoridades policiais foram os versos, que falavam da revolução no Haiti, encontrados na casa de um dos seus discípulos. Nos versos a expressão *moreno* é usada, tudo indica, para significar o conjunto dos afro-descendentes.

Após o declínio do tráfico e sua extinção em 1850, as revoltas foram rareando e prevaleceu um percurso mais calmo na resistência escrava. Houve exceções, é claro, a exemplo do episódio protagonizado por quilombolas no interior do Maranhão que, em 1867, conclamaram os cativos a promover a abolição. Assim como fizeram os moradores do quilombo de Vila Matias em Santos, na província de São Paulo, onde, sob a liderança do Pai Felipe, incor-

historia.pmd 140 11/5/2006, 10:09

poraram-se à luta abolicionista já nos anos 80 do século XIX. De fato, como veremos adiante a rebeldia escrava recrudesceu nas vésperas da abolição.

Mas não só de revoltas e quilombos foi a resistência escrava no Brasil. É muito importante dizer que na vida cotidiana os escravos estabeleceram maneiras miúdas de resistir tecidas na rotina do trabalho. Vale repetir que o escravo descontente podia formar quilombos e promover revoltas, mas também podia sabotar a produção do senhor, fingir estar doente para diminuir sua jornada de trabalho, envenenar as pessoas da casa-grande, desobedecer sistematicamente e até negociar sua venda para um outro senhor que mais lhe agradasse. De toda maneira, o que estava em jogo era continuar autor da sua própria história, apesar da escravidão.

EXERCÍCIOS:

1. Comente a seguinte frase: ao fugir o escravo comprometia a produção e colocava em xeque a autoridade do senhor.
2. Os quilombos estabelecidos nas áreas mineradoras punham em risco o comércio de ouro, entretanto muitos comerciantes também tinham os quilombolas como parceiros. Como podemos analisar as relações entre as comunidades quilombolas e a população livre e escrava?
3. Por que a Revolução do Haiti trouxe preocupações para as autoridades brasileiras?

Bibliografia:

ANDRADE, Marcos Ferreira. "Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*, nº 21/22 (1998-99), pp. 45-82.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

historia.pmd 141 11/5/2006, 10:09

MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre:Mercado Aberto, 1988.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos Gomes. *Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista,* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Conpanhia das Letras, 3003.

SCHWARTCZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

Videos/filmes

Quilombo (1984). Direção Cacá Diegues. 119 minutos

historia.pmd 142 11/5/2006, 10:09

Capítulo VI

NEGROS ESCRAVOS, LIBERTOS E LIVRES

De escravo a liberto

Vimos no capítulo anterior que para os escravos a luta pela liberdade assumiu formas diversas, que incluíam fugas, quilombos e revoltas. Mas, no Brasil escravocrata, havia também como se conseguir a liberdade por vias legais. Neste caso, a forma mais comum era através de um documento chamado de *carta de alforria* ou *carta de liberdade* escrito pelo senhor ou algum representante seu. O indivíduo que deixava de ser escravo passava a ser chamado *liberto* ou *forro*. Como se tratava de transferência de propriedade, o ato devia ser lavrado por um tabelião em cartório, assinado pelo senhor e por testemunhas juramentadas e registrado em livro especialmente destinado a este fim. Nos arquivos brasileiros ainda é possível encontrar cópias de milhares dessas cartas de alforrias.

Depois de registrada, a carta original era devolvida ao liberto, que a usaria como prova de sua condição de liberdade. Comumente as autoridades policiais abordavam libertos nas ruas sob suspeita de serem escravos fugidos e nessas ocasiões a apresentação das cartas podia evitar prisões. Além disso, a escravidão ilegal de pessoas livres era sempre um risco que corria o negro ou o mestiço, uma vez que, no auge da escravidão, ser negro era sinal de ser escravo, até prova em contrário. Com a carta de liberdade, por lei, o forro tinha direito à família, à propriedade e à herança. Mas isso não valia para o liberto africano depois da revolta dos malês, em 1835. Uma lei proibiu que os africanos tivessem bens de raiz, ou seja, propriedade imobiliária como terra e casa. Esta lei, contudo, foi dessas que "não pegou".

historia.pmd 145 11/5/2006, 10:09

As alforrias tinham também validade legal quando registradas nos testamentos abertos após a morte dos senhores. Ao escrever suas últimas vontades, o senhor ou a senhora declarava quais escravos ou escravas deviam ser libertados após sua morte. A promessa de liberdade era uma forma de obter dos escravos obediência e dedicação nos serviços prestados aos senhores. Muitas vezes, a promessa era feita em conversa informal e confirmada após a morte do senhor com a leitura do testamento. Ocorre que a decisão do senhor morto podia ser contestada pelos herdeiros e nesse caso o escravo era obrigado a esperar anos pela decisão judicial. Estudos sobre alforrias mostram que era raro o senhor que libertava mais de dez escravos em testamento.

As alforrias podiam ser de dois tipos: gratuitas e onerosas ou pagas. As alforrias gratuitas eram concedidas geralmente em retribuição aos "bons serviços" prestados ao senhor, à fidelidade, lealdade e outras qualidades valorizadas pela sociedade escravista. Na verdade, não eram tão gratuitas assim, pois a maioria exigia a prestação de serviços do escravo durante anos e até décadas. Geralmente a prestação de serviços estendia-se até a morte do dono ou de sua esposa. Pessoas idosas freqüentemente recorriam a este expediente para garantir amparo até a morte. Mas senhores mais jovens também recorriam a tal estratégia para garantir a obediência e a lealdade do escravo. Assim, mesmo que a alforria fosse concedida na juventude, às vezes o escravo só podia desfrutá-la muitos anos depois, quando já se encontrava em idade avançada. Enquanto permaneciam nessa condição de "quase liberto" podiam ser castigados e obrigados a morar na casa dos senhores como qualquer escravo. Só não podiam ser vendidos, exceto se a alforria fosse cancelada em juízo.

No texo ao lado, vê-se que o zelo e o amor que Isabel Delfina declarava ter pela pequena Antônia não eram suficientes para a concessão imediata da liberdade. A liberdade só viria após a morte da senhora. Além disso, o beneficio não era extensivo à mãe da menina, Maria Benguela. Para os senhores, a alforria gratuita era um beneficio que exigia retribuição do beneficiado na forma de serviços prestados. Como verbalizou um escravo mato-grossense ao se referir à liberdade gratuita recebida de seu senhor: "Libertou-me do cativeiro, mas escravizou-me o reconhecimento".

Exemplo de carta de liberdade gratuita sob condição de prestação de serviços, Cuiabá, 11 de novembro de 1844:

"Eu Isabel Carmina Delfina, digo que possuo *juro dominii* [em justo domínio] uma escrava crioula de 3 para 4 anos de nome Antônia filha de minha escrava Maria Benguela, a qual pelo muito amor que lhe tenho e temor de que meu falecimento passe alheio domínio, aonde o seu estado de escravidão se torne infinitamente pior: sou servida declará-la forra e liberta desde o momento do meu falecimento sem que para gozar de sua liberdade necessite outra cousa que o meu falecimento; e porque não é justo que com este benefício eu me prive dos serviços que ela me deve prestar segundo suas forças e idade permitirem, lhe imponha a restrita condição de não poder apartar-se de minha companhia senão pelo fato de meu falecimento."

historia.pmd 146 11/5/2006, 10:09

Além de serviços, os senhores costumavam exigir dos escravos determinadas condutas morais para terem acesso à alforria. Na cidade de Cuiabá, em abril de 1885, Maria Justina da Gama concedeu liberdade às suas escravas Ana e Francisca, desde que continuassem a "viver honestamente em minha companhia até que Deus lho permita um feliz estado conjugal".

As alforrias gratuitas eram concedidas em maior quantidade aos que tinham relações mais próximas com os senhores. Concediam-se alforrias gratuitas às "crias da casa"; a filhos ilegítimos dos proprietários com suas cativas; às amas que criaram os senhores e às vezes também aos filhos destas; a escravos domésticos e a escravos idosos, sem forças para trabalhar. Muitas vezes essas alforrias eram cercadas de solenidade, escolhendo os senhores as datas de importância do calendário familiar, como batizados, casamentos e formaturas.

Na segunda metade do século XIX, os senhores buscaram exibir sua generosidade concedendo alforrias em homenagem a alguma personalidade ou por ocasião de alguma celebração religiosa. Em 1879, na cidade da Bahia, o visconde Pedroso de Albuquerque libertou a escrava Telesonia "em comemoração da data de hoje, da sagrada morte da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo". Outros celebravam seus próprios feitos, apesar da data coincidir com a de festas religiosas. Nas vésperas de Natal de 1870, Frederico Augusto da Silva Lisboa alforriou seu escravo José, crioulo de nove anos, por ser o dia em que ele senhor recebeu "o grau de Doutor em medicina".

Estima-se que entre 65 e 75 por cento das alforrias eram feitas a título oneroso ou tinham cláusulas restritivas. As alforrias onerosas exigiam que o escravo pagasse ao senhor por sua liberdade em forma de dinheiro, mercadoria ou alguma combinação dos dois. Este tipo de alforria interessava mais ao senhor, pois representava uma indenização para compensar a perda do escravo. Havia casos de escravos que compravam um outro escravo e davam ao senhor como forma de pagamento. No Rio de Janeiro, os bons artífices costumavam comprar meninos no mercado do Valongo para treiná-los em sua profissão e depois os ofereciam aos senhores em troca da liberdade.

historia.pmd 147 11/5/2006, 10:09

A tendência geral era favorecer ao escravo que tivesse condições de pagar por sua carta de alforria. O cativo tinha de ganhar esse dinheiro trabalhando, obtê-lo por empréstimo, herança e doação. Essas práticas beneficiavam mais o escravo urbano, o doméstico e o mineiro. Mesmo assim, os escravos do campo podiam também alcançar a alforria se conseguissem acesso à uma roça e vendessem seus produtos nas feiras ou nas cidades. No sertão da Bahia escravos vaqueiros conseguiam a alforria trocando-a por gado de sua própria criação.

Os senhores viam a alforria como ato de caridade ou generosidade, digna de reconhecimento e gratidão por parte do beneficiado. Mas na verdade, na sua maioria, as cartas de alforria foram fruto de imensos esforços dos escravos e seus familiares. O texto legal não revelava as infinitas aflições por que passavam para juntarem a poupança necessária à compra da liberdade. Muito freqüentemente, senhores e escravos faziam um acordo informal estipulando preço e tempo de pagamento da carta. Ao longo dos anos, o escravo ia abatendo o valor em prestações. O problema surgia quando os senhores morriam antes de completar o pagamento das prestações e os herdeiros contestavam as quantias pagas.

Nas cidades, a poupança ou *pecúlio*, como se dizia na época, era feita de diversas formas. O escravo podia acumular durante anos pequenas quantias que ganhavam em serviços extras. As vendedoras ambulantes, donas de barracas de feira e ganhadores podiam ficar com parte dos ganhos. Havia escravos que recorriam à caridade pública para comprarem a própria alforria ou as de parentes. Havia a possibilidade de levantar o dinheiro através de subscrição de doações entre pessoas amigas e/ou caridosas. Em 1861, na cidade de Porto Alegre, as pardas Joaquina e Zeferina requisitaram e obtiveram da polícia autorização para "tirar esmola para sua liberdade", e foi com o dinheiro arrecadado que conseguiram comprar suas alforrias.

Por vezes, as alforrias eram também resultantes de oportunidades oferecidas pelo mercado. Os momentos de crise geralmente provocavam diminuição no preço dos escravos e por isso permitiam um aumento das compras das cartas de liberdade. Era o momento em que senhores procuravam se desfazer dos cativos

historia.pmd 148 11/5/2006, 10:09

para saldarem dívidas. Também nos momentos de importação de grande número de africanos, quando não havia carência de mão-de-obra, os preços das alforrias desciam a níveis mais acessíveis.

Nas Minas Gerais os escravos podiam contar com a sorte. Para motivar o trabalho, os senhores costumavam prometer liberdade gratuita aos que descobrissem algum filão de ouro ou diamante de grande valor. Como muitos escravos tinham controle sobre a lavagem do cascalho e, portanto, da localização de pedras preciosas e pepitas de ouro, era possível ocultar algum achado valioso e utilizá-lo na compra da liberdade. Comumente, os senhores permitiam que os cativos garimpassem nas horas de folga, nas faisqueiras de baixo rendimento. Para a maioria, a alforria era fruto desse persistente trabalho de coleta dos pequenos fragmentos encontrados no meio do cascalho já garimpado por outros mineiros.

A alforria quase nunca era uma conquista solitária, pois resultava de uma rede de solidariedade. Por vezes, as alforrias resultavam dos esforços de cônjuges, pais, mães, avós, padrinhos e madrinhas pela liberdade dos parentes presos nas malhas da escravidão. Em 1751, na cidade de Salvador, Jerônima da Conceição, viúva, libertou Marcelino, mulato, com dois ou três anos de idade, depois de ter recebido 30 mil réis pagos por seu pai, Floriano Álvares Pereira. Na mesma cidade, em 1819, a freira Maria Clara de Jesus, do Convento de Santa Clara do Desterro, libertou um recém-nascido depois de receber 20 mil réis pagos pela mãe da criança. Os padrinhos concorriam freqüentemente com quantias para a alforria dos afilhados. Em fevereiro de 1871, na cidade de Porto Alegre, o pequeno Ernesto, filho de Inocência e neto de Gertrudes, foi liberto após sua avó ter pagado 130 mil réis a sua senhora.

Havia ainda a contribuição de grupos e associações para a alforria de seus membros. Algumas irmandades religiosas de negros e pardos realizavam coletas ou pediam esmolas nas ruas para a compra de alforria de associados ou parentes destes.

Formalmente, as alforrias eram fruto da vontade do senhor. Mas por trás dessa formalidade havia muito das iniciativas dos escravos influenciando as decisões, ou mesmo dobrando a vonta-

historia.pmd 149 11/5/2006, 10:09

de dos senhores. A alforria podia ser resultado de anos a fio de "bons serviços", lealdade, obediência e trabalho. Mas a obediência e a lealdade podiam esconder uma estratégia paciente e perseverante de obter a confiança do senhor, de prendê-lo ou enredá-lo em suas próprias obrigações morais. As mulheres eram especialmente hábeis nessa estratégia.

Assim, invertendo o sentido do paternalismo da época, alguns senhores se tornavam devedores da gratidão de seus escravos. Em 1864, na cidade Porto Alegre, os herdeiros de uma senhora morta concedeu liberdade a Laurindo, "pardo velho", depois dos "longos anos de serviço e atendimento à falecida". Na mesma cidade, em 23 de março de 1872, Joana, mulata, recebeu carta de alforria do senhor e da senhora pelos serviços prestados, especialmente nas moléstias do filho dos mesmos, sepultado naquele mesmo dia.

Por vezes, escravos e escravas considerados fiéis e obedientes se tornavam repentinamente rebeldes obrigando os senhores a libertá-los. Em 1882, ainda na cidade de Porto Alegre, a africana Justina abriu caminho próprio para a liberdade minando a paciência de sua senhora. Aborrecida, a senhora confessou que Justina "tem me faltado o respeito e entende que deve dizer-me quanta liberdade quer, e eu já não posso sofrer, castigo-a dando-lhe sua completa liberdade para gozar de ir onde queira e eu ficar em paz".

Todos os estudos sobre alforrias têm revelado que crioulos e pardos eram alforriados em maior número do que os africanos. Possivelmente, por terem nascido escravos tinham um conhecimento maior das formas de convencer os senhores. Entre os alforriados crioulos e africanos, a mulher era quem mais recebia carta de liberdade. Em Parati, na capitania do Rio de Janeiro, entre 1789 e 1822, 66 por cento dos alforriados eram mulheres. Em Salvador, entre 1684 e 1745, 57,6 por cento eram mulheres. Entre 1807 e 1831, 64 por cento na cidade do Rio. Estas diferenças são marcantes se levarmos em consideração que a maioria dos escravos era do sexo masculino.

Vários motivos concorriam para essa predominância feminina entre os alforriados. Os laços íntimos que se formavam entre escravas, seus senhores e suas senhoras podiam favorecer as mu-

historia.pmd 150 11/5/2006, 10:09

Negros mineradores.

lheres, em particular aquelas empregadas no serviço doméstico. Mas isso não é suficiente para explicar o fenômeno, pois a maioria delas conquistou a alforria com muito esforço próprio e dos parentes. Um caso famoso de filho que, à custa do seu trabalho, alforriou sua mãe, foi o jangadeiro José Napoleão, um dos pioneiros do abolicionismo popular no Ceará.

Além disso, seguindo uma tradição africana, muitas escravas atuavam no pequeno comércio vendendo gêneros de primeira necessidade. Muitas delas acumularam dinheiro no comércio de verduras, frutas, peixes, carnes e doces nas ruas. Com isso tinham acesso a recursos que utilizavam na compra da alforria. No mercado de cativos, as escravas, principalmente as mais idosas, custavam menos que os homens. O preço mais baixo facilitava a compra. A maioria feminina entre os alforriados refletia também estratégias familiares de priorizar a liberdade das mulheres. Era uma forma de garantir que a descendência nascesse livre do cativeiro. Vejamos o que revelou uma senhora residente na cidade de Sorocaba, em São Paulo, ao falar do esforço do seu escravo, Antônio, para alforriar a mulher, em junho de 1834:

> declaro mais que o dito Antônio me serviu quatro anos como meu escravo, e com a melhor fidelidade e presteza prestando-me os seus jornais de $480 [quatrocentos e oitenta réis] por dia para remediar as minhas necessidades, e quando lhe dizia que juntasse o seu dinheiro para comprar alguma coisa para si, respondia-me que o que queria era a liberdade de sua mulher e por isso minha consciência pede que eu a liberte.

Devemos observar que a promessa da alforria funcionava como um meio de impor a obediência e a lealdade. Ser "ingrato" ou "desobediente" eram motivos fortes para o cancelamento da alforria, uma vez concedida. Mas estudos sobre alforria em várias regiões do Brasil mostram que foram raros os casos de cancelamento de liberdade.

Finalmente, devemos mencionar uma forma incomum de conquista da liberdade. Em momentos de conflito armado, os escravos buscaram ampliar as possibilidades de alcançar a alforria. Isso aconteceu em 1822, quando, na esperança de se tornarem livres, muitos escravos se alistaram nos batalhões brasileiros para

historia.pmd 152 11/5/2006, 10:09

lutarem contra as tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro e em Salvador. Quarenta anos depois, as forças armadas transformaram-se numa das alternativas de libertação para muitos escravos durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). O governo comprou, por 1 conto e 200 mil reis cada, a alforria de muitos escravos enviados para servir na guerra. Indivíduos de posses chegaram a oferecer gratuitamente seus escravos para o governo imperial como forma de se livrarem do recrutamento militar. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, em 1866, o pardo Luís foi libertado para integrar as fileiras do Exército brasileiro em substituição ao filho de seu senhor.

Naquela mesma província, um senhor libertou seu escravo Martiniano, pardo, vinte e seis anos, para servir na guerra, mas fez questão de registrar na carta de alforria que "caso deserte em um ano esta perderá a validade". Mas muitos cativos se engajaram nas tropas sem a autorização de seus senhores na esperança de conseguirem a liberdade se retornassem vivos do conflito. Ao se apresentarem aos recrutadores, eles inventavam novos nomes e se diziam livres. Finalizada a guerra, o governo os considerou homens livres, pois seria no mínimo imoral devolver ao serviço de senhores quem tinha servido tão bem à pátria.

Até meados do século XIX, pouquíssimos escravos realizaram o sonho da alforria. A maioria morria na condição escrava. Em Salvador, entre 1684 e 1745, apenas 1 por cento da população escrava alcançava a alforria anualmente. No início do século XIX, em Parati, Rio de Janeiro, apenas 0,55 por cento. Mas, a partir da abolição do tráfico em 1850, as alforrias adquiriram maiores proporções no Brasil. As possibilidades de alcançar a liberdade pelas vias legais se ampliaram, especialmente depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, e da Lei dos Sexagenários, em 1885.

Como veremos no capítulo seguinte esta legislação lentamente foi minando a autoridade dos senhores no que se refere à concessão da alforria. Tornou-se perigoso para os senhores frustrarem as expectativas de liberdade dos escravos num momento em que se discutia amplamente a abolição da escravidão.

historia.pmd 153 11/5/2006, 10:09

Limites da liberdade

Nem sempre a alforria implicava melhoria das condições de vida para o recém-liberto. Muitos gastavam suas forças no esforço para comprar a alforria e suas economias diminuíam rapidamente depois que deixavam a casa dos senhores. Havia aqueles, poucos é verdade, que foram libertos por interesse dos senhores em se desfazerem de indivíduos idosos e sem mais condições de produzir. Inválidos eram entregues à Santa Casa, onde passavam o resto da vida num hospital ou nos asilos de mendigos. Outros iam engrossar as fileiras de indigentes que esmolavam em grande número nas cidades brasileiras. Os arquivos policiais da época registram multidões de pobres e mendigos que vagavam pelas ruas. Grande parte deles já tinha vivido a experiência da escravidão. No século XIX, na cidade de Cuiabá, para fugirem da indigência, ex-escravos idosos ocupavam-se em revolver o cascalho já muito explorado das minas em busca de algum ouro em pó que lhes assegurasse a sobrevivência.

Quaisquer que fossem as dificuldades, os libertos consideravam sua nova condição como muito melhor do que a vivida sob a escravidão. Emancipar-se do cativeiro significava um passo importante para a frente. Dali por diante, poderiam começar a se livrar da interferência dos ex-senhores em suas vidas, mesmo que tivessem, em alguns momentos, de recorrer a eles para socorrê-los de alguma forma, como conseguir atestados de "boa conduta" se pretendiam arranjar uma licença da polícia para trabalhar como ganhador, para morar num quarteirão novo ou se naturalizar como brasileiros. Na condição de libertos, os filhos que nascessem já seriam livres. Emancipados da escravidão, era agora possível ampliar os recursos para batalhar pela alforria de parentes e parceiros de senzala.

Alguns chegaram a acumular propriedades. Prova disso são os inventários feitos de seus bens quando morriam. Naqueles documentos aparecem libertos possuidores de bens imóveis, geralmente pequenas casas e terrenos, onde plantavam alguns gêneros de subsistência. Também era possível que fossem proprietários de escravos — uma aspiração generalizada entre a população livre, independentemente da cor. Porém, o aumento dos preços

historia.pmd 154 11/5/2006, 10:09

dos escravos a partir da década de 1830, e principalmente depois de 1850, com a proibição do tráfico, impossibilitou a maioria de dispor de tal propriedade.

Muitos africanos retornaram à África após alcançarem a liberdade, embora a maioria aqui ficasse. O retorno visava rever parentes e lugares deixados há muito tempo, mas retornavam, sobretudo, para fugirem do preconceito e da repressão que se abateram sobre os africanos, especialmente os convertidos ao islamismo, depois da Revolta dos Malês, em 1835. Na África, pouquíssimos conseguiram retornar à "terra natal", muitos fixaram residência na costa, principalmente em Uidá, Porto Novo e Lagos. Nessas cidades formaram as comunidades dos retornados "brasileiros". Na atual República do Benin, eles são também conhecidos como agudás, provavelmente derivado de Ajudá, que é como os portugueses chamavam a cidade de Uidá. Do Brasil, eles conservaram a língua portuguesa, o culto a santos católicos e alguns folguedos populares. A língua, as gerações mais novas já esqueceram, embora mantenham os sobrenomes. Os santos católicos permanecem, sobretudo Nosso Senhor do Bonfim, que é anualmente celebrado com muita festa.

Devemos observar que, deixar de ser escravo e passar à condição de liberto, através da alforria, não significava tornar-se inteiramente livre, apesar disso estar escrito na carta de liberdade. Do ponto de vista jurídico, o liberto estava marcado pelo estigma de já ter vivido na escravidão. No século XVIII, para manter os símbolos de distinção social, as autoridades coloniais chegaram a restringir o uso de determinadas roupas pelos libertos. A sociedade escravocrata não admitia que pessoas forras se igualassem aos brancos ricos no luxo e na forma de se vestir. Em 1708, uma lei chegou a proibir negros cativos e libertos de vestirem tecidos de seda.

Após a Independência, a Constituição do Império do Brasil, promulgada em 1824, incluía entre os "cidadãos brasileiros" apenas os libertos nascidos no país. Isso significava que os libertos africanos continuariam estrangeiros. Eles precisavam conseguir títulos de naturalização para gozar de alguns direitos de cidadania. Mesmo os libertos brasileiros sofriam restrições no exercício dos direitos políticos. Pela Constituição, eles não podiam ser

historia.pmd 155 11/5/2006, 10:09

eleitos para cargos políticos, como deputados, senadores e membros das assembléias de província. Podiam votar, se tivessem a renda estipulada, mas não podiam se eleger.

Nascido no Brasil ou na África, o liberto não tinha direito ao porte de armas e havia muitas restrições à sua circulação de uma cidade a outra. Para viajar, os forros precisavam provar sua condição, sob pena de serem confundidos com escravos fugidos e o risco de serem reescravizados.

Frequentemente os libertos se viam envolvidos em conflitos por reagirem às discriminações e ao não reconhecimento de sua condição. Em 21 de janeiro de 1882, na cidade de Porto Alegre, policiais invadiram uma venda para desfazer o que chamaram de "ajuntamento de pretos". Ordenado a abandonar a venda, o liberto Manoel José reagiu dizendo que "era um homem livre e que só iria quando bem quisesse". Irritado, o subdelegado ordenou que "metesse o laço no negro", uma expressão bastante usada naquela localidade quando se referia à prisão de escravos. O liberto reagiu à prisão porque achou inaceitável ser tolhido em seu direito de freqüentar livremente os espaços públicos e ser tratado como cativo.

Por diversas formas, os libertos buscavam distanciar-se da antiga condição escrava. Muitas vezes, isso era feito através da especialização profissional, principalmente aprendendo profissões mais valorizadas no espaço urbano – pedreiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros e músicos.

Observamos, porém, que deixar de ser cativo não significava distanciar-se da comunidade escrava, principalmente quando amigos e parentes estavam ainda presos à escravidão. Muitas famílias negras eram formadas pela união entre escravos e libertos. Nas cidades, libertos e escravos ocupavam os mesmos espaços de trabalho, às vezes dividiam a mesma casa, se reuniam nos mesmos locais para se divertirem ou venerarem deuses africanos e freqüentavam juntos as igrejas das mesmas irmandades católicas. Nas batidas policiais às tabernas e nas ruas não era incomum serem presos escravos e libertos. Juntos enfrentavam policiais quando apanhados em rodas de capoeira, batuques, sambas e outros divertimentos proibidos. Ao longo do século XIX, as autoridades brasi-

historia.pmd 156 11/5/2006, 10:09

leiras voltaram seus olhos para os locais de encontro entre negros libertos, livres e escravos.

Muitos libertos foram presos por darem cobertura a escravos fugidos ou facilitarem suas fugas. As autoridades brasileiras sempre temiam a possibilidade de libertos e escravos participarem lado a lado em revoltas. Houve libertos que lideraram revoltas com maioria escrava, ou estiveram à frente de quilombos. Em algumas revoltas que ocorreram em Salvador, na primeira metade do século XIX, os africanos libertos tiveram participação ativa.

O fato de terem vivido a experiência da escravidão não significava, porém, que o comportamento cotidiano ou o posicionamento político dos libertos fosse o mesmo dos escravos. A população liberta não formava um grupo homogêneo. Assim como os escravos, eles se diferenciavam pela cor, origem, religião. Africanos, crioulos e mulatos tinham estratégias distintas de inserção social.

Negros livres e libertos no campo e nas cidades

Os filhos e filhas dos libertos eram considerados livres. Desde o final do século XVIII, os setores libertos e livres negros e mestiços pobres já representavam um contingente populacional considerável. Ao lado dos escravos, eles constituíam a imensa maioria da população. Um censo de 1808 detectou, na cidade do Salvador e mais treze localidades rurais do Recôncavo, 104.285 negros e mulatos livres e alforriados. Eles representavam 41,8 por cento da população. Naquela mesma cidade, a população branca, composta por europeus e brasileiros, constituía apenas 20,2 por cento. Na segunda metade do século XIX, a população livre e liberta negra superou o número de escravos, e isso era um sinal do declínio da escravidão. O censo de 1872 mostrou que existiam, em todo Império, 4.200.000 negros e mestiços livres e 1.500.000 escravos.

A maior parte da população negra livre e liberta vivia nas áreas rurais. Muitos ocupavam pequenas parcelas de terras doadas ou arrendadas pelos antigos senhores como forma de mantê-los presos à propriedade. Eram chamados de agregados. Para terem acesso a uma parcela de terras normalmente entregavam parte do

historia.pmd 157 11/5/2006, 10:09

que plantavam, ou prestavam serviços nas propriedades, em geral nos períodos de colheita. Outros integravam as várias categorias de lavradores, como meeiros e pequenos proprietários rurais. Suas lavouras de mandioca, feijão, milho e frutas eram responsáveis pelo abastecimento das grandes cidades e vilas do interior.

Muitos se tornavam pequenos sitiantes, ocupando áreas de fronteira, visto que o acesso à terra era mais complicado nas regiões de grande lavoura de exportação. Essas populações rurais, em São Paulo chamadas de caipiras, tinham estilos de vida próprios. Eram trabalhadores informais do setor rural, muitos dos quais viviam entre a pequena roça, a caça e a pesca. Não por acaso, as elites brasileiras os rotulava de vadios e indolentes porque não se encaixavam bem no papel de trabalhadores dependentes.

Nas cidades, esses trabalhadores negros livres e libertos exerciam profissões importantes. Eram os artesãos qualificados, mestres-de-obras, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, marceneiros, tanoeiros, joalheiros, oleiros, barqueiros. Muitos que exerciam a profissão de ferreiro haviam aprendido o ofício na África. Eram eles que consertavam as ferramentas importadas da Europa, fabricavam instrumentos para a mineração e para os engenhos. Em Vila Rica, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, forros e livres eram donos de tendas de ferreiros ou aprendizes desse ofício.

Em Minas Gerais, negros e mestiços forros e livres se destacaram como pintores, entalhadores e douradores que trabalhavam na ornamentação das igrejas. Alguns, a exemplo do ex-escravo Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ficaram famosos esculpindo imagens de santos, santas e anjos. Foram os escultores e pintores negros e mulatos que dignificaram a representação de santos e santas negros no interior das igrejas brasileiras. Nas igrejas mineiras, inclusive nas freqüentadas pela elite branca, os santos de devoção dos negros — São Benedito, Santa Ifigênia e Santo Antônio de Catagerona — envergavam as mesmas roupas e o luxo dos demais santos católicos. É preciso salientar que os africanos que na África tinham sido escultores, fabricantes de máscaras, ferreiros e pintores, trouxeram para o Brasil as suas habilidades e talentos.

Outros se tornaram músicos, compondo e executando músicas sacras ou fazendo parte de bandas que tocavam em diversos

historia.pmd 158 11/5/2006, 10:09

Negra liberta. Poucas podiam vestir-se tão bem.

eventos nas cidades e vilas do interior. Músicos negros e mulatos fizeram fama nas Minas Gerais. O músico mulato Antônio de Sousa Lobo destacou-se como grande compositor do século XVIII e sua corporação tinha participação garantida nas festas de Vila Rica. Eles escreveram composições musicais que fizeram o esplendor da música barroca. Quase sempre esse processo de criação e invenção se fez em meio ao preconceito dos que os acusavam de profanarem a música sacra introduzindo elementos da musicalidade africana.

As mulheres forras e livres se ocupavam no pequeno comércio ambulante ou exerciam ofícios de costureiras, bordadeiras e as diversas profissões do mundo doméstico. Muitas dessas mulheres dominavam o comércio de peixe e carne nas ruas, trabalhando nos mercados municipais com quitandas e tabuleiros. Outras se tornaram famosas exercendo o ofício de parteiras e enfermeiras.

Livres e libertos nos movimentos sociais

Os negros pobres que viviam nas cidades eram os mais vulneráveis às crises econômicas. Ao longo das primeiras décadas do século XIX, eles participaram ativamente de vários motins e protestos contra a carestia ou a escassez de gêneros de subsistência, especialmente a farinha de mandioca. Mas clamavam também pela intervenção do imperador nos protestos de rua que ocorreram em Recife, Salvador e Rio de Janeiro contra os comerciantes e atravessadores, quando estes aumentavam abusivamente os preços dos gêneros de primeira necessidade.

Livres pobres e libertos, fossem negros ou mestiços, se engajaram nas lutas pela independência em várias partes do Brasil. Esperavam que o fim do domínio português pudesse lhes trazer melhores condições de vida e ampliar direitos como cidadãos livres. Depois de assegurada a independência, muitos batalhões formados por negros foram dissolvidos e os soldados dispensados. Anos depois da independência, grupos armados formados por antigos combatentes vagavam pelo interior das províncias nordestinas. Muitos desses ex-soldados terminaram engrossando o número de insatisfeitos que participaram das revoltas que ocorreram ao longo de toda a década de 1830.

historia.pmd 160 11/5/2006, 10:09

Banda de músicos negros.

Na Bahia, libertos e escravos pegaram juntos em armas contra as tropas portuguesas que ocuparam a cidade do Salvador, em 1822-23. Alguns batalhões eram formados por maioria negra e mestiça. Nas manifestações de rua que ocorreram no Rio de Janeiro, Salvador e Recife contra o domínio português, saquearam-se armazéns de comerciantes portugueses, que dominavam a venda e distribuição de gêneros de subsistência. Havia algo de revide racial na ação dos pobres contra os portugueses, porque eles cultivavam a arrogância racial antinegra. Aliás, os brancos brasileiros não eram diferentes, mas estavam protegidos pela nacionalidade. Basta atentarmos para os termos depreciativos que utilizavam quando se referiam aos africanos e a seus descendentes, tais como "canalha", "populaça", "ralé", "arraia miúda", "povinho", "classe baixa".

Após a independência, negros livres e libertos saíram às ruas para reivindicar maior participação política em várias províncias do novo país. Na chamada Confederação do Equador, revolta ocorrida em Pernambuco, em 1824, contra a política centralizadora de Pedro I, negros integraram as "brigadas populares". Muitos desses batalhões surgiram, de início, como a mão armada dos dirigentes políticos, mas freqüentemente fugiam ao controle destes para lutarem por seus próprios interesses. A consciência racial dessa população negra com freqüência vinha à tona.

Em 1824, nas ruas de Recife, os soldados entoaram a seguinte trova:

> Marinheiros e caiados,
> Todos devem se acabar.
> Porque só pardos e pretos
> O país hão de habitar.
>
> Qual eu imito Cristóvão
> Esse imortal haitiano,
> Eia! Imitai o seu povo
> Oh meu povo soberano.

A referência aos haitianos e a seu governante Henri Cristophe (Cristovão) revela a força simbólica da Revolução do Haiti. Pode-se imaginar os temores que assaltavam nossas elites ao escutarem alusões ao que aconteceu naquela antiga colônia francesa do Caribe.

historia.pmd 162 11/5/2006, 10:09

Durante o chamado "período regencial" (1831-1840), quando as elites regionais se dividiram em várias facções, cada uma defendendo projetos políticos próprios para governar o país após a abdicação de Pedro I em 1831, o "povo de cor" aproveitou a ocasião para protestar contra a opressão e reivindicar direitos de cidadania, como já assinalamos no capítulo anterior. Durante a Balaiada (1830-1841), movimento rebelde ocorrido no Maranhão e que se estendeu até o Piauí, lideranças negras se destacaram, a exemplo do "preto" Cosme, que liderou cerca de três mil negros quilombolas. No Pará, a chamada "Revolta dos Cabanos" ou Cabanagem (1833-1840) mobilizou milhares de pessoas, a maioria índios, negros e caboclos. Esses setores populares imprimiram sua marca à revolta, tanto que a palavra "cabano", que nomeou o movimento, referia-se à gente humilde que habitava cabanas à beira do rio Amazonas.

Não podemos esquecer que a Sabinada, revolta que eclodiu na Bahia em 1837, além de contar com a adesão de negros livres e libertos, teve como liderança o médico mulato Francisco Sabino Vieira. A Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845), que eclodiu no Rio Grande do Sul, liderada por estancieiros e grandes senhores de terras, atraiu libertos e livres por suas promessas de maior abertura à participação política das camadas populares. Atraiu também a participação dos escravos, pois prometia a alforria dos que se alistassem como soldados.

Nos movimentos de rua que ocorreram naquele período, diversos observadores notaram a insatisfação que reinava entre os negros e mestiços livres e libertos, e os brancos pobres, nas grandes cidades. Isto porque foram eles que sofreram mais severamente as conseqüências das crises econômicas que se seguiram à independência, sobretudo o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o desemprego e a diminuição dos soldos das tropas. Foram eles submetidos também ao recrutamento forçado, a leis que limitavam a liberdade de opinião, de reunião nas ruas e do culto não cristão.

Acima de tudo, a agitação era fruto do desejo de participar de uma melhor maneira da modernidade anunciada pela independência do país. Isso incluía, principalmente, a abolição das barrei-

historia.pmd 163 11/5/2006, 10:09

ras e privilégios que separavam a minoria branca da imensa maioria dos negros. Era isso que assustava a elite em vários locais do Império. Assustava também a possibilidade de que uma coalizão entre livres de cor negra, libertos e escravos pusesse fim à escravidão. Abolir a escravidão era um passo para a modernidade que não interessava às elites brasileiras, visto que ainda dependiam do investimento em escravos.

Na verdade, após a independência, a modernidade pretendida pelas elites imperiais veio na forma de projetos de civilização e progresso que quase sempre buscavam controlar e disciplinar as populações negras livres e libertas. O projeto de civilização implicava em impor hábitos, formas de trabalhar, de morar e de ocupar as ruas de acordo com modelos importados da Europa. Foi com a idéia de civilização que as elites buscaram justificar as leis contra batuque, capoeira, samba, religiões africanas e várias outras manifestações culturais que tinham ligação com a África.

Foi imbuído do propósito de civilizar costumes que as elites brasileiras proibiram os sepultamentos nas igrejas e determinaram a construção de cemitérios em várias cidades. Ocorre que o enterramento em cemitérios ia de encontro à idéia de que os mortos deviam descansar em solo sagrado. Em 1836, na cidade de Salvador, diversas irmandades negras, aliadas a outras brancas, reagiram a tal proibição e protagonizaram uma revolta de grandes proporções, conhecida como *Cemiterada*. Mesmo não tendo como desenlace uma revolta, em 1864, irmandades religiosas da cidade de Cuiabá também reagiram quando os deputados locais decidiram pela proibição dos enterramentos nas igrejas.

Ao longo de todo o século XIX, barreiras raciais definiram limites à ascensão social do ex-escravo e seus descendentes. A cor da pele era um elemento poderoso de classificação social dos indivíduos, apesar de não haver discriminação legal como ocorria nos Estados Unidos. Para o branco pobre e até o mestiço, apadrinhamento e acesso a financiamento podiam abrir as portas para o ingresso nas camadas mais altas e em cargos públicos. Mas as barreiras se erguiam para os que tinham pele mais escura, sobretudo os crioulos e africanos, estes últimos genericamente chamados de *pretos*. Os mestiços de pele mais clara podiam romper barreiras

historia.pmd 164 11/5/2006, 10:09

quase sempre ao custo de muitos artifícios para calar ou esconder o lado africano de sua ascendência.

Quanto mais escura a pele, mais limites e discriminações. Os negros ingressavam nas forças armadas ou na Guarda Nacional, mas jamais alcançavam as patentes mais altas. Como soldados rasos e marinheiros sofriam castigos físicos caso incorressem em alguma falta ou desobedecessem aos superiores hierárquicos. Não por acaso, a questão da abolição da discriminação de negros e mestiços despontou como aspiração popular em algumas revoltas que ocorreram entre o final do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX. Em 1798, rebeldes baianos envolvidos na chamada "Revolta dos Alfaiates" fizeram circular pelas ruas de Salvador boletins pregando igualdade de direitos entre brancos, pretos e pardos. Durante a Balaiada, ocorrida no Maranhão, líderes mais radicais chegaram a reivindicar direitos iguais para o "povo de cor".

Nos anos que se seguiram à independência, proliferaram nas grandes cidades brasileiras jornais e periódicos defendendo a igualdade de direitos entre os cidadãos. No Rio de Janeiro, em novembro de 1833, um pasquim denominado *O Mulato* trazia o seguinte questionamento: "Não sabemos o motivo por que os brancos moderados nos hão declarado guerra. Há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos Cidadãos Brasileiros devem conter a diferença de cor – e isto entre homens livres". Tais questionamentos foram freqüentes ao longo do século XIX e faziam parte dos argumentos dos que se opunham ao projeto elitista de segregar os homens "de cor".

Nas cidades brasileiras oitocentistas havia negros libertos que, mesmo não fazendo parte da elite econômica, possuíam situação financeira estável. Mulatos conseguiram ser médicos, advogados, professores, engenheiros, padres, periodistas, escritores. Alguns ocuparam cargos públicos no legislativo e no executivo. Incomodados com eles, setores da sociedade costumavam criticar a forma como usavam bengala, botinas, pistola, chapéu alto, luva e anel de ouro, enfim os símbolos de ascensão social e poder que só os brancos ricos admitiam utilizar.

Citaremos alguns negros que ascenderam socialmente. Antônio Pereira Rebouças, mulato, filho de uma liberta e de um alfai-

historia.pmd 165 11/5/2006, 10:09

ate português, nasceu na Bahia em 1798, foi advogado e um dos maiores especialistas em direito civil no Brasil monárquico. Além disso, participou ativamente das lutas de independência na Bahia. Como deputado, defendeu o direito de cidadania dos libertos, embora considerasse a escravidão uma instituição legítima. Ele próprio tinha escravos. Mas quando se discutiu uma reforma da Guarda Nacional, ele protestou contra a exclusão dos forros com uma retórica que punha em cheque as promessas de igualdade anos antes estampadas na Constituição do Império. Argumentou ele:

> Pode, pois, ser membro da regência um cidadão liberto, segundo a Constituição? E não poderá ser alferes da companhia das guardas nacionais? Pode um cidadão liberto ser ministro ou secretário de Estado? Não poderá ser oficial da guarda nacional? Pode um cidadão liberto ser arcebispo, segundo a Constituição, não poderá ser oficial das guardas nacionais? Pode um cidadão liberto ser ministro do tribunal supremo de justiça, não poderá ser oficial das guardas nacionais? Pode um cidadão liberto ser general, e não poderá ser alferes, tenente e daí por diante nas guardas nacionais comandadas por este general?

No seu pensamento o problema do Brasil não era a escravidão e sim a cidadania de segunda classe reservada aos libertos. Embora hoje pareça absurdo o fato de alguém ser antiescravista e escravocrata ao mesmo tempo, a posição de Rebouças era muito ousada na época. Ele tentou desracializar a escravidão, ou seja, justificava a escravidão africana como um episódio da história mundial e não como determinismo natural.

Francisco de Paula Brito nasceu no Rio de Janeiro em 1809. Filho de carpinteiro, nunca freqüentou escola, mas tornou-se poeta, tradutor, jornalista, editor e livreiro. Em sua tipografia imprimia-se a maior parte da documentação oficial do Império. Em 1833, publicou *O Homem de cor*, considerado um dos primeiros jornais brasileiros a discutir o preconceito racial.

Teodoro Sampaio nasceu no engenho Canabrava, Recôncavo baiano, em 1855, filho de um padre e uma escrava chamada Domingas da Paixão. Formou-se em engenharia em 1877, na Es-

historia.pmd 166 11/5/2006, 10:09

Negros brasileiros, século XIX, segundo Rugendas.

cola Politécnica do Rio de Janeiro, mas foi em São Paulo que atuou profissionalmente, participando da criação da Escola Politécnica de São Paulo, em 1893. Como engenheiro, Sampaio viajou por várias cidades do interior do Brasil e nessas viagens atuava como abolicionista.

João da Cruz e Souza, nascido em 1862, na cidade de Desterro, atual Florianópolis, filho de escravos, foi o nosso maior poeta simbolista. Foi militante do movimento abolicionista na província de Santa Catarina.

Joaquim Maria Machado de Assis, filho de um português e uma mulher negra, neto de escravos alforriados, nascido num subúrbio do Rio de Janeiro, em 1839, é considerado o nosso maior escritor. Mas seu aprimoramento literário foi fruto de muito esforço de superação dos limites da pobreza e da discriminação. Aos quatorze anos, depois da morte do pai, vendia doces para ajudar o sustento da família. Não se sabe se freqüentou escolas regularmente, mas é certo que desde a adolescência buscou integrar-se à vida intelectual da cidade trabalhando como caixeiro de livraria, tipógrafo, revisor e, mais tarde, escritor de crônicas. Dono de uma ironia fina, Machado sabia como ninguém extrair reflexões profundas de fatos miúdos da vida cotidiana do Rio de Janeiro. Machado foi um escritor sensível às questões cruciais que envolviam a população negra carioca, especialmente dos que eram escravos. Em muitas crônicas e romances, ele transformava senhores e senhoras de escravos em narradores, o que que lhe permitiu flagrar interesses, ambições e ambigüidades de uma gente que defendeu a escravidão até seus últimos dias.

Mas o fato de esses negros e mestiços terem ascendido socialmente não os poupava da discriminação. Vez por outra os jornais da época faziam menção desdenhosa à ascendência negra de políticos e personalidades que se destacavam. Na década de 1830, um jornal do Rio de Janeiro informava que freqüentemente mulheres de cor parda podiam ser ofendidas nos camarotes dos teatros com a seguinte frase: "fora mindubi [amendoim] torrado".

Marcados por essas e outras experiências de discriminação, muitos negros libertos e livres se envolveram nas causas sociais do seu povo. Foram muitos os negros à frente do movimento

historia.pmd 168 11/5/2006, 10:09

abolicionista em diversos lugares do país. Alguns deles haviam vivido a experiência da escravidão ou ainda tinham parentes presos ao cativeiro. Eles saíram às ruas para protestar, denunciar senhores que espancavam escravos, deram cobertura a escravos fugidos e escreveram artigos inflamados contra a escravidão. Participaram também de lutas que tinham como finalidade a melhoria das condições de vida e das garantias de cidadania para o povo negro. É disso que trataremos nos próximos capítulos.

EXERCÍCIOS:

1. Quais as formas de aquisição da alforria no Brasil escravista?
2. Fale sobre as relações entre libertos e escravos na vida cotidiana.
3. Analise a participação dos libertos nas lutas sociais do Brasil imperial.
4. Comente a discussão sobre a cidadania dos libertos no Brasil após a independência.

Bibliografia:

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Edufba; São Paulo: Hucitec, 1996.

GRINBERG, Keyla. *O fiador dos brasileiros — cidadania, escravidão e direitos civis no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*: *experiências negras no espaço urbano*: *Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre: Est edições, 2003

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. São Paulo: Centro de Memória da UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador 1790-1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

historia.pmd 169 11/5/2006, 10:09

Capítulo VII

O FIM DA ESCRAVIDÃO E O PÓS-ABOLIÇÃO

Podemos dizer que, para a maior parte do mundo ocidental, o século XIX representou a "era das emancipações". Naquele século, a escravidão e as demais formas de trabalho forçado, como a servidão na Rússia, foram condenadas e extintas em várias partes da Europa e das Américas. Na Europa, desde fins do século XVIII, surgiram movimentos abolicionistas reivindicando o fim do tráfico e a extinção do trabalho escravo. Aqueles movimentos modificaram o posicionamento dos governos das grandes potências em relação à escravidão em seus domínios coloniais. Por exemplo, foi sob pressão dos abolicionistas que, em 1808, foi abolido o tráfico transatlântico para as colônias inglesas do Caribe e, em 1834, foi abolida a escravidão nessas mesmas colônias.

Sem dúvida, aqueles acontecimentos repercutiram no Brasil e deixaram evidente que se havia quebrado o pacto entre as grandes nações coloniais européias de defesa da escravidão. Repercutiu também a revolução escrava do Haiti. As elites brasileiras temiam que seus escravos fizessem o mesmo. Durante todo o século XIX, o fantasma do "haitianismo" atormentou as cabeças de quem defendia e inspirou quem atacava a ordem escravocrata. Muitos críticos da escravidão na primeira metade do século advertiam que se o tráfico e em seguida a escravidão não desaparecessem o Haiti poderia repetir-se no Brasil. De fato, para os escravos brasileiros os acontecimentos do Haiti tiveram outro significado, mostraram que era possível sonhar com o fim da escravidão.

Mas foi na segunda metade do século XIX, especialmente depois da proibição do tráfico, em 1850, que o debate sobre a

Na Inglaterra, a primeira reação contra a escravidão ocorreu na segunda metade do século XVIII, partindo de uma seita protestante radical, os Quakers. Eles consideravam a escravidão um pecado e não admitiam que um cristão pudesse tirar proveito dela. Em 1768, enviaram ao parlamento uma solicitação pedindo o fim do tráfico de escravos. Pouco depois, John Wesley, o fundador do movimento metodista, pregou contra a escravidão afirmando que preferia ver as colônias inglesas do Caribe naufragarem do que manter um sistema que "violava a justiça, a misericórdia, a verdade". Em 1787, um grupo militante chamado Os Santos (The Saints), liderado por William Wilberforce, organizou a Sociedade Antiescravista (Anti-slavery Society). Graças às pressões dessa sociedade, contra os interesses escravistas das cidades de Liverpool e Bristol, foram abolidos o tráfico em 1807 e a escravidão em 1834. Com este último ato foram libertos 776 mil escravos, mantidos porém sob um regime de "aprendizado". Sob pressão dos libertos o aprendizado foi abolido em 1838 e a liberdade definitiva conquistada.

historia.pmd 173 11/5/2006, 10:09

abolição da escravidão se intensificou no Brasil. Para boa parte das elites brasileiras ficou evidente que o fim do tráfico teria como conseqüência lógica o fim do cativeiro. Acreditavam que com os altos índices de mortalidade da população escrava, e sem possibilidade de renová-la por meio do tráfico, a escravidão desapareceria em algumas décadas. A partir de então, a elite política e as organizações de agricultores passaram a projetar e a colocar em prática a substituição de mão-de-obra escrava por colonos europeus ou asiáticos. Buscou-se também transformar os escravos em trabalhadores livres.

Desde meados do século XIX, a escravidão no Brasil vinha sofrendo transformações significativas. Deu-se o declínio acentuado da população escrava nas cidades por causa da transferência de cativos para as áreas rurais. Em algumas províncias do Norte e do Nordeste houve diminuição significativa da população cativa em decorrência da maior demanda de trabalho nas lavouras de café das províncias do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Com isso, algumas províncias passaram a ter menos compromisso do que outras com a manutenção da escravidão.

Com a proibição do tráfico aumentaram os preços dos escravos e cada vez menos pessoas podiam comprá-los. Desde então, possuir escravos passou, aos poucos, a ser privilégio de alguns, especialmente dos mais ricos. Com os preços em alta, pobres e remediadas ficaram sem condições de ter escravos e os que tinham procuraram vendê-los. Para eles já não fazia sentido a escravidão. E passou a não fazer sentido defender a escravidão.

Mesmo assim, em meados do século XIX, não havia nenhuma garantia de que o fim da escravidão no Brasil se daria em breve. Nas regiões cafeeiras do Sudeste, especialmente nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a escravidão ganhou força com o crescimento das exportações de café. Era de interesse dos fazendeiros de café que a escravidão se prolongasse o máximo de tempo possível. Políticos das regiões cafeeiras fizeram de tudo para impedir qualquer medida legal que levasse à abolição imediata. Alegavam que a abolição provocaria crise econômica, pois a grande lavoura não suportaria o impacto da perda dos braços escravos. Em 1867, Nabuco de Araújo, pai do futuro abo-

historia.pmd 174 11/5/2006, 10:09

licionista Joaquim Nabuco, afirmou que a abolição imediata "precipitaria o Brasil em um abismo profundo e infinito".

Para se opor à abolição, os donos de escravos e seus representantes no parlamento argumentavam que os cativos não estavam preparados para a vida em liberdade, e que fora do cativeiro se tornariam vadios e ociosos. Fizeram também previsões catastróficas de aumento da criminalidade nas cidades decorrente da saída dos escravos das zonas rurais. Na verdade, os senhores não queriam perder o controle sobre seus trabalhadores cativos e só admitiam que a abolição fosse feita no longo prazo, com indenização e leis que garantissem que, mesmo depois de abolido o cativeiro, os ex-escravos não abandonariam suas propriedades.

Já os escravos tinham expectativas de que a abolição do cativeiro acontecesse o mais rápido possível. Estudos recentes demonstraram que os escravos tomaram iniciativas que aceleraram o fim da escravidão, como as fugas, a formação de quilombos e a rebeldia cotidiana. A movimentação dos escravos teve repercussão política e influenciou decisivamente o processo da abolição. Influenciou inclusive a forma como os políticos encaminharam as discussões sobre as leis emancipacionistas. Deputados, senadores e conselheiros do Império, muitos deles grandes proprietários de escravos, estavam atentos ao que acontecia à sua volta e muitas das suas decisões foram tomadas sob pressão do que viam nas ruas e nas senzalas.

As duas últimas décadas que antecederam a abolição foram marcadas pelo aumento das fugas e do número de quilombos em todo o Brasil. Veremos que, nesses atos de rebeldia, escravos e escravas agiram avaliando as possibilidades do momento, tirando proveito da crescente desmoralização da escravidão e do sentimento antiescravista que crescia entre a população livre. Procuraram também explorar as possibilidades abertas pela legislação imperial disputando na justiça o direito à liberdade. Este capítulo busca mostrar como os escravos participaram e interferiram decisivamente no processo que culminou com a abolição da escravidão no Brasil. Os negros brasileiros não esperaram passivamente pela sua libertação.

historia.pmd 175 11/5/2006, 10:09

Leis emancipacionistas e perspectivas de liberdade

No final da década de 1860, o governo imperial tomou algumas iniciativas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Depois da abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1865, Brasil e Cuba eram os únicos países que ainda mantinham a exploração do trabalho escravo nas Américas. Numa época em que se condenava a escravidão nos quatro cantos do mundo, isso não era nada confortável para os governantes brasileiros. Além disso, no final dos anos sessenta, ainda que em pequenos grupos, os abolicionistas começaram a agitar os grandes centros urbanos com discursos inflamados exigindo o fim do cativeiro. E mais, no final da década de 1860, as ocorrências de crimes, fugas e revoltas escravas aumentaram em várias províncias do Brasil, especialmente nas do Sudeste, onde se concentrava o maior número de cativos.

Para conservar a imagem de soberano ilustrado, d. Pedro II passou a se pronunciar publicamente favorável à erradicação da escravidão no país. Em 1867, o imperador encomendou aos seus conselheiros propostas de extinção do trabalho escravo. Na ocasião, os conselheiros elaboraram um projeto de emancipação que previa a libertação dos filhos das escravas e a criação de um fundo para custear a compra da liberdade. Para acalmar os fazendeiros, o projeto propunha a adoção de leis que obrigassem os ex-escravos a trabalhar nas terras dos seus ex-senhores sob pena de serem presos como vadios. Mas as discussões não avançaram, pois ainda havia muita oposição à aprovação de qualquer reforma que tocasse na propriedade escrava, pelo que ela representava para a movimentação da economia do país.

Embora afirmasse que não pretendia fazer a abolição já, o imperador foi bastante criticado pelos proprietários de escravos. Em diversos jornais, os fazendeiros o criticaram por querer interferir nas relações escravistas, e muitos chegaram a ameaçar Pedro II com a perda do trono. Mesmo assim, cautelosamente, o governo imperial tomou algumas medidas. Em junho de 1865, determinou que os escravos condenados a trabalhos forçados não poderiam mais ser castigados com chicotes. No ano seguinte, declarou extinto o emprego de escravos em obras públicas.

historia.pmd 176 11/5/2006, 10:09

No final da década de 1860, deputados e senadores passaram a discutir mais constantemente a emancipação. De maio a julho de 1869, muitos projetos com tal propósito foram apresentados na Câmara dos Deputados. A maioria das propostas não entrou em debate, mas havia certo consenso sobre a urgência de se discutir o fim da escravidão. Em 1869, foi aprovada uma lei que proibia o leilão público de escravos e a separação de marido e esposa nas operações de compra e venda. Determinou-se também que escravos com menos de quinze anos não podiam ser separados de suas mães.

Dois anos depois, o parlamento brasileiro aprovou a lei de maior impacto sobre a escravidão, a Lei 2040, de 28 de Setembro, de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Por ela ficavam livres as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos. Daí por diante os senhores poderiam optar entre receber do governo uma indenização de 600 mil réis ou utilizarem o trabalho dos menores até a idade de vinte e um anos.

Além de libertar os "ingênuos" (assim eram chamados os filhos libertos dos escravos) nascidos após sua publicação, a lei criou o fundo de emancipação, que libertava cativos com dinheiro proveniente de impostos sobre a propriedade escrava, loterias, multas para quem desrespeitasse a lei e dotações dos orçamentos públicos. Criava, também, a matrícula obrigatória dos cativos como forma de melhorar a cobrança de impostos dos proprietários de escravos. O escravo que não fosse matriculado seria considerado livre pelas autoridades sem o desembolso de qualquer quantia.

A Lei de 28 de Setembro de 1871 contemplava alguns direitos costumeiros que os negros haviam adquirido ao longo de muitos anos de luta. Por exemplo, a lei reconhecia o direito ao pecúlio, ou seja, que o escravo podia utilizar suas economias para comprar a liberdade. A grande inovação foi permitir ao escravo acionar a justiça caso o senhor se recusasse a conceder sua alforria. Nesse caso o escravo, representado por um curador, podia se dirigir a um juiz municipal e abrir uma ação de liberdade. Quebrava-se assim o monopólio da vontade dos senhores na concessão da alforria. Depois de 1871, em todo o Brasil, centenas de escravos e escravas

historia.pmd 177 11/5/2006, 10:09

recorreram à justiça para conseguir a liberdade.

Alvo de críticas por parte dos senhores, a lei de 28 de setembro de 1871 terminou definindo o caminho pelo qual o governo imperial pretendia abolir a escravidão. Ou seja, a escravidão acabaria de forma gradual e respeitando o direito de propriedade dos senhores.

Mesmo considerando as deficiências do governo em fazer valer os direitos dos ingênuos e as fraudes na aplicação do fundo de emancipação, a Lei do Ventre Livre abriu perspectivas importantes para muitos escravos alcançarem a alforria por meio das ações de liberdade. Os escravos das cidades e das fazendas estavam atentos aos direitos garantidos pela lei. Por exemplo, em janeiro de 1875, ao ser preso na freguesia de Santana, em Salvador, o escravo Raimundo, fugido do engenho Laranjeiras, na vila de São Francisco do Conde, disse ter fugido porque soube que não havia sido matriculado por sua senhora. Ele disse ainda que tinha pecúlio de 92 mil réis e foi para a cidade "tratar de minha liberdade".

Sem que os autores da lei pudessem prever, os escravos passaram a utilizar as ações de liberdade para reivindicar outros direitos, denunciar maus-tratos, castigos físicos e a escravização ilegal de africanos desembarcados depois de 1831, ano da primeira proibição do tráfico. Nos anos oitenta, cresceu o número dos que fugiam para buscar a proteção de juízes ou autoridades policiais. Foi para denunciar maus-tratos que, em 19 de outubro de 1881, a escrava Rosalina, crioula, com um "filho de peito", fugiu do engenho Quingona, no Recôncavo baiano, e seguiu para Salvador em busca da proteção do chefe de polícia.

Muitas vezes, ao denunciar os senhores por maus-tratos, os cativos estavam se referindo a outros rigores da vida escrava. Ao ser preso em 30 de outubro de 1879, David, crioulo, maior de trinta anos, casado e com um filho, morador no engenho São José, em Abrantes, interior da Bahia, alegou ter fugido do domínio do senhor por causa dos "maus modos que dele recebe, sendo-lhe exigido trabalho de lavoura maior do que pode ser prestado".

Desde a década de 1870, os escravos perceberam que algumas autoridades judiciais estavam se posicionando claramente em

A emancipação dos filhos de mulheres escravas não foi uma invenção dos legisladores brasileiros. A idéia apareceu em alguns tratados escritos no século XVIII e posteriormente foi aplicada, por exemplo, no Chile, em 1811, na Colômbia, em 1821. Em 1861, chegou a ser recomendada por Abraham Lincoln para o estado do Delaware, nos Estados Unidos. No Brasil, as discussões sobre a libertação do ventre existiam desde o início do século XIX e intensificaram-se no final da década de 1860, quando foi apresentado o projeto na Assembléia Geral Legislativa. Os debates foram acirrados e houve muita resistência à idéia. Entre maio e setembro de 1871, várias organizações agrícolas e comerciais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo enviaram dezenas de petições à Assembléia manifestando-se contrárias à lei. Alguns oponentes da lei chegaram a advertir que a reforma fomentaria uma revolta geral de escravos. Um deputado imaginou "dias lúgubres, com todo seu cortejo de crimes, horrores e cenas escandalosas". Contudo, os argumentos dos opositores não foram suficientes para impedir a aprovação da lei.

historia.pmd 178 11/5/2006, 10:09

favor de suas demandas, impedindo a venda dos que tinham pecúlio para outras províncias, alforriando os que eram abandonados nas cadeias públicas, decidindo o valor das alforrias por valores mais baixos do que o exigido pelos senhores. Perceberam também que diversos setores da sociedade vinham se posicionando claramente contra a escravidão. É sobre escravos e abolicionistas que falaremos a seguir.

Escravos e abolicionistas

No final da década de 1860, um número crescente de pessoas das mais diversas camadas sociais passou a manifestar e a defender publicamente seu repúdio à escravidão. Essa atitude antiescravista não era nova, uma vez que desde o início do século XIX houve quem levantasse a voz denunciando os horrores do tráfico e da escravidão. A novidade dos anos sessenta foi que determinados setores abandonaram as soluções gradualistas e passaram a reclamar abolição já. É por isso que se identificavam como abolicionistas.

Alguns núcleos abolicionistas começaram a atuar desde meados da década de 1860. Em 1865, um mestiço baiano de dezoito anos, estudante da Faculdade de Direito do Recife, Antônio de Castro Alves, já celebrava em verso a libertação dos escravos na América do Norte. Pouco depois, ele se consagraria como o "poeta dos escravos" ao denunciar os sofrimentos dos que fizeram a travessia atlântica. Em 1868, Castro Alves inscreveu-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se juntou a Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e outros estudantes que militavam no movimento abolicionista.

Para a juventude estudantil das faculdades de direito e medicina o abolicionismo foi uma forma de rebeldia contra tudo que era considerado herança colonial, sobretudo a escravidão. Além de estudantes, aderiram ao movimento professores, jornalistas, tipógrafos, advogados, literatos, militares, parlamentares, juízes, médicos, artistas, músicos, comerciantes. No entanto, o movimento não se restringiu apenas aos setores médios da sociedade. Ele terminou envolvendo indivíduos das mais diversas classes, credo e origem, como veremos ao longo deste capítulo.

historia.pmd 179 11/5/2006, 10:09

Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça:

"Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (nagô de nação) de nome Luiza Mahim, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito."

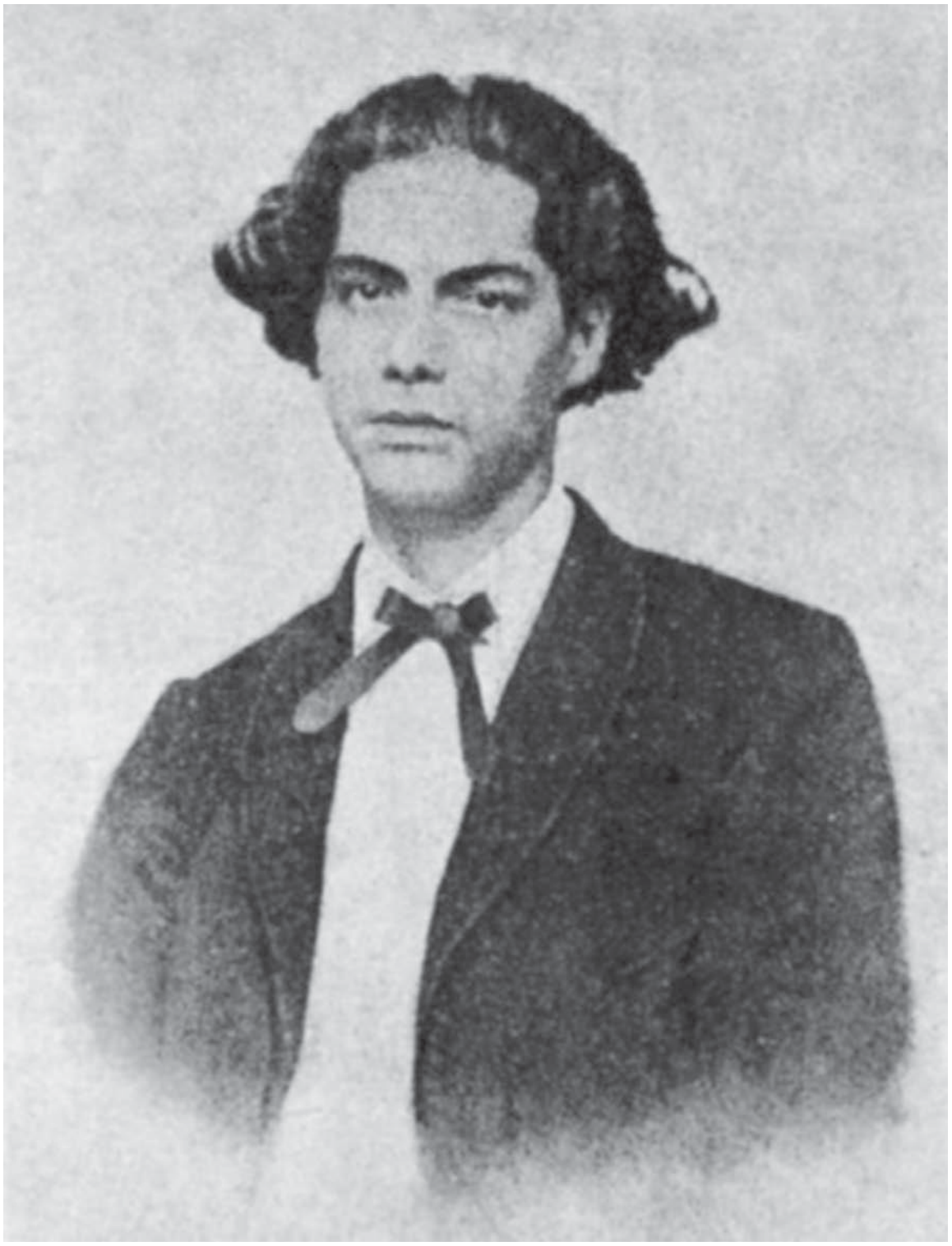
Cabe observar que desde o seu início o movimento abolicionista não se restringiu a uma elite intelectual branca. O professor negro Francisco Álvares dos Santos foi um precursor do abolicionismo na Bahia, inclusive liderando passeatas cívicas em favor da liberdade dos escravos em 1862. Intelectuais negros e pardos participaram ativamente do movimento, alguns na liderança das associações e clubes abolicionistas. Muitos se destacaram como grandes oradores, discursando nas ruas e no parlamento, escrevendo crônicas e artigos em jornais, atuando na propaganda de rua ou auxiliando os escravos nas disputas judiciais contra seus senhores.

Alguns traziam na trajetória de vida a ligação com a escravidão. Um deles era o poeta Luiz Gama, nascido em Salvador, em 1830, filho de uma quitandeira africana liberta chamada Luíza Mahin e de um negociante português. Sua mãe teria se envolvido em insurreições escravas na Bahia, fugido para o Rio de Janeiro e em seguida deportada para a África. Mas a história de Luiza Mahin está envolta em dúvidas. Seu próprio filho fala dela cheio de incertezas. Quanto ao pai de Luiz Gama, em crise financeira, o teria vendido como cativo para o Rio de Janeiro, uma venda ilegal posto que houvesse nascido livre. Do Rio foi vendido para São Paulo, onde viveu como escravo doméstico até os dezessete anos. Alfabetizou-se ainda no cativeiro com hóspedes da casa de seu senhor. Depois de livrar-se do cativeiro, não se sabe como, foi escrivão, poeta, jornalista, advogado sem diploma. Na década de 1870, Gama notabilizou-se defendendo nos tribunais a liberdade de africanos trazidos para o Brasil depois da lei de 1831. Em 1881, ele fundou a Caixa Emancipadora Luiz Gama para a compra de alforrias.

José do Patrocínio teve participação destacada na imprensa carioca e nas reuniões abolicionistas. Nascido em Campos, no Rio de Janeiro, Patrocínio era filho de um padre fazendeiro, dono de escravos, e de uma mulher negra vendedora de frutas chamada Justina Maria do Espírito Santo. Aos vinte e oito anos já era famoso por seus discursos exaltados, emotivos e teatrais. Ao lado de Joaquim Nabuco, importante abolicionista pernambucano, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

André Rebouças foi um dos mais admiráveis líderes abolicio-

historia.pmd 180 11/5/2006, 10:09



Castro Alves, poeta e abolicionista.

nistas. Também nasceu na Bahia, filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, pardo, mudou-se para corte ainda criança. Formou-se em engenharia e ensinou botânica, cálculo e geometria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Mesmo não tendo o dom da oratória de Luiz Gama e de José do Patrocínio, Rebouças tinha uma visão bastante lúcida das questões cruciais que envolviam o futuro do povo negro.

Vale dizer que não havia unidade de pensamento e ação entre os abolicionistas. Na verdade, o movimento abrigava indivíduos e grupos com visões políticas diferentes. Podiam-se encontrar liberais e conservadores, monarquistas e republicanos. Eles se dividiam principalmente em relação às formas de atuação e aos objetivos. Para muitos, a abolição devia ser feita pela via parlamentar, sem mobilizar as camadas populares e muito menos os escravos. Para outros, no entanto, o abolicionismo deveria envolver toda a população, sobretudo os escravos. Essa segunda vertente vai se fortalecer na década de 1880 e será responsável pelas ações mais ousadas, promovendo fugas e confrontando capitães-do-mato e policiais que perseguiam escravos fugidos.

Quanto aos objetivos, muitos achavam que a luta abolicionista deveria acabar com o fim da escravidão, pois acreditavam que daí por diante não haveria mais entraves ao desenvolvimento e ao progresso do país. Entre estes havia quem achasse que o "progresso" só seria viável se os trabalhadores negros fossem substituídos por imigrantes europeus. Para eles, não só a escravidão, mas também os escravos eram empecilhos ao desenvolvimento do país. Eles esperavam que a abolição fosse feita, não para melhorar a sorte dos negros escravizados, e sim para motivar a vinda de imigrantes europeus.

Mas havia quem pensasse o contrário e apostasse na abolição como o começo de um processo de modernização do país que traria benefícios para os ex-escravos e seus descendentes. Por isso defendiam reformas sociais que deveriam complementar a abolição. A luta contra a escravidão e suas conseqüências sociais haveria de continuar por muito tempo depois da abolição. Além da ampliação de oportunidades econômicas para negros e mulatos, alguns aboli-

historia.pmd 182 11/5/2006, 10:09

Luiz Gama, poeta e abolicionista.

cionistas defendiam reforma agrária e educação pública para todas as classes sociais. André Rebouças pregava mudanças na legislação que permitissem aos ex-escravos acesso à terra. Era o que ele chamava de "democracia rural", uma espécie de reforma agrária que deveria promover a inclusão social dos ex-escravos. Para Rebouças a luta contra a escravidão não podia ser desligada da luta pela cidadania dos ex-escravos e dos seus descendentes.

Já Luiz Gama sempre associou o fim da escravidão à luta contra a discriminação racial, pela educação formal e cidadania negra. O seu empenho em denunciar o preconceito racial lhe rendeu muita fama. No poema conhecido como *Bodarrada* ele lamentou por aqueles que não reconheciam a sua negritude:

> Se negro sou, ou sou bode,
> Pouco importa. O que isto pode?
> Bodes há de toda casta,
> Pois que a espécie é muito vasta...
> Há cinzentos, há rajados,
> Baios, pampas e malhados,
> Bodes negros, *bodes brancos,*
> E, sejamos todos francos,
> Uns plebeus, e outros nobres,
> Bodes ricos, bodes pobres,
> Bodes sábios, importantes,
> E também alguns tratantes

O termo bode era usado na época para denominar o mestiço filho de negro com branco. Com esses versos Luiz Gama lembrava aos brancos do Brasil que eles também, na sua maioria, tinham ascendência africana.

Os abolicionistas atuavam geralmente no interior de associações que seguiam diretrizes e objetivos definidos em estatutos. As primeiras associações abolicionistas surgiram entre o final da década de 1860 e o início da década seguinte. Algumas surgiram até antes dos anos 60, como a Sociedade Abolicionista 2 de Julho, criada em 1852 por estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1869, foi fundada em Salvador a Sociedade Libertadora Sete de Setembro, uma das mais fortes organizações abolicionistas da província da Bahia na década de 70. No Rio Grande do Sul, a

historia.pmd 184 11/5/2006, 10:09

Sociedade Libertadora de Passo Fundo foi criada em agosto de 1871 com a finalidade de libertar meninas escravas. Em Porto Alegre, na década de 1870, surgiram a Sociedade Visconde do Rio Branco e a Sociedade Esperança e Caridade.

Ao longo da década de 1880, outros clubes e sociedades abolicionistas foram criados em diversas cidades brasileiras. Em 1880, no Rio de Janeiro, foi fundada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Pouco tempo depois surgiram o Clube dos Libertos de Niterói, Libertadora da Escola Militar, Libertadora da Escola de Medicina e outras. Em setembro daquele ano, membros da União Literária e Republicana desfilaram pelas ruas de Diamantina, Minas Gerais, seguidos de uma banda de música e grande multidão, pedindo donativos para a libertação de escravos. Em novembro, a Sociedade Abolicionista Maranhense foi formada na cidade de São Luís. Foi também naquele ano que Eduardo Carigé e Pamphilo da Santa Cruz fundaram a Libertadora Bahiana, a mais atuante organização abolicionista da Bahia.

Muitas associações foram criadas por mulheres, e isso mostra que foi marcante a participação feminina no movimento. Em 1888, em Salvador, um grupo de mulheres fundou o Clube Castro Alves com a finalidade de angariar fundos para promover a educação dos ingênuos. Mas também há evidências da participação de mulheres em associações e clubes em que os homens eram maioria. Muitas delas atuaram em operações clandestinas, escondendo escravos fugidos em suas propriedades.

As associações promoviam reuniões festivas nas quais eram feitas coletas de dinheiro para a alforria de algum escravo ou escrava. Nesses encontros rolavam muita música executada por filarmônicas, recitais de poesia e discursos exaltados condenando a escravidão. No começo essas reuniões eram pouco concorridas, mas na década de 1880 elas chegaram a reunir milhares de pessoas nas ruas e praças das grandes cidades. Essas manifestações abolicionistas impressionaram aos contemporâneos pela quantidade de pessoas mobilizadas. Depois do movimento pela independência, em 1822, foram as maiores manifestações de rua no Brasil oitocentista. Foi nesse contexto que brilharam figuras bem falantes e carismáticas como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e

historia.pmd 185 11/5/2006, 10:09

Rui Barbosa.

Até a década de 1870, os abolicionistas atuaram principalmente na propaganda antiescravista, escrevendo crônicas e artigos em jornais, discursando no parlamento, nas praças e teatros. Eles atuavam também prestando assistência jurídica a escravos, negociando com os senhores as condições de liberdade, oferecendo proteção aos que aguardavam o desfecho de seus processos na justiça, redigindo petições ou se apresentando como advogados dos cativos em ações movidas contra seus senhores. Foram advogados abolicionistas que atuaram nos tribunais defendendo escravos que cometiam algum crime.

À medida que o movimento foi crescendo, os abolicionistas se tornaram alvo de ataques pessoais e acusações que tinham como objetivo intimidá-los e desacreditá-los perante a opinião pública. Por exemplo, em 1880, foram divulgados na imprensa paulista ataques racistas às origens de Luiz Gama. Diante da afronta, Gama rebateu:

> Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime [...]. Mas os críticos esqueceram que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao travez da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.

Mas as hostilidades não pararam por aí. Ao longo da década de 1880, abolicionistas negros e brancos foram vítimas de agressões físicas, alguns foram assassinados. Em muitas cidades, as redações dos jornais abolicionistas seriam invadidas e seus equipamentos quebrados. Só que, no decorrer dos anos oitenta, a defesa da escravidão foi ficando cada vez mais insustentável e os abolicionistas terminavam recebendo apoio de diversos setores da soci-

historia.pmd 186 11/5/2006, 10:09

edade. Por exemplo, em Fortaleza, na década de 1880, tipógrafos se negaram a imprimir panfletos que atacavam os abolicionistas.

Escravos e abolicionismo popular

Em fins da década de 1870, havia certo desencanto com os resultados da Lei do Ventre Livre. Chegou-se à conclusão que seguindo as determinações da lei a escravidão não acabaria tão cedo no Brasil. Desde então, alguns abolicionistas partiram para ações mais ousadas, estimulando fugas ou dando esconderijo a escravos fugidos, impedindo a venda para outras províncias e criando inúmeras situações para inviabilizar o trabalho cativo nas cidades. Em várias delas os abolicionistas formaram redes de ajuda a escravos fugidos, enviando-os para outras províncias ou os escondendo em locais onde não poderiam ser facilmente localizados pela polícia.

Sem dúvida, a agitação social que invadiu as ruas das cidades nas décadas de 1870 e 1880 estava relacionada à emergência de um abolicionismo de feição popular comprometido em acelerar o fim da escravidão. Nessa época, as cidades brasileiras foram agitadas pela crescente onda de indignação popular em relação aos castigos corporais e maus-tratos contra escravos. Em muitas ocasiões, as autoridades policiais foram acionadas pela população para agir contra senhores que castigavam ou submetiam cativos a condições indignas.

Naquela época, a gente pobre livre das cidades, grande parte dela negra e mestiça, vinha se manifestando contra a venda e o embarque de escravos para outras províncias e enfrentando as forças policiais que perseguiam cativos fugidos. No dia 1º de maio de 1877, em Salvador, populares impediram o embarque de uma escrava chamada Joana, que meses antes havia fugido do domínio de seu senhor, dono do engenho Pericoara, na vila de São Francisco do Conde. Segundo o relatório da polícia, o embarque foi impedido pelo "povo que se aglomerou em roda dela e que a protegia." A escrava estava grávida e, sob pressão dos populares, a polícia a conduziu ao hospital da Santa Casa.

Nos anos oitenta, o antiescravismo das camadas populares

historia.pmd 187 11/5/2006, 10:09

muitas vezes tendeu a uma atitude francamente abolicionista. Em 26 de janeiro de 1880, a atuação conjunta entre jangadeiros e abolicionistas de Fortaleza, capital do Ceará, foi fundamental para por fim ao tráfico de escravos daquele porto para o sul do país. No dia 27, quando o navio mercante Pará ancorou no porto de Fortaleza, vindo do Norte para embarcar um grupo de escravos, os jangadeiros se recusaram a transportá-los até o navio.

Os jangadeiros eram liderados por Francisco José do Nascimento e João Napoleão, ambos ex-escravos. Na ocasião, a polícia ameaçou reprimir o movimento, mas terminou recuando diante da multidão que se aglomerou no cais do porto. A multidão começou a gritar: "No porto do Ceará não se embarcam mais escravos." Naquele mesmo ano, apesar das tentativas dos traficantes de escravos de subornar os jangadeiros, o tráfico foi completamente extinto nos portos de Fortaleza.

Depois desse episódio, o abolicionismo no Ceará se transformou num movimento popular de grandes proporções. Até mesmo o 15º Batalhão do Exército para ali deslocado foi contagiado pelo movimento e terminou se declarando abolicionista. Em outubro de 1882, os abolicionistas cearenses desencadearam um movimento de libertação a partir das ruas, bairros, vilas e municípios. Era uma campanha corpo-a-corpo, de convencimento e pressão, sobre os senhores da capital e do interior para libertarem seus cativos sem indenização. O sucesso da iniciativa foi tão grande que, em 1884, praticamente não existia escravidão na província. Por essa época, o Ceará transformou-se num refúgio de escravos fugitivos das províncias vizinhas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba.

O movimento cearense tornou-se referência para abolicionistas de outras províncias do Império. Em Porto Alegre, adotou-se a mesma estratégia de libertação do Ceará. Em 1884, indo de casa em casa, abolicionistas libertaram escravos residentes no centro da cidade e dali o movimento espalhou-se pelas cidades de São Leopoldo, São Sebastião e Pelotas. Em 1884, no rastro do que acontecera no Ceará, a província do Amazonas declarou extinta a escravidão dentro de suas fronteiras.

A ação dos jangadeiros do Ceará parece ter inspirado os trabalhadores de outras cidades portuárias do Brasil. Em 13 de

historia.pmd 188 11/5/2006, 10:09

abril de 1883, o *Echo Santamarense*, jornal com circulação na cidade de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, informou que um grupo de saveiristas e mais dois indivíduos considerados "abolicionistas exaltados" impediram o embarque de cinco escravos vendidos por um senhor de engenho da região.

Rememorando os feitos abolicionistas da década de 1880, o engenheiro negro Teodoro Sampaio contou que os canoeiros que faziam a travessia do rio Paraguaçu, entre Cachoeira e São Félix, na Bahia, se negaram a transportar escravos a serviço dos senhores e se prontificaram a transportar gratuitamente os que estivessem em fuga. Sampaio lembrou também que, em Salvador, membros do Clube Saveirista (organização abolicionista), utilizando-se de grandes cordas, escalavam as paredes dos sobrados do bairro comercial para promover a fuga de escravos que aguardavam a chegada de embarcações para serem vendidos para as províncias do Sul.

Na década de 1880 ocorreram diversos confrontos entre abolicionistas e senhores de escravos em várias cidades do país. Em 10 de abril de 1883, abolicionistas de Salvador se confrontaram com o barão de Cotegipe, um dos mais ricos senhores de engenho do Recôncavo e influente político do Império. O barão de Cotegipe pretendia embarcar para o Rio de Janeiro um menino de onze ou doze anos chamado Lino Caboto. No momento em que ingressava na embarcação, abolicionistas da cidade, a pretexto de verificarem a condição do menino, arrebataram-no de seus condutores e o levaram de volta à cidade. Segundo os jornais da época houve grande tumulto no porto e "grande indignação" entre os partidários de Cotegipe. No dia seguinte, abolicionistas e populares impediram o embarque de mais escravos para o Rio de Janeiro. Aqueles episódios deixaram claro aos senhores que estava cada vez mais difícil e mesmo inviável dispor livremente de suas propriedades humanas.

Na década de 1880, alguns grupos abolicionistas passaram a atuar com mais freqüência nas áreas rurais incitando os escravos a fugir, oferecendo esconderijo e alternativas de emprego nas cidades. Na capital da Bahia, o abolicionista Eduardo Carigé liderou uma extensa rede de ajuda a escravos fugidos. Em São Paulo, um

historia.pmd 189 11/5/2006, 10:09

grupo autodenominado Caifazes atuou durante toda a década de 1880. Antonio Bento de Sousa e Castro, proveniente de uma família abastada, advogado, promotor e juiz de direito, era o líder do movimento, mas a maioria dos caifazes era formada por tipógrafos, artesãos, pequenos comerciantes e ex-escravos.

Reunidos na sede da irmandade negra de Nossa Senhora dos Remédios, os caifazes contavam com diversos colaboradores na cidade de Santos e São Paulo que recebiam e acomodavam em esconderijos os fugitivos. Os caifazes atuaram em várias cidades do oeste paulista, onde se concentrava a maior parte dos escravos da província. Um caifaz conhecido como Antônio Paciência notabilizou-se por sua atuação no interior das fazendas de café, planejando e organizando fugas junto aos escravos. Sabe-se que os caifazes tinham ligação com os ferroviários, pois muitos cativos eram clandestinamente transportados em trens até Santos e São Paulo.

Em 1886, a cidade portuária de Santos transformou-se no refúgio preferido dos escravos que fugiam das fazendas de café do interior paulista. Muitos chegavam escondidos nos vagões dos trens. A situação ficou tão crítica que, em novembro de 1886, o presidente da província enviou para ali uma força de vinte soldados para patrulhar as ruas e capturar escravos fugitivos. Mas o trabalho da polícia foi impossibilitado pela reação popular. Os escravos capturados eram resgatados e soltos pelo povo. A repetição desses acontecimentos fez com que, em 1887, o Exército conseguisse da princesa regente a dispensa do pesado e indigno encargo de capturar escravos.

Além dos personagens já consagrados, o movimento abolicionista era formado por muita gente do povo. Foram essas pessoas que estiveram à frente dos movimentos de rua, enfrentando a polícia que perseguia escravos fugidos, distribuindo jornais, discutindo nas tavernas. É o caso de João Pinto Ferreira, que ocultava escravos em seu sítio em Barueri, São Paulo. Na Bahia, Jorge Saveirista, Ismael Ribeiro e Manoel Benício dos Passos tiveram participação marcante nas manifestações que agitaram a cidade de Salvador na última década da escravidão. São nomes que devem sair do anonimato e ser celebrados pelos brasileiros.

historia.pmd 190 11/5/2006, 10:09

Ao longo da década de 1880, ficou evidente para as autoridades brasileiras que a abolição tinha se transformado numa aspiração de muita gente, principalmente dos livres e libertos de cor negra. Estes últimos atuaram no movimento abolicionista organizado ou se integraram às lutas dos escravos, participando das rebeliões ou das fugas em massa que se tornaram cada vez mais freqüentes na década de oitenta.

Rebeldia escrava e o fim da escravidão

Até aqui vimos que os escravos não estavam sós na sua luta contra a escravidão. Vimos que, em muitos momentos, eles contaram com o apoio dos abolicionistas para batalhar pela liberdade na justiça, se esconder dos capitães-do-mato ou da polícia nas fugas. No entanto, é preciso aprofundar nossa compreensão sobre o comportamento dos escravos, tentando desvendar como organizaram e empreenderam suas próprias lutas para alcançar a liberdade.

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, os escravos vinham, de diversas formas, enfraquecendo a autoridade senhorial. Vimos mais atrás que ao fugir para pedir auxílio às autoridades judiciais e policiais os escravos terminavam mostrando que os senhores já não tinham domínio inconteste sobre suas vidas. As denúncias de castigos corporais e longas jornadas de trabalho foram outras formas de inviabilizar o domínio escravista. Os conflitos nas propriedades se intensificaram, e alguns deles tiveram desfechos violentos, com ferimento ou morte de feitores e senhores. Na época os crimes cometidos por escravos foram explorados pelos jornais, o que aumentou o pânico entre a população livre e intensificou a repressão policial sobre os negros livres e escravos.

Nas duas últimas décadas da escravidão as fugas em direção às cidades se intensificaram, pois, além do apoio das entidades abolicionistas, era possível contar com a ajuda de outros escravos e libertos. Nas cidades era possível ocultar-se em meio à população negra que se aglomerava nos centros urbanos, grande parte dela livre e liberta. A grande quantidade de negros e mestiços nas cidades dificultou a ação da polícia na localização dos fugidos. Naquele momento, os escravos perceberam que as fugas apresen-

historia.pmd 191 11/5/2006, 10:09

tavam grandes chances de rompimento definitivo com os laços escravistas.

Os escravos fugiam também para os quilombos. Por volta de 1885, formou-se nas imediações de Campinas, província de São Paulo, um quilombo que reunia mais de setenta pessoas. Muitos quilombos que surgiram na década de 1880 foram formados em parceria com os abolicionistas. Nas imediações de Santos, o Jabaquara foi o mais famoso deles. Liderado pelo ex-escravo sergipano Quintino de Lacerda e pelo português Santos "Garrafão", chegou a reunir cerca de 10 mil pessoas abrigadas em barracos de madeira cobertos de zinco.

Depois de 1885, as fugas coletivas se sucederam em várias regiões do país. Em muitas ocasiões, fugiam grupos de dez, vinte ou mais escravos de uma mesma propriedade sem que os senhores pudessem impedi-los. Essas fugas coletivas são consideradas o maior movimento de desobediência civil da nossa história. Nos anos que antecederam a abolição, a polícia havia perdido o controle diante do volume de fugas e muitos policiais começaram a se recusar a perseguir escravos fugidos, ou por terem aderido ao abolicionismo, ou por temerem a reação popular nas ruas.

Mas não era apenas com as fugas que os cativos enfraqueciam a escravidão. No início da década de 1880, rumores de revoltas escravas surgiram em diversas cidades brasileiras. Em algumas regiões, levantes escravos efetivamente ocorreram. Em 31 de outubro de 1882, cento e vinte escravos da fazenda Cantagalo, em Campinas, na província de São Paulo, sublevaram-se e marcharam em direção à cidade. No caminho entoaram diversas palavras de ordem, numa delas davam "Viva a liberdade".

No inquérito policial que apurou o movimento rebelde as autoridades perceberam que aquele acontecimento tinha grande extensão, envolvendo escravos de outras propriedades. O escravo Severo, um dos envolvidos no levante, ao ser interrogado pela polícia confessou que fazia parte de uma "sociedade secreta" sob a direção de Felipe Santiago e José Furtado, este último escravo e o outro liberto. Severo disse ainda que eles costumavam se reunir em várias fazendas para tratar da "liberdade dos escravos."

historia.pmd 192 11/5/2006, 10:09

Em 1882, ocorreram outros levantes no Oeste paulista, como Araras, Amparo, São João da Boa Vista e Itatiba. O curto espaço de tempo em que ocorreram e a proximidade das localidades chamaram a atenção dos fazendeiros e das autoridades policiais da província. A sucessão de movimentos de escravos nas fazendas, desafiando a tranqüilidade pública, assustaram as autoridades policiais de várias cidades brasileiras. Aquelas rebeliões mostraram que, além de reivindicarem direitos costumeiros de acesso à terra ou diminuição da jornada de trabalho, os escravos passaram a manifestar abertamente que desejavam o fim do cativeiro. Isso fica claro nas palavras de ordem dos rebeldes de Campinas.

A partir de 1887, diante das fugas de escravos e da radicalização do movimento abolicionista, os senhores começaram a por em prática seu próprio plano de emancipação por meio da concessão em massa de alforrias. O aumento da criminalidade escrava, as sublevações e as fugas mostraram que já não havia como manter o sistema escravista. Com a concessão de alforrias coletivas, os senhores buscavam preservar algum domínio sobre os ex-escravos. Eles esperavam que, presos pela dívida de gratidão, os libertos permanecessem nas propriedades. Os jornais deram grande publicidade a esses atos "humanitários" no apagar das luzes do escravismo.

No município de Cachoeiro do Itapemirim, província do Espírito Santo, a partir de março de 1888, os senhores passaram a encurtar o prazo das alforrias condicionais, assim como fazer algumas concessões para que os escravos permanecessem em suas fazendas. A poucos dias da abolição, um fazendeiro da região declarou que libertara mais de cem escravos sem impor qualquer condição. Outros prometiam a liberdade depois da safra de 1888. Atos semelhantes se repetiram em diversas outras regiões do Brasil. Mas houve senhores que não abriram mão dos seus escravos até o último dia da escravidão. Estes ainda apostavam na possibilidade de conseguir indenização pela perda da propriedade escrava caso o governo decretasse a abolição.

O abolicionismo de última hora de muitos senhores não pôde conter a disposição dos cativos de apressarem o fim da escravidão. Tanto que no início do ano de 1888, em vez de fugirem,

historia.pmd 193 11/5/2006, 10:09

muitos escravos se recusaram a trabalhar nos canaviais e nas plantações de café. Assim, os escravos terminaram inviabilizando as tentativas dos senhores de conduzirem o processo de abolição de acordo com seus planos.

Diante desse quadro de tensões crescentes, a princesa regente promulgou a Lei de 13 de Maio de 1888 que extinguiu em definitivo a escravidão no Brasil. Com dois artigos apenas, a lei colocava fim a uma instituição de mais de três séculos. Por ela os senhores não seriam indenizados, nem se cogitou qualquer forma de reparação aos ex-escravos. Entretanto, a escravidão foi extinta no auge de um movimento popular de grandes proporções. No curso da luta contra a escravidão foram se definindo projetos, aspirações e esperanças que iam além do fim do cativeiro. Para os ex-escravos a liberdade significava acesso a terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular pelas cidades sem precisar de autorização dos senhores ou de ser importunado pela polícia, de cultuar deuses africanos ou venerar à sua maneira os santos católicos, de não serem mais tratados como cativos e, sobretudo, direito de cidadania.

Lei número 3353 de 13 de maio de 1888.Art. 1. É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.Art. 2. Revogam-se as disposições em contrário.

O 13 de maio e a luta pela cidadania

A notícia da abolição definitiva do cativeiro no Brasil foi bastante festejada nas cidades brasileiras. No Rio de Janeiro grande multidão se concentrou diante do Paço Imperial para festejar a assinatura da Lei Áurea. Em seguida houve desfile de entidades abolicionistas e populares pelas ruas da cidade. Em Salvador, desde o dia 13, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade ao som de filarmônicas. Queimaram-se fogos de artifício e as fachadas das casas particulares e repartições públicas ficaram iluminadas durante várias noites. Na vila de São Francisco do Conde, Recôncavo baiano, os libertos dos engenhos sambaram durante noites seguidas. Acontecimentos como estes se repetiram em várias cidades e pelo interior do país.

A presença de ex-escravos nos festejos do 13 de maio foi notada por diversos contemporâneos. Em Salvador, foi por iniciativa deles que os carros do Caboclo e da Cabocla, símbolos da

historia.pmd 194 11/5/2006, 10:09

A festa do 13 de maio de 1888, segundo a *Revista Ilustrada.*

Independência do Brasil na Bahia, desfilaram da Lapinha ao centro da cidade, percorrendo o mesmo itinerário que faziam a cada dia 2 de julho, data em que se comemora a libertação da província do colonialismo português. A relação do 2 de julho como o 13 de maio fazia sentido, uma vez que as duas datas comemoravam a liberdade. Em Salvador a festa se estendeu por mais alguns dias. Em 18 de maio, uma grande "romaria popular" dirigiu-se à igreja do Senhor do Bonfim para agradecer a liberdade dos escravos.

Os festejos do 13 de maio transformaram-se em grande manifestação popular e isso refletia em grande medida a amplitude social do movimento antiescravista no Brasil. As manifestações impressionaram os observadores da época pela quantidade de pessoas que ocuparam as ruas. O romancista Machado de Assis recordou que as comemorações que se seguiram à promulgação da Lei Áurea foram "o único delírio popular que me lembro de ter visto".

No dia 13 de maio mais de 90 por cento dos escravos brasileiros já haviam conseguido a liberdade por meio das alforrias e das fugas. Entretanto, a destruição da escravidão foi um evento histórico de grande importância e marco fundamental na história dos negros e de toda a população brasileira. Foi uma notável conquista social e política. Mas é preciso perceber como os ex-escravos buscaram viabilizar suas vidas após a abolição.

Passada a festa, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão rechaçando papéis inerentes à antiga condição. Em diversos engenhos do Nordeste eles se negaram a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos de tensão, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade.

Na Fazenda da Conceição, em Cantagalo, província do Rio de Janeiro, seu proprietário libertou todos os escravos dias antes do 13 de maio. Nas festas que então se realizaram houve até coroação do antigo senhor pelos libertos e enterro da palmatória e do vergalho. No dia seguinte, entretanto, os libertos comunicaram ao senhor que para permanecerem na fazenda exigiam a expulsão do administrador. Pouco disposto a concordar com a condição imposta, o proprietário viu em poucos dias sua fazenda abandonada pelos ex-escravos.

historia.pmd 196 11/5/2006, 10:09

Festa da abolição no Rio de Janeiro.

Muitos ex-escravos, porém, permaneceram nas localidades em que haviam nascido. Estima-se que mais de 60 por cento deles viviam nas fazendas cafeeiras e canavieiras do Centro-Sul do Brasil. Mas decidir ficar não significou concordar em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior. Muitas vezes, os ex-escravos tentaram negociar as condições para sua permanência nas fazendas. Estudo recente mostra que, no Sudeste, grupos de libertos recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores. No entanto, negociar com os libertos parece ter sido uma situação para a qual seus ex-senhores se mostraram indispostos.

Grande parte dessa indisposição para negociar estava relacionada aos desejos dos libertos de terem acesso à terra e de não serem mais tratados como cativos. Na região açucareira do Recôncavo, os libertos reivindicaram a diminuição das horas de trabalho e dos dias que deveriam dedicar à grande lavoura de cana. Exigiram também o direito de continuar a ocupar as antigas roças e dispor livremente do produto de suas plantações. Nos dias seguintes ao 13 de maio libertos ocuparam terras devolutas de engenhos abandonados e iniciaram o cultivo de mandioca e a criação de animais. Isso mostra que os ex-escravos percebiam que a condição de liberdade só seria possível se pudessem garantir a própria subsistência e definir quando, como e onde deveriam trabalhar.

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativeiro. Para eles a abolição deveria ter como conseqüência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca. Na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos negros brasileiros após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação.

A abolição estava prestes a completar um ano, a monarquia entrara em colapso e aquelas pessoas, ex-escravos, agora tinham planos de ascensão social para seus filhos. E, ao contrário do que proclamavam alguns abolicionistas, aqueles libertos tinham, sim, uma interpretação própria do que seria cidadania. Para eles, uma das for-

historia.pmd 198 11/5/2006, 10:09

mas de inclusão dos negros na sociedade de homens livres seria através da "instrução pública", como se dizia então. Cientes da importância do que pleiteavam, os autores da carta alertavam que, "para fugir do perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a república, que é a liberdade, igualdade e fraternidade". Não sabemos se a carta teve resposta, mas é sabido que nenhum plano educacional foi elaborado tendo em vista a inclusão social dos filhos de ex-escravos. Importante observar que essas aspirações ainda são reivindicadas pelo povo negro no Brasil republicano. Sobre isso trataremos nos próximos capítulos.

EXERCÍCIOS:

1. Comente sobre o caráter gradual da emancipação dos escravos no Brasil.
2. Em que medida a luta dos escravos contribuiu para o fim da escravidão?
3. Quais as diferentes tendências do movimento abolicionista?
4. Qual o papel dos abolicionistas negros na luta contra a escravidão e pela cidadania?
4. Discuta sobre as expectativas da população negra em relação ao fim da escravidão.

Bibliografia:

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CASTRO, Hebe Maria Matos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das Águas turvas: Racismo e cidadania

historia.pmd 199 11/5/2006, 10:09

Capítulo VIII

LUTAS SOCIAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Já sabemos que a abolição não trouxe grande prejuízo financeiro para os proprietários. Entretanto, os conflitos que ocuparam a polícia durante e depois do dia 13 de maio denunciavam que, nem de longe, a Lei Áurea encerrava a tensão "racial" que a escravidão produzira. O fim da escravidão em 1888, e da monarquia em 1889, gerou instabilidade social e incertezas acerca do futuro do país. Com a abolição a sociedade não podia mais ser definida pela oposição entre senhores e escravos. Essa mudança social ameaçava a autoridade dos ex-senhores, em sua maioria brancos. Afinal, não era apenas o trabalho dos escravos que os proprietários perdiam, mas também a sua posição de mando parecia correr risco. Como bem disse um jornalista da época, era indiscutível que a palavra *escravo* deveria ser riscada do vocabulário nacional, mas não se admitia que o termo *senhor* também fosse extinto.

Visando preservar a autoridade dos ex-senhores algumas providências foram tomadas. A necessidade de aumento dos contingentes policiais era tema cada vez mais freqüente nos editoriais jornalísticos e debates políticos nos meses que se seguiram a abolição. Chefes de polícia, delegados, jornalistas e deputados, dentre outros, imaginavam que a extinção do cativeiro pudesse despertar "ódios raciais". Eles temiam que os negros interpretassem o fim da escravidão como oportunidade para contestar as desigualdades sociais e para promover vinganças. Muitos argumentavam que os negros não se adaptariam a uma sociedade sem rei, feitor e senhor.

historia.pmd 203 11/5/2006, 10:09

Traduzia-se, assim, o desejo de manutenção de preconceitos raciais, de práticas autoritárias e de relações de dependência que haviam sustentado por tanto tempo a sociedade escravista. Depois da abolição, ficava evidente que gente de prestígio e dinheiro não estava disposta a abrir mão de sua posição sócio-racial. Os partidários dessa visão tinham a seu favor um grande argumento, as teorias raciais.

Teorias raciais no Brasil

Até as primeiras décadas do século XIX, em Portugal e nas colônias portuguesas, o termo *raça* estava associado a religião e a descendência. Era o chamado "estatuto da pureza de sangue". Essa concepção da ordem social estruturou as relações entre os portugueses e os povos da África e das Américas. Segundo a lógica do antigo regime português, quem não professasse ou fosse recém-convertido à fé católica era considerado descendente de "raça infecta", gente de "sangue impuro".

O estatuto de pureza do sangue limitava o acesso de determinados grupos sociais, como ciganos, indígenas, negros e mulatos a cargos públicos, eclesiásticos e a certas irmandades religiosas, assim como à titulação de barão e conde. Desse modo eram garantidos os privilégios da nobreza européia formada por cristãos velhos. Era, portanto, a religião e o nascimento que justificavam as desigualdades sociais. Ao longo do século XIX, a discriminação fundamentada na religião e na descendência foi perdendo terreno, e os critérios de diferenciação racial ganharam o sentido moderno, "científico", que o termo *raça* passou a incorporar.

As teorias raciais foram inventadas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Elas tinham por base argumentos biológicos, convincentes na época, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual. Logo essas explicações foram ampliadas para povos inteiros. Desse modo, a humanidade passou a ser classificada a partir de estágios civilizatórios: as nações européias eram o modelo de sociedades mais adianta-

historia.pmd 204 11/5/2006, 10:09

das, e os povos africanos e indígenas eram tidos como os mais atrasados e "bárbaros".

Para compreendermos o alcance dessas teorias é preciso ter claro que, àquela altura, nada escapava da explicação científica moldada pela biologia. Mesmo porque se acreditava que nas sociedades prevaleciam as mesmas leis que na natureza. Cabia à ciência, e não mais à religião, explicar como algo natural a expansão colonialista européia na África e na Ásia. Esse mesmo aval científico foi determinante para que a idéia de raça também justificasse a desigualdade social nas sociedades escravistas, como o Brasil.

Podemos dizer que foram basicamente quatro os argumentos da "ciência racial" que tiveram grande aceitação na sociedade brasileira daquele tempo: o primeiro, que havia raças diferentes entre os homens; segundo, que a "raça branca" era superior à "raça negra", ou seja, os brancos eram biologicamente mais inclinados à civilização do que os negros; terceiro, que havia relação entre raça, características físicas, valores e comportamentos; e, ainda, que as raças estavam em constante evolução, portanto era possível que uma sociedade pudesse ir de um estágio menos desenvolvido para outro mais adiantado, sob certas condições.

Não por acaso a idéia de raça teve grande repercussão no Brasil justamente nos últimos anos da escravidão e na Primeira República (1889-1930). Naquele momento, os projetos emancipacionistas não excluíam a construção de novas formas de dominação fundamentadas na noção de raça. Mesmo porque o que se via eram tentativas cada vez mais incisivas de adaptar à sociedade pós-abolição as hierarquias raciais montadas durante a escravidão. Pensar o mundo republicano e sem escravidão não queria dizer pensar uma sociedade de oportunidades iguais; muito pelo contrário, a preocupação estava em garantir que brancos e negros continuariam sendo não só diferentes, mas desiguais.

A conseqüência da miscigenação era um dos itens mais polêmicos das teorias raciais. Para alguns a "mistura racial" criava um tipo biológico e social degenerado e incapaz mentalmente, o mulato. O termo mulato provêm da palavra mula, o animal estéril que nasce do cruzamento do jumento com a égua . Na Faculdade de Medicina da Bahia, uma das mais importantes instituições científi-

Em 1894, Raimundo Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, defendeu uma idéia polêmica sobre a responsabilidade penal no Brasil. Segundo Nina Rodrigues os criminosos deveriam ser julgados por critérios diferenciados, pois os negros seriam naturalmente incapazes de compreender certas regras sociais e, portanto, não poderiam ser responsabilizados penalmente do mesmo modo que os brancos. Na sua lógica, por conta das hierarquias raciais, os negros deveriam ter um tratamento jurídico diferenciado. Afinal, se as raças eram desiguais em termos civilizatórios, não se poderia igualar a cidadania dos negros à dos brancos, ou seja, não era possível estabelecer direitos e deveres iguais para todos. Já em 1899 ele publicou um estudo intitulado "Mestiçagem, crime e degenerescência", no qual relacionou certos problemas psiquiátricos a miscigenação racial. No entanto, as suas convicções racistas não o impediram de realizar pesquisas importantes sobre a presença africana no Brasil. Nina Rodrigues foi autor de *Os Africanos no Brasil*, um estudo fundamental para a história dos negros brasileiros. Nesse livro, o autor trata, dentre outros aspectos, da origem étnica dos escravos, suas práticas religiosas, valores e costumes.

historia.pmd 205 11/5/2006, 10:09

cas do século XIX no país, formou-se um grupo de especialistas que adotou as teorias raciais para os estudos de medicina legal. Casos de doença mental, epilepsia e alcoolismo, dentre outros males, eram considerados conseqüências da mistura de raças, a mestiçagem. Nesse sentido, a miscigenação era algo a ser evitado numa população que se pretendia saudável.

Mas para outros era justamente a miscigenação que garantiria a civilização no Brasil. A esperança era que, em médio e longo prazo, o país se tornasse predominantemente branco. E o caminho para o branqueamento era a miscigenação. Desse modo a "raça branca", considerada mais evoluída, corrigiria as marcas deixadas na população brasileira por aquelas tidas como "raças inferiores", negros e índios.

Daí os investimentos na imigração de trabalhadores europeus e as barreiras para a vinda de negros e asiáticos. Aos imigrantes brancos caberia o papel de civilizar os costumes e embranquecer as peles, remediando, na lógica da época, os danos de séculos de escravidão de africanos. Em 1890, para estimular a imigração européia, o recém-instaurado governo republicano mandou divulgar no exterior que os estrangeiros dispostos a trabalhar no Brasil eram bem-vindos, exceto os asiáticos e africanos. Para fazer cumprir essa determinação, a polícia estava autorizada a impedir o desembarque de negros e asiáticos nos portos do país.

Durante a Primeira República a recusa a imigrantes negros era justificada por razões explicitamente racistas. Existia tanto empenho em impedir a imigração negra que em 1921 dois deputados federais, Andrade Bezerra e Cincinato Braga, apresentaram na câmara o projeto de lei nº 209, que proibia "a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta". O projeto, disseram os autores, era uma precaução. Naquele mesmo ano o governo do Mato Grosso divulgou que estava concedendo terras para quem se dispusesse a ocupá-las no interior do estado. Logo os jornais noticiaram que norte-americanos negros estavam interessados na proposta.

As opiniões contrárias à imigração desses norte-americanos foram divulgadas em todo o país. Num jornal se podia ler a seguinte questão: "por que irá o Brasil, que resolveu tão bem o seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não

Desde a década de 1850 do século XIX a província de São Paulo tentava implementar uma política que garantisse a imigração regular de europeus. Em agosto de 1871, o governo Imperial autorizou o funcionamento, em São Paulo, da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. À associação era permitido financiar parte dos custos com o transporte e instalação dos imigrantes. Muitos fazendeiros aderiram ao trabalho imigrante por meio dessa associação. Durante a Primeira República o governo de São Paulo se dispôs a assumir os gastos necessários com a imigração. Era a chamada imigração subvencionada. Os investimentos na imagem do Brasil no exterior também fizeram parte desta investida governamental. Em 1907, o governo divulgou na Europa um panfleto que defendia que no Brasil as epidemias estavam sob controle. No texto comparavam-se os índices de mortalidade de várias cidades do mundo, para concluir que São Paulo e Rio de Janeiro tinham taxas mais baixas que Madri, Lisboa e Roma. Do mesmo modo, Salvador e Curitiba eram cidades mais saudáveis que Boston e Nova Iorque. Por conta desses esforços, em 1914, 2 milhões e 700 mil imigrantes, em sua maioria italianos, moravam no Brasil. Mais da metade deles no estado de São Paulo.

historia.pmd 206 11/5/2006, 10:09

Manoel Bomfim, pensador anti-racista do início do século XX.

Manoel Bomfim, ao contrário da grande maioria dos intelectuais do seu tempo, não considerava que a numerosa população negra era o que explicava o atraso da sociedade brasileira. Para ele, as teorias raciais não passavam de “ciência barata” que, covardemente, era usada para garantir a exploração dos fracos pelos fortes. Manoel Bomfim nasceu em Sergipe, estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e, além de insistente contestador da validade científica das teorias raciais, criticou os políticos brasileiros por não terem se empenhado por melhores condições de vida para os negros depois da abolição.

entra em nossas cogitações? Daqui a um século, a nação será branca!" A repercussão da notícia fez com que o governador desistisse das concessões e os deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga elaborassem o projeto de lei nº 209. Embora o projeto não tivesse sido aprovado, a repulsa à imigração de negros e asiáticos continuou latente na sociedade brasileira.

Havia até quem calculasse que cem anos, no máximo, seriam suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros "branqueassem". Em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças realizado em Londres, o representante brasileiro, Batista Lacerda, garantiu que no início do século XXI já não haveria negros no país e que o número de mulatos seria insignificante. Já em 1914, o jornal *Correio da Manhã* publicou um texto do então ex-presidente norte-americano Theodore Rossevelt. Há pouco ele havia participado de uma expedição científica pelo interior do Mato Grosso, e a partir do que observou na população considerou que em pouco tempo o negro desapareceria no Brasil, por causa da miscigenação.

O ideal de embranquecimento continuou a fazer parte explícita dos projetos do governo brasileiro até a década de 1930. Com isso foi se estabelecendo no Brasil a idéia de *raça* como critério fundamental e perverso de classificação social, fazendo das características físicas e culturais das pessoas justificativas para a desigualdade. Cor da pele, formato do nariz, textura de cabelo, assim como comportamentos, formas de vestir, de comer, festejar eram tidos, naquela época, como marcas de origem racial e, conseqüentemente, de nível cultural e civilizatório. As pretensas diferenças raciais fundamentaram um projeto político conservador e excludente, para o qual não faltaram opositores.

A reação da população negra e pobre à efetivação desses projetos sociais e políticos que os excluíam ganhou expressão já nos primeiros anos da Primeira República. A ação negra movimentou a cena política em todo o país. Promevendo revoltas urbanas e rurais, a população negra reivindicou as mudanças que o novo regime havia prometido e os ganhos sociais que a Abolição deveria ter-lhes assegurado. A guerra de Canudos, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, foi o momento mais crítico dessa saga brasileira.

historia.pmd 208 11/5/2006, 10:09

A Guerra de Canudos

Canudos foi um povoado no sertão da Bahia, numa região de caatinga cercada por morros e à beira do rio Vaza-Barris. Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, chegou ao vilarejo em 1893 com algumas centenas de fiéis e logo passou a chamar o lugar de Belo Monte. Segundo a descrição de Euclides da Cunha, Conselheiro era uma figura de cabelos crescidos até os ombros, barba longa, face encaveirada e olhar fulgurante. Sob a liderança do Conselheiro, o vilarejo passou a crescer num ritmo acelerado, com as levas de seguidores que lá chegavam para viver. A igreja de Santo Antônio, também chamada de "igreja velha", mal comportava a multidão de fiéis que se reunia para ouvir as pregações do Conselheiro. Para melhor acolhê-los, foi construída a "igreja nova", às custas de doações recolhidas por fiéis espalhados em todo estado da Bahia.

Negros, muitos deles ex-escravos, eram maioria entre os moradores de Belo Monte. A população negra era tão numerosa que já se disse que Canudos foi o nosso último quilombo. Também havia um grande número de índios Kaimbé e Kiriri. Os habitantes eram agricultores, artesãos e vaqueiros, uma gente que há muito peregrinava pelos sertões em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim que as notícias sobre o arraial de Belo Monte se espalharam, as autoridades republicanas e da Igreja Católica tomaram providências. Em maio de 1895, um grupo de frades capuchinhos foi enviado ao povoado pelo Arcebispo de Salvador, d. Jerônimo Tomé, com a tarefa de convencer os peregrinos a se afastar de Conselheiro e de suas pregações. A missão durou apenas oito dias e fracassou.

No dia 6 de novembro de 1896 partiu de Salvador a primeira expedição militar contra Canudos, composta de cento e treze soldados. A essa investida se somariam mais duas, sem que os seguidores de Conselheiro fossem vencidos. Durante um ano a população de Canudos enfrentou mais de dez mil soldados recrutados em 17 estados brasileiros e organizados em quatro expedições militares. Até que no dia 5 de outubro os sertanejos de Belo Monte foram vencidos. Calcula-se que morreram mais de 25 mil pessoas.

historia.pmd 209 11/5/2006, 10:09

Durante a guerra, os principais jornais do país mandaram correspondentes a Canudos; todos queriam entender por quê o Exército tinha tanta dificuldade para vencer os sertanejos. A resistência daquela gente maltrapilha, doente e faminta os intrigava. Um desses correspondentes foi Euclides da Cunha, contratado pelo jornal *O Estado de São Paulo*. A partir do que viu em Belo Monte, Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões*.

No final da guerra o cenário era desolador. Entre as ruínas das 5.200 casas da cidade, se viam dezenas de corpos de homens, mulheres e crianças carbonizadas. Pouca gente foi poupada. Quem sobreviveu aos combates morreu degolado. O corpo de Antônio Conselheiro, que havia sido enterrado no santuário da igreja nova, foi exumado e fotografado. Além disso, sua cabeça foi cortada e levada para Salvador, para ser examinada pelo médico Nina Rodrigues. Comemorando a destruição de Canudos, o presidente da república, Prudente de Moraes, sentenciou: "em Canudos não ficará pedra sobre pedra". De fato, em 1969 o açude de Cocorobó encobriu a velha Canudos.

Os acontecimentos no sertão baiano repercutiram na distante cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. A tensão política do governo de Prudente de Morais foi agravada pelos feitos da gente de Antônio Conselheiro. Não tardou para que a cidade também fosse palco de agitação.

Já nos primeiros anos do novo regime, o Rio de Janeiro era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Sendo o centro das decisões políticas e das inovações culturais da época, a cidade viveu grandes transformações urbanísticas. Durante o governo do presidente Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, reformas urbanas foram planejadas para a capital federal. Modernizou-se o porto, saneou-se a cidade, se abriram novas ruas e avenidas.

Ao idealizar esses projetos o governo sonhava em exibir no traçado urbano da capital o quanto o país era moderno e civilizado. Por isso, as políticas sanitaristas ali tiveram maior expressão, embora, mais vagarosamente, também estivessem em curso em outras cidades. Mas essas políticas foram uma boa razão para que a insatisfação popular explodisse numa revolta contra a vacinação obrigatória em 1904.

historia.pmd 210 11/5/2006, 10:09

Mulheres e crianças negras entre os prisioneiros de Canudos. Muitas dessas crianças foram arrancadas de suas famílias e empregadas em casas de famílias baianas de classe média.

A Revolta da Vacina

Desde meados do século XIX a febre amarela e a varíola se tornaram endêmicas no Brasil. Os médicos tentavam identificar as formas de transmissão e tratamento das doenças que, pouco a pouco, se tornavam o grande problema de saúde pública do país. Mas as políticas sanitárias não escaparam da lógica racial que orientava muitas decisões governamentais. Foi o que se notou, por exemplo, em relação ao controle da febre amarela. Entre 1850 e 1904, essa doença vitimou no Rio de Janeiro principalmente a população branca, em especial imigrantes estrangeiros. Essa grande incidência de estrangeiros acometidos com a febre amarela desencorajava a imigração européia. Por isso acabar com ela virou prioridade dos sanitaristas. Já a tuberculose, que fazia mais mortes entre os negros, não teve a mesma atenção.

Além disso, o número de vítimas das epidemias reforçava a idéia de que o Brasil era um país insalubre. O clima quente e as precárias condições de higiene comprometiam ainda mais as expectativas de que "grandes levas de europeus viessem depurar" o sangue brasileiro, como lamentou um político da época. Ou seja, o projeto nacional de embranquecimento podia sucumbir diante das epidemias. Algo precisava ser feito para barrar a proliferação das doenças e garantir uma nação branca e civilizada, julgavam os governantes. Atentos à gravidade do problema, os médicos discutiam sobre as formas de contágio e testavam diversos tratamentos, inclusive a extinção dos mosquitos e o isolamento dos doentes.

Os médicos higienistas estavam crentes de que eram nas habitações coletivas de gente negra e pobre, mais precisamente nos cortiços do centro da cidade, que as epidemias surgiam e se disseminavam. A estrutura das casas e as supostas propensões dos moradores a uma vida viciosa e anti-higiênica lhes pareciam sérias ameaças à saúde pública.

Por isso os cortiços eram regularmente visitados pelos "mata-mosquitos" que, acompanhados por policiais, se encarregavam de desinfetar casas, limpar ruas, exigir reformas e demolições, além de identificar e remover doentes. Não é preciso dizer que esse era um expediente muito mal recebido pelos moradores, que tinham

historia.pmd 212 11/5/2006, 10:09

Favela carioca, 1912. A pobreza negra sobe o morro.

a sua vida doméstica ostensivamente vigiada e revirada, além de correr o risco de ficar sem casa por ordem médica. Eram as teorias raciais ganhando terreno entre os administradores e o preconceito racial moldando as políticas públicas na maior cidade do país na época.

Os jornais, também carregados de preconceitos, incansavelmente, exigiam que fossem tomadas providências contra o que denominavam de "antros de imundície e desordem". Julgava-se ser fundamental distanciar, social e geograficamente, essa população do centro da cidade, que também era o palco das decisões políticas nacionais. Quando, em janeiro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, o cortiço conhecido por Cabeça de Porco foi destruído, os jornalistas elogiaram a ação do prefeito Barata Ribeiro. Jornalistas, médicos, políticos e a polícia enxergaram naquela demolição um investimento na saúde e na segurança pública, e ficaram indiferentes à sorte dos moradores negros e pobres.

Ali estavam as "classes perigosas", como se referiam na época os médicos aos pobres, em geral negros egressos da escravidão ou descendentes de escravos. No mais, as demolições também facilitavam a reorganização do traçado urbano com a abertura de grandes avenidas, como a Rio Branco. Ao seu modo, a população lidava com as mudanças. Foram as pessoas expulsas de cortiços, como o Cabeça de Porco, que passaram a habitar os morros, criando as favelas.

Diante desse quadro, pode-se considerar que, se a missão dos higienistas era dar fim às freqüentes epidemias, as maneiras e argumentos que conduziam as ações da saúde pública tinham por alvo preferencial as denominadas "classes perigosas". Por isso, ao ser aprovada a lei que tornava obrigatória a vacina contra varíola para todos os maiores de seis anos de idade, a população dos cortiços tomou as ruas e uma grande mobilização popular se fez notar na capital federal.

Em protesto, milhares de pessoas enfrentaram as forças da polícia, do Exército e da Marinha no mês de novembro de 1904. No dia 10, um grupo de estudantes saiu às ruas convocando a população a resistir à vacina. Foi o primeiro ato público de uma série só encerrada no dia 17 de novembro. Foram dias de caos:

historia.pmd 214 11/5/2006, 10:09

queima de bondes, barricadas e saques se multiplicaram. Durante uma semana a violência imperou nas ruas do Rio de Janeiro.

No dia 16, a cidade estava em estado de sítio, enquanto batalhões militares vindos de Minas Gerais e São Paulo tentavam restabelecer a ordem. No bairro da Saúde os manifestantes pareciam dispostos a prolongar os confrontos. Bondes apedrejados, pedras arrancadas do calçamento, postes derrubados, garrafas, colchões e lampiões espalhados por toda parte davam a dimensão da trincheira da Saúde. Era na Saúde que se concentrava grande parte da população migrante nacional, principalmente vinda do Nordeste para o Rio de Janeiro. Tratava-se da área antiga da cidade, próxima ao cais do porto, onde havia funcionado o grande mercado de escravos do Valongo. No começo do século XX, a reforma na zona portuária atingiu diretamente os moradores do bairro, que viram grande parte das casas destruídas para dar lugar a uma avenida.

Sob o comando de Horácio José da Silva, mais conhecido como Prata Preta, os rebeldes protagonizaram os últimos confrontos com o Exército justamente na Saúde. Prata Preta era um negro que sempre estava às voltas com a polícia. Ao ser preso na tarde do dia 16 de novembro, depois de matar um soldado do Exército e ferir dois policiais, ele trazia consigo dois revólveres, uma navalha e uma faca. Junto com ele foram presos mais alguns dos envolvidos nos conflitos na Saúde: Bombacha, Chico da Baiana, Valente e Manduca Pivete. Embora estivessem lutando por sua cidadania, todos eles foram identificados pela polícia como desordeiros, violentos e amantes da baderna. Ao fim da revolta popular, um saldo desastroso: vinte três mortos, quase mil presos e muitos feridos nos confrontos, além daqueles submetidos a torturas na ilha das Cobras e outros tantos deportados para o Acre.

Os instrumentos de punição contra os revoltosos foram um capítulo à parte. O uso da chibata, das correntes de ferro e da palmatória provava que as antigas práticas punitivas impostas aos escravos continuavam a fazer parte dos recursos da polícia para castigar homens livres, na sua maioria os negros. Os princípios republicanos não foram levados em conta nas decisões dos políticos e atitudes da polícia. A revolta e a repressão que se seguiram

historia.pmd 215 11/5/2006, 10:09

mostraram que, aos olhos das autoridades, a Abolição e a República não deveriam representar uma mudança na condição social da população negra.

Aquele foi o maior movimento popular contra uma ação da saúde pública já presenciado no Brasil. E, para entendermos as suas razões, temos que atentar para a sociedade da qual estamos tratando. As tensões raciais no Rio de Janeiro do começo do século XX decerto contribuíram para tanto. Os investimentos para a imigração européia, o fato de a cidade ser o destino preferencial de negros livres desde o tempo da escravidão, e as tentativas da administração pública de transformá-la numa vitrine de nação civilizada encobriam uma atmosfera de intranqüilidade, opressão e pobreza.

A Abolição alterou os números da população negra no Rio de Janeiro. Com o fim da escravidão, a cidade se tornou o principal destino não só de negros libertos pela Lei Áurea, mas também de tantos outros que esperavam obter melhores oportunidades no mercado de trabalho. Em 1890, 26 por cento da população carioca era formada por migrantes, em sua maioria negros nordestinos. Graças a esse crescimento populacional, conviviam naquela cidade diversas tradições culturais afro-brasileiras. Eram visões de mundo, interpretações da população pobre e negra sobre a sua realidade social suas mazelas, inclusive as epidemias e o preconceito racial.

Na perspectiva dessa população, o contágio da varíola tinha razões sobrenaturais, e a cura exigia procedimentos religiosos. Para tanto, pressupunha-se a intermediação de um curandeiro e o cumprimento dos rituais, em geral, devidos a Omolu, divindade iorubana da varíola. Rezam as tradições religiosas afro-brasileiras que pertence a ele o poder de espalhar e exterminar doenças.

Pode-se imaginar que não deve ter sido difícil encontrar entre os revoltosos contra a vacina quem julgasse ser a doença assunto exclusivo para iniciados nas religiões afro-brasileiras. A intervenção do médico lhes parecia desnecessária e até ilegítima. Assim, reafirmava-se a importância das tradições culturais em detrimento das considerações da ciência. Explicando mais um pouco, podemos dizer que, ao legitimar o poder das práticas religiosas afro-brasileiras no controle das epidemias, os adeptos acabavam por desacreditar a medicina e os recursos dos sanitaristas.

historia.pmd 216 11/5/2006, 10:09

Prata Preta, lider negro da Revolta da Vacina

Havia ainda o medo de que a vacina causasse convulsões, febres ou algo parecido, além da questão moral. O ato de vacinar mulheres e crianças em suas casas, muitas vezes na ausência dos homens, pareceu aos revoltosos uma violação da moral, uma intromissão na vida doméstica. Em vários jornais da época se lia que nenhum "chefe de família" podia tolerar tal desrespeito. Essa tensão continuou pesando nas relações entre a população negra e o Estado, e alguns anos depois, em 1910, de novo tomaria corpo uma revolta, dessa vez de marinheiros.

Revolta da Chibata

Ainda era madrugada de 23 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro, quando foram avistados navios de guerra em posição ofensiva na baía de Guanabara. Vinha à frente o encouraçado Minas Gerais, seguido pelo São Paulo e o Bahia. Todos ostentavam uma bandeira triangular vermelha. Era o sinal de que a tripulação era de marinheiros rebeldes a exigir o fim dos castigos corporais, aumento de soldo e o afastamento de oficias que puniam injustamente os soldados da Marinha brasileira. Nas palavras do poeta Oswald de Andrade, testemunha do acontecido, "era contra a chibata e a carne podre que se levantavam os soldados do mar". Do mar, os marinheiros gritavam: "viva a liberdade".

O líder da revolta foi o marinheiro negro João Cândido Felisberto. Sob suas ordens, a cidade do Rio de Janeiro acordou com o estrondo dos canhões. Os disparos avisavam que caso as reivindicações não fossem atendidas em doze horas, a capital federal seria bombardeada. Por três dias a população se manteve apreensiva diante do risco de ter suas casas destruídas pelos tiros dos canhões de longo alcance. Os oficiais, em sua maioria brancos, foram feitos prisioneiros a bordo daqueles navios. O fato ganhou grande repercussão nacional e internacional, o que desagradou ainda mais as autoridades republicanas e aumentou o poder de pressão dos negros amotinados.

Tudo seguia conforme os planos dos revoltosos, ainda que a data para o início da rebelião tivesse mudado duas vezes. A princípio o dia 15 de novembro, comemoração da proclamação da

historia.pmd 218 11/5/2006, 10:09

república, foi o dia escolhido, mas um forte temporal dispersou os marinheiros. Então, ficou combinado que a revolta aconteceria entre os dias 24 e 25. Um castigo de 250 chibatadas aplicadas no marinheiro Marcelino Rodrigues antecipou o fato, e às 22 horas do dia 22 um corneteiro anunciou o movimento que ficou conhecido como Revolta da Chibata.

Desde a segunda metade do século XIX que grande parte dos soldados da Marinha eram libertos que viam no serviço militar uma possibilidade de se diferenciar dos escravos no mundo do trabalho, ou negros e brancos pobres recrutados à força pela polícia como pena por vadiagem e pequenos delitos. Daí os marinheiros serem vistos como perigosos, indisciplinados, pessoas que precisavam ser vigiadas, controladas e punidas severamente. Nos navios, esses homens eram submetidos a uma disciplina rígida, com castigos corporais constantes. Fora dos navios, eles se envolviam em conflitos com a polícia.

Com a proibição dos castigos corporais aos escravos, em 1886, e o fim da escravidão, aos olhos dos marinheiros a punição corporal parecia ainda mais condenável. Como os próprios marinheiros declararam num ultimato enviado ao então presidente da República, Hermes da Fonseca, eles eram cidadãos brasileiros e republicanos que não podiam mais "suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria [lhes] dava".

Quando a República foi proclamada, os castigos foram proibidos nos navios brasileiros. A medida era uma resposta às constantes queixas da marujada contra os oficiais, que não os poupavam de surras com chicote, nem de prendê-los pelo pescoço a um poste ou mastro por meio uma argola, tal qual se fazia antes com os escravos.

Entretanto, o decreto nº 328 de 12 de abril de 1890 voltou a permitir os castigos físicos. Autorizou-se não só o uso da chibata, mas o rebaixamento de salário e da patente, prisão e humilhações de todo tipo. O decreto gerou muita inquietação e descontentamento entre os marujos, especialmente os negros, que de pronto reivindicaram um tratamento mais justo. A primeira grande revolta teve lugar em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1893, e pouco tempo depois no Rio de Janeiro. Nesses motins, os marujos exigiam o fim

historia.pmd 219 11/5/2006, 10:09

dos excessos cometidos por alguns oficiais, mas ainda não pediam a extinção da lei que autorizava o uso de castigos físicos.

A Revolta da Chibata foi o momento mais radical dessa insatisfação. Quando os marinheiros liderados pelo negro João Cândido se amotinaram no Rio, eles diziam lutar pelos "direitos sagrados que as leis da República nos facultam", e exigiam mudanças na legislação penal e disciplinar da Marinha de Guerra, além de melhores condições de trabalho. Depois da Revolta da Chibata, embora o Congresso tivesse votado pela anistia dos rebeldes, assim que eles se entregaram foram presos e quase todos surrados ou mortos. A revolta dos marujos e a posterior repressão do governo revelavam o quanto a República estava distante dos princípios de liberdade e igualdade que havia anunciado ao ser proclamada.

Sem dúvida, as revoltas da Primeira República evidenciavam que os negros estavam cientes das mudanças políticas e sociais que a Abolição e a República deviam representar. Por isso, estavam dispostos a ir adiante na luta por seus direitos e contra a discriminação racial.

EXERCÍCIOS:

1 Movimentos sociais como Canudos, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata refletiam a insatisfação popular com os governos republicanos. Na sua opinião em que sentido a questão racial contribuiu para o clima de instabilidade social da época?

2 Comente a relação entre a revolta da vacina e as reformas urbanas no Rio de Janeiro?

3 Analise a seguinte afirmação: as teorias raciais ficaram mais conhecidas no Brasil durante o processo de declínio e destruição da escravidão.

historia.pmd 220 11/5/2006, 10:09

Bibliografia:

BOMFIM, Manoel. O Brasil na América. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da Cunha. *Os Sertões* (várias edições).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fapesb; Editora 34, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

historia.pmd 221 11/5/2006, 10:09

Capítulo IX

CULTURA NEGRA E CULTURA NACIONAL: SAMBA, CARNAVAL, CAPOEIRA E CANDOMBLÉ

A idéia de democracia racial, já em construção no Brasil por volta de 1920, ganhou nas décadas seguintes mais adeptos. Era na cultura que alguns políticos e intelectuais negros e brancos viam mais explicitamente a singularidade de um país mestiço, formado a partir de tradições herdadas de africanos, europeus e índios. Por isso, celebravam a convivência racial supostamente harmoniosa. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 essas idéias de mestiçagem e de democracia racial foram entrelaçadas na construção de uma identidade nacional. Nesse movimento, samba, capoeira e candomblé foram aos poucos incorporados como símbolos de nacionalidade, expressões da síntese cultural própria ao Brasil.

Essa noção de identidade nacional pressupunha que tínhamos uma cultura homogênea e singular, resultado da miscigenação racial. O país seria a comunhão de costumes, religião, raça, língua e de memórias sobre o passado que passaram a definir aquilo que fazia de todos nós brasileiros. Aqueles foram os anos do entusiasmo nacionalista do governo Getúlio Vargas, da busca pela autenticidade brasileira e de um maior interesse dos pesquisadores pelo negro, visto como uma das matrizes da nação. Mas essa transformação não aconteceu repentinamente, pelo contrário, se deu aos poucos e envolveu disputas, negociações e projetos sociais diferentes. Neste capítulo vamos saber mais sobre como a cultura negra foi sendo identificada como cultura nacional.

historia.pmd 225 11/5/2006, 10:09

Carnaval

No Brasil das três últimas décadas do século XIX, sempre que o mês de fevereiro se aproximava, a expectativa pelo Carnaval dividia espaço com as críticas ao Entrudo. Entrudo era a brincadeira com água, farinha e máscaras que desde o tempo da colônia garantia a diversão dos foliões. Primitivo, inconveniente, pernicioso e selvagem eram alguns dos adjetivos usados pela imprensa, por políticos e intelectuais para defini-lo. Tal incômodo com o jogo da molhação se explicava pelo risco de que os "moleques", a "ralé", o "zé-povinho", termos que designavam negros e pobres, extrapolassem os limites da brincadeira e se julgassem em pé de igualdade com os senhores, damas e senhoritas brancas.

Na imprensa, principalmente a partir de 1880, teve lugar uma exaustiva campanha contra o Entrudo. Circulares, decretos administrativos e punições, como multas e prisões, passavam a tratar especificamente dos mecanismos para reprimi-lo.Todo esse aparato legal foi mobilizado para convencer os festeiros a abandonar aquela forma de diversão. Grupos das elites brancas sonhavam em substituí-lo pelo Carnaval nos moldes do que se via em Paris, Veneza ou Nice. A intensificação da repressão policial às práticas típicas do Entrudo e o surgimento das sociedades carnavalescas pareceram a inauguração desse tempo civilizado. E, com já vimos, o discurso civilizador era a camuflagem da moda para o racismo que permeava as relações sociais no Brasil.

No Rio de Janeiro, fantasias, alegorias e batalhas de confetes compunham os desfiles das luxuosas sociedades carnavalescas do começo do século XX. Muita coisa vinha diretamente de Paris e era rapidamente consumida por quem tinha dinheiro suficiente para freqüentar as lojas sofisticadas da rua do Ouvidor. Colombinas, arlequins e pierrôs pareciam ter expulsado da festa os antigos mascarados, diabinhos, dominós, caveiras e zé-pereiras (grupo de foliões tocando bumbos e outros instrumentos), que saíam às ruas nos dias de Entrudo.

Tudo indicava que, finalmente, a civilização desejada pelas elites havia aportado no Brasil acompanhando as bugigangas, adereços e alegorias importadas da Europa. A impressão causada pe-

historia.pmd 226 11/5/2006, 10:09

Entrudo, o antigo carnaval de rua.

los desfiles das sociedades carnavalescas era fartamente comemorada pela imprensa. O colorido e o brilho das alegorias e fantasias encantavam tanto aos que assistiam os desfiles do alto das sacadas e janelas, quanto aos que se espremiam nas ruas. Intelectuais e jornalistas esperavam que, mais do que se deslumbrar, todos, negros e brancos, aprendessem a forma civilizada de se divertir.

Bem sabemos que o Carnaval brasileiro não se tornou a cópia da sua matriz européia. De fato a influência européia estava longe de ser suficiente para suprimir expressões das tradições negras que o Carnaval trazia a público. Mesmo no Rio de Janeiro, onde a vigilância e a repressão eram mais ostensivas, os ranchos, que surgiram nos fins do século XIX, e os cordões, que há muito comandavam a farra, garantiam o grande público. Rancho é como se denominavam os grupos de festeiros que, reeditando um costume português, se apresentavam durante as celebrações católicas, especialmente o Natal e a festa de Reis. Eles representavam os pastores em viagem a Belém para visitar o menino Jesus. Eram grupos que iam de casa em casa cantando e cumprimentando os moradores. No Nordeste e no Pará os ranchos também são chamados de reisados e, os que mais se destacam, ostentam uma variedade de vestimentas e adornos luxuosos. Na Bahia do século XIX, a cada rancho correspondia um símbolo, porta-bandeira e mestre-sala que nas suas coreografias interpretavam a seu modo os passos das danças dos salões das elites.

Os primeiros ranchos carnavalescos cariocas surgiram, no começo do século XX, na região do porto, lugar repleto de maltas de capoeira, candomblés e cortiços onde, como já vimos no capítulo anterior, habitava boa parte da população negra migrante do Nordeste. Era a chamada Pequena África. Na vizinhança do famoso candomblé de João Alabá e do cortiço Cabeça de Porco funcionavam as sedes de vários cordões carnavalescos, a exemplo do Rompe e Rasga, Estrela da Aurora, Nação Angola e Rei de Ouro. O Rei de Ouro, fundado em 1894 por Hilário Jovino, foi o primeiro rancho carnavalesco da cidade do Rio de Janeiro. Hilário chegou à cidade em 1870 e tornou-se liderança na comunidade baiana no bairro da Saúde. Ele foi tenente da guarda nacional, ogã

historia.pmd 228 11/5/2006, 10:09

(um cargo hierárquico importante) do terreiro de João Alabá e o carnavalesco responsável pela criação de vários ranchos. Como ele mesmo diria, o que lhe interessava era "fundar novidade".

Dentre essas muitas agremiações, uma merece atenção especial, o rancho Rosa Branca. As trajetórias do Rosa Branca e de sua organizadora, Tia Ciata, contam muito sobre o ambiente cultural negro da época. Ciata, como ficou conhecida Hilária Batista de Almeida, chegou da Bahia em 1876, aos 22 anos. No Rio de Janeiro foi recebida na casa de Miguel Pequeno e Amélia Kitundi, onde também era hóspede Hilário Jovino. Ciata tornou-se uma liderança na comunidade negra da Pequena África, muito contribuiu para a coesão do grupo e para o trânsito de pessoas e costumes entre a Bahia e o Rio de Janeiro. O respeito e carinho por ela eram ritualizados, anualmente, na reverência que os demais ranchos lhe faziam antes de saírem à rua. Era uma mistura de benção e homenagem.

Ciata era doceira e trabalhava vendendo nas ruas vestida de "baiana", ou seja, usando saia rodada, pano da costa, turbante, pulseira e os fios de contas próprios dos seus orixás no candomblé. Essas roupas, costuradas e bordadas na casa dela, também eram desfiladas no Rosa Branca. Os trajes de "baiana" produzidos na Pequena África faziam tanto sucesso que começaram a ser alugados para fora da comunidade. Outras sociedades carnavalescas começaram a ostentá-los nos desfiles de Momo. Curiosamente, o mesmo Carnaval que tentava excluir as expressões da cultura negra, agora não só as incluía como proporcionava alguma renda àquela população com poucas oportunidades no mercado de trabalho.

Um dos maiores méritos de Tia Ciata foi saber cultivar boas relações com gente de prestígio e dinheiro. Graças a esse talento diplomático e sua habilidade no manejo de ervas medicinais, o marido dela conseguiu empregar-se no gabinete do chefe de polícia. Para tanto ela teve como intermediário o presidente Venceslau Brás, que assim a recompensou pela cura de uma ferida na perna que os médicos diziam não ter mais meios para tratar. A proteção e ajuda de pessoas influentes na sociedade faziam parte das estratégias dos adeptos do candomblé para se livrarem da polícia, garantirem o custeio das obrigações rituais e mesmo a ascensão de

historia.pmd 229 11/5/2006, 10:09

negros através de empregos e cargos públicos. Foi essa comunidade negra, formada por gente como Hilário Jovino e Tia Ciata, que promoveu a incorporação dos ranchos às festas carnavalescas no Rio de Janeiro.

A empolgação pelo Carnaval de formato europeu também contagiou as elites de outras partes do país. Mas nem por isso a festa de Momo teve a mesma forma nacionalmente. No Rio Grande do Sul, a criação das sociedades carnavalescas Esmeralda e Venezianos, nas décadas de 1870 e 1880, foi duplamente celebrada: primeiro porque decretava o fim do Entrudo, e segundo porque significava uma mudança nos costumes capaz de colocar Porto Alegre no mesmo patamar de "desenvolvimento civilizatório" que o Rio de Janeiro. No entanto, essas agremiações carnavalescas não eliminaram as práticas do Entrudo. Até as duas primeiras décadas do século XX o Carnaval e o jogo das molhadelas ainda fariam o entusiasmo dos gaúchos.

Entre 1880 e 1900, nos salões dos principais teatros de Recife, também surgiram as primeiras agremiações carnavalescas pernambucanas com suas marchas e polcas (um ritmo musical de origem polaca). Ainda assim o Carnaval não extinguiu o grupo de maracatu Cabinda Velha, que desfilava na capital pernambucana, com seu estandarte bordado a ouro e uma pequena orquestra de tambores, chocalhos e ganzás. Para acompanhá-los, uma mulher negra chamada de Dama do Passo rodopiava na mão a calunga, uma boneca de pano, madeira ou metal. Esse ritual dizia mais sobre os congados dos negros do que sobre arlequins e pierrôs, símbolos do Carnaval europeu.

Os maracatus tradicionais de Recife, a exemplo de Porto Rico, Elefante, Leão Coroado e Cabinda Velha eram, e ainda são chamados de "nações africanas", numa explícita referência às origens nas tradições trazidas ou inventadas pelos africanos. Desde meados do século XIX que essas nações de Maracatu fazem parte das festividades urbanas e rurais, apesar das críticas das autoridades administrativas e religiosas. O Leão Coroado, um dos mais antigos, foi fundado em 1863 e ainda hoje sai às ruas. O surgimento desses maracutus está relacionado com a coroação do Rei Congo, uma prática cultural que data do século XVIII e era promovida

historia.pmd 230 11/5/2006, 10:09

Presença negra no carnaval carioca, 1868.

nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em cidades mineiras, baianas, pernambucanas, gaúchas e cearenses, dentre outras. Trata-se de uma versão do cortejo com músicos e dançarinos que seguia os reis Congos durante as festas do Rosário.

Já em Salvador as grandes atrações do Carnaval das últimas décadas do século XIX foram os clubes negros, especialmente os Pândegos da África e a Embaixada Africana. Os desfiles desses clubes, embora seguissem o modelo das grandes sociedades carnavalescas — com carros alegóricos, fantasias e adereços —, em muito lhes eram distintos.

Na interpretação dos jornalistas os Pândegos da África promoviam nas ruas um verdadeiro candomblé. Tematizando a África, o clube desfilava com carros alegóricos que conduziam foliões vestidos de reis, ministros e feiticeiros africanos. A multidão negra tomava as ruas, cantando canções em língua iorubá ao som de atabaques, os mesmos tambores usados nos cultos afro-brasileiros. Manoel Querino, professor, escritor e abolicionista negro, foi membro da sua diretoria em 1900. Para ele, o desfile desse clube era a reprodução de festejos que ainda aconteciam na África. Não nos cabe aqui avaliar a veracidade da informação desse folião tão ilustre, mais importante é assinalar a predisposição do clube em reafirmar os vínculos culturais entre a Bahia e a África, apesar da divulgação das teorias racistas que colocavam o continente africano como o último na escala da evolução.

Já a Embaixada Africana foi fundada por Marcos Carpinteiro, um axogun (o encarregado de executar o sacrifício ritual dos animais no candomblé). Nos anos em que mais se destacou, o grupo usou como tema episódios da história dos negros, como a revolta dos malês. Essa criatividade da população negra irritava as autoridades que, exaustivamente, proibiam as "africanizações", as apresentações de "usos e costumes da Costa da África", mas que viam, ano após ano, o Carnaval sendo recriado a partir de referências ao continente negro.

Na Bahia, as batucadas e os cordões deixavam em alvoroço a negra multidão carnavalesca, ao se apresentar entre os desfiles das grandes sociedades organizadas pelas elites brancas. Os batuqueiros formavam pequenos grupos de quinze a vinte pesso-

historia.pmd 232 11/5/2006, 10:09

A coroação dos reis congos é uma celebração negra que ainda acontece em vários lugares do país. Em Minas Gerais, a comunidade dos Arturos promove a coroação dos reis congos durante a festa de Nossa Senhora do Rosário todo ano, no mês de outubro. A comunidade dos Arturos tem cerca de trezentas pessoas e está localizada a 2,5 km da cidade de Contagem, Minas Gerais, numa propriedade herdada de Artur Camilo Silvério (daí o nome Arturos), um liberto.

Congado, meados do século XIX, encenado por escravos da mina de ouro de São João del Rei, Minas Gerais.

as, seguindo os músicos com seus tambores e cuícas. Os blocos ou cordões reuniam até cem pessoas que, cercadas por uma corda — daí o termo "cordão" — dançavam e cantavam músicas aprendidas nos terreiros de candomblé. Da banda constavam instrumentos de sopro e percussão; nos estandartes eram exibidas mensagens como Outum Obá da África e Ideal Africano.

Do mesmo modo, os cordões cariocas tinham uma óbvia referência africana, chegando a se intitularem de Benguelas, Munhambane e Cabundas, por exemplo. Além disso, os cordões eram implacáveis na crítica social. Era comum ver seus foliões usando paletós às avessas e perucas cacheadas, enquanto riam dos hábitos e trejeitos das elites. Tudo isso ao som dos mesmos tambores que davam o ritmo aos rituais do candomblé àquela altura, condenados em todo canto do país.

Os estivadores ligados ao Sindicato da Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de Café no Rio de Janeiro, também chamado de Companhia de Pretos, se divertiam durante o carnaval no Rancho das Flores. Aos olhos da polícia os estivadores não eram exemplo de civilização. Volta e meia estavam envolvidos em conflitos, rodas de capoeira e freqüentemente acusados de cometerem desordens. Contudo, não era pouco o sucesso do seu rancho.

E não era apenas no Rio de Janeiro que a atuação dessas associações de classe extrapolava as lutas especificamente trabalhistas e político-partidárias. No Rio Grande do Sul, grupos como o Recreio Operário, criado em 1885 — e que ainda saía às ruas na década de 1930 — não só agregava e divertia os foliões durante o Carnaval. Eles também promoviam atos políticos e manifestações a favor de causas negras e operárias. A existência do Rancho das Flores no Rio de Janeiro e do Recreio Operário em Pelotas demonstrava que o Carnaval proporcionava a comunhão entre interesses de classe e identidade racial, ou seja, aquelas pessoas se reconheciam a partir das dificuldades que enfrentavam como operários negros.

Ranchos, cordões e blocos tinham raízes firmes nos terreiros de Candomblé. Pode-se dizer que, em diferentes lugares do país, as religiões afro-brasileiras foram espaço de preservação de heranças africanas e, sobretudo, de criação de uma cultura negra. O curioso nisso tudo é que, enquanto políticos, jornalistas e intelectuais

historia.pmd 234 11/5/2006, 10:09

imaginavam que o modelo do Carnaval europeu estava contribuindo para o que chamavam de "civilização dos negros brasileiros", estes criativamente "africanizavam" a festa.

Mas, sem dúvida, a alegria da imprensa era despertada pelos grupos carnavalescos que se esforçavam para deixar de lado os tais "africanismos". Quando, em 1907, surgiu no Rio de Janeiro o Ameno Resedá, o que se viu nas ruas foram instrumentos harmônicos de corda e sopro, nenhum tambor. E o que se ouviu foi o choro, uma música que não tinha referência nos candomblés e sim nas gafieiras, bailes onde não faltavam negros, mas inexistiam atabaques. O rancho Ameno Resedá teve origem no Catete, bairro afastado da Pequena África, e reunia operários do Arsenal da Marinha, funcionários públicos, comerciários e músicos. A participação do Ameno Resedá no Carnaval trouxe alívio para quem tinha a esperança de ver extinto tudo que lembrava a África. Aceitou-se tão bem aquele rancho ameno que o presidente Hermes da Fonseca o recebeu nos jardins do palácio do Catete, para uma exibição em 1911. Por ironia, o choro também trazia fortes elementos da musicalidade negra.

Por tudo isso, os ranchos marcaram uma nova fase no Carnaval carioca e demonstram como se deram as negociações culturais e políticas entre os negros e as autoridades. Contudo, não se pode pensar que essa estratégia os eximia da vigilância e perseguição da polícia, que não via com bons olhos a associação entre essas pequenas agremiações carnavalescas, grupos de capoeira, estivadores e terreiros de candomblé. Vale repetir: uma gente que costumava constar nas crônicas dos jornalistas afrontando a polícia e promovendo conflitos, especialmente durante o Carnaval. Não foi por outra razão que se tornou obrigatória para ranchos e cordões a licença que os autorizava a sair durante o Carnaval em várias cidades do país.

Para por o bloco na rua era necessária licença registrada na polícia, informando-se endereço da sede, presidente, estandarte e lista dos integrantes. A polícia tinha poder, inclusive, para vedar o registro de determinados nomes dados aos cordões. Em 1908, no Rio de Janeiro, o clube Cachinhos de Ouro, por exemplo, foi proibido de desfilar, provavelmente porque a autoridade policial jul-

Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha, foi um dos grandes nomes do choro e valsa na cena musical da sua época. Esse carioca começou a carreira de músico aos quinze anos, tocando em festas familiares que reuniam chorões e sambistas.Na década de 1920 ele passou a fazer parte do conjunto Os Oito Batutas e a tocar em grandes festas e salões fora das favelas. Segundo o próprio Pixinguinha ele foi um dos primeiros negros a tocar na rádio Sociedade, em 1924. Até então aos músicos negros não era permitido sequer tocar nas orquestras que entretiam o público nas ante-salas dos cinemas elegantes.

historia.pmd 235 11/5/2006, 10:09

gou ofensivo que aquele grupo de negros fizesse uma alusão tão maliciosa à questão racial. As fantasias de índio também eram proibidas. A ridícula alegação era que, sob tangas e cocares, se escondiam navalhas e punhais. A implicância policial com esse tipo de indumentária chegou a tal ponto que os foliões mais afoitos cantavam nas ruas a seguinte quadrinha:

eu vou beber, eu vou me embriagar,
eu vou sair de índio pra polícia me pegar.

Mas se a repressão se intensificava, sustentada em circulares e portarias policiais, não faltavam aos foliões meios para driblá-la. Valia tomar de empréstimo licenças concedidas a outros grupos, tentar passar despercebido pelos rigores da lei se intitulando sociedades dançantes familiares. No mais, a interdição policial nunca foi eficaz a ponto de aniquilar certos aspectos da cultura negra. O bumbo, por exemplo, foi um instrumento proibido durante o Carnaval em várias cidades brasileiras na década de 1920. O que não significa que os instrumentos percurssivos tivessem todos sido retirados da festa. Criar formas de subverter, de encontrar alternativas às determinações nascidas do racismo das autoridades foi, como continua a ser, o exercício rotineiro da população negra.

O exemplo mais explícito desse jogo de concessão e subversão era o "bloco do sujo", ou seja, as pessoas que saíam vestidas com fantasias velhas e máscaras como se estivessem prontas para brincar o velho Entrudo. Vários ranchos cariocas tinham os seus "sujos", que se vestiam sem qualquer luxo, brilho ou alegorias. O "sujo" de Tia Ciata era conhecido como "o macaco é outro". Esse era o refrão que os participantes gritavam depois de colocar a mão nas máscaras, gozando da própria cor, e dizer baixinho "nós somos gente", para em seguida gritar bem alto: "o macaco é o outro". Talvez a ironia da brincadeira não fosse notada pela polícia, mas para os foliões era claro que o Carnaval inspirado na Europa não excluía a bem humorada crítica social.

E foi com esse sentido subversivo que os sambas promovidos pela comunidade negra ficaram famosos. Na São Paulo das décadas de 1910 e 1920 era no bairro da Barra Funda, zona oeste

historia.pmd 236 11/5/2006, 10:09

da cidade, que se reuniam os principais compositores e intérpretes do samba paulista. A Barra Funda estava longe de ser um território exclusivamente negro; ali conviviam imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, brancos paulistanos e migrantes negros, muitos deles vindos de outros estados. Nos grandes armazéns da região os trabalhadores negros se ocupavam com o transporte e a estocagem de café. Esses mesmos trabalhadores também estavam entre os sambistas que fundaram, em 1914, o grupo Barra Funda, o primeiro cordão carnavalesco do bairro, que depois viria a ser a Escola de Samba Camisa Verde e Branca. Se a partir da década de 1930 esse samba paulista também foi bem acolhido pela cultura nacional, até então os bambas da Barra Funda tiveram que sambar em porões e barracões fechados, longe dos olhos e ouvidos da polícia. Como dizia uma quadrinha da época:

Na Barra Funda meu bem
zona que dá o que falar
aqui a polícia não vem
não tem encrenca, nós vamos sambar.

Na Barra Funda havia clubes de futebol negros, como o São Geraldo e a seleção Pacaembu. Essa seleção disputou nos anos 20 contra clubes cariocas. Até a década de 1930, jogadores negros não eram admitidos nos times de primeira divisão do campeonato paulista. No entanto havia campeonatos de clubes negros concorridos que aconteciam nos campos de várzea do Bom Retiro. O futebol era então um fator de coesão da comunidade negra. Foi a partir de um time de futebol que se organizou o bloco carnavalesco Vai Vai, em 1930.

Mas foi com nomes do samba carioca como Sinhô, Donga, João da Baiana e Heitor dos Prazeres que o samba conquistou o lugar de principal símbolo nacional. Esses sambistas eram cada vez mais referidos e respeitados inclusive pela mídia da época, ainda que ironizassem acontecimentos e personalidades políticas. Em 1916, Ernesto dos Santos, o Donga, registrou a música *Pelo telefone,* uma paródia sobre o envolvimento da polícia com jogos proibidos. *Pelo telefone* foi o maior sucesso do Carnaval de 1917 e foi executado em diversas rádios da cidade. Pela primeira vez a

historia.pmd 237 11/5/2006, 10:09

indústria cultural da época se abriu à produção dos negros cariocas. Esse feito contribuiu para o fortalecimento das escolas de samba e de grupos teatrais negros na década de 1930.

Até então poucos atores negros atuavam nos grandes palcos da cidade. No teatro de revista, um dos principais espaços de difusão cultural da época, era comum que atores brancos se caricaturassem para interpretar personagens negros. No entanto, em 1926 surgiu a Companhia Negra de Revista formada exclusivamente por negros. A peça de estréia tinha um nome sugestivo: *Tudo Preto*. Esse grupo tinha dois propósitos: por um lado valorizar a cultura negra; e por outro exaltar a integração dos negros na sociedade moderna e civilizada. A boa convivência entre as raças e a exaltação da nação estavam em pauta e os negros estavam cientes disso.

No Rio de Janeiro, por volta de 1928, surgiram as primeiras organizações de sambistas no Estácio, nos morros da favela, no centro da cidade e na Mangueira. As escolas de samba, no início, eram agremiações com fins festivos e assistenciais e aos poucos conquistaram espaço na indústria do entretenimento celebrando temas nacionais. À estrutura dramática dos enredos, personagens, estandarte e alas, já definidas pelos ranchos, foi acrescida a novidade rítmica do samba, das coreografias e da exaltação à nação brasileira. A beleza e o exotismo nacional passaram a fazer parte do repertório dos sambistas.

Do Estácio de Sá, bairro situado entre os rios Comprido e o Catumbi, as agremiações carnavalescas ganharam o morro de São Carlos, as encostas da Saúde, Salgueiro, Mangueira. Ao mesmo tempo, as escolas de samba foram oficializadas como principais atrações do carnaval carioca. A partir de 1932 coube a cada agremiação a escolha de tema e o enredo, para que pudessem concorrer às subvenções e prêmios pagos pela prefeitura. Àquela altura o Carnaval já era a grande festa nacional, a mais autêntica representação de brasilidade, sem que isto significasse a inclusão da população negra na categoria de cidadãos.

O interesse de intelectuais da época em identificar o que seria uma identidade brasileira muito contribuiu para a legitimação do caráter nacional da cultura de origem africana. Dois anos de-

historia.pmd 238 11/5/2006, 10:09

pois da oficialização do Carnaval organizado em torno das escolas de sambas no Rio de Janeiro, aconteceu em Recife o primeiro congresso afro-brasileiro. Por iniciativa de Gilberto Freyre, se reuniram na capital pernambucana alguns dos mais importantes pesquisadores brasileiros e estrangeiros. O que os interessava era a questão negra no Brasil. O encontro tinha o duplo objetivo de analisar cientificamente os problemas relativos aos negros e propor políticas públicas para resolvê-los.

Escravidão, quilombos, variações lingüísticas, religião e aspectos psíquicos dos negros foram os temas das discussões. O tom mais militante e menos acadêmico do congresso ficou por conta do discurso do representante da Frente Negra Pelotense para que, no encerramento do evento, ressaltou a necessidade de organização da "gente negra e da reverência aos antepassados". Entretanto, o maior saldo daquele evento foi a certeza de que a questão negra era um campo de pesquisa fértil e ainda pouco explorado no Brasil. O congresso conseguiu incentivar as pesquisas, principalmente sobre o que se denominava na época de "folclore negro": as religiões afro-brasileiras e a capoeira.

Gilberto Freyre publicou, em 1933, *Casa Grande e Senzala,* livro clássico que interpreta a sociedade brasileira considerando a contribuição cultural do negro, do índio e do português para seu processo formativo.O livro exalta a idéia da mestiçagem harmoniosa . Para Freyre vivemos num Brasil mestiço, com uma identidade nacional singular, resultado da mistura entre as "raças" branca, negra e índia. Nas suas palavras "todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, traz na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro".

As religiões afro-brasileiras

Quando o século XX se inaugurou, as religiões afro-brasileiras já estavam solidamente assentados na sociedade brasileira. Estavam constituídos o candomblé na Bahia, a umbanda no Rio de Janeiro, xangô no Recife, batuque em Porto Alegre e Casa das Minas no Maranhão. Essas religiões se formaram, como já comentamos no capítulo IV, recriando tradições de diferentes etnias africanas. No Maranhão a principal referência religiosa afro-brasileira era a Casa das Minas, um culto organizado em torno de lideranças femininas que existe desde pelo menos 1847.

Ali se cultua os voduns, deuses da nação jeje. As orações e a maioria dos cultos são secretos, interditados aos não-iniciados. Até mesmo os nomes de algumas divindades não são pronunciados publicamente. Do mesmo modo que nos candomblés baianos e da umbanda carioca, a devoção aos voduns da Casa das Minas cresceu logo depois da abolição e nas duas primeiras décadas do

historia.pmd 239 11/5/2006, 10:09

O tambor de crioula é uma dança própria do Maranhão, na qual os tambores são acompanhados por versos de improviso. É o som dos tambores que se ouve em festas públicas. Aos homens cabe cantar e tocar três tambores de madeira de tamanhos diferentes, enquanto as mulheres dançam. Conta-se no Maranhão que São Benedito gosta de tambor de crioula e por isso muitas promessas ao santo são pagas com uma festa de tambor de crioula

século XX, apesar de forte repressão policial.

Entre 1890 e 1950 várias iniciadas no culto aos voduns (as vodunsis) também eram operárias nas fábricas de tecidos de São Luís, capital do Maranhão. Quando, a partir da década de 1950, essas fábricas começaram a falir, muitas dessas mulheres migraram para o sudeste do país e principalmente para o Rio de Janeiro, onde encontraram outras tradições religiosas afro-brasileiras, a exemplo do culto aos orixás da comunidade baiana. Essa interação entre diferentes referências religiosas certamente favorecia a interpretação de que era no Rio de Janeiro que se construía a síntese da cultura nacional.

A Casa das Minas, com suas lideranças religiosas femininas fortes, conseguiu conquistar a cumplicidade de políticos e intelectuais. Aliás, como no resto do Brasil o interesse de pesquisadores e a proteção política foram fundamentais para a continuidade dessas tradições. Já comentamos sobre as formas de legitimação do poder religioso de Tia Ciata. Tal aliança, ao tempo em que resguardava as religiões afro-brasileiras das investidas policiais, também firmava as bases para incorporá-las entre as expressões da cultura nacional. É por isso que o pai-de-santo baiano Severiano Manuel de Abreu, o Jubiabá, dizia com orgulho ser "amigo do governo", e que ao seu terreiro iam "pessoas de muita importância, médicos, bacharéis, negociantes e autoridades".

Na Bahia, a presença de intelectuais nos terreiros de candomblé era antiga. Nina Rodrigues e Manoel Querino inauguraram, no final do século XIX, as pesquisas sobre as práticas religiosas nos cultos aos deuses afro-brasileiros. Eles registraram a distinção entre os terreiros de nação jeje-nagô, congo e angola, identificaram os rituais e pessoas importantes na preservação e recriação das tradições africanas no candomblé. Mas essa proximidade entre intelectuais e adeptos do candomblé se tornou ainda mais estreita na década de 1930. E se os terreiros usufruíam dessa relação, muitos intelectuais também recorreram a eles em busca de matéria-prima para suas carreiras intelectuais e mesmo para serem protegidos. Em 1937, ao fugir da polícia política do Estado Novo, o escritor Edison Carneiro encontrou refúgio no terreiro de Mãe Aninha, o Axé Opô Afonjá, em Salvador.

O Axé Opô Afonjá e a ialorixá Aninha foram fundamen-

historia.pmd 240 11/5/2006, 10:09

Mãe Aninha e Mãe Senhora, famosas sacerdotisas do candomblé baiano, líderes do Ilê Axé Opô Afonjá.

tais para a afirmação social e política dos terreiros. Eugênia dos Santos, a Aninha, era a mais famosa e respeitada ialorixá do período. A sua autoridade extrapolava a comunidade negra, alcançando a política institucional e o ambiente acadêmico. Edison Carneiro, que desde 1933 se dedicava ao estudo das crenças, mitos, relações hierárquicas e ritos nos candomblé baianos, tinha nessa ialorixá uma dedicada colaboradora. Enquanto cuidava dos preparativos para o Segundo Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1937, Edison Carneiro também dava início ao livro *Religiões Negras,* publicado em outubro de 1936, com a contribuição de Aninha. Isso explica a presença dela entre os palestrantes do Congresso.

Foi nos pomposos salões do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que se reuniram intelectuais e alguns dos mais importantes pais e mães-de-santo dos candomblés baianos convidados para o evento. Entre assistentes e palestrantes estavam literatos como Jorge Amado, pesquisadores estrangeiros, a exemplo de Donald Pierson, mas também líderes religiosos. Além de Mãe Aninha, lá estava Martiniano Eliseu do Bonfim, o presidente de honra do congresso, babalaô, ou seja, sacerdote de Ifá (deus da advinhação). Filho de africanos, esse babalaô morou em Lagos, na Nigéria, e por isso falava com fluência iorubá, o que foi de muita ajuda na tradução cuidadosa dos termos que pesquisadores como Nina Rodrigues e mais tarde Edison Carneiro coletavam nos candomblés.

Mas se as presenças ilustres foram dignas de nota, mais ainda foram as ausências de Mário de Andrade e Gilberto Freyre. O primeiro, doente, enviou como representante o maestro Camargo Guarnieri, com a tarefa de recolher notações musicais dos terreiros de candomblé da Bahia. O outro, não só faltou ao congresso que dava seguimento ao que ele próprio havia organizado anos antes, como questionou, publicamente, o seu propósito. Para Freyre a iniciativa de Edison Carneiro podia redundar numa improvisação, num arremedo do que fora o primeiro congresso, pois julgava que os organizadores estavam mais preocupados com as rodas de samba, candomblé e capoeira do que com as pesquisas e debates científicos.

A crítica enciumada de Gilberto Freyre se devia às visitas dos palestrantes aos principais terreiros da cidade, nos quais assis-

historia.pmd 242 11/5/2006, 10:09

tiriam cerimônias, seguidas de explicações sobre os rituais e entrevistas com o povo-de-santo. Essa agenda que mesclava debates acadêmicos, visitas a terreiros e apresentações de capoeira em nada agradou a Gilberto Freyre. Em pelo menos três ocasiões os congressistas visitaram o terreiro de João da Pedra Preta, ou Joãozinho da Goméia, no bairro de São Caetano, foram a uma festa por ele organizada na cachoeira de São Bartolomeu, e a um samba de roda no Clube de Regatas Itapagipe.

Entretanto, a participação da comunidade negra nesse congresso de modo algum seria pitoresca, como Freyre havia insinuado. Mais que ser objeto de estudo dos pesquisadores e recepcioná-los nos terreiros, os adeptos do candomblé também foram palestrantes. Mãe Aninha apresentou uma comunicação intitulada "Notas sobre comestíveis africanos", Bernardino do Bate Folha intitulou a sua de "Ligeira explicação sobre a nação congo", e Manuel Falefá falou sobre "O mundo religioso do negro da Bahia".

Uma das conseqüências do Segundo Congresso afro-brasileiro foi a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, cujo primeiro presidente foi Martiniano do Bonfim. A entidade foi um marco na luta pelo respeito às religiões afro-brasileiras. Um dos seus atos foi encaminhar uma carta ao governador Juracy Magalhães solicitando que prevalecesse o princípio da liberdade religiosa, desautorizando-se, portanto, a polícia a perseguir os candomblés. Apesar dessa investida e da repercussão do congresso, só em janeiro de 1976, durante os festejos ao Senhor do Bonfim na Bahia, o então governador Roberto Santos assinou o ato administrativo que garantiu a liberdade de culto para as religiões afro-brasileiras. Só então, os terreiros deixaram de ser obrigados a pedir licença para funcionarem e foi suspenso o pagamento de taxa ou registro na polícia.

Um dos pesquisadores presentes ao Segundo Congresso Afro-Brasileiro foi Donald Pierson, da Universidade de Chicago. Ele esteve na Bahia entre 1935 e 1937, quando contou em suas pesquisas com a colaboração de pessoas importantes na religião afro-brasileira, como Martiniano Eliseu do Bonfim, Aninha, Joãozinho da Goméia e Mãe Menininha do Gantois. O resultado de sua pesquisa foi publicado no Brasil, em 1944, no livro *Brancos e pretos no Brasil: estudo de contato racial.*

A criação de um instituto de estudos afro-brasileiros na Bahia também foi idealizada em meio ao Segundo Congresso. Mais tarde, em 1959 a idéia foi concretizada com o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO), tendo à frente o professor e humanista português Agostinho da Silva. Ao ser fundado, um dos propósitos do CEAO foi aproximar, em termos diplomáticos e culturais, o Brasil dos países africanos que àquela altura se livravam do domínio colonial.

historia.pmd 243 11/5/2006, 10:09

Capoeira

Na primeira metade do século XIX a capoeira era praticada pelos escravos e libertos. Jogar capoeira consistia no uso de agilidade corporal e no manejo da navalha para golpear os adversários. A presença dos capoeiras nas ruas marcava o cotidiano da escravidão urbana no Rio de Janeiro. Para a polícia eles eram vadios e desordeiros sempre dispostos a afrontá-la com violência. Entretanto, os capoeiras também eram trabalhadores ocupados no transporte de mercadorias, operários, marinheiros, enfim pessoas que constituíam nas ruas e praças espaços próprios. Mas, para as autoridades policias do período imperial os capoeiras comprometiam a ordem social, desestabilizavam o cotidiano das cidades. A destreza no manuseio da navalha e a habilidade no uso do próprio corpo nos golpes faziam deles uma gente potencialmente perigosa.

Ao longo de todo século XIX um dos grandes objetivos da ação policial foi a repressão aos capoeiras, mas nem sempre com a mesma determinação e eficiência. Uma maior ou menor tolerância dependia do contexto político, do empenho das autoridades policiais e mesmo alianças nas quais capoeiras podiam estar envolvidos. Entre 1866 e 1870, durante a guerra do Paraguai, negros capoeiras foram incorporados, muitos forçosamente, aos batalhões brasileiros. O recrutamento forçado para o Exército e a Guarda Nacional era uma forma de puni-los. Entretanto, ao ser introduzida nas fileiras militares, a capoeira conquistou adeptos entre a população livre e criou a possibilidade de prestígio e ascensão para os negros que a praticavam. Por isso não era incomum que soldados e até oficiais graduados do Exército e da própria polícia a praticassem.

As relações entre aqueles que eram vistos como desordeiros e os encarregados pela promoção da ordem eram mesmo bastante dúbias. Capoeiras eram contratados pela polícia como informantes ou por políticos como capangas, enquanto se multiplicavam nos jornais de várias cidades queixas contra a capoeiragem. Em Belém do final do século XIX, nomes como Chico Bala e Mão-de-Seda ficaram conhecidos pelos serviços, nem sempre lícitos, que prestava a chefes políticos locais. Por outro lado, na

historia.pmd 244 11/5/2006, 10:09

Jogo de capoeira na Bahia, década de 1820.

capital paraense, através dos jornais denunciava-se o território dos capoeiras: o Ver-o-Peso, um mercado público na área portuária da cidade, e o largo de Santana, onde estavam as principais casas de jogos, as ricas pensões e os clubes de dança.

O Pará viveu na Primeira República uma época de prosperidade graças aos lucros com a exportação da borracha da Amazônia. Pelo porto de Belém eram embarcadas para a Europa e os Estados Unidos grandes quantidades de látex, e desembarcados produtos europeus como tecidos, jóias, livros e máquinas agrícolas. Era justamente nessa zona portuária de grande circulação de pessoas e riquezas que a capoeiragam era praticada a qualquer hora do dia e da noite. É certo que ao se exibirem em locais tão movimentados eles contavam com a conivência, ou pelo menos com a tolerância da polícia. Principalmente se entre os praticantes houvesse capangas de políticos importantes, que geralmente ficavam impunes apesar das infrações que cometiam. Isso demonstra que a repressão dependia das circunstâncias e conveniências.

O êxito da economia paraense atraiu para a região amazônica, entre 1890 e 1910, trabalhadores nordestinos e imigrantes europeus, principalmente portugueses. A interação entre esses trabalhadores levou à incorporação pela capoeira paraense de armas próprias às lutas portuguesas, assim como golpes e hábitos dos capoeiristas baianos, cearenses e pernambucanos. No Rio de Janeiro, essa convivência entre negros, imigrantes pobres e migrantes de diversas regiões do país nas ocupações braçais, principalmente na estiva, ampliou, ainda mais, os tipos sociais que praticavam capoeira. Entre os praticantes estavam portugueses, espanhóis e italianos que trabalhavam no porto, operários nordestinos, soldados, brasileiros brancos e pobres. Não eram apenas os negros que podiam ser facilmente identificados como capoeiras pelo andar gingado, as calças de boca larga e a argolinha de ouro na orelha, sinais de valentia.

Por outro lado, a rivalidade entre os grupos de capoeiras, também chamados de maltas, como os nagoas e guaiamus no Rio de Janeiro, expunham as distinções e disputas que pontuavam o cotidiano da população negra. As cores das roupas, fitas, chapéus, tipos de assobios eram sinais que os distinguiam. Se as autorida-

historia.pmd 246 11/5/2006, 10:09

des ignoravam as diferenças entre os vários grupos que compunham o contigente negro, as maltas provavam que as relações entre eles eram complexas, marcadas por filiações étnicas e espaços de inserção na cidade.

Na década de 1880, quando a campanha republicana foi intensificada, o envolvimento de capoeiras em disputas partidárias agitou a vida política nacional. A crise que há algum tempo ameaçava a monarquia foi agravada com a abolição. Às vésperas da proclamação da República a situação se tornou mais grave no Rio de Janeiro. Naquela cidade, grupos de capoeiras, aliados a políticos monarquistas, tumultuaram atos públicos dos republicanos, ameaçando-os e mesmo invadindo e incendiando sedes de jornais que faziam oposição à família imperial. A cabeçada, a rasteira e a navalhada passaram a ser os principais instrumentos de convencimento a favor da continuidade do regime monárquico.

Quando a República foi proclamada veio a revanche: a capoeira passou a ser contravenção prevista no Código Penal de 1890, com pena de dois a seis meses de prisão. Muitos praticantes acusados de outros crimes, como vagabundagem e roubo, tiveram como destino a colônia correcional da Paraíba, a ilha de Fernando de Noronha ou o Acre para que fossem corrigidos pelo trabalho. A ordem do presidente Deodoro da Fonseca era que a capoeiragem fosse extinta do território nacional para o bem dos cidadãos e da segurança do Estado. A atenção especial da legislação penal republicana, por certo, estava relacionada à participação política de capoeiras nos episódios que antecederam a proclamação da república em 1889. Mas outras razões para a repressão aos capoeiras também foram enumeradas. Em Belém, um delas era o suposto aumento da criminalidade. Na interpretação da polícia paraense os capoeiras eram os principais responsáveis por delitos que iam desde o uso de palavras obscenas em locais públicos a homicídios.

Nem por isso a capoeira deixou de fazer parte dos arranjos políticos durante a República. Em Belém, uma Guarda Negra continuou prestando serviços como capangas a políticos locais. Esses capangas eram, em grande parte, pernambucanos que, além de garantirem a segurança e executarem as tarefas ordenadas por líderes locais, organizaram cordões carnavalescos. Durante o Car-

Entre 1888 e 1889 foi formada uma organização chamada Guarda Negra. Dela faziam parte negros — alguns deles capoeiras — que defendiam a monarquia e a família real. Eles se organizaram no Rio de Janeiro e na Bahia em nome do Terceiro Reinado no Brasil, sob o governo da princesa Isabel, a quem diziam dever gratidão pelo ato que aboliu a escravidão no Brasil. Com o apoio inicial do abolicionista negro José do Patrocínio e de outros políticos importantes, o grupo usava dos golpes da capoeira para dispersar reuniões de republicanos. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1888, eles transformaram o largo do Rossio em praça de guerra para impedir que Silva Jardim discursasse em prol da República. Na Bahia, o mesmo Silva Jardim foi recebido em junho de 1889 com paus, pedras e pontapés ao desembarcar para participar de um comício republicano. Manoel Benício dos Passos, o Macaco Beleza, foi acusado pelos republicanos de ser o causador do conflito na Bahia. Ele foi descrito na época como "mulato alto, beiçola, tipo de rua, ignorante e inculto". Para os estudantes de Medicina envolvidos no confronto ele liderava "uma malta de homens de cor, sujos, descalços, sem chapéus, rotos e ferozes": a Guarda Negra baiana.

historia.pmd 247 11/5/2006, 10:09

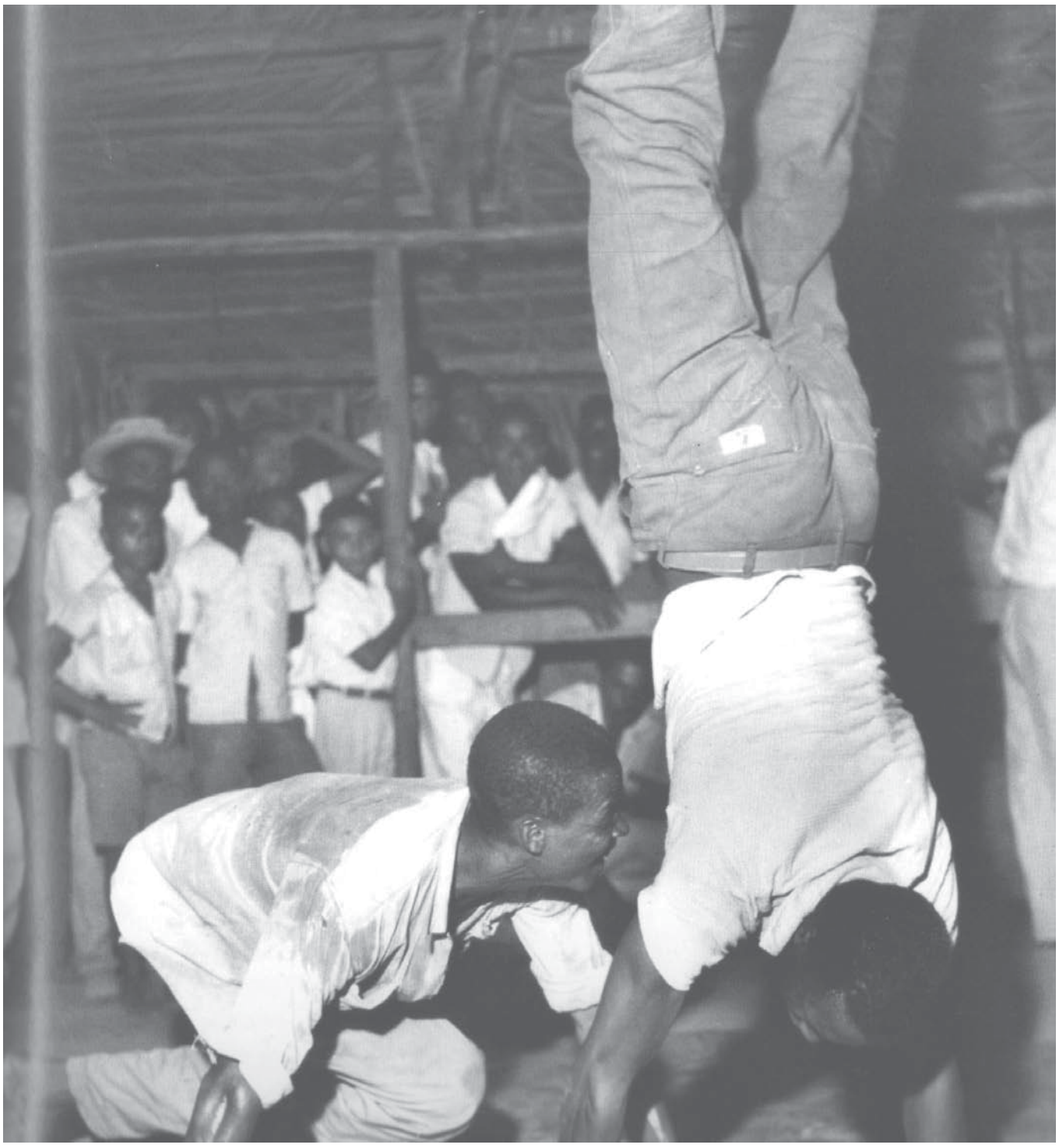
naval desfilavam cordões rivais que eventualmente se enfrentavam nas ruas. À frente dos cordões iam os "balisas", ou seja, capoeiras armados com navalhas e punhais encarregados de garantir a segurança dos integrantes. A rivalidade entre os grupos às vezes assumia traços raciais. Era famosa, por exemplo, a hostilidade que havia entre os moradores dos bairros periféricos de Belém, de maioria negra e cabocla, e aqueles que residiam no centro da cidade, em geral comerciantes e caixeiros portugueses.

Não é preciso o dizer que nos conflitos que aconteciam entre os cordões nem sempre a polícia agia de acordo com a legislação em vigor. O apadrinhamento político garantia a impunidade. Seguindo essa lógica de troca de favores, ao longo das três primeiras décadas do XX a capoeiragem foi muito comum nas vias públicas, na zona do porto, nas feiras livres e durante as festas religiosas e o Carnaval.

Mas foi na década de 1930 que teve curso algo fundamental para a popularização e a descriminalização da capoeira: a criação da capoeira regional na Bahia pelo mestre Bimba. Em Salvador já eram famosas as rodas de capoeiras da rampa do Mercado Modelo, na zona portuária, nas festas em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia. A capoeira regional trouxe mudanças no jogo da capoeira que a destituía do estigma de desordem, de luta exclusiva dos valentões, e a colocava no patamar de prática desportiva.

Cabe lembrar que foi na década de 1930 que a prática de esportes começou a ser a principal recomendação para a saúde. As competições de futebol, atletismo e boxe atraíam e empolgavam a um público cada vez maior. O mestre Bimba reinventou o jogo da capoeira incorporando golpes das lutas marciais que faziam sucesso na época, sem dissociá-la de suas raízes negras. Ao mesmo tempo ele promoveu a inclusão de jovens brancos nos grupos de capoeira regional. Em 1933, veio o reconhecimento oficial como prática desportiva e a sua inclusão entre as práticas do pugilismo, tal qual o boxe e o jiu-jitsu. Estava em curso o processo de descriminalização da capoeira, que foi conquistando a condição de luta genuinamente brasileira.

historia.pmd 248 11/5/2006, 10:09



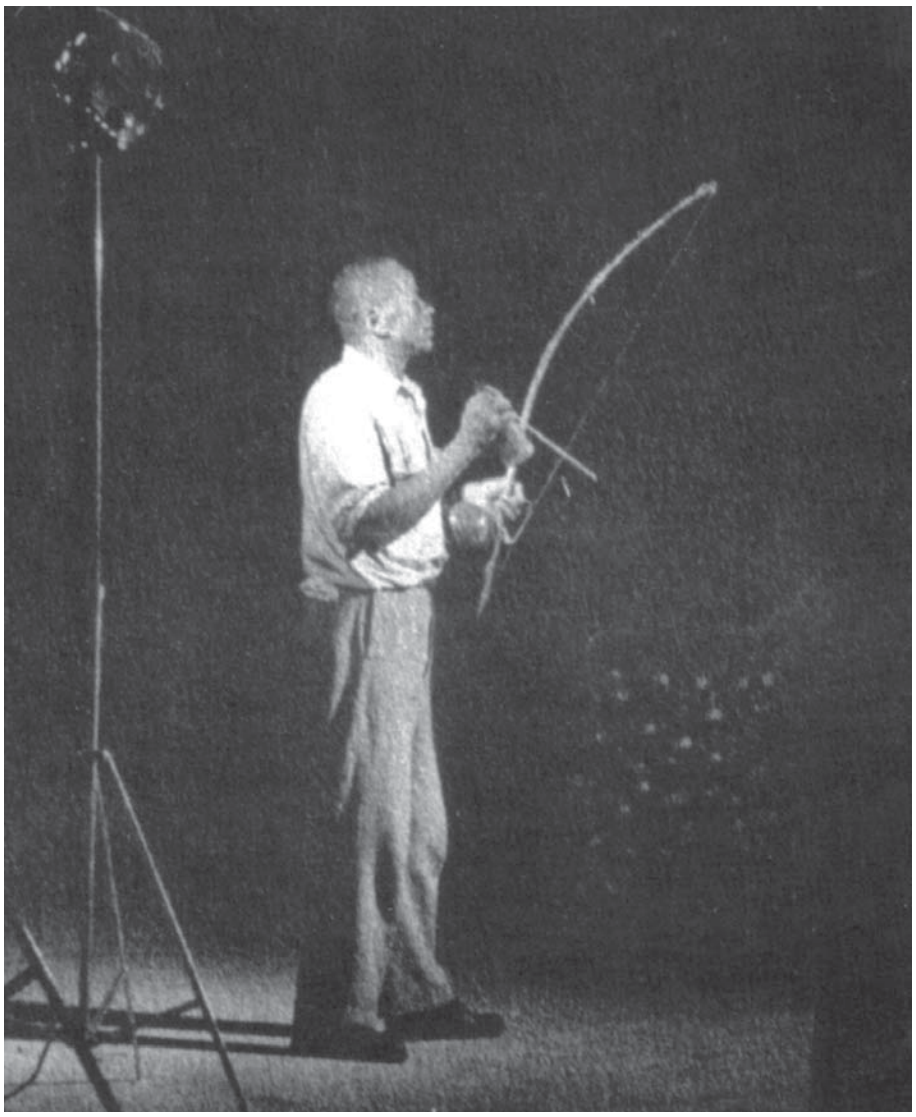
Capoeira, meados do século XX.

A capoeira agora se estendia das ruas para os ringues. Nas suas exibições mestre Bimba conquistava prestígio, a ponto ser convidado em 1936 pelo governador na Bahia, Juracy Magalhães, para se apresentar no palácio do governo. O convite surpreendeu ao próprio mestre Bimba, que sabendo-se conhecido pela polícia, temeu ser aquela mais uma tentativa de prendê-lo. Entretanto, no palácio a recepção foi festiva: o governador queria que o mestre e seus alunos fizessem uma demonstração de capoeira para um grupo de políticos. A atitude do governador talvez fosse a mais clara demonstração de que a aceitação da capoeira era possível, contanto que fosse apresentada como uma prática esportiva e não mais como uma forma de rebeldia negra.

Com o status de luta corporal, vislumbrou-se um período de expansão dessa nova prática esportiva. Àquela altura da década de 1930, do mesmo modo que outras expressões culturais negras, pouco a pouco a capoeira passava a ser vista como legítima manifestação da cultura brasileira. A autorização concedida ao mestre Bimba para o funcionamento da primeira academia de capoeira, em 1937, foi um marco nesse sentido. Com o nome de Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, Bimba obteve registro para a sua academia, que foi certificada pela Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Pública como ensino de educação física. Ali passou, então, a funcionar regularmente o curso de capoeira regional.

É preciso salientar que o reconhecimento social e a descriminalização da capoeira e do candomblé não significaram o fim dos preconceitos e nem mesmo da perseguição policial. O preconceito continuou presente nas páginas dos jornais, nas políticas governamentais e nas ações da polícia. Entretanto, representa uma conquista importante na história de lutas dos negros e revela as dinâmicas políticas e culturais próprias às relações raciais no Brasil.

historia.pmd 250 11/5/2006, 10:09



Mestre Bimba

As façanhas de mestre Bimba, às vezes, eram mencionadas nas páginas dos jornais de Salvador. Em 1936, *A Tarde* noticiou um conflito entre Bimba e soldados da polícia. Segundo Bimba, os policiais eram desordeiros e tentaram atingí-lo com uma espada, o que não conseguiram graças a sua arte de capoeirista.

EXERCÍCIOS:

1. Qual o papel das associações carnavalescas na construção de identidades negras no Brasil?
2. Comente acerca da relação entre associações de classe e grupos recreativos no Rio Grande do Sul.
3. De que maneira os intelectuais contribuíram para o reconhecimento das tradições afro-brasileiras como símbolos de identidade nacional?
4. Discorda sobre a importância do mestre Bimba para a descriminalização da capoeira.

Bibliografia

ABREU, Fred. *O barracão de Mestre Waldemar*. Salvador: Zarabatana, 2003.

ABREU, Martha. *Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. *Comemorações da Independência na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras festas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LONER, Beatriz Ana. "Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX". *História em Revista*, vol 8 (dezembro de 2002), pp. 37-68.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial (1850-1890)*. Rio de janeiro: Access, 1999.

Videos/filmes:

Atlântico negro: na rota dos orixás. Direção Renato Barbieri. 53 minutos.

Sites

www.ufma.br/canais/gpmina/index.htm

www.emfolclore.ufma.br

historia.pmd 252 11/5/2006, 10:09

Capítulo X

DESIGUALDADES RACIAIS E LUTA ANTI-RACISTA

As organizações negras são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais no Brasil contemporâneo. Algumas delas têm uma longa história, que remonta ao século XIX, no tempo em que uma boa parte da população afro-brasileira ainda lutava para emancipar-se da escravidão. Outras foram criadas em resposta à discriminação e às péssimas condições de vida do negro no século XX. Neste e no próximo capítulo iremos tratar dessas organizações, suas estratégias de luta, formulações políticas, ideologias, suas denúncias específicas. Todas essas coisas eram muitas vezes veiculadas por uma imprensa militante que vamos apresentar ao leitor. E vamos também falar de alguns dos resultados dessa luta pela inserção positiva do negro na sociedade brasileira.

Associações negras no pós-abolição

A continuidade de associações nascidas no século XIX e o surgimento de outras, nas primeiras décadas do século XX, são a mais viva demonstração da participação política negra. Por meio delas, ativistas negros desenvolveram ações de combate à discriminação racial e formularam diversas propostas de inclusão social da população afro-descendente. Na Bahia, funciona até hoje a Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma instituição de ajuda mútua criada em 1832 ainda como irmandade religiosa pelo ganhador Manoel Victor Serra. Herdeira das antigas irmandades, essa asso-

historia.pmd 255 11/5/2006, 10:09

ciação de "homens de cor" conseguiu sobreviver às profundas mudanças que marcaram a passagem do século XIX ao XX.

O número de sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos aumentou na década que se seguiu à abolição. As incertezas do pós-abolição devem explicar esse aumento. A solidariedade numa situação de apuro financeiro, ou de desespero pelo falecimento de um parente, continuava a ser importante para a população negra depois do fim do cativeiro.

Com o mesmo propósito, e no rastro do declínio e destruição do escravismo, sociedades beneficentes negras surgiram nas décadas de 1880 e 1890 no Rio Grande do Sul, por exemplo. Eram associações que buscavam organizar a comunidade negra para o enfrentamento das questões que os novos tempos impunham. Foi no mundo do trabalho que esse tipo de organização e cooperação surgiu com mais força. A confluência entre militância negra e operária foi a marca das associações gaúchas. Elas propunham a constituição de uma identidade operária e negra que rompesse, de fato, com a permanência de práticas escravistas nas relações de trabalho após a Abolição. Uma dessas entidades foi a União Operária Internacional, criada em 1897. Seu fundador foi Antônio Baobad, chapeleiro, ex-escravo, diretor do Asilo São Benedito e também um dos fundadores do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Seu irmão, Rodolfo Xavier, também chapeleiro, foi líder operário no mesmo estado. Rodolfo foi diretor da União Operária Internacional e do Centro Operário 1° de Maio. Em 1909, ele era uma das lideranças do Centro Etiópico Monteiro Lopes e, na década de 1930, integrou a Frente Negra em Pelotas.

No início do século XX, algumas sociedades negras foram criadas para o enfrentamento de situações específicas de discriminação. Em 1909, os negros enfrentaram no Rio Grande do Sul um episódio surpreendente de discriminação racial. Tendo sido eleito deputado federal o negro Monteiro Lopes, houve uma tentativa de barrar a sua posse sem qualquer motivo legal convincente. Isso motivou a fundação do Centro Etiópico Monteiro Lopes em Pelotas. Na ocasião, o Centro Etiópico teve papel importante e foi o principal instrumento de mobilização e pressão para que a câmara empossasse o deputado. Mas uma vez alcançada a vitória, a associação foi dissolvida.

historia.pmd 256 11/5/2006, 10:09

Algumas associações negras surgiram para atender às necessidades de recreação e lazer. Isto porque os negros freqüentemente eram barrados nos clubes sociais controlados por brancos racistas. Luvas Pretas foi a primeira sociedade dançante, fundada em 1904 na cidade de São Paulo, e a ela logo se juntaram a Kosmos, fundada em 1908, a Elite e outras.

Alguns clubes de futebol também surgiram no início do século XX, uma vez que os jogadores negros e pardos não eram admitidos nos times de elite. Em 1907, os estatutos da Liga Metropolitana dos Sports Atléticos, sediada no Rio de Janeiro, proibiam a presença de "pessoas de cor" nas equipes associadas. Daí a opção dos negros de formarem seus próprios clubes. Em São Paulo, os mais conhecidos eram a Associação Atlética São Geraldo, fundada em torno de 1910, e o Clube Cravos Vermelhos, fundado em 1916. Vários desses clubes fizeram fama pelo talento dos seus jogadores. No Rio, fora da Liga Metropolitana, clubes predominantemente brancos não conseguiam resistir a craques como Paulino de Souza. Dispensado do segundo time do Botafogo por conta da proibição racista de 1907, ele foi contratado pelo Sport Club José Floriano, liderado pelo filho do Marechal Floriano Peixoto, presidente do Brasil entre 1891 e 1894.

Só na década de 1920 é que os grandes clubes cariocas, e depois os paulistas, passaram a admitir com mais freqüência jogadores negros em suas equipes. Mesmo assim não permitiam que eles se tornassem sócios ou freqüentassem seus salões de dança. Craques como Luís Antônio, do Bangu, e Chiquinho, do Andaraí, chegaram a ser escalados para selecionados estaduais, mas geralmente na reserva. Luís Antonio conseguiu ser convocado para treinar como representante do Brasil no campeonato sul-americano em 1919, mas permaneceu no time B. Em 1921, os jornais anunciaram que o presidente da República, Epitácio Pessoa, proibira a escalação de jogadores negros num selecionado brasileiro que ia à Argentina disputar um campeonato.

A despeito da discriminação, os jogadores negros vindos da várzea revolucionaram a forma de jogar futebol e, décadas depois, contribuiriam decisivamente para o Brasil conquistar diversos títulos mundiais nesse esporte.

historia.pmd 257 11/5/2006, 10:09

Nessa época, surgiram também organizações negras com objetivos de longo prazo. Em 1910, na cidade de São Paulo, um grupo de negros tentou fundar, sem sucesso, a Federação dos Homens de Cor. A idéia era criar uma instituição beneficente que contribuísse para a superação da marginalidade que ameaçava os negros paulistanos. Muitos anos depois, por volta de 1929, também em São Paulo, foi criado o Centro Cívico Palmares com o propósito de integrar a comunidade negra, assegurando-lhe um espaço para o debate de suas questões e para ações de auxílio mútuo. A construção do Hospital Henrique Dias, destinado ao atendimento da população negra, e a instituição da Caixa Beneficente eram os principais projetos do Centro Cívico Palmares. Infelizmente esses projetos não vingaram. Porém, como veremos mais adiante, essas iniciativas paulistanas iriam contribuir decisivamente para o surgimento de uma imprensa negra e para a criação da Frente Negra Brasileira.

A imprensa negra

À medida que a comunidade negra se organizava, crescia a demanda por jornais que dessem conta das suas atividades e reivindicações. Assim, desde a década de 1910, surgiram alguns jornais escritos por negros e a estes destinados. O objetivo dos periódicos era noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra, mas que não encontravam espaço na grande imprensa. No Rio Grande do Sul, por exemplo, *A Alvorada, A Vanguarda, A Cruzada* e *O Exemplo* noticiavam a agenda das associações negras, contribuindo para a organização dos afro-brasileiros no sul do país. Mas foi em São Paulo onde se desenvolveu uma imprensa mais atuante e duradoura. O sucesso da economia paulista nas três primeiras décadas do século XX explica, em parte, esse sucesso.

A prosperidade da lavoura cafeeira ritmava as mudanças na capital paulista. Em 1900, com cerca de 240 mil habitantes, a cidade contava com 21 mil edifícios, em 1910 já eram cerca de 375 mil habitantes e 32 mil prédios. Essas novas construções substituíam rapidamente os sobrados, igrejas e casas que ainda conferiam um ar colonial ao centro da cidade. A igreja do Rosário, construída no

historia.pmd 258 11/5/2006, 10:09

Luís Antônio, jogador do Bangu, 1919.

século XVIII pela Irmandade dos Homens Pretos e que ocupava o largo do Rosário, foi demolida em 1904. Ela era referência cultural importante para a população negra paulistana. Em torno da igreja havia um cemitério destinado ao enterro dos irmãos do Rosário e várias casinhas ocupadas por quitandas e pequenas lojas de doces, frutas, hortaliças, ervas medicinais e cachaça. Nessa época, a população pobre paulistana, tal como no Rio de Janeiro, foi sendo expulsa dos bairros centrais da cidade, e nos lugares em que habitavam foram erguidas grandes casas comerciais, teatros e bancos.

Para o trabalho na indústria têxtil paulista, em larga expansão, os empresários preferiam os imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, bem como seus filhos nascidos no Brasil. As dificuldades crescentes impostas aos trabalhadores negros para sua inserção no mercado de trabalho contrastavam cruamente com o desenvolvimento industrial e urbanístico de São Paulo. Mesmo na década de 1930, quando a imigração diminuiu de ritmo e aumentou o número de trabalhadores nacionais na indústria paulista, os critérios de contratação e demissão continuaram marcados pelo racismo. Os brancos, depois os mulatos, é que tinham maiores chances de conseguir e manter empregos, em detrimento das pessoas de pele mais escura.

Nessas condições, se impôs a necessidade de criar canais de informação e mobilização da comunidade negra. A grande imprensa, os jornais de maior circulação, que tanto haviam contribuído com o movimento abolicionista, demonstravam pouco ou nenhum interesse pelas questões que afligiam a população negra no pós-Abolição. Enquanto isso, os jornais fundados por militantes negros, como o *Grêmio Dramático, Recreativo e Literário Elite da Liberdade*, *Kosmos*, *Treze de Maio*, *Brinco de Princesa*, *28 de Setembro* e *O Paulistano* tinham em vista justamente criar espaço para a discussão da situação do negro na sociedade brasileira.

O Menelick, fundado em 1915, foi o primeiro jornal da imprensa negra nesse período. O título homenageava o imperador etíope Menelick II, que derrotara os italianos na batalha de Adwa, em 1896. Com isso ele se tornou um exemplo de resistência ao domínio europeu na África. Logo no primeiro número, os jornalistas esclareceram ser aquele um ato de respeito ao "grande rei da raça preta". Essa

historia.pmd 260 11/5/2006, 10:09

reverência revela alguns aspectos do ideário do movimento negro da época. Ao homenagear o rei etíope, os militantes paulistas davam um claro sentido positivo à ligação com a África. Numa época em que as teorias sobre a superioridade do Ocidente branco estavam na moda, os redatores do *Menelik* afirmavam que todos os negros faziam parte de uma mesma história de lutas e vitórias, a exemplo daquela do imperador africano.

Essa imprensa incrementou a vida associativa, cultural e social da comunidade negra em São Paulo. Anúncios de bailes, comemorações, protestos e denúncias que interessavam especificamente aos negros tinham lugar assegurado em suas páginas. Por vezes, os negros que escreviam nesses jornais também exibiam um discurso moralizador e preconceituoso ao recriminar determinados comportamentos e atitudes de outros negros. Sambas e candomblés, por exemplo, eram freqüentemente criticados como manifestações incivilizadas e desordeiras. Curiosamente, esses mesmos argumentos podiam ser lidos nos jornais de grande circulação quando estes se referiam ao samba e à religiosidade negra. Mas, para parte da intelectualidade negra da época, esses argumentos tinham outro sentido. Na visão deles era preciso incentivar comportamentos e atitudes que permitissem aos negros escapar dos estereótipos que a sociedade lhes atribuía - de serem vadios, beberrões, arruaceiros, primitivos.

A distribuição dos jornais era feita em pontos da cidade já demarcados como territórios negros, a exemplo da praça João Mendes, nas proximidades da igreja dos Remédios, no centro de São Paulo. Passear aos domingos, comentar sobre os últimos acontecimentos da política, ir aos bailes promovidos pelas associações e jornais eram coisas compartilhadas pelos negros residentes em São Paulo nas três primeiras décadas do século XX. Era o "meio negro", como designava José Correia Leite, um dos responsáveis pelo *Clarim d´Alvorada*. Ele próprio conta que foi freqüentando os bailes, o "meio negro", que se convenceu da importância de uma imprensa feita por "negros para negros".

Nessa época, havia salões de dança para os mais diferentes públicos: cozinheiras, empregados domésticos, operários, jornalistas, funcionários públicos e pequenos comerciantes. Entretan-

José Correia Leite, paulista, filho de empregada doméstica, foi fundador e um dos redatores do jornal *O Clarim d´Alvorada*. Esse jornal foi fundado em 1924 e mais tarde marcou a dissidência de um grupo de militantes da Frente Negra Brasileira. José Correia Leite nunca freqüentou a escola e, antes de se dedicar ao jornalismo, foi entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpintaria. Os seus depoimentos são fonte de informações muito importante para os estudos sobre a trajetória negra em São Paulo. Leia seu livro de memórias, organizado pelo poeta Cuti, listado na bibliografia no final deste capítulo.

historia.pmd 261 11/5/2006, 10:09

to, a rigidez nas regras de convívio parecia ser comum a esses ambientes. Durante o baile, um mestre-sala se encarregava de fiscalizar o comportamento dos presentes para inibir abusos, como excesso de bebida, desrespeito às damas ou a inadequação do traje. Como medida disciplinar, ele podia inclusive parar o baile e reclamar publicamente com alguém que não usasse o colarinho bem engomado ou os sapatos engraxados. Fora dos salões, a preocupação com a aparência da roupa, cabelo e comportamento traduzia o esforço desses negros para se mostrarem adequados a um mercado de trabalho regido pela lógica, muitas vezes racista, da "boa aparência".

Falar de preconceito contra negros já era algo bastante censurado, uma vez que a sociedade brasileira não reconhecia a existência do racismo, nem tão pouco que as dificuldades de ascensão social das populações negras tivessem como causa a discriminação racial. A negação do preconceito era conveniente, pois mantinha os privilégios de uma minoria e isentava o governo brasileiro de qualquer responsabilidade sobre a situação de pobreza e marginalidade da população negra.

Por isso que, ao abordarem o problema da discriminação racial, os jornais negros recorriam a diversos artifícios de linguagem. Em 1926, *O Clarim da Alvorada* publicou o seguinte texto: "Há muitos pretos que afirmam a existência de um pequeno preconceito de cor em nossa terra! Não é verdade, meus patrícios de cor. Existem uns incultos e invejosos que sempre procuram obstruir a ascensão de alguns dos nossos de cor [...]. Não se pode falar no Brasil de preconceito de raças". Ou seja, o racismo que dificultava a ascensão de alguns negros seria atitude de uma pequena minoria branca, segundo o jornal.

As páginas dos jornais negros freqüentemente estampavam denúncias de discriminação racial contra pessoas de cor negra. Um caso bastante comum foi publicado nas páginas de *O Getulino*, em 21 de outubro de 1923: um negro "vai às fábricas, mas não lhe dão serviço, muitas vezes nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornais, corre pressuroso onde precisam de empregados, e embora chegue primeiro do que qualquer outro candidato, por ser de cor é posto à margem e recusado". Havia também de-

historia.pmd 262 11/5/2006, 10:09

núncias de práticas segregacionistas nos espaços públicos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o acesso dos negros aos parques e praças era restrito a locais afastados dos freqüentadores brancos.

A existência de vários jornais negros reflete as diferentes formas de percepção e enfrentamento da discriminação racial pela militância negra de então. Muitos dos intelectuais que atuavam nesses periódicos defendiam, ardorosamente, o reconhecimento da contribuição civilizadora dos negros na construção do país. Esse argumento tinha lógica e força num contexto em que o nacionalismo formulado pelas elites não reconhecia e mesmo repudiava a porção africana do país. O máximo que faziam era reduzir a folclore a imensa contribuição cultural dos negros à formação do Brasil.

Ao reivindicar um lugar de destaque na nacionalidade brasileira, a intelectualidade negra apostava na possibilidade de conquistar direitos e posições de poder no processo de modernização do Brasil. Em artigo publicado em 1924, intitulado "A África para os africanos", *O Getulino,* periódico paulistano, chegou a argumentar que a "África é para quem não teve o trabalho de cultivar e dar vitalidade a um imenso país como este. A África é para quem quiser, não para nós". Ou seja, para esses militantes fazia mais sentido lutar por uma identidade brasileira inclusiva do que retornar para a África, como pregavam alguns militantes negros. Esse argumento servia também como resposta a setores da elite brasileira que defendiam uma solução segregacionista que transformasse os negros brasileiros em estrangeiros, em seu próprio país. Não por acaso o artigo termina com a seguinte afirmação: "O Brasil é para os brasileiros, que quer dizer é para os negros, já ouviu? (...) nós estamos em nossa casa".

A idéia de identidade nacional formulada pelas elites republicanas não apenas servia para negar a existência do racismo como para desestimular a formação de associações negras. Quando, em 1928, *O Clarim d'Alvorada* anunciou a intenção de organizar um Congresso da Mocidade Negra, os jornais da grande imprensa paulista reagiram indignados à iniciativa. A possibilidade de que os negros pudessem se organizar e manifestar politicamente suas aspirações assustava a elite brasileira. Houve quem se perguntasse: "que necessidade há nisso?", "o que se vai falar nesse congresso?".

Outros jornais sucederam ao *Menelick*: *A Rua* e *O Xauter*, 1916; *O Alfinete*, 1918; *O Bandeirante*, 1919; *A Liberdade*, 1919; *A Sentinela*, 1920; *O Kosmos*, 1922; *O Getulino*, 1923; *O Clarim da Alvorada* e *Elite*, 1924; *Auriverde*, *O Patrocínio* e *O Progresso*, 1928; *Chibata*, 1932; *A Evolução* e *A Voz da Raça*, 1933; *O Clarim*, *O Estímulo*, *A Raça* e *Tribuna Negra*, 1935; *A Alvorada*, 1936; *Senzala*, 1946; *Quilombo*, 1948; *Mundo Novo*, 1950; O *Novo Horizonte*, 1954; *Notícias de Ébano*, 1957; *O Mutirão*, 1958; *Hífen* e *Niger*, 1960; *Nosso Jornal*, 1961; e *Correio d'Ébano*, 1963.

historia.pmd 263 11/5/2006, 10:09

A falta de recursos, as disputas internas do movimento e a crise econômica de 1929 impediram a realização do congresso, mas bastou o seu anúncio para trazer à tona o incômodo que a organização dos negros causava à sociedade da época. Na ocasião, os jornalistas de *O Clarim* foram acusados de promover a segregação racial à moda norte-americana, pois não se admitia que aqui os negros enfrentassem problemas de discriminação que justificassem a realização de um congresso nacional para discutí-los. O Brasil era de todos, diziam os opositores, mas os negros sabiam que não era e lutavam para que realmente fosse. Na verdade, negar a existência do racismo e desconhecer suas conseqüências nefastas para a população negra eram maneiras de manifestar o racismo.

Frente Negra Brasileira.

A mobilização promovida por jornais e associações criou um ambiente favorável à criação de uma entidade negra nacional nos moldes dos partidos políticos e com pretensões eleitorais. A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada com esse propósito na rua Liberdade, na capital paulista, em 1931, e daí se espalhou pelo país. Para Francisco Lucrécio, Dr. Guaraná de Santana, Arlindo Veiga da Costa, Raul Joviano do Amaral, José Correia Leite e outros tantos fundadores, aquele seria o "reduto de combate e de organização" da comunidade negra. Eles julgavam que a organização de uma grande associação era a mais eficaz forma de luta contra o "preconceito de cor" que barrava a ascensão social e econômica dos negros. Apesar de inicialmente a FNB se dedicar, sobretudo, às mesmas atividades educacionais, esportivas e sociais de outras associações negras, logo ela evoluiu para a luta política.

A Frente muitas vezes atuou como uma espécie de central sindical de trabalhadores negros. Assegurar o lugar destes no mercado de trabalho com garantias legais era a principal meta da FNB. Uma das reivindicações ao governo de Getúlio Vargas era o fim da imigração européia. Era preciso "trancar as portas do Brasil" aos estrangeiros, diziam seus dirigentes, para que os trabalhadores nacionais tivessem mais oportunidades de emprego. A FNB também se ocupava da mediação entre empregadores e trabalhadores domésti-

"A Frente Negra sempre achou que a luta do negro deveria partir da educação, então ela se preocupou muito em criar os departamentos esportivo, educacional, social, assistencial, e tinha também o departamento de imprensa e biblioteca. Todos giravam em torno da Frente Negra, inclusive as escolas de alfabetização [...], conseguimos do estado quatro professoras[...]. Depois, mais tarde foi que enveredou para a política".
Depoimento do Sr. Francisco Lucrécio, um dos fundadores da FNB.

historia.pmd 264 11/5/2006, 10:09

cos e operários, e pregava a admissão de negros aos quadros do funcionalismo público. Uma das conquistas foi conseguir a entrada de negros na Força Pública de São Paulo, que correspondia à atual polícia do estado. Até então lhes era vetado o ingresso na corporação.

Enquanto reivindicavam do governo brasileiro a implementação de políticas de inclusão, as lideranças da FNB afirmavam que caberia ao próprio negro cuidar de sua integração na sociedade da época, adequando-se às exigências do mundo moderno. Isto queria dizer, entre outras coisas, deixar de lado práticas culturais de matriz africana, vestir-se de acordo com os padrões vigentes e evitar qualquer tipo de problema com a polícia. Nessa lógica, se os negros estavam excluídos dos postos de trabalho bem remunerados isso se devia, em grande parte, a certa relutância deles em abandonar costumes e comportamentos herdados da África e do tempo da escravidão.

A idéia da FNB era então integrar o negro aos padrões de comportamento predominantes na sociedade, para que assim pudessem superar as desigualdades sociais. Era também uma maneira de fazer frente a possíveis projetos segregacionistas de muitos brancos que almejavam o isolamento do negro do resto da população. Como já vimos, a estratégia política da FNB não era nova, pois fazia parte da pregação política da liderança negra anterior. A maior novidade da FNB foi propor que participar como negros da vida política do país seria o caminho mais eficaz para superar as desigualdades raciais. Em resumo, a integração política seria o primeiro passo para a integração social e econômica.

Seguindo o modelo paulistano, surgiram na Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais frentes negras fiéis aos mesmos princípios e estratégias políticas. Isso contribuía para criar uma rede de informação, solidariedade e mobilização capaz de, naquele tempo, por em contato militantes de diferentes estados. Não abandonando objetivos mais práticos e imediatos, todas as afiliadas buscavam promover cursos de alfabetização e eventos que tivessem em vista o "levantamento moral da raça". Por exemplo, a FNB buscou politizar as comemorações do 13 de Maio, transformando aquela data numa oportunidade para discutir e refletir sobre a situação do negro no país. Assim, além das missas

historia.pmd 265 11/5/2006, 10:09

pelos escravos e abolicionistas já falecidos encomendadas pelas irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, os militantes passaram a patrocinar festas e atos políticos contra discriminação racial no Brasil. Essa politização do 13 de Maio era importante, pois permitia colocar em discussão antigas e novas demandas do negro, algo que os governos republicanos tentaram sistematicamente esvaziar.

A estrutura interna da FNB era bastante complexa e hierarquizada. A direção cabia a um conselho constituído por vinte membros, selecionando-se dentre eles o chefe e o secretário. Para auxiliá-los, existia um conselho formado pelos cabos distritais. Os dirigentes procuravam impor disciplina aos associados, cujo comportamento público e privado devia ser correto. Os membros da FNB possuíam uma carteira de associado expedida pela entidade, com retratos de frente e perfil. Alguns frentenegrinos costumavam dizer que ao serem abordados pela polícia apresentavam esse documento e logo eram liberados, pois as autoridades sabiam que na "Frente Negra só entravam pessoas de bem".

A Frente se diferenciava das associações de auxílio mútuo, que tinham um caráter predominantemente assistencialista. Embora o amparo social – como assistência médica e odontológica a preços baixos, além de cursos de alfabetização e vocacionais - fosse uma das suas atribuições, a FNB tinha outras ambições. Sua vocação político-partidária se fazia notar na relação que tinha com o governo Vargas. É certo, porém, que não havia consenso ideológico entre os militantes da Frente, que reunia tanto socialistas quanto simpatizantes do integralismo. Entretanto, em muitos momentos predominou a franca simpatia pelo regime de Getúlio Vargas, a quem *A Voz da Raça,* jornal mantido pela FNB, denominou de "esperança fagueira do nosso Brasil".

Talvez essa proximidade fosse uma estratégia para garantir prestígio e legitimidade à Frente, mas também é possível que alguns militantes vissem no projeto nacionalista do governo Vargas a possibilidade de realização de muitos de seus anseios. A expectativa da comunidade negra era de que o Estado assumisse a idéia de um país mestiço onde o racismo não fosse tolerado e, ao mesmo tempo, amparasse a população negra que sofria com a pobreza, o analfabe-

historia.pmd 266 11/5/2006, 10:09

A VÓZ DA RAÇA

O PRECONCEITO DE CÔR NO BRASIL SÓ NÓS OS NEGROS PODEMOS SENTIR...

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

S. Paulo
Sabado
18 Março
Ano 1933

ORGAM OFICIAL DA "FRENTE NEGRA BRASILEIRA"
SEMANARIO INDEPENDENTE
Redator: Deocleciano Nascimento — **Secretario:** Pedro Paulo Barbosa — **Gerente:** A. de Campos

ANO I — NUM. 1
NUMERO DO DIA $200
NUMERO ATRAZADO . $400

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RUA CONSELHEIRO BROTERO N.º 156
PROPRIEDADE DE UMA S/A. EM ORGANISAÇÃO

ASSINATURA
SEMESTRE L . . . . . 6$000
ANO . . . . 12$000

DEUS
PATRIA
RAÇA e
FAMILIA

A VÓZ DA RAÇA"

Com satisfação, assumimos o cargo da direção deste jor- que se destina a publicação assuntos referentes ao ne- especialmente, não dispen- do porém de acolher os de tras referencias quando so- tados.

Este jornal aparece na hora que precisamos tornar pu- co, nos dias de hoje, de ama- ã e de sempre, os intereses omunhão de ideias da raça, rque as outras folhas, aliás eranas, por despeitos poli- os, tem deixado de os fazer; rém isso não tem importan-

fosse a dôr... este jornal não surgiria e nos continuariamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diarios paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união politica do negro.

O seu programa, na parte principal é despresar as polemicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concordia e da moral.

Assim sendo, fica entregue a população o orgam acima

vindas da situação precária dos negros, ou originadas da incompreensão ou mau animo de negros e brancos.

Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A' CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO-DE ESPANTAR TODA A AMERICA.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

Francisco Costa Santos

Não existe dentro de São Paulo, e numa grande parte do interior do Estado, quem não conheça o homem, cuja fotografia encima estas linhas; é a do inesquecivel baluarte Francisco Costa Santos, que não pertence mais ao numero dos vivos.

Com a saida hoje, do primeiro numero deste modesto

F. N. B., inclusive o Snr. Presidente Geral, muito aprenderam com as sabias lições politicas ou não de Francisco Costa Santos, nós os Frentenegrinos, o consideravamos um portento, um verdadeiro sabio negro, (não ve nisto exagero algum) porque o nosso chorado morto, si bem que não fosse um intelectual, dava lições

a verdade, era assim o nosso saudoso companheiro; a sua vida idealista de um lutador conciente, não poderá de forma alguma ser expressa tão sómente nestas breves linhas, ela será publicada em fazes condignas, para que todos os elementos da Raça, sem favor algum, saibam venerar a memoria daquêle, que será imortalizado porque bem o merece, no panteon das nossas justas aspirações reivindicatorias.

O nosso grande morto, na expressão acertada do nosso colega de lutas João de Souza, deixou em nosso meio um vacuo aberto e empreenchivel, e tambem uma grande saudade.

Foi um forte, viveu sorrindo, e sorrindo morreu.

Primeira página de *A Voz da Raça*, órgão da FNB

historia.pmd 267 11/5/2006, 10:09

tismo, a prostituição e o alcoolismo. Era o desejo de um Estado forte, capaz de garantir a cidadania aos negros da "raça brasileira". Assim, eles esperavam que a sociedade os reconhecesse como parte da nação, como agentes formadores da "raça mestiça".

Cabe observar que o governo Vargas vinha tomando algumas medidas que terminaram repercutindo positivamente na população negra. Em 1931, foi promulgada a Lei de Nacionalização do Trabalho, que previa a contratação de pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros nas indústrias e estabelecimentos comerciais. Ao defender o trabalhador brasileiro da concorrência dos imigrantes, Vargas conquistou adesões entre a militância negra que há muito reclamava pela intervenção do Estado nas relações de trabalho. Isso não pode ser desprezado, uma vez que era no âmbito das relações de trabalho que a opressão racial mais se evidenciava.

Porém, as aspirações dos militantes da FNB estavam longe de serem contempladas pela política de Vargas. Muitas diretrizes de seu governo apontavam justamente para o outro lado. Por exemplo, suas ações de prevenção e repressão ao crime estavam fundamentadas na ideologia racial da medicina legal, segundo a qual o crime era a expressão de um desvio de comportamento de fundo "racial", sendo os negros e mestiços considerados "criminosos em potencial". Essa baboseira racista continuava a atormentar a população negra pobre sob o regime de Vargas.

A criação da polícia científica na década de 1930, o incremento do sistema de identificação e o estudo das características físicas dos infratores faziam parte do conjunto de procedimentos implantados nas repartições policiais de todo país, tal como acontecia na França, Alemanha e Itália. Investiu-se na fiscalização, vigilância e repressão das pessoas suspeitas, muitas delas sendo enquadradas por crime de vadiagem, como previa uma lei posta em vigor em 1933. Tais ações eram explicadas como preventivas, pois tinham a finalidade de retirar das ruas quem fosse considerado potencialmente criminoso. Desnecessário dizer sobre quem as suspeitas recaíam. Daí ser tão importante para os militantes negros que a polícia legitimasse a carteira de identificação expedida pela FNB. Esse documento acabava funcionando como um salvo-conduto, a garantia de bom comportamento de seu portador.

historia.pmd 268 11/5/2006, 10:09

Getúlio Vargas e Isaltino Veiga nas páginas de *A Voz da Raça*, 1933.

Em 1932, a legitimidade do governo Vargas foi contestada pela revolução constitucionalista de São Paulo. Em meio ao conflito armado entre os paulistas e o governo federal, a FNB tentou se manter isenta, mesmo porque, como já assinalamos, simpatizantes e adversários de Vargas tinham abrigo na organização. Entretanto, militantes como Joaquim Guaraná de Santana se afastaram da Frente e do governo central para organizar a Legião Negra de São Paulo, composta por cerca de dois mil negros dispostos a enfrentar as forças federais em nome da "pátria paulista". A Legião, também conhecida por Pérolas Negras, se juntou aos batalhões de estudantes, operários, ferroviários, portugueses, alemães, espanhóis, e até mesmo índios, por considerar que a "causa paulista" também dizia respeito aos negros.

Envolvida com a "causa paulista", mas também empenhada em fortalecer uma identidade própria, a Legião Negra escolheu para nomear os seus batalhões personagens negros e mestiços importantes da história do Brasil, como o conselheiro Antônio Pereira Rebouças (que apresentamos no capítulo VI) e Henrique Dias, o herói negro das lutas contra a ocupação holandesa do Brasil. De fato, a Legião parecia vislumbrar naquela crise política uma possibilidade de fazer valer o poder de São Paulo no cenário nacional e, ao mesmo tempo, assegurar a cidadania negra. Vitor Ferreira, militante da Legião, conclamava os "homens de cor" enfatizando que a revolução era um passo importante rumo a "uma pátria livre de todas as formas de opressão". Isto quer dizer que, para esses partidários de São Paulo, a revolução de 32 era mais um episódio inscrito na história de luta do povo negro.

Outras razões também justificavam a participação negra. Uma delas foi a oportunidade que uma gente desempregada e sem recursos vislumbrou de ganhar alguma remuneração, enquanto estivesse lutando. Mesmo as mulheres negras procuraram ocupação como enfermeiras, costureiras, cozinheiras e até soldados. Com o alistamento lhes eram assegurados salário, alimentação e assistência médica, tudo custeado por doações de particulares, eventos beneficentes e, certamente, verbas públicas. Ironicamente, ir à guerra se tornou uma maneira de garantir a sobrevivência, assim como se viu na guerra do Paraguai.

historia.pmd 270 11/5/2006, 10:09

Finda a guerra, em outubro de 1932, e vitoriosas as forças leais a Getúlio Vargas, a Legião Negra de São Paulo passou a se chamar Legião Negra do Brasil, sob a direção de Guaraná Santana. Já a Frente Negra persistiu no objetivo de vir a ser um partido político e eleger negros que pudessem representá-la nas esferas do poder. Finalmente, em 1936, a entidade reuniu todas as condições exigidas pela Justiça Eleitoral para formalizar o registro partidário. E, apesar de ser acusada pelos magistrados de tentar implantar no Brasil o racismo nos moldes norte-americanos, seu registro foi concedido, provavelmente por pressão do governo. Mas não houve tempo para a FNB se firmar como partido. No ano seguinte, 1937, alegando a existência de uma conspiração comunista no país, nos moldes de uma anterior ocorrida em 1935, Getúlio Vargas estabeleceu um regime ditatorial denominado Estado Novo. Acabou com a liberdade de organização política e sindical, de imprensa, de palavra e de manifestação pública. Todos os partidos foram dissolvidos, inclusive a Frente Negra Brasileira. Raul Joviano do Amaral ainda tentou, em vão, manter a associação mudando o seu nome para União Negra Brasileira.

Novas frentes de luta

Com a imprensa sob censura, *A Voz da Raça*, o jornal da FNB, também deixou de circular e a União Negra Brasileira foi extinta em 1938, ironicamente quando a abolição da escravidão completava 50 anos.

Dez anos depois, no Rio de Janeiro, o jornal *Quilombo*, fundado por Abdias do Nascimento, marcou uma nova fase na imprensa e no pensamento negros. Apostando numa idéia de democracia racial que contemplava o engajamento de brancos na luta contra o racismo, *Quilombo* investiu numa nova perspectiva de integração positiva do negro na sociedade brasileira. Uma das novidades do jornal foi reunir intelectuais negros e brancos em torno da denúncia do racismo brasileiro, recurso já corriqueiro na imprensa negra norte-americana e francesa. Gilberto Freyre, Artur Ramos, Nelson Rodrigues, Raquel de Queiroz, Murilo Mendes e Roger Bastide discutiram a temática racial nas páginas de *Quilombo*.

historia.pmd 271 11/5/2006, 10:09

Pode-se dizer que *Quilombo* tinha em vista a construção de uma identidade afro-brasileira que, se por um lado não negligenciava suas raízes africanas, por outro se reconhecia como elemento criativo da cultura brasileira, pensada como mestiça e singular. A perspectiva de integração racial de *Quilombo* de modo algum anulava o seu papel na luta pelos direitos dos negros na sociedade brasileira. Pelo contrário, denúncias de racismo e reverência a líderes negros, a exemplo de José do Patrocínio e Luís Gama, estavam nas páginas do jornal. *Quilombo* representou um avanço do movimento negro, principalmente por exaltar a beleza e a inventividade das manifestações culturais negras e, ao mesmo tempo, reclamar a promoção social dos negros através da educação. Enfatizando uma imagem positiva da negritude, o jornal de Abdias deu uma contribuição valiosa para a conquista da auto-estima e da cidadania negras.

Quilombo deixou de circular em 1950. Mais tarde, com o golpe militar de 1964, *O Correio d'Ébano,* último jornal negro em circulação no país, também foi fechado. Uma imprensa negra só voltou a circular no Brasil na década de 1970.

O Teatro Experimental do Negro

Desde a década de 1930 o dramaturgo, artista plástico, poeta, escritor e militante político Abdias do Nascimento é uma das personalidades mais importantes do movimento negro brasileiro e internacional. Ele estava entre os fundadores da Frente Negra Brasileira e criou, em 1945, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Segundo o próprio Abdias, o TEN surgiu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros, além de promover as tradições culturais negras, quase sempre relegadas ao ridículo na sociedade brasileira.

A atuação do TEN foi fundamental na organização da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em maio de 1949, e do Iº Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Uma das questões discutidas pelo TEN foi a introjeção do racismo pela população negra, expressa na aceitação do ideal de embranquecimento e na supervalorização dos padrões estéticos brancos.

historia.pmd 272 11/5/2006, 10:09

Direção de ABDIAS NASCIMENTO

Quilombo

VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO

ABOLIÇÃO

ABDIAS NASCIMENTO

Na consciência abolicionista podemos distinguir três formas principais de manifestação: a jurídica, a sentimental e a social-econômica.

O negro Luiz Gama, em São Paulo, e o aristocrático Joaquim Nabuco, prosseguiram a reação jurídica contra o escravagismo iniciada por José Bonifácio e pelo advogado Manoel Ribeiro da Rocha, na Bahia. Luiz Gama, no fôro e na imprensa, Joaquim Nabuco, no parlamento e também no jornalismo, elaboraram e defenderam a tese do negro como "pessoa", frente à concepção do negro como "coisa" ou "propriedade jurídica". Luiz Gama é a primeira ação continuada, esclarecida e corajosa em favor dos escravos. Sua vida e seus feitos — trajetória luminosa de verdadeiro precursor — situam o extraordinário ex-escravo como a figura máxima do abolicionismo.

Os sentimentalistas somaram a maioria. Combateram a escravidão por princípios de solidariedade humana ou de civilisação. O nome mais decisivo dessa corrente foi o da Princesa Isabel que durante suas regências lutou pela abolição total. Creava, paralelamente ao trabalho de Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças e outros, um clima moral entre os brancos e um clima libertário entre os negros. Protegia escravos fugidos acoitando-os em seu quilombo do Leblon. Sua atuação culmina num golpe de extrema habilidade política: provocando a queda do gabinete Cotegipe, substituido pelo ministério João Alfredo que dai a pouco — 13 de maio de 1888

Conferência Nacional do Negro

INSTALA-SE HOJE NA A. B. I. — FINALIDADE CULTURAL E CIENTIFICA — PROMOVIDA PELO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

Por iniciativa do Teatro Experimental do Negro, instala-se hoje a Conferência Nacional do Negro, cujo principal objetivo é formular uma agenda de temas para o 1º. CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO, a realizar-se em 1950, comemorativo do centenário da abolição do trafico de escravos. Na Comissão Organizadora da Conferência, além do diretor de QUILOMBO, figuram: Edison Carneiro, conhecido escritor, autor de vários livros sôbre religião negra, história, etc., e Guerreiro Ramos, sociólogo de renome.

A Conferência Nacional do Negro, realizando uma extensa consulta aos estudiosos do problema negro no Brasil, marcará um nova éra no movimento geral do povo de côr. Sem qualquer intenção agressiva, a Conferência vai fazer o levantamento das aspirações do negro por meio de investigações procedidas no Distrito Federal e nos Estados, ouvindo não sòmente os estudiosos, mas principalmente os líderes e associações de gente de côr e o próprio povo. Está ainda afastada, a presente Conferência, de qualquer ligação com ideologia ou partidos políticos.

Grande tem sido o número de adesões, vindas dos pontos mais distantes do território nacional, convindo realçar a colaboração de intelectuais como os Profs., Roger Bastide, da Universidade de S. Paulo, Arthur Ramos, da Universidade do Brasil, escritor Francisco de Assis Barbosa, deputado Segadas Viana, Dra. Guiomar Ferreira de Matos, Evaldo da Silva Garcia, Andrade Murici, Carlos Drumond de Andrade, Raimundo Souza Dantas, José Pompilio da Hora, Paul V. Shaw, representante das Nações Unidas, Sheila Ivert, Abigail Moura, e muitos outros nomes de projeção. Como representante dos negros sul-riograndenses, foi escolhido o snr. Heltor Nunes Fraga.

Na sessão de hoje à noite no salão do Conselho da A. B. I. consta da ordem do dia uma saudação à Organização das Nações Unidas (ONU) pela passagem, ontem, de mais um aniversário da vitória aliada sôbre o nazismo.

NEGROS DA HISTÓRIA

Luiz Gama, Heroi e Santo da Abolição

Entre as grandes figuras do Abolicionismo, o nome de Luiz Filho de Luiz Mahin, africana livre da Costa da Mina, descri-

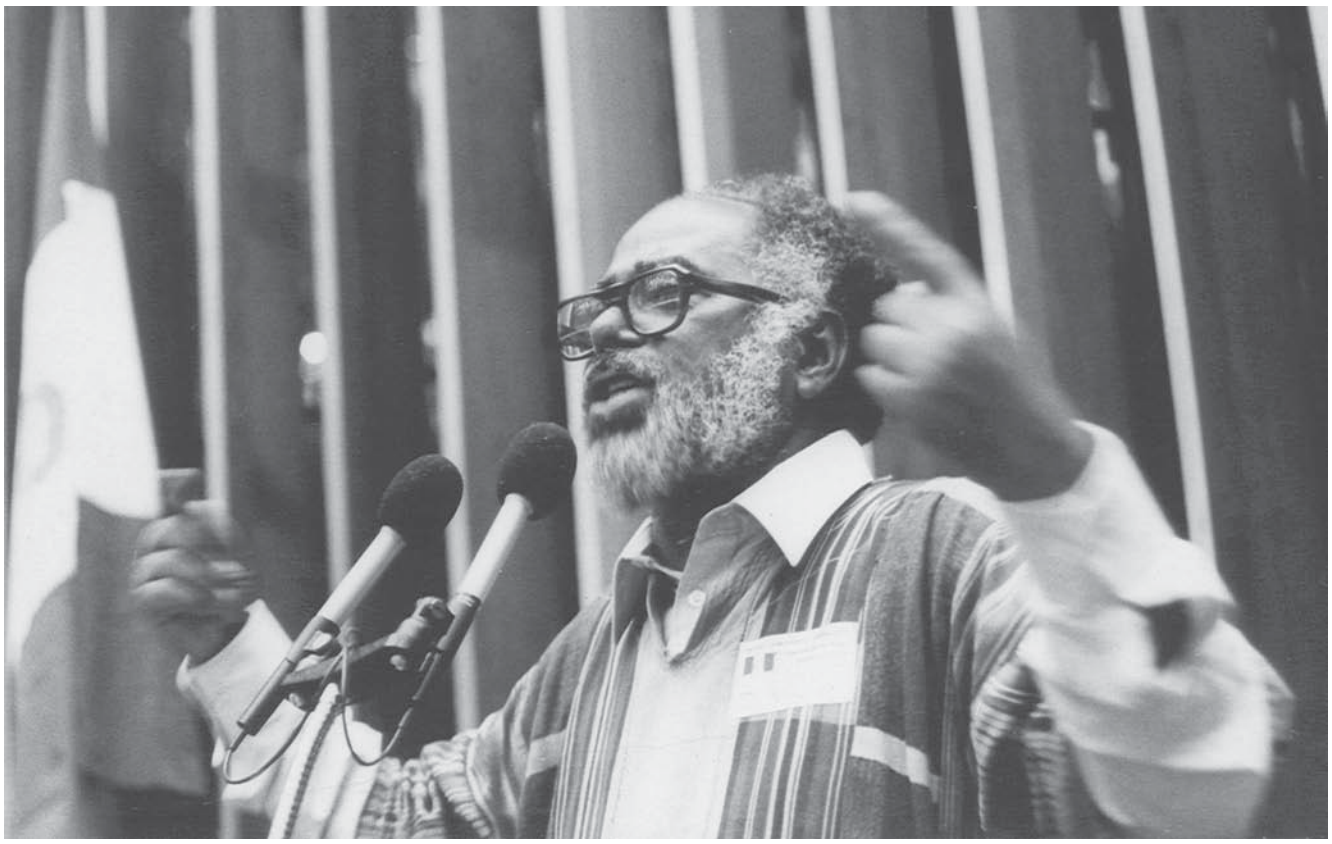
Quilombo, jornal fundado por Abdias do Nascimento

Entre os assuntos de interesse do TEN estavam as artes cênicas, a poesia, a música negras e, principalmente, as tradições religiosas de matriz africana, incluindo o candomblé. A valorização da herança cultural africana e, ao mesmo tempo, a idéia de que a mestiçagem era algo positivo foram marcas do movimento negro brasileiro dos anos 50. Celebrava-se a identidade mestiça do Brasil, a originalidade de um país que sintetizava referências africanas, indígenas e européias. Em 1950, Abdias do Nascimento considerava que no Brasil tudo tinha a marca da mestiçagem e não cabia ao negro perturbar o curso natural da mistura de sangue, cultura, religião, arte e civilização que caracterizava o país.

O fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, animou a militância negra. Aproveitando a fase democrática, os militantes paulistas realizaram, em outubro de 1945, a Convenção Nacional dos Negros Brasileiros. A intenção era organizar uma pauta de reivindicações a serem apresentadas à Assembléia Constituinte. Essa movimentação desagradou a grupos das elites ligados à imprensa paulista e carioca. Na interpretação de alguns jornais, a organização dos negros devia ser combatida porque ameaçava a democracia, porque contribuía para o que chamavam de "racismo às avessas", ou seja, o preconceito do negro em relação ao branco. O argumento do "racismo às avessas" era a evidência de que na sociedade brasileira havia o preconceito racial, pois não se admitia que os negros tivessem o direito de se organizar e reagir ao racismo.

Em 1950, o racismo brasileiro viria à tona num episódio envolvendo uma personalidade artística internacional. Em viagem ao Brasil naquele ano, a bailarina Katherine Dunham foi impedida, por ser negra, de se hospedar no Hotel Esplanada, em São Paulo. Ao denunciar que havia sido vítima de preconceito racial, a bailarina questionou a democracia racial brasileira. A repercussão desse episódio, inclusive fora do país, trouxe constrangimento para as elites nacionais. Pressionados pelos militantes negros e dispostos a reafirmar que não se admitia discriminação racial no Brasil, o Congresso aprovou, em 1951, um projeto de lei de autoria do deputado Afonso Arinos. A chamada lei Afonso Arinos definia como crime de contravenção a restrição do acesso de alguém a serviços, educação e empregos públicos por causa da cor da pele. Essa lei

historia.pmd 274 11/5/2006, 10:09



Abdias do Nascimento fala da tribuna da Câmara dos Deputados durante convenção nacional do PDT, 1982.

não teve qualquer eficácia no combate ao preconceito racial. Embora várias queixas tivessem sido registradas na polícia com base na lei Afonso Arinos, os acusados nunca eram condenados e punidos.

Mesmo depois do golpe militar em 1964, e apesar da censura à imprensa, as denúncias de preconceito racial eram cada vez mais citadas na imprensa. Ao comentá-las, o argumento dos jornalistas era quase sempre o mesmo: não se deveria admitir qualquer tipo de discriminação num país famoso pela tolerância racial. Os casos de preconceito racial eram vistos como aberrações e não como manifestações de um racismo entranhado na sociedade brasileira. E era conveniente que fossem vistos assim, pois permitia a reprodução de relações sociais que terminavam privilegiando apenas uma parte da população brasileira.

Em 1968, a partir dessas denúncias e de estudos sobre a mão-de-obra negra, técnicos do Ministério do Trabalho propuseram um projeto de lei que reservava dois terços das vagas nas empresas privadas para negros. A coisa deveria estar muito ruim para que a própria ditadura militar reconhecesse a necessidade de políticas de inclusão dos negros. Mas setores da sociedade, a imprensa, sobretudo, logo reagiu. Nos jornais cariocas dizia-se que o Brasil era um país de mestiços, onde todos tinham tanto sangue índio e negro quanto branco, e por isso não se deveria privilegiar aqueles a serem contemplados pela reserva de vagas. Naquele momento, o discurso da mestiçagem e da cordialidade das relações raciais no Brasil foi o bastante para barrar qualquer tentativa de reparação racial. Logo em seguida, a partir 1970, o regime militar endureceu com o general Garrastazu Médici, e falar de racismo no Brasil virou ato de subversão da ordem pública.

Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A idéia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares. A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito. Até mesmo os dados do censo de

O golpe militar de 1964 foi o desfecho de uma longa crise política que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, e que se acirrou durante o governo de João Goulart. As reformas sociais propostas por Goulart e o medo de uma aliança entre o governo, setores populares e sindicatos geraram uma trágica reação militar. Em 31 de março de 1964 teve início em Minas Gerais um movimento que se espalhou por diversos estados, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul. No dia seguinte, o Brasil amanheceu sob a ditadura militar, um regime que durou vinte e um anos e teve graves conseqüências sobre as organizações políticas brasileiras, inclusive as entidades negras. Abdias do Nascimento, por exemplo, buscou exílio fora do país para fugir à repressão. Militantes negros estavam entre aqueles filiados a organizações de esquerda que foram submetidos à tortura e eliminados pelos militares.

historia.pmd 276 11/5/2006, 10:09

1960, no qual constava o quesito cor, só foram divulgados em 1978. E apenas em 1980 a cor dos brasileiros voltou a fazer parte do censo. Isso depois de anos e anos de batalha do movimento negro e de alguns cientistas sociais para convencer as autoridades brasileiras de que a cor era uma variável importante para entender e superar as desigualdades que dividem o país. É disso que trata o próximo capítulo.

EXERCÍCIOS:

1. Analise a contribuição da imprensa negra para a organização política da comunidade afro-brasileira nos primeiros anos da República.
2. Discuta sobre a atuação política da Frente Negra Brasileira e suas estratégias de luta contra o racismo no Brasil.
3. Identifique os pontos de concordância e divergência entre a Frente Negra Brasileira e o governo Vargas.

Bibliografia:

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

DOMINGUES, Petrônio José. "Os 'Perólas Negras': a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932". *Afro-Ásia*, nº 29-30 (2003), pp. 199-246.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco*: Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920. Campinas: Unicamp, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. "Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950". *Afro-Ásia*, nº 29-30 (2003), pp. 175-198.

LEITE, José Correia e Cuti. ...*E falava o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

historia.pmd 277 11/5/2006, 10:09

Sites:

www.abdias.com.br

Vídeos/filmes:

Filhas do vento (1997). Direção Joel Zito Araújo. 85 minutos.

Quanto vale ou é por quilo? (2004) Direção Sérgio Bianchi. 108 minutos.

Capítulo XI

O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As décadas de 1960 e 1970 foram momentos de grandes transformações culturais, políticas e comportamentais em várias partes do mundo. Foram os anos dos movimentos estudantis e feministas na Europa, da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, das guerras de independência de países africanos, da guerra do Vietnã, dos movimentos guerrilheiros na América Latina. No Brasil viviam-se os dias tensos e repressivos da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de parlamentares, baniu partidos políticos, proibiu organizações operárias, camponesas e estudantis, prendeu, torturou e eliminou militantes de esquerda. A repressão chegaria aos negros e seus aliados. A existência de racismo foi duramente rechaçada pela propaganda do governo, numa tentativa de mostrar que no Brasil reinava a perfeita harmonia racial.

Em decorrência da repressão, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer. Em 1969, na cidade de São Paulo, um grupo de intelectuais fundou o Centro de Cultura e Arte Negra no bairro do Bexiga. Nos anos 70, novos grupos de teatro, música e dança formaram-se em várias cidades brasileiras. Esse movimento cultural teve impacto importante na formação de grupos de afro-brasileiros cada vez mais preocupados com a cultura e a história dos negros no Brasil e em outros lugares do mundo.

Nessa mesma ocasião, as comunidades negras pobres de várias cidades do país vinham experimentando transformações

historia.pmd 281 11/5/2006, 10:09

importantes. Naqueles anos tensos e tumultuados, a juventude da periferia dos grandes centros passou a exibir novas formas de comportamento, de falar, de vestir e de protestar. Essas transformações refletiam o contato da juventude negra com as questões que mais a interessavam no mundo contemporâneo.

Nos bailes de discoteca chegavam as influências da música negra americana, a *soul music*, especialmente na voz estridente de James Brown. A *soul music*, ou seja, a música típica dos negros estadunidenses, foi incorporada pela juventude negra não apenas por ser um estilo musical dançante, mas por exibir uma estética negra moderna e rebelde. Mesmo sem entender as letras das músicas, a moçada dos subúrbios brasileiros podia captar nos gestos, na entonação da voz e na irreverência da dança, a afirmação ousada do negro.

Ao lançar o *funk* em 1967, James Brown jamais imaginou que fosse influenciar a juventude negra brasileira. Na periferia carioca seu som embalou o movimento de valorização da cultura negra na década de 1980. No Rio de Janeiro, os primeiros bailes funk aconteceram nas quadras de escolas de samba, como a Portela e o Império Serrano, e em clubes como Os Magnatas, Astória Futebol Clube e Renascença. Por volta de 1969 o clube Renascença, no Andaraí, era ponto de encontro de artistas negros engajados politicamente, como Antônio Pompeu e Zezé Mota. O local também era freqüentado por Asfilófilo Filho, o Dom Filó, um engenheiro negro que promovia a exibição de filmes sobre jazz nos morros do Macaco, Vila Isabel e Salgueiro e a execução de sucessos de James Brown na rádio Tamoio. O ritmo contagiante terminou sendo incorporado e recriado por cantores e compositores negros brasileiros como Genival Cassiano, Toni Tornado e o inesquecível Tim Maia.

Em fins da década de setenta, os bailes dos subúrbios cariocas deram origem a um movimento de afirmação da negritude que ficou conhecido como Black Rio. A influência norte-americana estava no próprio nome do movimento. Nessa época, a juventude passou a expressar seu protesto num visual que incluía calça "boca de sino", sapato colorido com salto altíssimo e cabelos ouriçados. Era o estilo *Black Power*, uma referência ao movimen-

historia.pmd 282 11/5/2006, 10:09

James Brown

Tim Maia

to político e cultural que surgiu nos Estados Unidos na década de sessenta e que defendia uma nova maneira de afirmar e reverenciar a beleza negra.

A juventude não estava antenada apenas na música negra americana. A expansão dos meios de comunicação de massa, os discos de vinil e as fitas cassetes colocaram os afro-brasileiros em contato com as invenções musicais negras de outras partes do mundo, do Caribe, da Europa e da África. Desde meados da década de 1970 o reggae jamaicano contagiava a juventude negra das cidades brasileiras, com a ajuda de músicos como Gilberto Gil. Em São Luís, Rio de Janeiro, Salvador e outras cidades densamente negras, cidades grandes e pequenas, o som de Bob Marley, Jimmy Cliff e Peter Tosh reunia centenas de jovens negros e mestiços nos fins de semana.

Na Bahia grupos negros não apenas curtiam reggae como adotaram o cabelo estilo *dreadlocks*, ou "rasta", e alguns passaram até a cultuar a filosofia Rastafari. A identidade com o som inventado na Jamaica era inevitável. O reggae trazia uma mensagem de protesto anticolonialista e anti-racista, de esperança e de fortalecimento ideológico e espiritual frente às angústias e aflições cotidianas, sobretudo as que decorriam da discriminação racial. Bob Marley cantava "canções de liberdade", como dizia a letra de uma delas, e foi assim entendido por um número crescente de fãs e seguidores brasileiros. "Emancipem-se da escravidão mental", pregava o rei do reggae.

No início, a grande imprensa brasileira deliberadamente ignorou essa movimentação negra que acontecia nas periferias das cidades. Setores da esquerda brasileira não viam com bons olhos a forma como os jovens negros curtiam as músicas americanas; achavam que era mais um modismo e imitação subserviente do que ditava o imperialismo ianque. Puro preconceito, pois, a partir daquelas referências culturais, a juventude da periferia passou a reinventar sua própria identidade. Isso teve impacto na organização política dos negros e, principalmente, na forma como passaram a sentir e expressar a negritude.

A reunião de centenas de jovens em shows, bailes e discotecas fortaleceu os laços associativos, permitiu a troca de experiên-

historia.pmd 284 11/5/2006, 10:09

Martin Luther King, Malcolm X, Angela Davis, Agostinho Neto, Samora Machel, Nelson Mandela, Bob Marley

cias e a reflexão sobre a condição do negro no Brasil. No final dos anos setenta, grupos ligados ao *black soul* começaram a ampliar seus horizontes de atuação. Por exemplo, em 1976 o Grupo Abolição, que surgiu no Rio de Janeiro com o propósito de dançar a *soul music*, passou a incluir entre suas atividades cursos de teatro, dança, de história e cultura afro-brasileiras.

No mesmo período, década de setenta, a população negra de Salvador inventou novas formas de assumir a negritude. Muitos dos jovens que freqüentavam discotecas passaram a outros tipos de expressão musical e estética. Os carnavais de Salvador já tinham uma forte participação negra em escolas de samba, afoxés e blocos de índio. Mas em 1974 surgiu uma novidade: o hoje famoso Ilê Ayiê foi fundado no Curuzu, bairro da Liberdade, em Salvador. A nova agremiação celebrava a cultura africana a partir do próprio nome, mas não se limitou a isso. Ilê Ayiê significa "a terra é nossa casa" no idioma iorubá. Pela primeira vez uma agremiação carnavalesca expressava claramente nas letras de suas músicas o protesto contra a discriminação racial, ao mesmo tempo em que valorizava enfaticamente a estética, a cultura e a história negra e africana. No carnaval de 1974, em sua primeira apresentação nas ruas de Salvador, o Ilê Ayiê cantou uma música de Paulinho Camafeu que dizia:

Que bloco é esse
Eu quero saber
É o mundo negro
Que viemos mostrar pra você

Somos crioulos doidos
Somos bem legal
Temos cabelo duro
Somos black pau

Branco se você soubesse
O valor que o preto tem
Tu tomava banho de piche
Ficava preto também

No caminho aberto pelo Ilê, outros blocos foram formados por moradores de bairros populares como a Liberdade, Lar-

historia.pmd 286 11/5/2006, 10:10

go do Tanque, Itapoã e Pelourinho. Entre os mais conhecidos estavam o Olodum, o Muzenza e o Malê Debalê. A atestar a influência da música jamaicana, um novo ritmo denominado samba-reggae foi inventado. Mas as atividades dos blocos negros não se limitavam aos dias de Carnaval, pois os ensaios e eventos culturais e políticos diversos movimentavam seus integrantes e simpatizantes ao longo do ano. Muitos desses blocos continuam ativos hoje, tendo se desdobrado em instituições fortemente voltadas para a educação tanto convencional como artística, além, é claro, de marcarem sua presença anualmente no Carnaval.

Nos anos setenta chegavam também aos bairros populares informações sobre a movimentação política dos negros em outras partes do mundo. Os afro-brasileiros acompanharam os movimentos dos direitos civis e o *Black Power* nos Estados Unidos. Ainda que de forma fragmentada, as idéias de Angela Davis, Malcolm X e Martin Luther King em defesa de direitos e oportunidades iguais para os negros norte-americanos repercutiram entre militantes e intelectuais negros em todo Brasil.

Os brasileiros também se informavam pelo noticiário da televisão sobre os movimentos de libertação nacional em países da África. As guerras contra o colonialismo português que levaram à independência de Angola e Moçambique em meados dos anos setenta tiveram grande repercussão no Brasil. Os afro-brasileiros perceberam que tanto nas Américas como na África os negros enfrentavam a opressão racial. Nesse sentido, também era acompanhado com grande interesse no Brasil o movimento dos negros da África do Sul contra o *apartheid*, uma das formas de racismo mais cruéis, barbaramente instalado no próprio continente africano. Essas lutas africanas produziram lideranças que se tornaram referências ideológicas e políticas para a militância negra brasileira, nomes como Agostinho Neto, de Angola, Nelson Mandela, da África do Sul, e Samora Machel, de Moçambique. A vitória dos movimentos liderados por eles estimulava os negros brasileiros na sua própria luta contra o racismo. Poucos militantes brasileiros, todavia, chegaram a pensar em pegar em armas como tinham feito muitos desses africanos.

Foi também na década de 1970 que os militantes negros passaram a conceber uma melhor articulação de suas ações numa

historia.pmd 287 11/5/2006, 10:10

Cronologia da independência nos países africanos

1920. Namíbia (Alemanha).[1]
1922. Egito (Inglaterra).
1941. Eritréia (Itália).
1943. Líbia (Itália).
1951. Líbia (Potências Aliadas).
1952. Eritréia (Inglaterra).
1956. Sudão (Inglaterra).
Tunísia (França).
Marrocos (França).
1957. Gana (Inglaterra).
1958. Guiné (França).
1960. Somália (Itália, Inglaterra).
Nigéria (Inglaterra).
Mauritânia (França).
Senegal (França).
Mali (França).
Burkina Faso (França).
Costa do Marfim (França).
Togo (França). Benin (França).
Camarões (França).
Gabão (França).
República do Congo (França)
República Centro Africana (França)
Niger (França).
Chad (França).
Madagascar (França).
República Democrática do Congo, antigo Zaire (Bélgica).
1961. Serra Leoa (Inglaterra).
África do Sul (Inglaterra).[2]
Tanzânia, ex-Tanganica (Inglaterra e Alemanha)
1962. Argélia (França).
Burundi (Bélgica).
Ruanda (Bélgica).
Uganda (Inglatera).
1963. Quênia (Inglaterra).
1964. Malaui (Inglaterra).
Zâmbia (Inglaterra).
1965. Gâmbia (Inglaterra).
1966. Botswana (Inglaterra). Lesoto (Inglaterra).
1968. Guiné Equatorial (Espanha).
Mauritius (Inglaterra).
Suasilândia (Inglaterra).
1975. Cabo Verde (Portugal).
São Tomé e Príncipe (Portugal).
Angola (Portugal).
Moçambique (Portugal).
Comoro (França).
1976. Seicheles (Inglaterra).
Saara Ocidental (Espanha).
1977. Djibuti (França).
1980. Zimbábue, antiga Rodésia (Inglaterra).
1990. Namíbia (África do Sul).
1993. Eritréia (Etiópia).

---

[1] Entre parênteses estão os nomes dos países colonizadores.

[2] África do Sul obteve independência da Inglaterra em 1961, mas continuou controlada pelos brancos. O governo minoritário branco reforçou o regime do *apartheid*, criado em 1955, que separava oficialmente negros e brancos nos bairros, escolas, logradouros públicos etc, tornando-se um dos sistemas mais cruéis de racismo institucionalizado. O *apartheid* só foi abolido em 1991, depois de muitos anos de mobilização popular liderada pelo partido Congresso Nacional Africano, que tinha em Nelson Mandela seu mais importante líder. No ano anterior Mandela tinha saído da prisão, onde passara 27 anos de sua vida por combater o governo racista sul-africano. Em 1994 ele foi eleito presidente da África do Sul.

historia.pmd 288 11/5/2006, 10:10

Estamparia do Ilê Aiyê, o primeiro bloco afro do Brasil.

entidade nacional. Com tal fim, surgiu a 7 de julho de 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Naquele dia, um ato público reuniu centenas de pessoas em frente ao Teatro Municipal de São Paulo para denunciar a discriminação sofrida por quatro atletas negros nas dependências do Clube Regatas Tietê, e a tortura e assassinato numa delegacia de outro jovem negro, Robson Silveira da Luz. A manifestação popular teve grande impacto nos rumos da política negra. O Brasil ainda vivia o regime militar, e em nome da segurança nacional a reunião de manifestantes em praça pública era, em geral, duramente reprimida pela polícia. Assim, aquela manifestação de negros e simpatizantes da causa anti-racista representava um desafio à ditadura.

A formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado (MNU), contestava a idéia de que se vivia uma democracia racial brasileira, idéia que os militares adotaram na década de 1970. Mas a questão racial também não encontrava lugar nas organizações de esquerda. Para a maioria delas, a desigualdade e o preconceito raciais eram decorrentes da exploração da classe dominante no sistema capitalista. Para a esquerda, só a revolução socialista poderia aniquilar toda e qualquer desigualdade, por isso não fazia sentido uma luta específica contra o racismo. Ao eliminar a desigualdade social, automaticamente se eliminaria a desigualdade racial – era assim que a maioria da esquerda pensava.

A militância negra brasileira foi fortemente influenciada pela trajetória das organizações negras norte-americanas em defesa dos direitos civis e especialmente do movimento *Black Power*. Ocorre que o movimento negro norte-americano se desenrolava numa sociedade baseada no modelo bi-racial de classificação, ou seja, um modelo que só reconhecia negro e branco como categorias raciais. O mestiço de negro, o pardo, por exemplo, lá era considerado igualmente negro. A questão racial no Brasil e nos Estados Unidos tem histórias bem diferentes. Se nos Estados Unidos a identidade negra era definida pela afro-descendência, no Brasil ela era, e continua a ser, definida pela cor da pele e outros traços físicos, sobretudo textura do cabelo. É por isso que um pardo claro

Nos Estados Unidos, a abolição da escravidão foi o resultado de uma guerra civil, a Guerra de Secessão (1861-65). A escravidão estava concentrada nos estados do sul do país onde se produzia principalmente algodão. Com a eleição de Abraham Lincoln, aliado dos abolicionistas, os fazendeiros do sul perceberam que a escravidão corria o risco de ser extinta, e proclamaram a região independente do restante do país. Na guerra civil que se seguiu o exército unionista do norte venceu os rebeldes federalistas do sul e a escravidão foi extinta em 1865. Depois da guerra, durante o chamado período da Reconstrução, os negros sofreram todo tipo de violência, direta e indireta, para expulsá-los da vida política e do convívio social. Várias associações secretas de brancos, dentre elas a famosa Ku Klux Klan, atacavam e assassinavam os negros, incendiavam suas residências e igrejas como forma de reafirmar a "supremacia branca". A sociedade se tornou cada vez mais segregada. Em muitos hotéis e restaurantes era terminantemente proibida a entrada de negros. Nos locais públicos, negros e brancos tinham que ocupar espaços diferenciados. Tal discriminação era referendada pela Corte Suprema americana, para a qual a segregação era legal e não representava uma violação dos direitos dos cidadãos. Ou seja, lá a discriminação racial era fundamentada legalmente até década de 1960, quando o movimento pelos direitos civis, liderado por figuras como o pastor Martin Luther King, conseguiu que o racismo fosse pelo menos legalmente desmontado. King pagou com a vida a sua militância, sendo assassinado em 1968. Outros líderes que se destacaram nessa luta, propondo uma militância mais radical, foram Malcolm X, Angela Davis, Bob Seale e Stockeley Carmichael. Entre as organizações mais radicais, se destacavam os Panteras Negras, cuja liderança foi em boa parte eliminada pelo FBI.

historia.pmd 290 11/5/2006, 10:10

Reunião comunitária no Quilombo do Frechal.

pode "se passar" por branco, especialmente se tem dinheiro, educação, prestígio político. Assim, níveis de renda e educação podem influenciar bastante na classificação e na autoclassificação raciais. Esse debate, que foi tão importante para a consolidação do movimento negro, continua atual quando se discute ações afirmativas.

O surgimento do MNU redimensionou a militância política naqueles anos de ditadura militar. Coube ao MNU contribuir para uma maior organização da militância e convencer os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, diversas outras organizações negras foram criadas. Um levantamento feito em 1988 indicou a existência de 343 organizações negras de todos os tipos, 138 delas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais, 27 na Bahia e as demais espalhadas por outros estados.

Um destaque deve ser dado ao movimento de mulheres negras, que surgiu da percepção de que existem especificidades na forma como mulheres e homens sofrem a discriminação racial. Lélia Gonzalez, uma das mais importantes ativistas negras nas décadas de 1970 e 80, foi uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da organização das mulheres negras. Em 1988, foi criado em São Paulo o GELEDÉS, uma organização política que tem como propósito o combate ao racismo e a valorização das mulheres negras. Para isso, o GELEDÉS oferece, por exemplo, orientação e acompanhamento legal e suporte psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Mais recentemente, em 2001, 25 entidades, inclusive o GELEDÉS, formaram uma espécie de confederação a que chamaram Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, com o objetivo de melhor coordenar discussões que levem à formulação e implementação de políticas públicas especificamente voltadas para o setor feminino da população negra.

Como a maioria dos movimentos sociais, as organizações negras têm base principalmente urbana. Mas a zona rural não se manteve passiva. Além de participação ativa no Movimento dos Sem Terra (MST), os negros do campo atuaram em outras frentes. A mobilização das comunidades remanescentes de quilombos é uma das principais novidades do movimento negro contemporâneo. E

historia.pmd 292 11/5/2006, 10:10

Lélia Gonzales

aqui o sentido de quilombo engloba não apenas as comunidades formadas originalmente por escravos fugitivos, mas também as que surgiram da ocupação das terras de antigas fazendas escravistas, de terras devolutas e das doações de terras feitas a ex-escravos. A grande vitória do movimento foi inserir na Constituição Federal o Artigo 68 das Disposições Transitórias, que diz: "aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." Levantamento recente mostra que existem mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo país, mas a maioria delas ainda não conseguiu o reconhecimento legal de posse das terras que ocupam. A comunidade quilombola de Boa Vista, no Pará, foi a primeira a receber do governo, em 1995, título de propriedade das terras ocupadas. Anos antes, em 1992, a comunidade de Frechal, no Maranhão, já havia ganhado direito à suas terras, mas como reserva extrativista.

Assim, os negros vêm se mobilizando em várias frentes nas últimas décadas. Pressionados por essa mobilização, alguns partidos políticos (de esquerda, e mais tarde mesmo os de direita), segmentos da Igreja Católica e sindicatos começaram a rever suas convicções sobre o tema racial. No início dos anos 80, os partidos de oposição no Brasil passaram a inserir propostas anti-racistas em suas plataformas eleitorais, e vários criaram comissões para formular políticas de inclusão dos negros. Em 1978, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoveu vários encontros do clero negro, que resultaram na criação do Grupo de União e Consciência Negra, uma organização de religiosos e leigos negros que se consideravam ao mesmo tempo parte do movimento negro e da Igreja Católica.

Enfim, o esforço dos grupos do movimento negro em todo país promoveu mudanças importantes na mentalidade dos brasileiros, sobretudo dos negros. Uma das grandes conquistas do movimento negro foi conscientizar uma grande parte da sociedade brasileira em relação à questão racial e convencer o governo a abandonar sua passividade conivente diante das desigualdades raciais.

historia.pmd 294 11/5/2006, 10:10

O centenário da Abolição

Durante todo o período republicano as comemorações da Abolição ficaram a cargo das irmandades, associações e organizações negras. Aos governos republicanos não interessava promover as comemorações da Abolição, e havia motivações políticas para tentarem relegar ao esquecimento aquela data. Uma delas era censurar algo identificado pela população como a grande realização da monarquia. A outra intenção era silenciar o passado de escravidão, e assim evitar a adoção de medidas que pudessem melhorar a sorte dos ex-escravos e da população negra como um todo. Na década de 1890 os negros foram proibidos de festejar o 13 de Maio em várias cidades.

Mesmo assim o dia 13 de Maio sempre teve um significado especial para os negros brasileiros. Bailes, missas, conferências e torneios esportivos eram os principais eventos organizados para a celebração da data. Por exemplo, em 13 de maio de 1927, por iniciativa de militantes negros paulistas, realizou-se uma partida de futebol entre times formados por negros e outros por brancos. A vitória dos negros foi amplamente comentada pela imprensa local, que se dizia perplexa com o resultado do jogo. Para os jornalistas, era surpreendente o desempenho dos jogadores negros, embora todos fizessem parte de pequenos clubes de várzea, já que eles não eram admitidos nas equipes de primeira divisão.

Sessenta anos depois, a coisa mudou de figura. O centenário da Abolição em 1988 foi um momento em que a questão racial ficou mais evidente. Graças à mobilização negra o centenário foi marcado pela intensificação do debate sobre identidade racial e pelo protesto contra a marginalização dos negros na sociedade brasileira.

A militância negra da década de 1980 passou a questionar, com vigor, a versão oficial da Abolição que exaltava muito mais a bondade e a caridade da princesa Isabel do que a luta dos escravos para conquistar a liberdade. Ao mesmo tempo, não parecia fazer sentido comemorar a Abolição se a maioria da população negra continuava relegada a péssimas condições de vida. Com o objetivo de resgatar o espírito de luta e enaltecer a resistência, as organi-

historia.pmd 295 11/5/2006, 10:10

zações negras passaram a rejeitar o 13 de Maio. Entretanto, a data continuou importante para irmandades religiosas, cultos afro-brasileiros e comunidades quilombolas, dentre outros grupos. A celebração continuava (e continua em muitos lugares) importante, sobretudo para as gerações mais velhas. Para estes o 13 de Maio é o momento de celebrar a efetiva participação dos negros no desmonte da escravidão.

Quando em 1985 o governo federal anunciou que pretendia organizar uma série de palestras, exposições de arte, shows e outros eventos para celebrar o centenário da Abolição, as entidades do movimento negro incitaram um debate que envolveu intelectuais, líderes religiosos, carnavalescos, políticos e jornalistas em torno dos propósitos daquela celebração. Militantes negros de todo o Brasil se posicionaram contra qualquer tipo de evento pelo 13 de Maio. Sob pressão, a prefeitura de Salvador e o governo do estado da Bahia desistiram das atividades já planejadas para o centenário. Para marcar o protesto, as entidades negras organizaram em Salvador, no dia 12 de maio, uma passeata chamada de "Cem Anos Sem Abolição", e nessa ocasião um retrato da princesa Isabel foi queimado.

Um evento do mesmo tipo foi organizado no Rio de Janeiro. Aqui as autoridades puseram 750 policiais nas ruas para evitar que a passeata passasse em frente a um monumento em homenagem a Duque de Caxias. No confronto com a polícia dois líderes sindicais foram presos e representantes de entidades negras foram impedidos de se pronunciar durante a manifestação. Esse episódio teve grande repercussão na imprensa e contribuiu para um questionamento mais radical sobre o mito da democracia racial brasileira.

Depois do centenário da Abolição, diversos grupos do movimento negro passaram a incorporar o 13 de Maio ao calendário das discussões sobre racismo no Brasil. Já o 20 de Novembro, data da morte de Zumbi de Palmares, foi instituído como Dia Nacional da Consciência Negra. O uso enfático do termo negro, em detrimento das palavras mestiço ou mulato, nos muitos eventos relativos àquele centenário foi um indicativo do redimensionamento da questão racial no Brasil. A exaltação da

historia.pmd 296 11/5/2006, 10:10

beleza negra, do heroísmo de Zumbi e das lutas do povo negro demonstrava o empenho da militância em transformar o ano de 1988 num marco no processo de valorização da negritude e de combate ao racismo.

A principal estratégia das organizações negras durante as manifestações públicas, atividades acadêmicas e solenidades do centenário foi enaltecer a cultura negra, definida como a continuidade de tradições africanas e símbolo da resistência, além de denunciar a desigualdade social e econômica. Toda essa movimentação negra na década de 1980 teve repercussão política. Desde 1988 a Constituição Federal prevê que a prática de racismo é crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. Isso quer dizer que o agressor não pode ser solto com o pagamento de fiança e pode ser preso mesmo quando já se tiver passado muito tempo do crime. Com isso, foi revogada a Lei 1.390/51, conhecida como Lei Afonso Arinos, que punia mais brandamente atitudes racistas.

Em 1989 foi promulgada a Lei 7.716/89, conhecida como Lei Caó por ter sido proposta pelo deputado negro Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como Caó. Esta é a única lei que define práticas de crime de racismo no Brasil, das quais os negros são as maiores vítimas. A Lei Caó torna evidente o quanto é importante a presença de negros em cargos públicos. O aumento significativo da presença na vida política brasileira de negros identificados com a causa anti-racista foi outra decorrência importante da ação conscientizadora dos movimentos negros. Entre esses políticos que assumiram cargos nos poderes legislativos e executivos não se pode deixar de lembrar os nomes do senador Abdias do Nascimento, da senadora e governadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva, dos deputados federais Luiz Alberto, Paulo Paim, Francisca Trindade e outros, apenas para falar de alguns com projeção nacional.

historia.pmd 297 11/5/2006, 10:10

Zumbi: política e carnaval
se inspiram na história da resistência negra

Manifesto do Dia Nacional
da Consciência Negra (1988):

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra de Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA. Dia da morte do grande líder nacional, ZUMBI, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre e em que todos – negros, índios e brancos – realizassem um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos." No carnaval de 1988 a escola de samba Estação Primeira de Mangueira apresentou um samba-enredo que traduzia o sentimento de perplexidade entre os negros diante da permanência da opressão racial, cem anos depois da abolição.

100 ANOS DE LIBERDADE:
REALIDADE OU ILUSÃO?

(Hélio Turco, Jurandir e Alvino)

Será...
Que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será....
Que a Lei Áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Sonhei...
Que Zumbi dos Palmares voltou
A tristeza do negro acabou
Foi uma nova redenção
Senhor...
Eis a luta do bem contra o mal
Que tanto samba derramou
Contra o preconceito racial.

historia.pmd 298 11/5/2006, 10:10

Apesar de vitórias, a desigualdade continua

Os dados do último censo populacional, realizado em 2000, informam que os negros são mais de 76 milhões dentre os quase 179 milhões de brasileiros. Entre as capitais, São Paulo, com 3,1 milhões, concentra a maior população negra urbana, seguida pelo Rio de Janeiro com 2,4 milhões, e por Salvador com 1,8 milhão. Negros são todos os que no recenseamento se identificaram como "preto" ou "pardo" na classificação adotada pelo IBGE. O levantamento e análise desses dados são fundamentais para o entendimento da história recente do negro no Brasil, pois ajudam a medir as desigualdades sociais e apontar para a necessidade de políticas públicas destinadas especificamente à população negra.

A partir dos dados dos censos foi possível observar duas tendências: uma é que a população preta vem declinando e a população parda vem crescendo; e outra que, quando somadas, elas quase empatam com a população branca. Se em 1940 os negros (considerando aqui pardos e pretos) representavam 36 por cento da população nacional, em 2000 já chegavam a 45 por cento. Esse aumento sugere que as taxas de nascimento nas famílias negras são maiores do que nas famílias brancas. Esse aumento também sugere que pessoas que antes se definiam como brancas passaram a se definir como pardas. Isso já seria resultado de mais gente assumir sua descendência africana.

Mas a mortalidade infantil é mais alta na população negra do que na população branca. O censo de 1996 mostrou que para cada mil crianças nascidas vivas, 36 negras morriam antes de completar um ano e apenas 24 brancas. Isso resulta da precariedade do acompanhamento pré-natal na rede pública de saúde e da maior incidência, nas mulheres negras, de doenças como a anemia falciforme, diabetes e hipertensão arterial, que afetam a saúde dos bebês. No estado do Paraná, por exemplo, o risco de morte das mulheres negras é 7,4 vezes maior do que o das brancas. As conseqüências disso são drásticas, pois a morte materna prejudica a vida das famílias negras que são, em grande parte, chefiadas por mulheres.

Quando se leva em conta as diferentes regiões do país, fica evidente onde a desigualdade mais assusta. As crianças negras

As expressões usadas para designar a cor dos indivíduos nos levantamentos populacionais foram, e continuam sendo, alvo de muita polêmica. A partir do censo de 1940, as categorias branca, preta e amarela passaram a fazer parte dos questionários do IBGE. Naquele ano só eram classificados como pardos aqueles que, por qualquer razão, não coubessem nas outras categorias. Já nos censos de 1950, 1960, 1980 e 2000, pardo passou a ser uma opção de identificação tanto quanto branco, preto e amarelo. A categoria indígena só passou a constar das opções do questionário do censo a partir de 1991. Desde a década de 1970 militantes, pesquisadores e gestores públicos discutem os critérios para a identificação racial nos levantamentos populacionais. Alguns defendem a supressão das expressões que fazem menção à cor da pele. Nesse caso, preto e pardo deveriam ser suprimidos dos questionários do censo. Mas há quem argumente que tal procedimento reforçaria a idéia de que as raças são verdades biológicas e não construções culturais e ideológicas, como já vimos no capítulo IX. Por outro lado, a ausência da categoria "negro" revela o quanto essa palavra ainda é estigmatizada na sociedade brasileira. Tudo isso evidencia a complexidade da identidade racial no Brasil. E essa relação entre identidade racial e cor da pele é uma das evidências dessa complexidade. Os militantes consideram que mulato, pardo, moreno e outras maneiras de denominar os não-brancos são termos que fazem parte do discurso da mestiçagem e comprometem a construção de uma identidade racial negra.

historia.pmd 299 11/5/2006, 10:10

nordestinas têm um risco de morte 44 por cento maior do que as crianças negras residentes no Sul.

É contabilizando esses números que se torna possível saber as dimensões da desigualdade racial e planejar políticas públicas que possam saná-la. Nesse sentido, a pressão do movimento negro e dos pesquisadores (negros ou não) tem garantido a coleta de dados cada vez mais precisos sobre as condições de vida da comunidade negra no país. Atualmente, é obrigatória a declaração da cor do paciente em bancos de dados como o Sistema de Informação de Mortalidade, Sistema de Informação Hospitalar e Sistema de Informação de Nascidos Vivos. Essa obrigatoriedade tem revelado dados alarmantes sobre a violência a que a população negra está sujeita.

Segundo o Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, em 2000 a taxa de mortalidade dos negros por homicídio foi 87 por cento maior do que a de brancos. Se a vítima for homem, a vulnerabilidade dos negros é ainda maior do que a dos brancos. Há várias explicações para esses índices, dentre elas a maior exposição dos jovens negros a situações de risco como o tráfico de drogas, a precariedade no atendimento de emergência nos hospitais públicos e a violência policial nas grandes cidades. As condições de vida nas favelas e subúrbios, onde a maioria dos moradores é negra, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a baixa escolaridade e o preconceito racial estão por trás desses números.

Segundo pesquisas do DIEESE realizadas em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo), em 2002 a taxa de desemprego foi maior entre os não-brancos. Em Porto Alegre, 22,7 por cento dos negros estavam sem emprego, contra 14,9 por cento dos brancos, uma diferença de quase 8 pontos percentuais. Na disputa por vagas no mercado de trabalho, as chances de a mulher negra conseguir emprego são ainda menores, como podemos verificar na tabela seguinte.

historia.pmd 300 11/5/2006, 10:10

Taxa de desemprego por sexo e cor nas regiões metropolitanas do Brasil em 2002

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-Negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	19,9	22,4	17,9	16,1	19,9	12,8
Distrito Federal	23	25,2	21	17,2	21,2	13,3
Porto Alegre	22,7	24,7	20,8	14,9	17,9	12,5
Recife	22,4	25,8	19,8	19,1	23,3	15,3
Salvador	29	32	26,2	19,9	21,9	17,9
São Paulo	23,9	27,4	21	16,7	20,1	14

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais.
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE
Obs.: Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2002.

Mas é principalmente no sistema educacional que se percebe a desigualdade de oportunidades. Em 1992, 28.234.039 alunos estavam matriculados no ensino fundamental, 52 por cento brancos, 43 por cento pardos e 4,5 por cento pretos. Esses números equivalem mais ou menos à distribuição de brancos, pardos e pretos na população brasileira, ou seja, no nível da educação fundamental não existe desigualdade. Mas na medida em que aumenta o nível de escolaridade aumenta a desigualdade. No ensino superior são 1.665.982 estudantes, sendo que 78,6 por cento brancos, 17,4 por cento pardos e apenas 1,4 por cento pretos. Além da disparidade dessa situação, que obviamente compromete as chances dos negros no mercado de trabalho, o preconceito se encarrega de acentuar a desigualdade. Ou seja, mesmo quando têm a mesma escolaridade, os negros têm menos oportunidade de emprego, remuneração e ascensão social.

A população afro-brasileira trabalha mais e ganha menos do que a população branca, ocupa postos de trabalho mais precários e está mais exposta ao desemprego. A jornada de trabalho dos negros é em duas horas superior à dos brancos; em média, os brancos trabalham 42 horas semanais, contra 44 horas de trabalho dos negros. Em 2001, 17,3 por cento da população negra adulta empregada trabalhava sem carteira assinada, em comparação a 12,3 por cento da população branca na mesma situação, uma diferença de cinco pontos percentuais. Naquele mesmo ano, a taxa de de-

historia.pmd 301 11/5/2006, 10:10

semprego entre os negros era de 6,4 por cento contra 5,3 por cento entre os brancos. Por conta disso, os negros estão mais expostos à pobreza. A indigência é 70 por cento negra, embora os negros sejam 45 por cento da população.

Os dados que acima apresentamos são oficiais e autoexplicativos. Para qualquer indicador social considerado (educação, saúde, moradia, lazer), os negros (pretos + pardos) se encontram em situação desfavorável em relação à população branca brasileira. Esses indicadores deixam evidente que no Brasil o racismo não se resume a episódios individuais de discriminação. O racismo está amplamente disseminado, tem raízes históricas profundas e por isso representa um significativo obstáculo para que os negros possam progredir na vida, além de aumentar o risco de morte prematura.

Políticas afirmativas

Para mudar situações claras de desigualdade social e econômica são necessárias medidas voltadas para promover o grupo que se encontra em posição de desvantagem. Essas medidas são conhecidas como *ações afirmativas*, quer dizer, a adoção de políticas públicas e privadas (de empresas, por exemplo) para corrigir as desigualdades. Representam uma forma de compensação ou reparação à discriminação sofrida no passado, evitando que o passado se reproduza interminavelmente no presente e se projete para o futuro. Ações afirmativas não são invenção brasileira, já foram adotadas em vários países de diferentes continentes, como Colômbia, China e África do Sul. Os Estados Unidos adotaram políticas afirmativas oficiais na década de 1960, mas já nos anos oitenta algumas dessas políticas passaram a ser consideradas inconstitucionais pela Suprema Corte, como as cotas de entrada em universidades. Mas tanto universidades como empresas e órgãos públicos continuaram adotando outras medidas, como por exemplo, bolsas de estudo dirigidas para negros.

Nos Estados Unidos tais políticas aumentaram as oportunidades dos negros no mercado de trabalho e na educação. Com uma população bem mais reduzida que a do Brasil, os negros norte-americanos ocupam posições importantes em todos os setores

historia.pmd 302 11/5/2006, 10:10

do país, algo que não ocorre no Brasil.

Contudo, os Estados Unidos não devem servir como modelo ideal. Lá apenas uma minoria de negros conseguiu formar uma classe média e uma classe empresarial, além de ocupar postos governamentais, alguns muito altos na administração federal. A grande maioria dos negros continua a viver em bairros insalubres, onde a pobreza, a violência, a desestruturação familiar, as drogas fazem parte do dia-a-dia. Como no Brasil, as prisões estão abarrotadas de negros, numa proporção muito maior do que eles são na população do país. Os negros são apenas 13% dos americanos, mas 49% dos prisioneiros. A situação de pobreza da maioria dos negros americanos ficou patente com a tragédia do furacão Katrina, em agosto de 2005. A multidão negra desesperada a pedir ajuda foi a cena mais insistentemente mostrada nas tevês, cenas do Terceiro Mundo no país mais rico do mundo. Enfim, repetimos, apesar de muitos avanços, os Estados Unidos não são um bom exemplo de justiça racial. Por isso o Brasil deverá trilhar seu próprio caminho.

A partir de meados da década de 1990, as organizações negras brasileiras conseguiram, finalmente, que em nosso país fossem discutidas medidas governamentais contra o racismo e as desigualdades raciais. Em 1996 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação de Políticas de Ações Afirmativas. Em 2001, durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, na África do Sul, o governo federal assumiu o compromisso de implantar o sistema de cotas raciais, tendo adotado a medida em alguns setores do mercado de trabalho e da educação.

Independente de política de governo, uma das medidas que está sendo adotada por um número crescente de universidades públicas brasileiras são as chamadas cotas sociais e raciais. Apesar de cada universidade adotar políticas específicas, a idéia geral é reservar um determinado número de vagas para pessoas pobres e negras, em geral vindas de escolas públicas.

Aqueles que defendem as cotas acham que, apesar de não resolver o racismo e as desigualdades imediatamente, este sistema pelo menos seria um primeiro passo nessa direção. Os que são

historia.pmd 303 11/5/2006, 10:10

contra dizem que as cotas só aumentarão o racismo, porque incentivarão as disputas entre negros e brancos. Acreditamos, porém, que essas disputas já existem e em geral têm sido vencidas por aqueles que têm a pele mais clara. Trata-se de reverter — e não inverter — este quadro. Não se trata de uma coisa contra o branco, até porque o branco pobre é também contemplado em muitas propostas de cotas. A idéia é, simplesmente, de oferecer oportunidade para todos. Essa é a obrigação dos governos, e deve ser o objetivo das sociedades.

EXERCÍCIOS:

1- Cite os principais acontecimentos que influenciaram o ressurgimento do movimento negro nas décadas de 60 e 70.

2- Discuta sobre a importância dos dados relativos à desigualdade racial no Brasil para formulação de políticas públicas de reparação.

3- Discuta porque a educação tem sido apontada como a principal política pública para a promoção da igualdade racial.

Bibliografia:

BACELAR, Jefferson e Caruso, Carlos (org). *Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro, Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

BAIRROS, Luiza. "Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil". *Afro-Ásia*, nº.17, pp. 173-186.

DATAFOLHA. *Racismo cordial – a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil.* São Paulo: Ática, 1995.

ESSINGER, Silvio. *Batidão*: *uma história do funk*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, nº 92/93 (1988), pp. 69-82.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos e Silva, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

NASCIMENTO, Abdias do Nascimento. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de

historia.pmd 304 11/5/2006, 10:10

Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O´DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. *Da Terra das primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural*. São Luís: EDUFMA, 1995.

SILVA, Jônatas Conceição da. "História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia". In João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 275-288.

VIANNA Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zarah, 1998

Sites:

www.ibge.gov.br

www.geledes.org.br

www.quilomboje.org.br

Vídeos/filmes:

Quilombos da Bahia (2004). Direção Antônio Olavo. 98 minutos

O que remanesceu (1997). Direção Flavio Gomes e Pedro Simonard. 15 minutos

Descendentes da terra (1995). Direção Ronald Almenteiro.

historia.pmd 305 11/5/2006, 10:10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

historia.pmd 307 11/5/2006, 10:10

Neste livro apresentamos uma versão da história do Brasil na qual o negro é personagem principal. Para tanto, selecionamos alguns temas e episódios que julgamos relevantes da trajetória do negro na sociedade brasileira. A breve apresentação da história da África, no capítulo I, serviu para discutir os vínculos entre a história do Brasil e as transformações que, a partir do século XV, tiveram lugar no continente africano. Foi naquela época que as sociedades africanas passaram a fazer parte de um lucrativo circuito comercial, que também envolveu a Europa e a América: o tráfico atlântico de escravos.

O grande comércio de pessoas redefiniu os rumos da África negra. Com o tráfico atlântico, a África passou a ser o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno. Abastecer o mercado de escravos foi um negócio rentável para alguns reinos africanos, cuja prosperidade dependia do montante de carga humana embarcada nos tumbeiros. Traficantes africanos, europeus e brasileiros fizeram fortunas pilhando povos militarmente mais fracos que, até então, só se submetiam a chefes políticos locais. Mas o tráfico de escravos favoreceu principalmente o enriquecimento de nações européias como Inglaterra, França e Portugal, entre outras, que firmavam alianças comerciais com potentados africanos ou se impunham pela força.

historia.pmd 309 11/5/2006, 10:10

A compra e venda de mais de 11 milhões de cativos através do Atlântico redesenhou o mapa político e econômico de todo o mundo navegável na época. Na América portuguesa a escravização dos africanos constituiu novos modos de viver. Através dos caminhos marítimos, foram transportados para o Novo Mundo muito mais do que braços para a lavoura, os engenhos, as minas e os ofícios no Brasil. Os africanos desembarcaram nos portos brasileiros com suas crenças, formas de lutar, se divertir, hábitos, modos de entender a vida e a morte, além de técnicas de produção agrícola. A bagagem cultural dos africanos de diferentes regiões foi recriada na experiência do cativeiro. Na rotina do trabalho escravo, os africanos e seus descendentes descobriam diferenças étnicas e recriaram identidades culturais. Para os brasileiros tudo isso era diretamente vindo da África, mas de fato os africanos reinventavam a África na América através da interação entre si e com os habitantes locais.

Foi essa capacidade inventiva que lhes proporcionou o restabelecimento de vínculos familiares e afetivos, apesar da desagregação imposta pela escravidão. As mudanças já começavam a bordo dos navios negreiros. Aqueles que sobreviviam juntos, no mesmo barco, à terrível travessia para o Brasil eram *malungos* uns dos outros. A palavra, de origem banto, significava canoa grande. Para os companheiros de viagem na "canoa grande", ser malungo representava um laço de amizade, quase de parentesco, que os unia para sempre. Ao mesmo tempo, aqueles que vinham do mesmo grupo étnico, da mesma região na África, usavam a expressão *parente* para definir a relação que tinham uns com os outros. Do mesmo modo, as irmandades católicas e os terreiros de candomblés são uma espécie de família, daí porque a expressão *família-de-santo* para definir aqueles pertencentes a um determinado candomblé, que também tem seus pais, mães e filhos de santo. Todas essas instituições se tornaram espaços de solidariedade e de partilha de valores e projetos de vida.

Por isso dissemos que a escravidão não foi apenas um sistema econômico, ela moldou a sociedade brasileira. No Brasil escravista o lugar social era definido pela condição de livre, escravo ou liberto. Possuir muitos escravos era a demonstração mais óbvia

historia.pmd 310 11/5/2006, 10:10

de riqueza, distinção e poder. E como vimos, até o ex-escravo desejava ter escravos para alcançar essas coisas.

Mas é evidente que numa sociedade escravista a tensão social era cotidiana. Desobedecer ao senhor, fingir-se doente, sabotar a produção, realizar as tarefas com a maior lentidão possível, além, é claro, de fugir e rebelar-se eram estratégias diferenciadas de resistência escrava. As fugas, ainda quando temporárias, expunham os limites do controle do senhor sobre seus escravos. Ao escapar do domínio senhorial o escravo explicitava a capacidade de decidir sobre a sua própria vida. Por vezes, tal rebeldia se materializava em rebeliões coletivas. Em todo o país as revoltas escravas, principalmente nas três primeiras décadas do século XIX, ocuparam a polícia e os proprietários. Algumas delas, analisadas no capítulo 5, deixaram evidências que nos permitiram interpretar as intenções dos seus autores. Fosse para protestar contra maus-tratos, fosse para tentar assumir o governo de cidades importantes do Império, dentre tantos outros motivos, os rebeldes fragilizaram a ordem escravista, contribuíram para que o fim do tráfico e da escravidão se tornasse a principal questão da sociedade brasileira no século XIX.

Depois da proibição ao tráfico, em 1850, a oposição à escravidão cresceu ano a ano na sociedade brasileira. As leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885) atendiam aos interesses de muitos proprietários, que sonhavam com uma abolição lenta e sem sobressaltos. Aquelas leis, na verdade, tiraram dos senhores a palavra final numa questão fundamental para o poder senhorial, que era o de decidir sobre a concessão da alforria. Agora a última palavra ficava com o governo, mais especificamente com o poder judiciário. Assim, os escravos transformaram essas leis em mecanismos para arrancar a alforria de seus senhores, que frequentemente foram levados à Justiça com este fim.

Com o avançar do século, os escravos intensificaram a resistência fora dos parâmetros legais. Aumentaram as fugas, a formação de quilombos, as rebeliões, os assassinatos a senhores e feitores. Paralelamente cresceu o movimento abolicionista. A pressão dos abolicionistas e a desestabilização social que as fugas e revoltas provocaram foram decisivas para a extinção do cativeiro.

historia.pmd 311 11/5/2006, 10:10

Alertando para o perigo social e as desvantagens econômicas, culturais e políticas de uma sociedade escravocrata, homens e mulheres, brancos e negros, lutaram pelo fim da escravidão no Brasil. No capítulo VII procuramos esclarecer que os abolicionistas não compartilhavam os mesmos projetos sociais. Luiz Gama, por exemplo, um negro liberto, sem dúvida se diferenciava, nas fileiras abolicionistas, daqueles que viam na abolição apenas uma saída para a modernização do país. Ele queria liberdade com igualdade.

Quando em 1888 foi declarado que a partir daquela data não existia mais escravidão no Brasil, tanto ex-senhores quanto ex-escravos saíram em defesa de seus interesses. Uns e outros sabiam que aquele era um momento decisivo para as relações sociais e de poder entre negros e brancos no país. A abolição da escravidão em 1888 é um dos episódios mais importantes da história do negro no Brasil, porque nos permite analisar como foi possível extinguir o cativeiro mantendo-se as hierarquias sócio-raciais. Se a abolição desagradou aos ex-senhores, que esperavam ser indenizados pelo governo, tão pouco atendeu aos anseios da população negra.

A abolição não veio acompanhada de ações para permitir o acesso dos negros à educação, ao trabalho e à terra, ou o direito de cultuar livremente as suas crenças. Quando a República foi proclamada, menos de um ano depois da abolição, a cidadania dos negros não foi considerada nos projetos sociais da nova ordem política. Pelo contrário, o governo republicano teve como meta cercear a autonomia dos negros, garantir que o poder de mando dos antigos senhores fosse preservado. Com o argumento de que os negros eram capazes de viver sem rei, mas não sem feitor e senhor, a polícia passou a vigiá-los e controlá-los cada vez mais. Por isso, muitos negros ficaram com saudades da monarquia, que pelo menos tinha abolido a escravidão.

As teorias raciais concebidas na Europa e nos Estados Unidos serviram para justificar a desigualdade sócio-racial no Brasil. Até a década de 1930, a idéia de que negros e brancos pertenciam a raças diferentes foi a explicação científica para a inferioridade e subalternidade negra. Nem por isso homens e mulheres negros deixaram de lutar para garantir melhores condições de vida. Parti-

historia.pmd 312 11/5/2006, 10:10

cipando de revoltas urbanas e rurais, a exemplo das apresentadas no capítulo IX, a população negra se posicionou, ao lado de outras camadas pobres, contra as investidas repressivas e autoritárias do governo nas primeiras décadas da República. Em outras ocasiões, como no governo de Getúlio, buscou alianças com os governantes para obter um maior espaço político e reconhecimento social. Ou seja, os negros não se isolaram do processo histórico do país, pois se sentiam e eram brasileiros.

Em diferentes situações, no sertão e em grandes cidades, a população reagiu às políticas públicas excludentes, a exemplo da guerra de Canudos e da revolta da vacina. Mas isso não significa que as relações entre o poder público e a população negra fossem sempre conflituosas. Por mais que o governo parecesse empenhado em limitar a autonomia dos negros e estes dispostos a reagir, nem sempre predominou o conflito. Esperamos ter mostrado ao leitor e à leitora a complexidade desse jogo político feito de acertos e vitórias, de recuos e perdas.

Por outro lado não se pode perder de vista as diferentes formas de enfrentamento do racismo construídas na sociedade brasileira. A imprensa negra, os clubes recreativos, as escolas de samba, os candomblés são alguns exemplos da capacidade de organização e negociação política e cultural dos negros brasileiros. O papel dessas instituições na nossa história foi o foco dos capítulos IX e X. As reivindicações, sonhos, expectativas e lutas da militância negra da segunda metade do século XX resultaram em conquistas políticas importantes, como a lei que tornou o racismo crime inafiançável. Mais recentemente veio a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da África e da história e cultura afro-brasileiras. Além disso toda a sociedade brasileira, e em particular as instituições de ensino superior, discutem o estabelecimento de cotas para alunos pobres, entre os quais a maioria é negra.

Mas ainda há muito a ser conquistado. O negro virou o bom de samba e de bola, o portador da mais genuína cultura nacional. A imagem do negro como personagem avesso a conflitos sociais e adepto da mistura racial ainda sobrevive no imaginário nacional. O negro brasileiro é realmente bom de bola, samba, funk e hip-hop, e não é contra a mistura racial e cultural, mas ele não é

historia.pmd 313 11/5/2006, 10:10

só isso, nem o único nisso. A questão é outra. A questão é que a esmagadora maioria da população carcerária e indigente do país é negra. Quem é negro está mais vulnerável à violência policial e ao desemprego.

Então, hoje, a palavra de ordem é a igualdade de oportunidades, uma outra maneira de dizer liberdade e inclusão social como, antes de nós, tantos outros negros já reivindicaram. Continuar se posicionando contra o racismo e defendendo melhores condições de vida é o que cabe a todos os herdeiros da história de luta do povo negro. É de fato tarefa de todo brasileiro.

historia.pmd 314 11/5/2006, 10:10

Crédito dos textos, ilustrações e mapas

Textos citados:

p. 42. Padre Antônio Vieira, *Sermões*, Erechim, RS: Edelbra, 1998, vol. 5, pp. 138-139.

p. 48. "Biografia de Mahommah G. Baquaqua," *Revista Brasileira de História*, vol. 8, no. 16 (1988), pp. 269-284.

p. 51. José Lins do Rego, *Meus verdes anos – memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 103.

p. 53. "Biografia Mahommah G. Baquaqua", op. cit..

p. 66. Ave-Lallemant, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*, Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 22-23.

p. 72. Vieira, *Sermões*, op. cit., pp. 143-144.

p.78. "Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados". In Reis, João José e Silva, Eduardo, *Negociação e conflito – a resistência escrava no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 123-124.

p. 111. Maximiliano de Habsburgo, *Bahia 1860, esboços de Viagem*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 128.

p. 140. Marcus J. M. de Carvalho, "'É fácil serem sujeitos, de quem já foram senhores': o ABC do Divino Mestre", *Afro-Ásia*, no. 31 (2004), pp. 327-334.

p. 146. Julita Scarano, *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

p. 152. Peter Heisenberg, *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, p. 284.

historia.pmd 315 11/5/2006, 10:10

p. 162. Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, p. 235.

p. 166. Hebe Maria Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 42-43.

p. 180. Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha – a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 68.

p. 184. Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.116.

p. 186. Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 201.

p. 236. Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecos da Folia – uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920,* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 205.

p. 237. José Carlos Gomes da Silva, "Negros em São Paulo: espaço público, imagem e cidadania (1900-1930)". In Ana Maria de Niemeyer e Emília Petrafesa de Godoi (orgs.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos* (Campinas: Mercado das Letras, 1998), p. 83.

p. 286. Jônatas C. da Silva, "Histórias de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia". In João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 280-281.

p. 298. www.mangueira.com.br (acessado em março de 2005).

Ilustrações:

p. 23. Hugh Thomas, *The Slave Trade*, Nova Iorque: Simon & Schuster, 1997.

p. 27. William Bascom, *African Art in Cultural Perspective*, Nova Iorque: Norton, 1973, p. 94.

p. 31. Susanne Everett, *The Slaves*, Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons, 1978, p. 40.

p. 47. Johann Moritz Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil,* São Paulo: Martins Fontes, 1949.

p. 49. Thomas Clarkson, *Le cris des africains contre les européens etc*, Londres: G. Schulze, 1821.

p.55. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 57. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 67. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 71. Julius Naeher, *Land und Leute in der brasilianische Provinz Bahia*, Leipzig: Gustav Weigel, c. 1881.

p. 73. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 77. Gravura de Victor Frond. In Charles Ribeyrolles, *Brazil Pitoresco*, Paris: Typographia Nacional, 1859-1861.

p. 85. Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

p. 87. Debret, *Viagem pitoresca e histórica*, op. cit.

p. 99. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

historia.pmd 316 11/5/2006, 10:10

p. 101. Foto de Marc Ferrez. In Naeher, *op. cit.*.

p. 107. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 109. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 113. Debret, *Viagem pitoresca e histórica*, op. cit..

p. 119. Gilberto Freyre, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p. 5.

p. 121. Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Rio de Janeiro: Companhia editora Nacional, 1940 (original de 1647).

p. 127. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 133: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 501-502.

p. 151. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 159. Carlos Eugênio M. de Moura, *A travessia da Calunga Grande*, São Paulo: EDUSP, 2000, p. 513.

p. 161. Debret, *Viagem pitoresca e histórica*, op. cit..

p. 167. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 181. Myriam Fraga, *Leonídia, a musa infeliz do poeta Castro Alves*, Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2002, p. 43.

p. 183. Foto de Militão. In George Ermakoff, *O negro na fotografia brasileira do século XIX*, Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, p. 88.

p. 195. A. Agostini, *Revista Ilustrada*, 1888. Hebe Maria Mattos, "Laços de Família e Direitos no final da escravidão". In Luiz Felipe Alescastro (org) in História da Vida Privada no Brasil, vol II – Brasil Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 369.

p. 197. P. Vasquez, *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, s.d.

p. 207. Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

p. 211. Antonio Olavo, *Memórias fotográficas de Canudos*, Salvador, Autor, 1990.

p. 213. Foto de Augusto Malta. In Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

p. 217. José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

p. 227. Debret, *Viagem pitoresca e histórica*, op. cit..

p. 231. Foto de Cristiano Jr.. In Cunha, *Ecos da folia*.

p. 233. Matt D. Childs, "Rituais de poder: escravos e senhores em uma mina de ouro do Brasil no século XIX", *Afro-Ásia*, 29-30 (2003), p. 164.

p. 241. João Felix dos Santos e Cida Nóbrega (orgs.), *Mãe Senhora – saudade e memória*. São Paulo: Corrupio, 2000, p. 154.

p. 245. Rugendas, *Viagem pitoresca*, op. cit..

p. 249. Ronaldo Vainfas (org.), *Brasil 500 anos*, Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 89.

historia.pmd 317 11/5/2006, 10:10

p. 251. Frede Abreu, *O Barracão do mestre Waldemar,* Salvador: Zarabatana Design gráfico e Produções, 2003, p. 52.

p. 259. Leonardo Afonso de M. Pereira, *Footballmania: uma história social do futebal no Rio de Janeiro, 1902-1938*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

p. 267. *A Voz da Raça* (Edição fac-similar organizada por Clóvis Moura).

p. 269. Idem.

p. 273. *Quilombo*: *edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento,* Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

p. 275. Foto: Elisa Larkin Nascimento. Acervo Abdias Nascimento/IPEAFRO.

p. 283. Reprodução de detalhes de capas de discos.

p.285. Diversas publicações avulsas.

p. 289. Reprodução de folheto do bloco afro Ilê Ayiê.

p. 291. *Frechal, terra de preto*, São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

p. 293. Revista *Afro-Ásia*, no. 23 (1998-1999), p. 351.

Mapas:

p. 17. Adaptado de Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/BNRJ, 2002, p. 1056.

p. 21. Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 53.

p. 45. Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 62.

p. 129. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157.

historia.pmd 318 11/5/2006, 10:10

historia.pmd 319 11/5/2006, 10:10

Uma história do negro no Brasil
de Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho
é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Orientais
da Universidade Federal da Bahia
e da Fundação Cultural Palmares.
Impressa na Gráfica Multisupri
Salvador, abril de 2006.

historia.pmd 320 11/5/2006, 10:10